

Sumário

A CRIAÇÃO.....	3
A CHAMADA DE ABRAÃO.....	7
O CONCERTO DE DEUS COM ABRAÃO, ISAQUE E JACÓ.....	9
A PROVIDÊNCIA DIVINA.....	13
A PÁSCOA.....	17
A LEI DO ANTIGO TESTAMENTO.....	20
O DIA DA EXPIAÇÃO.....	22
O VINHO NOS TEMPOS DO ANTIGO TESTAMENTO.....	25
O TEMOR DO SENHOR.....	29
O CONCERTO DE DEUS COM OS ISRAELITAS.....	33
A DESTRUIÇÃO DOS CANANEUS.....	36
OS ANJOS, E O ANJO DO SENHOR.....	38
A IDOLATRIA E SEUS MALES.....	41
O CONCERTO DE DEUS COM DAVI.....	45
A ORAÇÃO EFICAZ.....	47
CRISTO NO ANTIGO TESTAMENTO.....	52
A CIDADE DE JERUSALÉM.....	55
O TEMPLO DE SALOMÃO.....	58
A ADORAÇÃO A DEUS.....	62
O SOFRIMENTO DOS JUSTOS.....	68
A MORTE.....	73
O LOUVOR A DEUS.....	76
A ESPERANÇA DO CRENTE SEGUNDO A BÍBLIA.....	79
OS ATRIBUTOS DE DEUS.....	82
O CORAÇÃO.....	86
A NATUREZA HUMANA.....	89
O PROFETA NO ANTIGO TESTAMENTO.....	93
A VONTADE DE DEUS.....	99
A PALAVRA DE DEUS.....	101
A PAZ DE DEUS.....	105
A GLÓRIA DE DEUS.....	108
A INTERCESSÃO.....	111
O ESPÍRITO SANTO NO ANTIGO TESTAMENTO.....	114
O CUIDADO DOS POBRES E NECESSITADOS.....	117
DÍZIMOS E OFERTAS.....	120
A CURA DIVINA.....	123
O REINO DE DEUS.....	127
A IGREJA.....	130
A GRANDE TRIBULAÇÃO.....	132
PODER SOBRE SATANÁS E OS DEMÔNIOS.....	135
FALSOS MESTRES.....	138
SINAIS DOS CRENTES.....	141
O VINHO NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO (1).....	143

O VINHO NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO (2).....	147
JESUS E O ESPÍRITO SANTO.....	151
RIQUEZA E POBREZA.....	154
A REGENERAÇÃO.....	156
A REGENERAÇÃO DOS DISCÍPULOS.....	158
O BATISMO NO ESPÍRITO SANTO.....	160
O FALAR EM LÍNGUAS.....	163
A DOUTRINA DO ESPÍRITO SANTO.....	165
PROVAS DO GENUÍNO BATISMO NO ESPÍRITO SANTO.....	168
OS PASTORES E SEUS DEVERES.....	170
TERMOS BÍBLICOS PARA SALVAÇÃO.....	172
FÉ E GRAÇA.....	176
ISRAEL NO PLANO DIVINO PARA A SALVAÇÃO.....	178
TRÊS CLASSES DE PESSOAS.....	181
DONS ESPIRITUAIS PARA O CRENTE.....	184
A RESSURREIÇÃO DO CORPO.....	188
O JULGAMENTO DO CRENTE.....	190
A SEPARAÇÃO ESPIRITUAL DO CRENTE.....	192
AS OBRAS DA CARNE E O FRUTO DO ESPÍRITO.....	194
ELEIÇÃO E PREDESTINAÇÃO.....	197
DONS MINISTERIAIS PARA A IGREJA.....	200
PAIS E FILHOS.....	205
O ARREBATAMENTO DA IGREJA.....	207
O PERÍODO DO ANTICRISTO.....	209
QUALIFICAÇÕES MORAIS DO PASTOR.....	213
ENSINO BÍBLICO PARA O CRENTE.....	216
A INSPIRAÇÃO E A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS.....	218
A APOSTASIA PESSOAL.....	221
O ANTIGO E O NOVO CONCERTO.....	224
PADRÕES DE MORALIDADE SEXUAL.....	227
A SANTIFICAÇÃO.....	229
O RELACIONAMENTO ENTRE O CRENTE E O MUNDO.....	231
A SEGURANÇA DA SALVAÇÃO.....	234
A MENSAGEM DE CRISTO ÀS SETE IGREJAS.....	236

A CRIAÇÃO

Gn 1.1 “No princípio, criou Deus os céus e a terra.”

O DEUS DA CRIAÇÃO.

(1) Deus se revela na Bíblia como um ser infinito, eterno, autoexistente e como a Causa Primária de tudo o que existe. Nunca houve um momento em que Deus não existisse. Conforme afirma Moisés: “Antes que os montes nascessem, ou que tu formasses a terra e o mundo, sim, de eternidade a eternidade, tu és Deus” (Sl 90.2). Noutras palavras, Deus existiu eterna e infinitamente antes de criar o universo finito. Ele é anterior a toda criação, no céu e na terra, está acima e independe dela (ver 1Tm 6.16 nota; Cl 1.16).

(2) Deus se revela como um ser pessoal que criou Adão e Eva “à sua imagem” (1.27; ver 1.26 nota). Porque Adão e Eva foram criados à imagem de Deus, podiam comunicar-se com Ele, e também com Ele ter comunhão de modo amoroso e pessoal.

(3) Deus também se revela como um ser moral que criou tudo bom e, portanto, sem pecado. Ao terminar Deus a obra da criação, contemplou tudo o que fizera e observou que era “muito bom” (1.31). Posto que Adão e Eva foram criados à imagem e semelhança de Deus, eles também não tinham pecado (ver 1.26 nota). O pecado entrou na existência humana quando Eva foi tentada pela serpente, ou Satanás (Gn 3; Rm 5.12; Ap 12.9).

A ATIVIDADE DA CRIAÇÃO.

(1) Deus criou todas as coisas em “os céus e a terra” (1.1; Is 40.28; 42.5; 45.18; Mc 13.19; Ef 3.9; Cl 1.16; Hb 1.2; Ap 10.6). O verbo “criar” (hb. “bara”) é usado exclusivamente em referência a uma atividade que somente Deus pode realizar. Significa que, num momento específico, Deus criou a matéria e a substância, que antes nunca existiram (ver 1.3 nota).

(2) A Bíblia diz que no princípio da criação a terra estava informe, vazia e coberta de trevas (1.2). Naquele tempo o universo não tinha a forma ordenada que tem agora. O mundo estava vazio, sem nenhum ser vivente e destituído do mínimo vestígio de luz. Passada essa etapa inicial, Deus criou a luz para dissipar as trevas (1.3-5), deu forma ao universo (1.6-13) e encheu a terra de seres viventes (1.20-28).

(3) O método que Deus usou na criação foi o poder da sua palavra. Repetidas vezes está declarado: “E disse Deus....” (1.3, 6, 9, 11, 14, 20, 24, 26). Noutras

palavras, Deus falou e os céus e a terra passaram a existir. Antes da palavra criadora de Deus, eles não existiam (Sl 33.6,9; 148.5; Is 48.13; Rm 4.17; Hb 11.3).

(4) Toda a Trindade, e não apenas o Pai, desempenhou sua parte na criação.

(a) O próprio Filho é a Palavra (“Verbo”) poderosa, através de quem Deus criou todas as coisas. No prólogo do Evangelho segundo João, Cristo é revelado como a eterna Palavra de Deus (Jo 1.1). “Todas as coisas foram feitas por Ele, e sem Ele nada do que foi feito se fez” (Jo 1.3). Semelhantemente, o apóstolo Paulo afirma que por Cristo “foram criadas todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis.... tudo foi criado por Ele e para Ele” (Cl 1.16). Finalmente, o autor do Livro de Hebreus afirma enfaticamente que Deus fez o universo por meio do seu Filho (Hb 1.2).

(b) Semelhantemente, o Espírito Santo desempenhou um papel ativo na obra da criação. Ele é descrito como “pairando” (“se movia”) sobre a criação, preservando-a e preparando-a para as atividades criadoras adicionais de Deus. A palavra hebraica traduzida por “Espírito” (ruah) também pode ser traduzida por “vento” e “fôlego”. Por isso, o salmista testifica do papel do Espírito, ao declarar: “Pela palavra do Senhor foram feitos os céus; e todo o exército deles, pelo espírito (ruah) da sua boca” (Sl 33.6). Além disso, o Espírito Santo continua a manter e sustentar a criação (Jó 33.4; Sl 104.30).

O PROPÓSITO E O ALVO DA CRIAÇÃO.

Deus tinha razões específicas para criar o mundo.

(1) Deus criou os céus e a terra como manifestação da sua glória, majestade e poder. Davi diz: “Os céus manifestam a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos” (Sl 19.1; cf. 8.1). Ao olharmos a totalidade do cosmos criado —desde a imensa expansão do universo, à beleza e à ordem da natureza —ficamos tomados de temor reverente ante a majestade do Senhor Deus, nosso Criador.

(2) Deus criou os céus e a terra para receber a glória e a honra que lhe são devidas. Todos os elementos da natureza —e.g., o sol e a lua, as árvores da floresta, a chuva e a neve, os rios e os córregos, as colinas e as montanhas, os animais e as aves —rendem louvores ao Deus que os criou (Sl 98.7,8; 148.1-10; Is 55.12). Quanto mais Deus deseja e espera receber glória e louvor dos seres humanos!

(3) Deus criou a terra para prover um lugar onde o seu propósito e alvos para a humanidade fossem cumpridos.

(a) Deus criou Adão e Eva à sua própria imagem, para comunhão amorável e pessoal com o ser humano por toda a eternidade. Deus projetou o ser humano como um ser trino e uno (corpo, alma e espírito), que possui mente, emoção e vontade, para que possa comunicar-se espontaneamente com Ele como Senhor, adorá-lo e servi-lo com fé, lealdade e gratidão.

(b) Deus desejou de tal maneira esse relacionamento com a raça humana que, quando Satanás conseguiu tentar Adão e Eva a ponto de se rebelarem contra Deus e desobedecer ao seu mandamento, Ele prometeu enviar um Salvador para redimir a humanidade das consequências do pecado (ver 3.15 nota). Daí Deus teria um povo para sua própria possessão, cujo prazer estaria nEle, que o glorificaria, e que viveria em retidão e santidade diante dEle (Is 60.21; 61.1-3; Ef 1.11,12; 1Pe 2.9).

(c) A culminação do propósito de Deus na criação está no livro do Apocalipse, onde João descreve o fim da história com estas palavras: “....com eles habitará, e eles serão o seu povo, e o mesmo Deus estará com eles e será o seu Deus” (Ap 21.3).

CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO.

A evolução é o ponto de vista predominante, proposto pela comunidade científica e educacional do mundo atual, em se tratando da origem da vida e do universo. Quem crê, de fato, na Bíblia deve atentar para estas quatro observações a respeito da evolução.

(1) A evolução é uma tentativa naturalista para explicar a origem e o desenvolvimento do universo. Tal intento começa com a pressuposição de que não existe nenhum Criador pessoal e divino que criou e formou o mundo; pelo contrário, tudo veio a existir mediante uma série de acontecimentos que decorreram por acaso, ao longo de bilhões de anos. Os postulantes da evolução alegam possuir dados científicos que apoiam a sua hipótese.

(2) O ensino evolucionista não é realmente científico. Segundo o método científico, toda conclusão deve basear-se em evidências incontestáveis, oriundas de experiências que podem ser reproduzidas em qualquer laboratório. No entanto, nenhuma experiência foi idealizada, nem poderá sê-lo, para testar e comprovar teorias em torno da origem da matéria a partir de um hipotético “grande estrondo”, ou do desenvolvimento gradual dos seres vivos, a partir das formas mais simples às mais complexas. Por conseguinte, a evolução é uma hipótese sem “evidência” científica, e somente quem crê em teorias humanas é que pode aceitá-la. A fé do povo de Deus, pelo contrário, firma-se no Senhor e na sua

revelação inspirada, a qual declara que Ele é quem criou do nada todas as coisas (Hb 11.3).

(3) É inegável que alterações e melhoramentos ocorrem em várias espécies de seres vivos. Por exemplo: algumas variedades dentro de várias espécies estão se extinguindo; por outro lado, ocasionalmente vemos novas raças surgindo dentre algumas das espécies. Não há, porém, nenhuma evidência, nem sequer no registro geológico, a apoiar a teoria de que um tipo de ser vivo já evoluiu doutro tipo. Pelo contrário, as evidências existentes apoiam a declaração da Bíblia, que Deus criou cada criatura viva “conforme a sua espécie” (1.21,24,25).

(4) Os crentes na Bíblia devem, também, rejeitar a teoria da chamada evolução teísta. Essa teoria aceita a maioria das conclusões da evolução naturalista; apenas acrescenta que Deus deu início ao processo evolutivo. Essa teoria nega a revelação bíblica que atribui a Deus um papel ativo em todos os aspectos da criação. Por exemplo, todos os verbos principais em Gênesis 1 têm Deus como seu sujeito, a não ser em 1.12 (que cumpre o mandamento de Deus no v. 11) e a frase repetida “E foi a tarde e a manhã”. Deus não é um supervisor indiferente, de um processo evolutivo; pelo contrário, é o Criador ativo de todas as coisas (Cl 1.16).

A CHAMADA DE ABRAÃO

Gn 12.1-3 “Ora, o SENHOR disse a Abrão: Sai-te da tua terra, e da tua parentela, e da casa de teu pai, para a terra que eu te mostrarei. E far-te-ei uma grande nação, e abençoar-te-ei, e engrandecerei o teu nome, e tu serás uma bênção. E abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; e em ti serão benditas todas as famílias da terra.”

A chamada de Abrão (posteriormente chamado Abraão, 17.5), conforme a narrativa de Gênesis 12, dá início a um novo capítulo na revelação do AT sobre o propósito divino de redimir e salvar a raça humana. A intenção de Deus era que houvesse um homem que o conhecesse e o servisse e guardasse os seus caminhos (ver 18.19 nota). Dessa família surgiria uma nação escolhida, de pessoas que se separassem das práticas ímpias doutras nações, para fazerem a vontade de Deus. Dessa nação viria Jesus Cristo, o Salvador do mundo, o prometido descendente da mulher (ver 3.15 nota; Gl 3.8,16,18). Vários princípios importantes podem ser deduzidos da chamada de Abraão.

(1) A chamada de Abraão levou-o a separar-se da sua pátria, do seu povo e dos seus familiares (12.1), para tornar-se estrangeiro e peregrino na terra (Hb 11.13). Em Abraão, Deus estava estabelecendo o princípio importante de que os seus deviam separar-se de tudo quanto possa impedir o propósito divino na vida deles (ver os estudos A SEPARAÇÃO ESPIRITUAL DO CRENTE e O RELACIONAMENTO ENTRE O CRENTE E O MUNDO.).

(2) Deus prometeu a Abraão uma terra, uma grande nação através dos seus descendentes e uma bênção que alcançaria todas as nações da terra (12.2,3). O NT ensina claramente que a última parte dessa promessa cumpre-se hoje na proclamação missionária do evangelho de Cristo (At 3.25; Gl 3.8).

(3) Além disso, a chamada de Abraão envolvia, não somente uma pátria terrestre, bem como uma celestial. Sua visão alcançava um lar definitivo não mais na terra, e sim no céu; uma cidade cujo artífice e construtor é o próprio Deus. A partir de então, Abraão desejava e buscava uma pátria celestial onde habitaria eternamente com Deus em justiça, alegria e paz (Hb 11.9,10,14-16; Ap 21.1-4; 22.1-5). Até então, ele seria estrangeiro e peregrino na terra (Hb 11.9,13).

(4) A chamada de Abraão continha não somente promessas, como também compromissos. Deus requeria de Abraão tanto a obediência quanto a dedicação pessoal a Ele como Senhor para que recebesse aquilo que lhe fora prometido. A obediência e a dedicação demandavam:

(a) confiança na palavra de Deus, mesmo quando o cumprimento das promessas parecia humanamente impossível (15.1-6; 18.10-14),

(b) obediência à ordem de Deus para deixar a sua terra (12.4; Hb 11.8),
e

(c) um esforço sincero para viver uma vida de retidão (17.1,2).

(5) A promessa de Deus a Abraão e a sua bênção sobre ele, estendem-se, não somente aos seus descendentes físicos (i.e., os judeus crentes), como também a todos aqueles que com fé genuína (12.3) aceitarem e seguirem a Jesus Cristo, a verdadeira “posteridade” de Abraão (Gl 3.14,16). Todos os que são da fé como Abraão, são “filhos de Abraão” (Gl 3.7) e são abençoados juntamente com ele (Gl 3.9). Tornam-se posteridade de Abraão, herdeiros segundo a promessa (Gl 3.29), o que inclui o receber pela fé “a promessa do Espírito” em Cristo Jesus (ver Gl 3.14 nota).

(6) Por Abraão possuir uma fé em Deus, expressa pela obediência, dele se diz que é o principal exemplo da verdadeira fé salvífica (15.6; Rm 4.1-5,16-24; Gl 3.6-9; Hb 11.8-19; Tg 2.21-23; ver 15.6 nota). Biblicamente, qualquer profissão de fé em Jesus Cristo como Salvador que não requer obediência a Ele como Senhor não é a classe de fé que Abraão possuía e, portanto, não é a verdadeira fé salvífica (ver Jo 3.36 nota; e o estudo FÉ E GRAÇA).

O CONCERTO DE DEUS COM ABRAÃO, ISAQUE E JACÓ

Gn 26.3-5 “....peregrina nesta terra, e serei contigo, e te abençoarei; porque a ti e à tua semente darei todas estas terras e confirmarei o juramento que tenho jurado a Abraão, teu pai. E multiplicarei a tua semente como as estrelas dos céus e darei à tua semente todas estas terras. E em tua semente serão benditas todas as nações da terra, porquanto Abraão obedeceu à minha voz e guardou o meu mandado, os meus preceitos, os meus estatutos e as minhas leis.”

A NATUREZA DO CONCERTO.

A Bíblia descreve o relacionamento entre Deus e seu povo em termos de “pacto” ou “concerto”. Esta palavra aparece pela primeira vez em 6.18 e prossegue até o NT, onde Deus fez um novo concerto com a raça humana mediante Jesus Cristo (ver estudo O ANTIGO E O NOVO CONCERTO). Quando compreendemos o concerto entre Deus e os patriarcas (Abraão, Isaque e Jacó), aprendemos a respeito de como Deus quer que vivamos em nosso relacionamento actual com Ele.

(1) O nome especial de Deus, em relação ao concerto, conforme a revelação bíblica, é Jeová (traduzido “SENHOR”; ver 2.4 nota). Inerente neste nome actual está a benignidade de Deus, sua solicitude redentora pela raça humana, sua contínua presença entre o seu povo, seu propósito de estar em comunhão com os seus e de ser o seu Senhor.

(2) A divina e fundamental promessa do concerto é a seguinte: “....para te ser a ti por Deus e à tua semente depois de ti” (ver 17.7 nota). Desta promessa dependem todas as demais integrantes do concerto. Significa que Deus se compromete firmemente com o seu povo fiel a ser o seu Deus, e que por amor, Ele lhe concede graça, proteção, bondade e bênção (Jr 11.4; 24.7; 30.22; 32.38; Ez 11.20; Zc 8.8).

(3) O alvo supremo do concerto entre Deus e a raça humana era salvar não somente uma nação (Israel), mas a totalidade da raça humana. No caso de Abraão, Deus já lhe prometera que nele “todas as nações da terra” seriam benditas (12.3; 18.18; 22.18; 26.4). Deus estendeu sua graça actual à nação de Israel a fim de que esta fosse “para luz dos gentios” (Is 49.6; cf. 42.6). Isso cumpriu-se mediante a vinda do Senhor Jesus Cristo como Redentor, quando, então, os cristãos começaram a levar a mensagem do evangelho por todo o mundo (Lc 2.32; At 13.46,47; Gl 3.8-14).

(4) Nos diversos concertos que Deus fez com o ser humano através das Escrituras, há dois princípios atuantes:

(a) era somente Deus quem estabelecia as promessas e condições do seu concerto, e

(b) cabia ao ser humano aceitar por fé obediente essas promessas e condições. Em certos casos, Deus estabeleceu com muita antecipação as promessas e as responsabilidades de ambas as partes (ver o estudo O CONCERTO DE DEUS COM OS ISRAELITAS); em tempo algum, porém, o povo conseguiu, junto a Deus, alterar as condições dos concertos para beneficiar-se.

O CONCERTO DE DEUS COM ABRAÃO.

(1) Deus, ao estabelecer comunhão com Abraão, mediante o concerto (cap. 15), fez-lhe claramente várias promessas: Deus como escudo e recompensa de Abraão (15.1), descendência numerosa (15.5) e a terra de Canaã como sua herança (15.7; ver 15.6 nota; 17.8 nota; cf. 12.1-3; ver o estudo A CHAMADA DE ABRAÃO).

(2) Deus conclamou Abraão a corresponder a essas promessas por fé, aceitá-las, e confiar nEle como seu Senhor. Por Abraão assim fazer, Deus o aceitou como justo (15.6) e foi confirmado mediante comunhão pessoal com Ele.

(3) Não somente Abraão precisou, de início, expressar sua fé para a efetuação do concerto, como também Deus requereu que, para a continuação das bênçãos do referido concerto, Abraão devia, de coração, agradar a Deus, através de uma vida de obediência.

(a) Deus requereu que Abraão andasse na sua presença e que fosse “perfeito” (ver 17.1 nota). Noutras palavras, se a sua fé não fosse acompanhada de obediência (Rm 1.5), ele estaria inabilitado para participar dos eternos propósitos de Deus.

(b) Num caso especial, Deus provou a fé de Abraão ao ordenar-lhe que sacrificasse seu próprio filho, Isaque (22.1,2). Abraão foi aprovado no teste e, por conseguinte, Deus prometeu que o seu pacto com ele (Abraão) ia continuar (ver 22.18 nota).

(c) Deus informou diretamente a Isaque que as bênçãos continuariam imutáveis e que seriam transferidas para ele porque Abraão lhe foi obediente e guardou os seus mandamentos (26.4,5).

(4) Deus ordenou diretamente a Abraão e aos seus descendentes que circuncidassem cada menino nascido na sua família (17.9-13). O Senhor determinou que cada criança do sexo masculino não circuncidada fosse

excluída do seu povo (17.14) por violação do concerto. Noutras palavras, a desobediência a Deus levaria à perda das bênçãos do concerto.

(5) O concerto entre Deus e Abraão foi chamado um “concerto perpétuo” (17.7). A intenção de Deus era que o concerto fosse um compromisso permanente. Era, no entanto, passível de ser violado pelos descendentes de Abraão, e assim acontecendo, Deus não teria de cumprir as suas promessas. Por exemplo, a promessa que a terra de Canaã seria uma possessão perpétua de Abraão e seus descendentes (17.8) foi quebrada pela apostasia de Israel e pela infidelidade de Judá e sua desobediência à lei de Deus (Is 24.5; Jr 31.32); por isso, Israel foi levado para o exílio na Assíria (2Rs 17), enquanto que Judá foi posteriormente levado para o cativeiro em Babilônia (2Rs 25; 2Cr 36; Jr 11.1-17; Ez 17.16-21).

O CONCERTO DE DEUS COM ISAQUE.

(1) Deus procurou estabelecer o concerto abraâmico com cada geração seguinte, a partir de Isaque, filho de Abraão (17.21). Noutras palavras, não bastava que Isaque tivesse por pai a Abraão; ele, também, precisava aceitar pela fé as promessas de Deus. Somente então é que Deus diria: “Eu sou contigo, e abençoar-te-ei, e multiplicarei a tua semente” (26.24).

(2) Durante os vinte primeiros anos do seu casamento, Isaque e Rebeca não tiveram filhos (25.20,26). Rebeca permaneceu estéril até que Isaque orou ao Senhor, pedindo que sua esposa concebesse (25.21). Esse fato demonstra que o cumprimento do concerto não se dá por meios naturais, mas somente pela ação graciosa de Deus, em resposta à oração e busca da sua face (ver 25.21 nota).

(3) Isaque também tinha de ser obediente para continuar a receber as bênçãos do concerto. Quando uma fome assolou a terra de Canaã, por exemplo, Deus proibiu Isaque de descer ao Egito, e o mandou ficar onde estava. Se obedecesse a Deus, teria a promessa divina: “....confirmarei o juramento que tenho jurado a Abraão, teu pai” (26.3; ver 26.5 nota).

O CONCERTO DE DEUS COM JACÓ.

(1) Isaque e Rebeca tinham dois filhos: Esaú e Jacó. Era de se esperar que as bênçãos do concerto fossem transferidas ao primogênito, i.e., Esaú. Deus, porém, revelou a Rebeca que seu gêmeo mais velho serviria ao mais novo, e o próprio Esaú veio a desprezar a sua primogenitura (ver 25.31 nota). Além disso, ele ignorou os padrões justos dos seus pais, ao casar-se com duas mulheres que não seguiam ao Deus verdadeiro. Em suma: Esaú não demonstrou nenhum

interesse pelas bênçãos do concerto de Deus. Daí, Jacó, que realmente aspirava às bênçãos espirituais futuras, recebeu as promessas no lugar de Esaú (28.13-15).

(2) Como no caso de Abraão e de Isaque, o concerto com Jacó requeria “a obediência da fé” (Rm 1.5) para a sua perenidade. Durante boa parte da sua vida, esse patriarca serviu-se da sua própria habilidade e destreza para sobreviver e progredir. Mas foi somente quando Jacó, finalmente, obedeceu ao mandamento e à vontade do Senhor (31.13), no sentido de sair de Harã e voltar à terra prometida de Canaã e, mais expressamente, de ir a Betel (35.1-7), que Deus renovou com ele as promessas do concerto feito com Abraão (35.9-13). Para mais a respeito do concerto, ver o estudo O CONCERTO DE DEUS COM OS ISRAELITAS.

A PROVIDÊNCIA DIVINA

Gn 45.5 “..não vos entristeçais, nem vos pese aos vossos olhos por me haverdes vendido para cá; porque, para conservação da vida, Deus me enviou diante da vossa face.”

Depois de o Senhor Deus criar os céus e a terra (1.1), Ele não deixou o mundo à sua própria sorte. Pelo contrário, Ele continua interessado na vida dos seus, cuidando da sua criação. Deus não é como um hábil relojoeiro que formou o mundo, deu-lhe corda e deixa acabar essa corda lentamente até o fim; pelo contrário, Ele é o Pai amoroso que cuida daquilo que criou. O constante cuidado de Deus por sua criação e por seu povo é chamado, na linguagem doutrinal, a providência divina.

ASPECTOS DA PROVIDÊNCIA DIVINA.

Há, pelo menos, três aspectos da providência divina.

(1) Preservação. Deus, pelo seu poder, preserva o mundo que Ele criou. A confissão de Davi fica clara: “A tua justiça é como as grandes montanhas; os teus juízos são um grande abismo; SENHOR, tu conservas os homens e os animais” (Sl 36.6). O poder preservador de Deus manifesta-se através do seu filho Jesus Cristo, conforme Paulo declara em Cl 1.17: Cristo “é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por Ele”. Pelo poder de Cristo, até mesmo as minúsculas partículas de vida mantêm-se coesas.

(2) Provisão. Deus não somente preserva o mundo que Ele criou, como também provê as necessidades das suas criaturas. Quando Deus criou o mundo, criou também as estações (1.14) e proveu alimento aos seres humanos e aos animais (1.29,30). Depois de o Dilúvio destruir a terra, Deus renovou a promessa da provisão, com estas palavras: “Enquanto a terra durar, sementeira e cega, e frio e calor, e verão e inverno, e dia e noite não cessarão” (8.22). Vários dos salmos dão testemunho da bondade de Deus em suprir do necessário a todas as suas criaturas (e.g., Sl 104; 145). O mesmo Deus revelou a Jó seu poder de criar e de sustentar (Jó 38—41), e Jesus asseverou em termos bem claros que Deus cuida das aves do céu e dos lírios do campo (Mt 6.26-30; 10.29). Seu cuidado abrange, não somente as necessidades físicas da humanidade, como também as espirituais (Jo 3.16,17). A Bíblia revela que Deus manifesta um amor e cuidado especiais pelo seu próprio povo, tendo cada um dos seus em alta estima (e.g., Sl 91; ver Mt 10.31 nota). Paulo escreve de modo inequívoco aos crentes de Filipos: “O meu Deus, segundo as suas riquezas, suprirá todas as vossas necessidades em glória, por Cristo Jesus” (ver Fp 4.19 nota). De conformidade

com o apóstolo João, Deus quer que seu povo tenha saúde, e que tudo lhe vá bem (ver 3Jo 2 nota).

(3) Governo. Deus, além de preservar sua criação e prover-lhe o necessário, também governa o mundo. Deus, como Soberano que é, dirige, os eventos da história, que acontecem segundo sua vontade permissiva e seu cuidado. Em certas ocasiões, Ele intervém diretamente segundo o seu propósito redentor (ver o estudo A VONTADE DE DEUS). Mesmo assim, até Deus consumir a história, Ele tem limitado seu poder e governo supremo neste mundo. As Escrituras declaram que Satanás é “o deus deste século” [mundo] (2Co 4.4) e exerce acentuado controle sobre a presente era maligna (ver 1Jo 5.19 nota; Lc 13.16; Gl 1.4; Ef 6.12; Hb 2.14). Noutras palavras, o mundo, hoje, não está submisso ao poder regente de Deus, mas, em rebelião contra Ele e escravizado por Satanás. Note, porém, que essa autolimitação da parte de Deus é apenas temporária; na ocasião que Ele já determinou na sua sabedoria, Ele aniquilará Satanás e todas as hostes do mal (Ap 19—20).

A PROVIDÊNCIA DIVINA E O SOFRIMENTO HUMANO.

A revelação bíblica demonstra que a providência de Deus não é uma doutrina abstrata, mas que diz respeito à vida diária num mundo mau e decaído.

(1) Toda pessoa experimenta o sofrimento em certas ocasiões da vida e daí surge a inevitável pergunta “Por quê?” (cf. Jó 7.17-21; Sl 10.1; 22.1; 74.11,12; Jr 14.8,9,19). Essas experiências alvitram o problema do mal e do seu lugar nos assuntos de Deus.

(2) Deus permite que os seres humanos experimentem as consequências do pecado que penetrou no mundo através da queda de Adão e Eva. José, por exemplo, sofreu muito por causa da inveja e da crueldade dos seus irmãos. Foi vendido como escravo pelos seus irmãos e continuou como escravo de Potifar, no Egito (37; 39). Vivia no Egito uma vida temente a Deus, quando foi injustamente acusado de imoralidade, lançado no cárcere (39) e mantido ali por mais de dois anos (40.1—41.14). Deus pode permitir o sofrimento em decorrência das más ações do próximo, embora Ele possa soberanamente controlar tais ações, de tal maneira que seja cumprida a sua vontade. Segundo o testemunho de José, Deus estava agindo através dos delitos dos seus irmãos, para a preservação da vida (45.5; 50.20).

(3) Não somente sofremos as consequências dos pecados dos outros, como também sofremos as consequências dos nossos próprios atos pecaminosos. Por exemplo: o pecado da imoralidade e do adultério, frequentemente resulta no fracasso do casamento e da família do culpado. O pecado da ira desenfreada contra

outra pessoa pode levar à agressão física, com ferimentos graves ou até mesmo o homicídio de uma das partes envolvidas, ou de ambas. O pecado da cobiça pode levar ao furto ou desfalque e daí à prisão e cumprimento de pena.

(4) O sofrimento também ocorre no mundo porque Satanás, o deus deste mundo, tem permissão para executar a sua obra de cegar as mentes dos incrédulos e de controlar as suas vidas (2Co 4.4; Ef 2.1-3). O NT está repleto de exemplos de pessoas que passaram por sofrimento por causa dos demônios que as atormentavam com aflição mental (e.g., Mc 5.1-14) ou com enfermidades físicas (Mt 9.32,33; 12.22; Mc 9.14-22; Lc 13.11,16; ver o estudo PODER SOBRE SATANÁS E OS DEMÔNIOS). Dizer que Deus permite o sofrimento não significa que Deus origina o mal que ocorre neste mundo, nem que Ele pessoalmente determina todos os infortúnios da vida. Deus nunca é o instigador do mal ou da impiedade (Tg 1.13). Todavia, Ele, às vezes, o permite, o dirige e impera soberanamente sobre o mal a fim de cumprir a sua vontade, levar a efeito seu propósito redentor e fazer com que todas as coisas contribuam para o bem daqueles que lhe são fiéis (ver Mt 2.13 nota; Rm 8.28 nota; ver estudo O SOFRIMENTO DOS JUSTOS).

O RELACIONAMENTO DO CRENTE COM A PROVIDÊNCIA DIVINA.

O crente para usufruir os cuidados providenciais de Deus em sua vida, tem responsabilidades a cumprir, conforme a Bíblia revela.

(1) Ele deve obedecer a Deus e à sua vontade revelada. No caso de José, por exemplo, fica claro que por ele honrar a Deus, mediante sua vida de obediência, Deus o honrou ao estar com ele (39.2, 3, 21, 23). Semelhantemente, para o próprio Jesus desfrutar do cuidado divino protetor ante as intenções assassinas do rei Herodes, seus pais terrenos tiveram de obedecer a Deus e fugir para o Egito (ver Mt 2.13nota). Aqueles que temem a Deus e o reconhecem em todos os seus caminhos têm a promessa de que Deus endireitará as suas veredas (Pv 3.5-7).

(2) Na sua providência, Deus dirige os assuntos da igreja e de cada um de nós como seus servos. O crente deve estar em constante harmonia com a vontade de Deus para a sua vida, servindo-o e ajudando outras pessoas em nome dEle (At 18.9,10; 23.11; 26.15-18; 27.22-24).

(3) Devemos amar a Deus e submeter-nos a Ele pela fé em Cristo, se quisermos que Ele opere para o nosso bem em todas as coisas (ver Rm 8.28 nota). Para termos sobre nós o cuidado de Deus quando em aflição, devemos clamar a Ele em oração e fé perseverante. Pela oração e confiança em Deus, experimentamos a sua paz (Fp 4.6,7), recebemos a sua força (Ef 3.16; Fp 4.13), a

misericórdia, a graça e ajuda em tempos de necessidade (Hb 4.16; ver Fp 4.6 nota). Tal oração de fé, pode ser em nosso próprio favor ou em favor do próximo (Rm 15.30-32; ver Cl 4.3 nota; ver estudo A INTERCESSÃO).

A PÁSCOA

Êx 12.11 “Assim, pois, o comereis: Os vossos lombos cingidos, os vossos sapatos nos pés, e o vosso cajado na mão; e o comereis apressadamente; esta é a páscoa do Senhor.”

CONTEXTO HISTÓRICO.

Desde que Israel partiu do Egito em cerca de 1445 a.C., o povo hebreu (posteriormente chamado “judeus”) celebra a Páscoa todos os anos, na primavera (em data aproximada da sexta-feira santa). Depois de os descendentes de Abraão, Isaque e Jacó passarem mais de quatrocentos anos de servidão no Egito, Deus decidiu libertá-los da escravidão. Suscitou Moisés e o designou como o líder do êxodo (3 —4). Em obediência ao chamado de Deus, Moisés compareceu perante Faraó e lhe transmitiu a ordem divina: “Deixa ir o meu povo.” Para conscientizar Faraó da seriedade dessa mensagem da parte do Senhor, Moisés, mediante o poder de Deus, invocou pragas como julgamentos contra o Egito. No decorrer de várias dessas pragas, Faraó concordava em deixar o povo ir, mas, a seguir, voltava atrás, uma vez a praga sustada. Soou a hora da décima e derradeira praga, aquela que não deixaria aos egípcios nenhuma outra alternativa senão a de lançar fora os israelitas. Deus mandou um anjo destruidor através da terra do Egito para eliminar “todo primogênito.... desde os homens até aos animais” (12.12). Visto que os israelitas também habitavam no Egito, como poderiam escapar do anjo destruidor? O Senhor emitiu uma ordem específica ao seu povo; a obediência a essa ordem traria a proteção divina a cada família dos hebreus, com seus respectivos primogênitos. Cada família tinha de tomar um cordeiro macho de um ano de idade, sem defeito e sacrificá-lo ao entardecer do dia quatorze do mês de Abibe; famílias menores podiam repartir um único cordeiro entre si (12.4). Parte do sangue do cordeiro sacrificado, os israelitas deviam aspergir nas duas ombreiras e na verga da porta de cada casa. Quando o destruidor passasse por aquela terra, ele passaria por cima daquelas casas que tivessem o sangue aspergido sobre elas (daí o termo Páscoa, do hb. pesah, que significa “pular além da marca”, “passar por cima”, ou “poupar”). Assim, pelo sangue do cordeiro morto, os israelitas foram protegidos da condenação à morte executada contra todos os primogênitos egípcios. Deus ordenou o sinal do sangue, não porque Ele não tivesse outra forma de distinguir os israelitas dos egípcios, mas porque queria ensinar ao seu povo a importância da obediência e da redenção pelo sangue, preparando-o para o advento do “Cordeiro de Deus,” que séculos mais tarde tiraria o pecado do mundo (Jo 1.29). Naquela noite específica, os israelitas deviam estar vestidos e preparados para viajar (12.11). A

ordem recebida era para assar o cordeiro e não fervê-lo, e preparar ervas amargas e pães sem fermento. Ao anoitecer, portanto, estariam prontos para a refeição ordenada e para partir apressadamente, momento em que os egípcios iam se aproximar e rogar que deixassem o país. Tudo aconteceu conforme o Senhor dissera (12.29-36).

A PÁSCOA NA HISTÓRIA ISRAELITA.

A partir daquele momento da história, o povo de Deus ia celebrar a Páscoa toda primavera, obedecendo as instruções divinas de que aquela celebração seria “estatuto perpétuo” (12.14). Era, porém, um sacrifício comemorativo, exceto o sacrifício inicial no Egito, que foi um sacrifício eficaz. Antes da construção do templo, em cada Páscoa os israelitas reuniam-se segundo suas famílias, sacrificavam um cordeiro, retiravam todo fermento de suas casas e comiam ervas amargas. Mais importante: recontavam a história de como seus ancestrais experimentaram o êxodo milagroso na terra do Egito e sua libertação da escravidão ao Faraó. Assim, de geração em geração, o povo hebreu relembra a redenção divina e seu livramento do Egito (ver 12.26 nota). Uma vez construído o templo, Deus ordenou que a celebração da Páscoa e o sacrifício do cordeiro fossem realizados em Jerusalém (Dt 16.1-6). O AT registra várias ocasiões em que uma Páscoa especialmente relevante foi celebrada na cidade santa (2Cr 30.1-20; 35.1-19; 2Rs 23.21-23; Ed 6.19-22). Nos tempos do NT, os judeus observavam a Páscoa da mesma maneira. O único incidente na vida de Jesus como menino, que as Escrituras registram, foi quando seus pais o levaram a Jerusalém, aos doze anos de idade, para a celebração da Páscoa (Lc 2.41-50). Posteriormente, Jesus ia cada ano a Jerusalém para participar da Páscoa (Jo 2.13). A última Ceia de que Jesus participou com os seus discípulos em Jerusalém, pouco antes da cruz, foi uma refeição da Páscoa (Mt 26.1, 2, 17-29). O próprio Jesus foi crucificado na Páscoa, como o Cordeiro pascoal (cf. 1Co 5.7) que liberta do pecado e da morte todos aqueles que nEle creem.

Os judeus hoje continuam celebrando a Páscoa, embora seu modo de celebrá-la tenha mudado um pouco. Posto que já não há em Jerusalém um templo para se sacrificar o cordeiro em obediência a Dt 16.1-6, a festa judaica contemporânea (chamada Seder) já não é celebrada com o cordeiro assado. Mas as famílias ainda se reúnem para a solenidade. Retiram-se cerimonialmente das casas judaicas, e o pai da família narra toda a história do êxodo.

A PÁSCOA E JESUS CRISTO.

Para os cristãos, a Páscoa contém rico simbolismo profético a falar de Jesus Cristo. O NT ensina explicitamente que as festas judaicas “são sombras das coisas futuras” (Cl 2.16,17; Hb 10.1), i.e., a redenção pelo sangue de Jesus

Cristo. Note os seguintes itens em Êxodo 12, que nos fazem lembrar do nosso Salvador e do seu propósito para conosco.

(1) O âmagô do evento da Páscoa era a graça salvadora de Deus. Deus tirou os israelitas do Egito, não porque eles eram um povo merecedor, mas porque Ele os amou e porque Ele era fiel ao seu concerto (Dt 7.7-10). Semelhantemente, a salvação que recebemos de Cristo nos vem através da maravilhosa graça de Deus (Ef 2.8-10; Tt 3.4,5).

(2) O propósito do sangue aplicado às vergas das portas era salvar da morte o filho primogênito de cada família; esse fato prenuncia o derramamento do sangue de Cristo na cruz a fim de nos salvar da morte e da ira de Deus contra o pecado (12.13, 23, 27; Hb9.22).

(3) O cordeiro pascoal era um “sacrifício” (12.27) a servir de substituto do primogênito; isto prenuncia a morte de Cristo em substituição à morte do crente (ver Rm 3.25 nota). Paulo expressamente chama Cristo nosso Cordeiro da Páscoa, que foi sacrificado por nós (1Co 5.7).

(4) O cordeiro macho separado para morte tinha de ser “sem mácula” (12.5); esse fato prefigura a impecabilidade de Cristo, o perfeito Filho de Deus (Jo 8.46; Hb 4.15).

(5) Alimentar-se do cordeiro representava a identificação da comunidade israelita com a morte do cordeiro, morte esta que os salvou da morte física (1Co 10.16,17; 11.24-26). Assim como no caso da Páscoa, somente o sacrifício inicial, a morte dEle na cruz, foi um sacrifício eficaz. Realizamos em continuação a Ceia do Senhor como um memorial, “em memória” dEle (1Co 11.24).

(6) A aspersão do sangue nas vergas das portas era efetuada com fé obediente (12.28; Hb 11.28); essa obediência pela fé resultou, então, em redenção mediante o sangue (12.7, 13). A salvação mediante o sangue de Cristo se obtém somente através da “obediência da fé” (Rm 1.5; 16.26).

(7) O cordeiro da Páscoa devia ser comido juntamente com pães asmos (12.8). Uma vez que na Bíblia o fermento normalmente simboliza o pecado e a corrupção (ver 13.7 nota; Mt 16.6 nota; Mc 8.15 nota), esses pães asmos representavam a separação entre os israelitas redimidos e o Egito, i.e., o mundo e o pecado (ver 12.15 nota). Semelhantemente, o povo redimido por Deus é chamado para separar-se do mundo pecaminoso e dedicar-se exclusivamente a Deus (ver os estudos A SEPARAÇÃO ESPIRITUAL DO CRENTE e O RELACIONAMENTO ENTRE O CRENTE E O MUNDO).

A LEI DO ANTIGO TESTAMENTO

Êx 20.1,2 “Então, falou Deus todas estas palavras, dizendo: Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão.”

Um dos aspectos mais importantes da experiência dos israelitas no monte Sinai foi o de receberem a lei de Deus através do seu líder, Moisés. A Lei Mosaica (hb. Torah, que significa “ensino”), admite uma tríplice divisão:

(a) a lei moral, que trata das regras determinadas por Deus para um santo viver (20.1-17);

(b) a lei civil, que trata da vida jurídica e social de Israel como nação (21.1 — 23.33); e

(c) a lei cerimonial, que trata da forma e do ritual da adoração ao Senhor por Israel, inclusive o sistema sacrificial (24.12 — 31.18). Note os seguintes fatos no tocante à natureza e à função da lei no Antigo Testamento.

(1) A lei foi dada por Deus em virtude do concerto que Ele fez com o seu povo. Ela expunha as condições do concerto a que o povo devia obedecer por lealdade ao Senhor Deus, a quem eles pertenciam. Os israelitas aceitaram formalmente essas obrigações do concerto (24.1-8; ver o estudo O CONCERTO DE DEUS COM OS ISRAELITAS).

(2) A obediência de Israel à lei devia fundamentar-se na misericórdia redentora de Deus e na sua libertação do povo (19.4).

(3) A lei revelava a vontade de Deus quanto a conduta do seu povo (19.4-6; 20.1-17; 21.1—24.8) e prescrevia os sacrifícios de sangue para a expiação pelos seus pecados (Lv 1.5; 16.33). A lei não foi dada como um meio de salvação para os perdidos. Ela foi destinada aos que já tinham um relacionamento de salvação com Deus (20.2). Antes, pela lei Deus ensinou ao seu povo como andar em retidão diante dEle como seu Redentor, e igualmente diante do seu próximo. Os israelitas deviam obedecer à lei mediante a graça de Deus a fim de perseverarem na fé e cultuarem também por fé, ao Senhor (Dt 28.1,2; 30.15-20).

(4) Tanto no AT quanto no NT, a total confiança em Deus e na sua Palavra (Gn 15.6), e o amor sincero a Ele (Dt 6.5), formaram o fundamento para a guarda dos seus mandamentos. Israel fracassou exatamente nesse ponto, pois constantemente aquele povo não fazia da fé em Deus, do amor para com Ele de todo o coração e do propósito de andar nos seus caminhos, o motivo de cumprirem a sua lei. Paulo

declara que Israel não alcançou a justiça que a lei previa, porque “não foi pela fé” que a buscavam (Rm 9.32).

(5) A lei ressaltava a verdade eterna que a obediência a Deus, partindo de um coração cheio de amor (ver Gn 2.9 nota; Dt 6.5 nota) levaria a uma vida feliz e rica de bênçãos da parte do Senhor (cf. Gn 2.16 nota; Dt 4.1,40; 5.33; 8.1; Sl 119.45; Rm 8.13; 1Jo 1.7).

(6) A lei expressava a natureza e o carácter de Deus, i.e., seu amor, bondade, justiça e repúdio ao mal. Os fiéis israelitas deviam guardar a lei moral de Deus, pois foram criados à sua imagem (Lv 19.2).

(7) A salvação no AT jamais teve por base a perfeição mediante a guarda de todos os mandamentos. Inerente no relacionamento entre Deus e Israel, estava o sistema de sacrifícios, mediante os quais, o transgressor da lei obtinha o perdão, quando buscava a misericórdia de Deus, com sinceridade, arrependimento e fé, conforme a provisão divina expiatória mediante o sangue.

(8) A lei e o concerto do AT não eram perfeitos, nem permanentes. A lei funcionava como um tutor temporário para o povo de Deus até que Cristo viesse (Gl 3.22-26). O antigo concerto agora foi substituído pelo novo concerto, no qual Deus revelou plenamente o seu plano de salvação mediante Jesus Cristo (Rm 3.24-26; ver Gl 3.19, nota com matéria adicional sobre a natureza e função da lei no AT).

(9) A lei foi dada por Deus e acrescentada à promessa “por causa das transgressões” (Gl 3.19); i.e., tinha o propósito

(a) de prescrever a conduta de Israel;

(b) definir o que era pecado;

(c) revelar aos israelitas a sua tendência inerente de transgredir a vontade de Deus e de praticar o mal, e

(d) despertar neles o sentimento da necessidade da misericórdia, graça e redenção divinas (Rm 3.20; 5.20; 8.2).

O DIA DA EXPIAÇÃO

Lv 16.32,33 “E o sacerdote.... fará a expiação.... expiará o santo santuário; também expiará a tenda da congregação e o altar; semelhantemente fará expiação pelos sacerdotes e por todo o povo da congregação.”

A NECESSIDADE DA EXPIAÇÃO.

A palavra “expição” (heb. kippurim, derivado de kaphar, que significa “cobrir”) comunica a ideia de cobrir o pecado mediante um “resgate”, de modo que haja uma reparação ou restituição adequada pelo delito cometido (note o princípio do “resgate” em Êx 30.12; Nm 35.31; Sl 49.7; Is 43.3).

(1) A necessidade da expiação surgiu do fato que os pecados de Israel (16.30), caso não fossem expiados, sujeitariam os israelitas à ira de Deus (cf. Rm 1.18; Cl 3.6; 1Ts 2.16). Por conseguinte, o propósito do Dia da Expição era prover um sacrifício de amplitude ilimitada, por todos os pecados que porventura não tivessem sido expiados pelos sacrifícios oferecidos no decurso do ano que findava. Dessa maneira, o povo seria purificado dos seus pecados do ano precedente, afastaria a ira de Deus contra ele e manteria a sua comunhão com Deus (16.30-34; Hb 9.7).

(2) Porque Deus desejava salvar os israelitas, perdoar os seus pecados e reconciliá-los consigo mesmo, Ele proveu um meio de salvação ao aceitar a morte de um animal inocente em lugar deles (i.e., o animal que era sacrificado); esse animal levava sobre si a culpa e a penalidade deles (17.11; cf. Is 53.4,6,11) e cobria seus pecados com seu sangue derramado.

A CERIMÔNIA DO DIA DA EXPIAÇÃO.

Levíticos 16 descreve o Dia da Expição, o dia santo mais importante do ano judaico. Nesse dia, o sumo sacerdote, vestia as vestes sagradas, e de início preparava-se mediante um banho cerimonial com água. Em seguida, antes do ato da expiação pelos pecados do povo, ele tinha de oferecer um novilho pelos seus próprios pecados. A seguir, tomava dois bodes e, sobre eles, lançava sortes: um tornava-se o bode do sacrifício, e o outro tornava-se o bode expiatório (16.8). Sacrificava o primeiro bode, levava seu sangue, entrava no Lugar Santíssimo, para além do véu, e aspergia aquele sangue sobre o propiciatório, o qual cobria a arca contendo a lei divina que fora violada pelos israelitas, mas que agora estava coberta pelo sangue, e assim se fazia expiação pelos pecados da nação inteira (16.15,16). Como etapa final, o sacerdote tomava o bode vivo, impunha as mãos sobre a sua cabeça, confessava sobre ele todos os

pecados dos israelitas e o enviava ao deserto, simbolizando isto que os pecados deles eram levados para fora do arraial para serem aniquilados no deserto (16.21, 22).

(1) O Dia da Expição era uma assembleia solene; um dia em que o povo jejuava e se humilhava diante do Senhor (16.31). Esta contrição de Israel salientava a gravidade do pecado e o fato de que a obra divina da expiação era eficaz somente para aqueles de coração arrependido e com fé perseverante (cf. 23.27; Nm 15.30; 29.7).

(2) O Dia da Expição levava a efeito a expiação por todos os pecados e transgressões não expiados durante o ano anterior (16.16, 21). Precisava ser repetido cada ano da mesma maneira.

CRISTO E O DIA DA EXPIAÇÃO.

O Dia da Expição está repleto de simbolismo que prenuncia a obra de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. No NT, o autor de Hebreus realça o cumprimento, no novo concerto, da tipologia do Dia da Expição (ver Hb 9.6—10.18; ver o estudo CRISTO NO ANTIGO TESTAMENTO).

(1) O fato de que os sacrifícios do AT tinham de ser repetidos anualmente indica que eles eram provisórios. Apontavam para um tempo futuro quando, então, Cristo viria para remover de modo permanente todo o pecado confessado (cf. Hb 9.28; 10.10-18).

(2) Os dois bodes representam a expiação, o perdão, a reconciliação e a purificação consumados por Cristo. O bode que era sacrificado representa a morte vicária e sacrificial de Cristo pelos pecadores, como remissão pelos seus pecados (Rm 3.24-26; Hb 9.11, 12, 24-26). O bode expiatório, conduzido para longe, levando os pecados da nação, tipifica o sacrifício de Cristo, que remove o pecado e a culpa de todos quantos se arrependem (Sl 103.12; Is 53.6,11,12; Jo 1.29; Hb 9.26).

(3) Os sacrifícios no Dia da Expição proviam uma “cobertura” pelo pecado, e não a remoção do pecado. O sangue de Cristo derramado na cruz, no entanto, é a expiação plena e definitiva que Deus oferece à raça humana; expiação esta que remove o pecado de modo permanente (cf. Hb 10.4, 10, 11). Cristo como sacrifício perfeito (Hb 9.26; 10.5-10) pagou a inteira penalidade dos nossos pecados (Rm 3.25,26; 6.23; Gl 3.13; 2Co 5.21) e levou a efeito o sacrifício expiador que afasta a ira de Deus, que nos reconcilia com Ele e que restaura nossa comunhão com Ele (Rm 5.6-11; 2Co 5.18,19; 1Pe 1.18,19; 1Jo 2.2).

(4) O Lugar Santíssimo onde o sumo sacerdote entrava com sangue, para fazer expiação, representa o trono de Deus no céu. Cristo entrou nesse “Lugar

Santíssimo” após sua morte e, com seu próprio sangue, fez expiação para o crente perante o trono de Deus (Êx30.10; Hb 9.7,8,11,12,24-28).

(5) Visto que os sacrifícios de animais tipificavam o sacrifício perfeito de Cristo pelo pecado e que se cumpriram no sacrifício de Cristo, não há mais necessidade de sacrifícios de animais depois da morte de Cristo na cruz (Hb 9.12-18).

O VINHO NOS TEMPOS DO ANTIGO TESTAMENTO

Nm 6.3 “de vinho e de bebida forte se apartará; vinagre de vinho ou vinagre de bebida forte não beberá; nem beberá alguma beberagem de uvas; nem uvas frescas nem secas comerá.”

PALAVRAS HEBRAICAS PARA “VINHO”.

De um modo geral, há duas palavras hebraicas traduzidas por “vinho” na Bíblia.

(1) A primeira palavra, a mais comum, é yin, um termo genérico usado 141 vezes no AT para indicar vários tipos de vinho fermentado ou não-fermentado (ver Ne 5.18, que fala de “todo o vinho [yayin]” = todos os tipos).

(a) Por um lado, yayin aplica-se a todos os tipos de suco de uva fermentado (Gn 9.20,21; 19.32-33; 1Sm 25.36,37; Pv 23.30,31). Os resultados trágicos de tomar vinho fermentado aparecem em vários trechos do AT, notadamente Pv 23.29-35 (ver a próxima seção).

(b) Por outro lado, yayin também se usa com referência ao suco doce, não-fermentado, da uva. Pode referir-se ao suco fresco da uva espremida. Isaías profetiza: “já o pisador não pisará as uvas [yayin] nos lagares” (Is 16.10); semelhantemente, Jeremias diz: “fiz que o vinho [yayin] acabasse nos lagares; já não pisarão uvas com júbilo” (Jr 48.33). Jeremias até chama de yayin o suco ainda dentro da uva (Jr 40.10, 12). Outra evidência que yayin, às vezes, refere-se ao suco não-fermentado da uva temos em Lamentações, onde o autor descreve os nenês de colo clamando às mães, pedindo seu alimento normal de “trigo e vinho” (ML 2.12). O fato do suco de uva não-fermentado poder ser chamado “vinho” tem o respaldo de vários eruditos. A Enciclopédia Judaica (1901) declara: “O vinho fresco antes da fermentação era chamado yayin-mi-gat [vinho de tonel] (Sanh, 70a)”. Além disso, a Enciclopédia Judaica (1971) declara que o termo yayin era usado para designar o suco de uva em diferentes etapas, inclusive “o vinho recém-espremido antes da fermentação.” O Talmude Babilônico atribui ao rabino Hiyya uma declaração a respeito de “vinho [yayin] do lagar” (Baba Bathra, 97a). E em Halakot Gedalot consta: “Pode-se espremer um cacho de uvas, posto que o suco da uva é considerado vinho [yayin] em conexão com as leis do nazireado” (citado por Louis Ginzberg no Almanaque Judaico Americano, 1923). Para um exame de oinos, o termo equivalente no grego do NT, à palavra hebraica yayin, ver os estudos O VINHO NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO (1) e (2).

(2) A outra palavra hebraica traduzida por “vinho” é tirosh, que significa “vinho novo” ou “vinho da vindima”. Tirosh ocorre 38 vezes no AT; nunca se refere à bebida fermentada, mas sempre ao produto não-fermentado da videira, tal como o suco ainda no cacho de uvas (Is 65.8), ou o suco doce de uvas recém-colhidas (Dt 11.14; Pv 3.10; Jl 2.24). Brown, Driver, Briggs (Léxico Hebraico-Inglês do Velho Testamento) declaram que tirosh significa “mosto, vinho fresco ou novo”. A Enciclopédia Judaica (1901) diz que tirosh inclui todos os tipos de sucos doces e mosto, mas não vinho fermentado”. Tirosh tem “bênção nele” (Is 65.8); o vinho fermentado, no entanto, “é escarnecedor” (Pv 20.1) e causa embriaguez (ver Pv 23.31 nota).

(3) Além dessas duas palavras para “vinho”, há outra palavra hebraica que ocorre 23 vezes no AT, e frequentemente no mesmo contexto —shekar, geralmente traduzida por “bebida forte” (e.g., 1Sm 1.15; Nm 6.3). Certos estudiosos dizem que shekar, mais comumente, refere-se a bebida fermentada, talvez feita de suco de fruto de palmeira, de romã, de maçã, ou de tâmara. A Enciclopédia Judaica (1901) sugere que quando yayin se distingue de shekar, aquele era um tipo de bebida fermentada diluída em água, ao passo que esta não era diluída. Ocasionalmente, shekar pode referir-se a um suco doce, não-fermentado, que satisfaz (Robert P. Teachout: “O Uso de Vinho no Velho Testamento”, dissertação de doutorado em Teologia, Seminário Teológico Dallas, 1979). Shekar relaciona-se com shakar, um verbo hebraico que pode significar “beber à vontade”, além de “embriagar”. Na maioria dos casos, sabia-se que quando yayin e shekar aparecem juntos, formam uma única figura de linguagem que se refere às bebidas embriagantes.

A POSIÇÃO DO ANTIGO TESTAMENTO SOBRE O VINHO FERMENTADO.

Em vários lugares o AT condena o uso de yayin e shekar como bebidas fermentadas.

(1) A Bíblia descreve os maus efeitos do vinho embriagante na história de Noé (Gn 9.20-27). Ele plantou uma vinha, fez a vindima, fez vinho embriagante de uva e bebeu. Isso o levou à embriaguez, à imodéstia, à indiscrição e à tragédia familiar em forma de uma maldição imposta sobre Canaã. Nos tempos de Abraão, o vinho embriagante contribuiu para o incesto que resultou em gravidez nas filhas de Ló (Gn 19.31-38).

(2) Devido ao potencial das bebidas alcoólicas para corromper, Deus ordenou que todos os sacerdotes de Israel se abstivessem de vinho e outras bebidas fermentadas, durante sua vida ministerial. Deus considerava a violação desse

mandamento suficientemente grave para motivar a pena de morte para o sacerdote que a cometesse (Lv 10.9-11).

(3) Deus também revelou a sua vontade a respeito do vinho e das bebidas fermentadas ao fazer da abstinência uma exigência para todos que fizessem voto de nazireado (ver a próxima seção).

(4) Salomão, na sabedoria que Deus lhe deu, escreveu: “O vinho é escarnecedor, e a bebida forte, alvoroçadora; e todo aquele que neles errar nunca será sábio” (Pv 20.1 nota). As bebidas alcoólicas podem levar o usuário a zombar do padrão de justiça estabelecido por Deus e a perder o autocontrole no tocante ao pecado e à imoralidade.

(5) Finalmente, a Bíblia declara de modo inequívoco que para evitar ais e pesares e, em lugar disso, fazer a vontade de Deus, os justos não devem admirar, nem desejar qualquer vinho fermentado que possa embriagar e viciar (ver Pv 23.29-35 notas).

OS NAZIREUS E O VINHO.

O elevado nível de vida separada e dedicada a Deus, dos nazireus, devia servir como exemplo a todo israelita que quisesse assim fazer (ver Nm 6.2 nota). Deus deu aos nazireus instruções claras a respeito do uso do vinho.

(1) Eles deviam abster-se “de vinho e de bebida forte” (6.3; ver Dt 14.26 nota); nem sequer lhes era permitido comer ou beber qualquer produto feito de uvas, quer em forma líquida, quer em forma sólida. O mais provável é que Deus tenha dado esse mandamento como salvaguarda ante a tentação de tomar bebidas inebriantes e ante a possibilidade de um nazireu beber vinho alcoólico por engano (6.3-4). Deus não queria que uma pessoa totalmente dedicada a Ele se deparasse com a possibilidade de embriaguez ou de viciar-se (cf. Lv 10.8-11; Pv 31.4,5). Daí, o padrão mais alto posto diante do povo de Deus, no tocante às bebidas alcoólicas, era a abstinência total (6.3-4).

(2) Beber álcool leva, frequentemente, a vários outros pecados (tais como a imoralidade sexual ou a criminalidade). Os nazireus não deviam comer nem beber nada que tivesse origem na videira, a fim de ensinar-lhes que deviam evitar o pecado e tudo que se assemelhasse ao pecado, que leva a ele, ou que tenta a pessoa a cometê-lo.

(3) O padrão divino para os nazireus, da total abstinência de vinho e de bebidas fermentadas, era rejeitado por muitos em Israel nos tempos de Amós. Esse profeta declarou que os ímpios “aos nazireus deste vinho a beber” (ver Am 2.12 nota). O profeta Isaías declara por sua vez: “o sacerdote e o profeta

erram por causa da bebida forte; são absorvidos do vinho, desencaminham-se por causa da bebida forte, andam errados na visão e tropeçam no juízo. Porque todas as suas mesas estão cheias de vômitos e de imundícia; não há nenhum lugar limpo” (Is 28.7,8). Assim ocorreu, porque esses dirigentes recusaram o padrão da total abstinência estabelecido por Deus (ver Pv 31.4,5 nota).

(4) A marca essencial do nazireado —i.e., sua total consagração a Deus e aos seus padrões mais elevados —é um dever do crente em Cristo (cf. Rm 12.1; 2Co 6.17; 7.1). A abstinência de tudo quanto possa levar a pessoa ao pecado, estimular o desejo por coisas prejudiciais, abrir caminho à dependência de drogas ou do álcool, ou levar um irmão ou irmã a tropeçar, é tão necessário para o crente hoje quanto o era para o nazireu dos tempos do AT (ver 1Ts 5.6 nota; Tt 2.2 nota; ver os estudos O VINHO NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO (1) e (2).

O TEMOR DO SENHOR

Dt 6.1-2 “Estes, pois, são os mandamentos, os estatutos e os juízos que mandou o SENHOR, vosso Deus, para se vos ensinar, para que os fizésseis na terra a que passais a possuir; para que temas ao SENHOR, teu Deus, e guardes todos os seus estatutos e mandamentos, que eu te ordeno, tu, e teu filho, e o filho de teu filho, todos os dias da tua vida; e que teus dias sejam prolongados.”

Um mandamento frequente ao povo de Deus do AT é “temer a Deus” ou “temer ao Senhor”. É importante que saibamos o que esse mandamento significa para nós como crentes. Somente à medida que verdadeiramente temermos ao Senhor é que seremos libertos da escravidão de todas as formas de temores anormais e satânicos.

O SIGNIFICADO DO TEMOR DE DEUS.

O mandamento geral de “temer ao Senhor” inclui uma variedade de aspectos do relacionamento entre o crente e Deus.

(1) É fundamental, no temor a Deus, reconhecer a sua santidade, justiça e retidão como complemento do seu amor e misericórdia, i.e., conhecê-lo e compreender plenamente quem Ele é (cf. Pv 2.5). Esse temor baseia-se no reconhecimento que Deus é um Deus santo, cuja natureza inerente o leva a condenar o pecado.

(2) Temer ao Senhor é considerá-lo com santo temor e reverência e honrá-lo como Deus, por causa da sua excelsa glória, santidade, majestade e poder (ver Fp 2.12 nota). Quando, por exemplo, os israelitas no monte Sinai viram Deus manifestar-se através de “trovões e relâmpagos sobre o monte, e uma espessa nuvem, e um somido de buzina mui forte” o povo inteiro “estremeceu” (Êx 19.16) e implorou a Moisés que este falasse, em vez de Deus (Êx 20.18,19; Dt 5.22-27). Além disso, o salmista, na sua reflexão a respeito do Criador, declara explicitamente: “Tema toda a terra ao SENHOR; temam-no todos os moradores do mundo. Porque falou, e tudo se fez; mandou, e logo tudo apareceu” (Sl 33.8,9).

(3) O verdadeiro temor de Deus leva o crente a crer e confiar exclusivamente nEle para a salvação. Por exemplo: depois que os israelitas atravessaram o mar Vermelho como em terra seca e viram a extrema destruição do exército egípcio, “temeu o povo ao SENHOR e creu no SENHOR” (ver Êx 14.31 nota). Semelhantemente, o salmista conclama a todos os que temem ao Senhor: “confiai no SENHOR; ele é vosso auxílio e vosso escudo” (Sl 115.11). Noutras palavras, o temor ao Senhor produz no povo de Deus esperança e

confiança nEle. Não é de admirar, pois, que tais pessoas se salvem (Sl 85.9) e desfrutem do amor perdoador de Deus, e da sua misericórdia (Lc 1.50; cf. Sl 103.11; 130.4).

(4) Finalmente, temer a Deus significa reconhecer que Ele é um Deus que se ira contra o pecado e que tem poder para castigar a quem transgride suas justas leis, tanto no tempo como na eternidade (cf. Sl 76.7,8). Quando Adão e Eva pecaram no jardim do Éden, tiveram medo e procuraram esconder-se da presença de Deus (Gn 3.8-10). Moisés experimentou esse aspecto do temor de Deus quando passou quarenta dias e quarenta noites em oração, intercedendo pelos israelitas transgressores: “temi por causa da ira e do furor com que o SENHOR tanto estava irado contra vós, para vos destruir” (9.19).

RAZÕES PARA TERMOS TEMOR DE DEUS.

As razões para temer o Senhor vêm do significado do temor do Senhor.

(1) Devemos temê-lo por causa do seu grande poder como o Criador de todas as coisas e de todas as pessoas (Sl 33.6-9; 96.4-5; Jo 1.9).

(2) Além disso, o poder inspirador de santo temor que Ele exerce sobre os elementos da criação e sobre nós é motivo de temê-lo (Êx 20.18-20; Ec 3.14; Jn 1.11-16; Mc 4.39-41).

(3) Quando nós nos apercebemos da santidade do nosso Deus, i.e., sua separação do pecado, e sua aversão constante a ele, a resposta normal do espírito humano é temê-lo (Ap 15.4).

(4) Todos quantos contemplarem o esplendor da glória de Deus não podem deixar de experimentar reverente temor (Mt 17.1-8).

(5) As bênçãos contínuas que recebemos da parte de Deus, especialmente o perdão dos nossos pecados (Sl 130.4), devem nos levar a temê-lo e a amá-lo (1Sm 12.24; Sl 34.9; 67.7; Jr 5.24; ver o estudo A PROVIDÊNCIA DIVINA).

(6) É indubitável que o fato de Deus ser um Deus de justiça, que julgará a totalidade da raça humana, gera o temor a Ele (17.12-13; Is 59.18,19; Mt 3.5; Hb 10.26-31). É uma verdade solene e santa que Deus constantemente observa e avalia as nossas ações, tanto as boas quanto as más, e que seremos responsabilizados por essas ações, tanto agora como no dia do nosso julgamento individual.

CONOTAÇÕES PESSOAIS LIGADAS AO TEMOR DE DEUS.

O temor de Deus é muito mais do que uma doutrina bíblica; ele é diretamente aplicável à nossa vida diária, de numerosas maneiras.

(1) Primeiramente, se realmente tememos ao Senhor, temos uma vida de obediência aos seus mandamentos e damos sempre um “não” estridente ao pecado. Uma das razões por que Deus inspirou temor nos israelitas no monte Sinai foi para que aprendessem a desviar-se do pecado e a obedecer à sua lei (Êx 20.20). Repetidas vezes no seu discurso final aos israelitas, Moisés mostrou o relacionamento entre o temor ao Senhor e o serviço e a obediência a Ele (e.g., 5.29; 6.2, 24; 10.12; 13.4; 17.19; 31.12). Segundo os salmistas, temer ao Senhor equivale a deleitar-se nos seus mandamentos (Sl 112.1) e seguir os seus preceitos (Sl 119.63). Salomão ensinou que “pelo temor do SENHOR, os homens se desviam do mal” (Pv 16.6; cf. 8.13). Em Eclesiastes, o dever inteiro da raça humana resume-se em dois breves imperativos: “Teme a Deus e guarda os seus mandamentos” (Ec 12.13). Inversamente, aquele que se contenta em viver na iniquidade, assim faz porque “não há temor de Deus perante os seus olhos” (Sl 36.1-4).

(2) Um corolário importante da conotação supra é que o crente deve ensinar seus filhos a temer ao Senhor, levando-os a abominar o pecado e a guardar os santos mandamentos de Deus (4.10; 6.1-2, 6-9). A Bíblia declara frequentemente que “O temor do SENHOR é o princípio da sabedoria” (Sl 111.10; cf. Jó 28.28; Pv 1.7; 9.10). Visto que um alvo básico na educação dos nossos filhos é que vivam segundo os princípios da sabedoria estabelecidos por Deus (Pv 1.1-6), ensinar esses filhos a temerem ao Senhor é um primeiro passo decisivo (ver o estudo PAIS E FILHOS).

(3) O temor de Deus tem um efeito santificante sobre o povo de Deus. Assim como há um efeito santificante na verdade da Palavra de Deus (Jo 17.17), assim também há um efeito santificante no temor a Deus. Esse temor inspira-nos a evitar o pecado e desviar-nos do mal (Pv 3.7; 8.13; 16.6). Ele nos leva a ser cuidadosos e comedidos no que falamos (Pv 10.19; Ec 5.2,6,7). Ele nos protege do colapso da nossa consciência, bem como a nossa firmeza moral. O temor do Senhor é puro e purificador (Sl 19.9); é santo e libertador no seu efeito.

(4) O temor do Senhor motiva o povo de Deus a adorá-lo de todo o seu ser. Se realmente tememos a Deus, nós o adoramos e o glorificamos como o Senhor de tudo (Sl 22.23). Davi equipara a congregação dos que adoram a Deus com “os que o temem” (Sl 22.25). Igualmente, no final da história, quando um anjo na esfera celestial proclama o evangelho eterno e conclama a todos na terra a temerem a Deus, acrescenta prontamente: “e dai-lhe glória

(...) E adorai aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas” (Ap 14.6,7).

(5) Deus promete que recompensará a todos que o temem. “O galardão da humildade e o temor do SENHOR são riquezas, e honra, e vida” (Pv 22.4). Outras recompensas prometidas são a proteção da morte (Pv 14.26,27), provisões para nossas necessidades diárias (Sl 34.9; 111.5), e uma vida longa (Pv 10.27). Aqueles que temem ao Senhor sabem que “bem sucede aos que temem a Deus”, não importando o que aconteça no mundo ao redor (Ec 8.12,13).

(6) Finalmente, o temor ao Senhor confere segurança e consolo espiritual indizíveis para o povo de Deus. O NT vincula diretamente o temor de Deus ao conforto do Espírito Santo (At 9.31). Por um lado, quem não teme ao Senhor não tem nenhuma consciência da sua presença, graça e proteção (ver 1.26 nota); por outro lado, os que temem a Deus e guardam os mandamentos dEle têm experiência profunda de proteção espiritual na sua vida, e da unção do Espírito Santo. Têm certeza de que Deus vai “livrar a sua alma da morte” (Sl 33.18,19; ver os estudos A MORTE e A SEGURANÇA DA SALVAÇÃO).

O CONCERTO DE DEUS COM OS ISRAELITAS

Dt 29.1 “Estas são as palavras do concerto que o SENHOR ordenou a Moisés, na terra de Moabe, que fizesse com os filhos de Israel, além do concerto que fizera com eles em Horebe.”

O CONCERTO NO MONTE SINAI (HOREBE).

Deus fez um concerto com Abraão e o renovou com Isaque e Jacó (ver o estudo O CONCERTO DE DEUS COM ABRAÃO, ISAQUE E JACÓ). O concerto de Deus com os israelitas, feito ao sopé do monte Sinai (ver Êx 19.1 nota), abrange os dois princípios básicos tratados no estudo supra citado.

(1) Unicamente Deus estabelece as promessas e compromissos do seu concerto, e

(2) aos seres humanos cabe aceitá-los com fé obediente. A diferença principal entre este concerto e o anterior é que Deus fez um sumário das respectivas promessas e responsabilidades do concerto antes da sua ratificação (Êx 24.1-8).

(1) As promessas de Deus, neste concerto, eram basicamente as mesmas que foram feitas a Abraão (ver Êx 19.1 nota). Deus prometeu

(a) que daria aos israelitas a terra de Canaã depois de libertá-los da escravidão no Egito (Êx 6.3-6; 19.4; 23.20, 23), e

(b) que Ele seria o seu Deus e que os adotaria como o seu povo (Êx 6.7; 19.6; ver Dt 5.2 nota). O alvo supremo de Deus era trazer ao mundo o Salvador através do povo do concerto.

(2) Antes de Deus cumprir todas essas promessas, Ele requereu que os israelitas se comprometessem a observar as suas leis declaradas quando eles estavam acampados no monte Sinai. Depois de Deus revelar os dez mandamentos e muitas outras leis do concerto (ver o estudo A LEI DO ANTIGO TESTAMENTO, os israelitas juraram a uma só voz: “Todas as palavras que o SENHOR tem falado faremos” (Êx 24.3). Sem essa promessa solene de aceitarem as normas da lei de Deus, o concerto entre eles e o Senhor não teria sido confirmado (ver Êx 24.8 nota).

(3) Essa resolução de cumprir a lei de Deus, continuou como uma condição prévia do concerto. Somente pela perseverança na obediência aos mandamentos do Senhor e no oferecimento dos sacrifícios determinados por Deus no concerto é que Israel continuaria como a possessão preciosa de Deus e igualmente continuaria a receber as suas bênçãos. Noutras palavras, a continuação da eleição de

Israel como o povo de Deus dependia da sua obediência ao seu Senhor (ver Êx 19.5, nota).

(4) Deus também estipulou claramente o que aconteceria se o seu povo deixasse de cumprir as obrigações do concerto. O castigo pela desobediência era a destruição daquele povo, quer por banimento, quer por morte (ver Êx 31.14,15). Trata-se de uma repetição da advertência de Deus, dada por ocasião do êxodo, i.e., aqueles que não cumprissem as suas instruções para a Páscoa seriam excluídos do povo (Êx 12.15, 19; 12.15 nota). Essas advertências não eram fictícias. Em Cades, por exemplo, quando os israelitas se rebelaram, incrédulos, contra o Senhor e se recusaram a entrar em Canaã, por medo dos seus habitantes, Deus se irou com eles e, como castigo, fê-los peregrinar no deserto durante trinta e nove anos; ali, morreram todos os israelitas com mais de vinte anos de idade (exceto Calebe e Josué, ver Nm 13.26—14.39; 14.29 nota). O castigo pela desobediência e incredulidades deles foi a perda do privilégio de habitar na terra do repouso, por Deus prometido (cf Sl 95.7-11; Hb 3.9-11,18).

(5) Deus não esperava de seu povo uma obediência perfeita, e sim uma obediência sincera e firme. O concerto já reconhecia que, às vezes, devido às fraquezas da natureza humana, eles fracassariam (ver 30.20 nota). Para remi-los da culpa do pecado e reconciliá-los consigo mesmo, Deus proveu o sistema geral de sacrifícios e, em especial, o Dia Anual da Expição (ver o estudo O DIA DA EXPIAÇÃO). O povo podia, assim, confessar seus pecados, oferecer os diversos sacrifícios, e deste modo reconciliar-se com o seu Senhor. Todavia, Deus julgaria severamente os desobedientes, a rebeldia e a apostasia deliberada.

(6) No seu concerto com os israelitas, Deus tencionava que os povos doutras nações, ao observarem a fidelidade de Israel a Deus, e as bênçãos que recebiam, buscassem o Senhor e integrassem a comunhão da fé (ver 4.6 nota). Um dia, através do Redentor prometido, um convite seria feito às nações da terra para participarem dessas promessas. Assim, o concerto tinha um relevante aspecto missionário.

O CONCERTO RENOVADO NAS PLANÍCIES DE MOABE.

Depois que a geração rebelde e infiel dos israelitas pereceu durante seus trinta e nove anos de peregrinação no deserto, Deus chamou uma nova geração de israelitas e preparou-os para entrarem na terra prometida, mediante a renovação do concerto com Ele. Para uma conquista bem-sucedida da terra de Canaã, necessário era que eles se comprometessem com esse concerto e que tivessem a garantia que o Senhor Deus estaria com eles.

(1) Essa renovação do concerto é o enfoque principal do livro de Deuteronômio (ver introdução). Depois de uma introdução (1.1-5), Deuteronômio faz um resumo histórico de como Deus lidou com seu povo desde a partida do Sinai (1.6—4.43). Repete as principais condições do concerto (4.44—26.19), relembra aos israelitas as maldições e as bênçãos do concerto (27.1—30.20) e termina com as providências para a continuação do concerto (31.1—33.29). Embora o fato não seja mencionado especificamente no livro, podemos ter como certo que a nação de Israel, à uma só voz, deu um caloroso “Amém” às condições do concerto, assim como a geração anterior fizera no monte Sinai (cf. Êx 24.1-8; Dt 27; 29.10-14).

(2) O conteúdo básico desse concerto continuou como o do monte Sinai. Um assunto reiterado no livro inteiro de Deuteronômio é que, se o povo de Deus obedecesse a todas as palavras do concerto, teria a bênção divina; em caso contrário, teria a maldição divina (ver especialmente 27—30). A única maneira deles e seus descendentes permanecerem para sempre na terra de Canaã era guardarem o concerto, amando ao Senhor (ver 6.5 nota) e obedecendo à sua lei (30.15-20).

(3) Moisés ordenou ao povo que periodicamente relembresse o concerto feito. Cada sétimo ano, na Festa dos Tabernáculos, todos os israelitas deviam comparecer ao lugar que Deus escolhesse. Ali, mediante a leitura da lei de Moisés, eles lembrariam do concerto de Deus com eles, e também, mediante a renovação da promessa, de cumprir o que ouviam (31.9-13).

(4) O AT registra vários exemplos notáveis dessa lembrança e renovação do concerto. Após a conquista da terra, e pouco antes da morte de Josué, este conclamou todo o povo com esse propósito (Js 24). A resposta do povo foi clara e inequívoca: “Serviremos ao Senhor, nosso Deus, e obedeceremos à sua voz” (Js 24.24). Diante disso: “Assim, fez Josué concerto, naquele dia, com o povo” (Js 24.25). Semelhantemente, Joiada dirigiu uma cerimônia de renovação do concerto, quando Joás foi coroado (2Rs 11.17), e assim fizeram também Josias (2Rs 23.1-3), Ezequias (cf. 2Cr 29.10) e Esdras (Ne 8.1—10.39).

(5) A chamada para lembrar e renovar o concerto é oportuna hoje. O NT é o concerto que Deus fez conosco em Jesus Cristo. Lembramos do seu concerto conosco quando lemos e estudamos a sua revelação contendo suas promessas e preceitos, quando ouvimos a exposição da Palavra de Deus e, mais especificamente, quando participamos da Ceia do Senhor (ver 1Co 11.17-34). Na Ceia do Senhor, também renovamos nosso compromisso de amar ao Senhor e de servi-lo de todo o nosso coração (ver 1Co 11.20 nota).

A DESTRUIÇÃO DOS CANANEUS

Js 6.21 “E tudo quanto na cidade havia destruíram totalmente a fio da espada, desde o homem até a mulher, desde o menino até ao velho, até ao boi e gado miúdo e ao jumento.”

(1) Antes de a nação de Israel entrar na terra prometida, Deus tinha dado instruções rigorosas quanto ao que deviam fazer com os moradores dali —deviam ser totalmente destruídos. “Porém, das cidades destas nações, que o Senhor, teu Deus, te dá em herança, nenhuma coisa que tem fôlego deixarás com vida. Antes, destrui-las-ás totalmente: aos heteus, e aos amorreus, e aos cananeus, e aos ferezeus, e aos heveus, e aos jebuseus, como te ordenou o Senhor, teu Deus” (Dt 20.16,17; cf. Nm 33.51-53).

(2) O Senhor repetiu essa ordem depois dos israelitas atravessarem o Jordão e entrarem em Canaã. Em várias ocasiões, o livro de Josué declara que a destruição das cidades e dos cananeus pelos israelitas foi ordenada pelo Senhor (Js 6.2; 8.1-2; 10.8). Os crentes do novo concerto frequentemente argumentam sobre até que ponto essa destruição em massa de seres humanos é corrente com outras partes da Bíblia como revelação divina, que tratam do amor, justiça de Deus e do seu repúdio à iniquidade.

(3) A destruição de Jericó é um relato do justo juízo divino contra um povo iníquo em grau máximo e irremediável, cujo pecado chegara a atingir sua plena medida (Gn 15.16; Dt 9.4,5). Noutras palavras, Deus aniquilou os moradores daquela cidade e outros habitantes de Canaã porque estes se entregaram totalmente à depravação moral. A arqueologia revela que os cananeus estavam envolvidos em todas as formas de idolatria, prostituição cultural, violência, a queima de crianças em sacrifícios aos seus deuses e espiritismo (cf. Dt 12.31; 18.9-13; ver Js 23.12 nota).

(4) A destruição total dos cananeus era necessária para salvaguardar Israel da destruidora influência da idolatria e pecado dos cananeus. Deus sabia que se aquelas nações ímpias continuassem a existir, ensinariam os israelitas “a fazer conforme todas as suas abominações, que fizeram a seus deuses, e pequeis contra o Senhor, vosso Deus” (Dt 20.18). Este versículo exprime o princípio bíblico permanente, de que o povo de Deus deve manter-se separado da sociedade ímpia ao seu redor (Dt 7.2-4; 12.1-4; ver os estudos A SEPARAÇÃO ESPIRITUAL DO CRENTE e O RELACIONAMENTO ENTRE O CRENTE E O MUNDO).

(5) A destruição das cidades cananeias e seus habitantes, demonstra um princípio básico de julgamento divino: quando o pecado de um povo alcança sua

medida máxima, a misericórdia de Deus cede lugar ao juízo (cf. 11.20). Deus já aplicara esse mesmo princípio, quando do dilúvio (Gn 6.5,11,12) e da destruição das cidades iníquas de Sodoma e Gomorra (Gn 18.20-33; 19.24-25).

(6) A história subsequente de Israel confirma a importância desse princípio e da ordem divina de que todas as nações pagãs fossem destruídas. Na realidade, os israelitas desobedeceram ao mandamento do Senhor e não expulsaram completamente todos os habitantes de Canaã. Como resultado, começaram a seguir seus caminhos detestáveis e a servir aos seus deuses ídolos (ver Jz 1.28 nota; 2.2,17 notas). O livro de Juízes é a história daquilo que o Senhor fez em resposta a essa apostasia.

(7) Finalmente, a destruição daquela geração de cananeus tipifica e prenuncia o juízo final de Deus sobre os ímpios, no fim dos tempos. O segundo e verdadeiro Josué da parte de Deus, i.e., Jesus Cristo, voltará em justiça, com os exércitos do céu a fim de julgar todos os ímpios e de batalhar contra eles (Ap 19.11-21). Todos aqueles que rejeitarem a sua oferta de graça e de salvação e que continuarem no pecado, perecerão assim como os cananeus. Deus abaterá todas as potências mundiais e estabelecerá na terra o seu reino da justiça (Ap 18.20,21; 20.4-10; 21.1-4).

OS ANJOS, E O ANJO DO SENHOR

Jz 2.1 “E subiu o Anjo do SENHOR de Gilgal a Boquim e disse: Do Egito vos fiz subir, e vos trouxe à terra que a vossos pais tinha jurado, e disse: Nunca invalidarei o meu concerto convosco.”

A Bíblia menciona frequentemente os anjos; o presente estudo provê uma noção geral do ensino bíblico a respeito dos anjos.

ANJOS.

A palavra “anjo” (hb. malak; gr. angelos) significa “mensageiro”. Os anjos são mensageiros ou servidores celestiais de Deus (Hb 1.13,14), criados por Deus antes de existir a terra (Jó 38.4-7; Sl 148.2,5; Cl 1.16).

(1) A Bíblia fala em anjos bons e em anjos maus, embora ressalte que todos os anjos foram originalmente criados bons e santos (Gn 1.31). Tendo livre-arbítrio, numerosos anjos participaram da rebelião de Satanás (Ez 28.12-17; 2Pe 2.4; Jd 1.6; Ap 12.9; ver Mt 4.10 nota) e abandonaram o seu estado original de graça como servos de Deus, e assim perderam o direito à sua posição celestial (ver o estudo PODER SOBRE SATANÁS E OS DEMÔNIOS).

(2) A Bíblia fala numa vasta hoste de anjos bons (1Rs 22.19; Sl 68.17; 148.2; Dn 7.9-10; Ap 5.11), embora os nomes de apenas dois sejam registrados nas Escrituras: Miguel (Dn 12.1; Jd 1.9; Ap 12.7) e Gabriel (Dn 9.21; Lc 1.19,26). Segundo parece, os anjos estão divididos em diferentes categorias: Miguel é chamado de arcanjo (lit.: “anjo principal”, Jd 9; 1 Ts 4.16); há serafins (Is 6.2), querubins (Ez 10.1-3), anjos com autoridade e domínio (Ef 3.10; Cl 1.16) e as miríades de espíritos ministradores angelicais (Hb 1.13,14; Ap 5.11).

(3) Como seres espirituais, os anjos bons louvam a Deus (Hb 1.6; Ap 5.11; 7.11), cumprem a sua vontade (Nm 22.22; Sl 103.20), veem a sua face (Mt 18.10), estão em submissão a Cristo (1Pe 3.22), são superiores aos seres humanos (Hb 2.6,7) e habitam no céu (Mc 13.32; Gl 1.8). Não se casam (Mt 22.30), nunca morrerão (Lc 20.34-36) e não devem ser adorados (Cl 2.18; Ap 19.9,10). Podem aparecer em forma humana (geralmente como moços, sem asas, cf. Gn 18.2,16; 19.1; Hb 13.2).

(4) Os anjos executam numerosas atividades na terra, cumprindo ordens de Deus. Desempenham uma elevada missão ao revelarem a lei de Deus a Moisés (At 7.38; Gl 3.19; Hb 2.2). Seus deveres relacionam-se principalmente com a obra redentora de Cristo (Mt 1.20-24; 2.13; 28.2; Lc 1—2; At 1.10; Ap 14.6,7). Regozijam-se por um só pecador que se arrepende (Lc 15.10), servem em prol do

povo de Deus (Dn 3.25; 6.22; Mt 18.10; Hb 1.14), observam o comportamento da congregação dos cristãos (1Co 11.10; Ef 3.10; 1Tm 5.21), são portadores de mensagens de Deus (Zc 1.14-17; At 10.1-8; 27.23-24), trazem respostas às orações (Dn 9.21-23; At 10.4); às vezes, ajudam a interpretar sonhos e visões proféticas (Dn 7.15-16); fortalecem o povo de Deus nas provações (Mt 4.11; Lc 22.43), protegem os santos que temem a Deus e se afastam do mal (Sl 34.7; 91.11; Dn 6.22; At 12.7-10), castigam os inimigos de Deus (2Rs 19.35; At 12.23; Ap 14.17—16.21), lutam contra as forças demoníacas (Ap 12.7-9) e conduzem os salvos ao céu (Lc 16.22).

(5) Durante os eventos dos tempos do fim, a guerra se intensificará entre Miguel, com os anjos bons, e Satanás, com suas hostes demoníacas (Ap 12.7-9). Anjos acompanharão a Cristo quando Ele voltar (Mt 24.30-31) e estarão presentes no julgamento da raça humana (Lc 12.8,9).

O ANJO DO SENHOR.

É mister fazer menção especial ao “Anjo do SENHOR” (às vezes, “o Anjo de Deus”), um anjo incomparável que aparece no AT e no NT.

(1) Seu primeiro aparecimento foi a Agar, no deserto (Gn 16.7); outros aparecimentos incluíram pessoas como Abraão (Gn 22.11,15), Jacó (Gn 31.11-13), Moisés (Êx 3.2), todos os israelitas durante o êxodo (Êx 14.19) e mais tarde em Boquim (Jz 2.1,4), Balaão (Nm 22.22-36), Josué (Js 5.13-15, onde o príncipe do exército do SENHOR é mais provavelmente o Anjo do SENHOR), Gideão (Jz 6.11), Davi (1Cr 21.16), Elias (2Rs 1.3-4), Daniel (Dn 6.22) e José (Mt 1.20; 2.13).

(2) O Anjo do SENHOR realizou várias tarefas semelhantes às dos anjos, em geral. Às vezes, simplesmente trazia mensagens do Senhor ao seu povo (Gn 22.15-18; 31.11-13; Mt 1.20). Noutras ocasiões, Deus enviava o seu anjo para suprir as necessidades dos seus (1Rs 19.5-7), para protegê-los do perigo (Êx 14.19; 23.20; Dn 6.22) e, ocasionalmente, destruir os seus inimigos (Êx 23.23; 2Rs 19.34,35; Is 63.9). Quando o próprio povo de Deus rebelava-se e pecava grandemente, este anjo podia ser usado para destruí-lo (2Sm 24.16,17).

(3) A identidade do anjo do Senhor tem sido debatida, especialmente pelo modo como ele frequentemente se dirige às pessoas. Note os seguintes fatos:

(a) em 2.1, o anjo do Senhor diz: Do Egito Eu vos fiz subir, e Eu vos trouxe à terra que a vossos pais Eu tinha jurado, e Eu disse: Eu nunca invalidarei o meu concerto convosco (o grifo dos pronomes foi acrescentado). Comparada esta passagem com outras que descrevem o mesmo evento, verifica-se que eram

atos do Senhor, o Deus do concerto dos israelitas. Foi Ele quem jurou a Abraão, a Isaque e a Jacó que daria aos seus descendentes a terra de Canaã (Gn 13.14-17; 17.8; 26.2-4; 28.13); Ele jurou que esse concerto seria eterno (Gn 17.7), Ele tirou os israelitas do Egito (Êx 20.1,2) e Ele os levou à terra prometida (Js 1.1,2).

(b) Quando o anjo do Senhor apareceu a Josué, este prostrou-se e o adorou (Js 5.14). Essa atitude tem levado muitos a crer que esse anjo era uma manifestação do próprio Senhor Deus; do contrário, o anjo teria proibido Josué de adorá-lo (Ap 19.10; 22.8-9).

(c) Ainda mais explicitamente, o anjo do Senhor que apareceu a Moisés na sarça ardente disse, em linguagem bem clara: “Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó” (Êx 3.6; ver Gn 16.7 nota; Êx 3.2 nota).

(4) Porque o anjo do Senhor está tão estreitamente identificado com o próprio Senhor, e porque ele apareceu em forma humana, alguns consideram que ele era uma aparição do Cristo eterno, a segunda pessoa da Trindade, antes de nascer da virgem Maria.

A IDOLATRIA E SEUS MALES

1Sm 12.20,21 “Não temais; vós tendes cometido todo este mal; porém não vos desvieis de seguir ao SENHOR, mas servi ao SENHOR com todo o vosso coração. E não vos desvieis; pois seguiríeis as vaidades, que nada aproveitam e tampouco vos livrarão, porque vaidades são.”

A idolatria é um pecado que o povo de Deus, através da sua história no AT, cometia repetidamente. O primeiro caso registrado ocorreu na família de Jacó (Israel). Pouco antes de chegar a Betel, Jacó ordenou a remoção de imagens de deuses estranhos (Gn 35.1-4). O primeiro caso registrado na Bíblia em que Israel, de modo global, envolveu-se com idolatria foi na adoração do bezerro de ouro, enquanto Moisés estava no monte Sinai (Êx 32.1-6). Durante o período dos juízes, o povo de Deus frequentemente se voltava para os ídolos. Embora não haja evidência de idolatria nos tempos de Saul ou de Davi, o final do reinado de Salomão foi marcado por frequente idolatria em Israel (1Rs 11.1-10). Na história do reino dividido, todos os reis do Reino do Norte (Israel) foram idólatras, bem como muitos dos reis do Reino do Sul (Judá). Somente depois do exílio, é que cessou o culto idólatra entre os judeus.

O FASCÍNIO DA IDOLATRIA.

Por que a idolatria era tão fascinante aos israelitas? Há vários fatores implícitos.

(1) As nações pagãs que circundavam Israel criam que a adoração a vários deuses era superior à adoração a um único Deus. Noutras palavras: quanto mais deuses, melhor. O povo de Deus sofria influência dessas nações e constantemente as imitava, em vez de obedecer ao mandamento de Deus, no sentido de se manter santo e separado delas.

(2) Os deuses pagãos das nações vizinhas de Israel não requeriam o tipo de obediência que o Deus de Israel requeria. Por exemplo, muitas das religiões pagãs incluíam imoralidade sexual religiosa no seu culto, tendo para isso prostitutas cultuais. Essa prática, sem dúvida, atraía muitos em Israel. Deus, por sua vez, requeria que o seu povo obedecesse aos altos padrões morais da sua lei, sem o que, não haveria comunhão com Ele.

(3) Por causa do elemento demoníaco da idolatria (ver a próxima seção), ela, às vezes, oferecia, em bases limitadas, benefícios materiais e físicos temporários. Os deuses da fertilidade prometiam o nascimento de filhos; os deuses do tempo (sol, lua, chuva etc.) prometiam as condições apropriadas para colheitas

abundantes e os deuses da guerra prometiam proteção dos inimigos e vitória nas batalhas. A promessa de tais benefícios fascinava os israelitas; daí, muitos se dispunham a servir aos ídolos.

A NATUREZA REAL DA IDOLATRIA.

Não se pode compreender a atração que exercia a idolatria sobre o povo, amenos que compreendamos sua verdadeira natureza.

(1) A Bíblia deixa claro que o ídolo em si, nada é (Jr 2.11; 16.20). O ídolo é meramente um pedaço de madeira ou de pedra, esculpido por mãos humanas, que nenhum poder tem em si mesmo. Samuel chama os ídolos de “vaidades” (12.21), e Paulo declara expressamente: “sabemos que o ídolo nada é no mundo” (1Co 8.4; cf. 10.19,20). Por essa razão, os salmistas (e.g., Sl 115.4-8; 135.15-18) e os profetas (e.g. 1Rs 18.27; Is 44.9-20; 46.1-7; Jr 10.3-5) frequentemente zombavam dos ídolos.

(2) Por trás de toda idolatria, há demônios, que são seres sobrenaturais controlados pelo diabo. Tanto Moisés (ver Dt 32.17 nota) quanto o salmista (Sl 106.36,37) associam os falsos deuses com demônios. Note, também, o que Paulo diz na sua primeira carta aos coríntios a respeito de comer carne sacrificada aos ídolos: “as coisas que os gentios sacrificam, as sacrificam aos demônios e não a Deus” (1Co 10.20). Noutras palavras, o poder que age por detrás da idolatria é o dos demônios, os quais têm muito poder sobre o mundo e os que são deles. O cristão sabe com certeza que o poder de Jesus Cristo é maior do que o dos demônios (ver o estudo PODER SOBRE SATANÁS E OS DEMÔNIOS.). Satanás, como “o deus deste século” (2Co 4.4), exerce vasto poder nesta presente era iníqua (ver 1Jo 5.19 nota; cf. Lc 13.16; Gl 1.4; Ef 6.12; Hb 2.14). Ele tem poder para produzir falsos milagres, sinais e maravilhas de mentira (2Ts 2.9; Ap 13.2-8,13; 16.13-14; 19.20) e de proporcionar às pessoas benefícios físicos e materiais. Sem dúvida, esse poder contribui, às vezes, para a prosperidade dos ímpios (cf. Sl 10.2-6; 37.16, 35; 49.6; 73.3-12).

(3) A correlação entre a idolatria e os demônios vê-se mais claramente quando percebemos a estreita vinculação entre as práticas religiosas pagãs e o espiritismo, a magia negra, a leitura da sorte, a feitiçaria, a bruxaria, a necromancia e coisas semelhantes (cf. 2Rs 21.3-6; Is 8.19; ver Dt 18.9-11 notas; Ap 9.21 nota). Segundo as Escrituras, todas essas práticas ocultistas envolvem submissão e culto aos demônios. Quando, por exemplo, Saul pediu à feiticeira de Endor que fizesse subir Samuel dentre os mortos, o que ela viu ali foi um espírito subindo da terra, representando Samuel (28.8-14), i.e., ela viu um demônio subindo do inferno.

(4) O NT declara que a cobiça é uma forma de idolatria (Cl 3.5). A conexão é óbvia: pois os demônios são capazes de proporcionar benefícios materiais. Uma pessoa insatisfeita com aquilo que tem e que sempre cobiça mais, não hesitará em obedecer aos princípios e vontade desses seres sobrenaturais que conseguem para tais pessoas aquilo que desejam. Embora tais pessoas talvez não adorem ídolos de madeira e de pedra, entretanto adoram os demônios que estão por trás da cobiça e dos desejos maus; logo, tais pessoas são idólatras. Dessa maneira, a declaração de Jesus: “Não podeis servir a Deus e a Mamom [as riquezas]” (Mt 6.24), é basicamente a mesma que a admoestação de Paulo: “Não podeis beber o cálice do Senhor e o cálice dos demônios” (1Co 10.21).

DEUS NÃO TOLERARÁ NENHUMA FORMA DE IDOLATRIA.

(1) Ele advertia frequentemente contra ela no AT.

(a) Nos dez mandamentos, os dois primeiros mandamentos são contrários diretamente à adoração a qualquer deus que não seja o Senhor Deus de Israel (ver Êx 20.3,4 notas).

(b) Esta ordem foi repetida por Deus noutras ocasiões (e.g., Êx 23.13, 24; 34.14-17; Dt 4.23,24; 6.14; Js 23.7; Jz 6.10; 2Rs 17.35,37,38).

(c) Vinculada à proibição de servir outros deuses, havia a ordem de destruir todos os ídolos e quebrar as imagens de nações pagãs na terra de Canaã (Êx 23.24; 34.13; Dt 7.4,5; 12.2,3).

(2) A história dos israelitas foi, em grande parte, a história da idolatria. Deus muito se irou com o seu povo por não destruir todos os ídolos na Terra Prometida. Ao contrário, passou a adorar os falsos deuses. Daí, Deus castigar os israelitas, permitindo que seus inimigos tivessem domínio sobre eles.

(a) O livro de Juízes apresenta um ciclo constantemente repetido, em que os israelitas começavam a adorar deuses ídolos das nações que eles deixaram de conquistar. Deus permitia que os inimigos os dominassem; o povo clamava ao Senhor; o Senhor atendia o povo e enviava um juiz para libertá-lo.

(b) A idolatria no Reino do Norte continuou sem dificuldade por quase dois séculos. Finalmente, a paciência de Deus esgotou-se e Ele permitiu que os assírios destruíssem a capital de Israel e removeu dali as dez tribos (2Rs 17.6-18).

(c) O Reino do Sul (Judá) teve vários reis que foram tementes a Deus, como Ezequias e Josias, mas por causa dos reis ímpios como Manassés, a idolatria se arraigou na nação de Judá (2Rs 21.1-11). Como resultado, Deus disse, através dos profetas, que Ele deixaria Jerusalém ser destruída (2Rs 21.10-16). A

despeito dessas advertências, a idolatria continuou (e.g., Is 48.4,5; Jr 2.4-30; 16.18-21; Ez 8), e, finalmente, Deus cumpriu a sua palavra profética por meio do rei Nabucodonosor de Babilônia, que capturou Jerusalém, incendiou o templo e saqueou a cidade (2Rs 25).

(3) O NT também adverte todos os crentes contra a idolatria.

(a) A idolatria manifesta-se de várias formas hoje em dia. Aparece abertamente nas falsas religiões mundiais, bem como na feitiçaria, no satanismo e noutras formas de ocultismo. A idolatria está presente sempre que as pessoas dão lugar à cobiça e ao materialismo, ao invés de confiarem em Deus somente. Finalmente, ela ocorre dentro da igreja, quando seus membros acreditam que, a um só tempo, poderão servir a Deus, desfrutar da experiência da salvação e as bênçãos divinas, e também participar das práticas imorais e ímpias do mundo.

(b) Daí, o NT nos admoesta a não sermos cobiçosos, avarentos, nem imorais (Cl 3.5; cf. Mt 6.19-24; Rm 7.7; Hb 13.5,6; ver o estudo RIQUEZA E POBREZA) e, sim, a fugirmos de todas as formas de idolatria (1Co 10.14; 1Jo 5.21). Deus reforça suas advertências com a declaração de que aqueles que praticam qualquer forma de idolatria não herdarão o seu reino (1Co 6.9,10; Gl 5.20,21; Ap 22.15).

O CONCERTO DE DEUS COM DAVI

2Sm 7.16 “....a tua casa e o teu reino serão firmados para sempre diante de ti; teu trono será firme para sempre”.

A NATUREZA DO CONCERTO COM DAVI.

(1) Embora a palavra “concerto” não ocorra literalmente em 2Sm 7, é evidente que Deus estava estabelecendo um concerto com Davi. Em Sl 89.3,4, por exemplo, Deus diz: “Fiz um concerto com o meu escolhido; jurei ao meu servo Davi: a tua descendência estabelecerei para sempre e edificarei o teu trono de geração em geração” (ver também Sl 89.34-36). A promessa de que o trono do povo de Deus seria estabelecido para sempre através da descendência de Davi é exatamente a mesma que Deus fez a Davi em 2Sm 7 (note-se especialmente no v. 14). Além disso, posteriormente em 2Samuel, o próprio Davi faz referência ao “concerto eterno” que Deus fez com ele (2Sm 23.5), sem dúvida aludindo a 2Sm 7.

(2) Os mesmos dois princípios que operam noutros concertos do AT também estão em evidência aqui: apenas Deus estabelecia as promessas e os deveres do seu concerto e esperava que do lado humano houvesse o aceite com fé obediente (ver os estudos O CONCERTO DE DEUS COM ABRAÃO, ISAQUE E JACÓ e O CONCERTO DE DEUS COM OS ISRAELITAS).

(a) Nesse concerto de Deus com Davi, Ele fez uma promessa de cumprimento imediato, que era estabelecer o reino do filho de Davi, Salomão, o qual edificaria uma casa para o Senhor, i.e., o templo (2Sm 7.11-13).

(b) Ao mesmo tempo, a promessa de Deus de que a casa ou dinastia de Davi duraria para sempre sobre os israelitas estava condicionada à fiel obediência de Davi e dos seus descendentes. Noutras palavras, esse concerto era eterno somente no sentido de Deus ter sempre um descendente de Davi no trono em Jerusalém, desde que os governantes de Judá permanecessem em obediência e fidelidade a Ele.

(3) Durante os quatro séculos seguintes, a linhagem de Davi permaneceu ininterrupta no trono de Judá. Quando, porém, os reis de Judá, especialmente Manassés e aqueles que reinaram depois do rei Josias, rebelaram-se continuamente contra Deus ao adorarem ídolos e desobedecerem à sua lei, Deus, por fim, os impediu de ocuparem o trono. Permitiu que o rei Nabucodonosor de Babilônia invadisse a terra de Judá, sitiasse a cidade de Jerusalém e, finalmente, destruísse a cidade juntamente com seu templo (2Rs

25; 2Cr 36). Agora, o povo de Deus estava, pela primeira vez desde a escravidão no Egito, sob o domínio de governantes estrangeiros.

JESUS CRISTO EM RELAÇÃO A ESTE CONCERTO.

Havia porém, um aspecto do concerto de Deus com Davi que era incondicional —que o reino de Davi seria, por fim, estabelecido para sempre.

(1) A culminância da promessa de Deus era que da linhagem de Davi viria um descendente que seria o Rei messiânico e eterno. Este Rei dominaria sobre os fiéis em Israel e sobre todas as nações (cf. Is 9.6,7; 11.1, 10; Mq 5.2,4). Sairia da cidade de Belém (Mq 5.2,4), e seu governo se estenderia até os confins da terra (Zc 9.10). Ele seria chamado: “O SENHOR, Justiça Nossa” (Jr 23.5,6) e consumaria a redenção do pecado (Zc 13.1). O cumprimento da promessa davídica teve início com o nascimento de Jesus Cristo, anunciado pelo anjo Gabriel a Maria, uma piedosa descendente da família de Davi (Lc 1.30-33; cf. At 2.29-35).

(2) Essa promessa foi um desdobramento do concerto feito em Gn 3.15, que predisse a derrota de Satanás através de um descendente de Eva (Gn 3.15 nota); foi um prosseguimento do concerto feito com Abraão e seus descendentes (ver o estudo O CONCERTO DE DEUS COM ABRAÃO, ISAQUE E JACÓ,).

(3) O cumprimento dessa promessa abrangia a ressurreição de Cristo dentre os mortos e sua exaltação à destra de Deus no céu (At 2.29-33), de onde Ele agora governa como Rei dos reis e Senhor dos senhores. A primeira missão de Cristo como o Senhor exaltado foi o derramamento do Espírito Santo sobre o seu povo (At 1.8; 2.4, 33).

(4) O régio governo de Cristo caracteriza-se por um chamamento, dirigido a todas as pessoas, no sentido de largarem o pecado e o mundo perverso, aceitarem Cristo como Senhor e Salvador e receberem o Espírito Santo (At 2.32-40).

(5) O reino eterno de Cristo inclui:

- (a) seu atual domínio sobre o reino de Deus e sua primazia sobre a igreja,
- (b) seu futuro reino milenial sobre as nações (Ap 2.26,27; 20.4) e
- (c) seu reino eterno nos novos céus e na nova terra (Ap 21 —22).

A ORAÇÃO EFICAZ

1Rs 18.42b-45 “Elías subiu ao cume do Carmelo, e se inclinou por terra, e meteu o seu rosto entre os seus joelhos. E disse ao seu moço: Sobe agora e olha para a banda do mar. E subiu, e olhou, e disse: Não há nada. Então, disse ele: Torna lá sete vezes. E sucedeu que, à sétima vez, disse: Eis aqui uma pequena nuvem, como a mão de um homem, subindo do mar. Então, disse ele: Sobe e dize a Acabe: Aparelha o teu carro e desce, para que a chuva te não apanhe. E sucedeu que, entretanto, os céus se enegreceram com nuvens e vento, e veio uma grande chuva; e Acabe subiu ao carro e foi para Jezreel”.

A oração é uma comunicação multifacetada entre os crentes e o Senhor. Além de palavras como “oração” e “orar”, essa atividade é descrita como invocar a Deus (Sl 17.6). Invocar o nome do Senhor (Gn 4.26), clamar ao Senhor (Sl 3.4), levantar nossa alma ao Senhor (Sl 25.1), buscar ao Senhor (Is 55.6), aproximar-se do trono da graça com confiança (Hb 4.16) e chegar perto de Deus (Hb 10.22).

MOTIVOS PARA A ORAÇÃO.

A Bíblia apresenta motivos claros para o povo de Deus orar.

(1) Antes de tudo, Deus ordena que o crente ore. O mandamento para orarmos vem através dos salmistas (1Cr 16.11; Sl 105.4), dos profetas (Is 55.6; Am 5.4,6), dos apóstolos (Ef 6.17,18; Cl 4.2; 1Ts 5.17) e do próprio Senhor Jesus (Mt 26.41; Lc 18.1; Jo 16.24). Deus aspira a comunhão conosco; mediante a oração, mantemos o nosso relacionamento com Ele.

(2) A oração é o elo de ligação que carecemos para recebermos as bênçãos de Deus, o seu poder e o cumprimento das suas promessas. Numerosas passagens bíblicas ilustram esse princípio. Jesus, por exemplo, prometeu aos seus seguidores que receberiam o Espírito Santo se perseverassem em pedir, buscar e bater à porta do seu Pai celestial (Lc 11.5-13). Por isso, depois da ascensão de Jesus, seus seguidores reunidos permaneceram em constante oração no cenáculo (At 1.14) até o Espírito Santo ser derramado com poder (At 1.8) no dia de Pentecostes (At 2.1-4). Quando os apóstolos se reuniram após serem libertos da prisão pelas autoridades judaicas, oraram fervorosamente para o Espírito Santo lhes conceder ousadia e autoridade divina para falarem a palavra dEle. “E, tendo eles orado, moveu-se o lugar em que estavam reunidos; e todos foram cheios do Espírito Santo e anunciavam com ousadia a palavra de Deus” (At 4.31). O apóstolo Paulo frequentemente pedia oração em seu próprio favor, sabendo que a sua obra não prosperaria se os crentes não orassem por ele (Rm 15.30-32; 2Co 1.11; Ef 6.18, 20; Fp 1.19; Cl 4.3,4; ver o estudo A

INTERCESSÃO). Tiago declara inequivocamente que o crente pode receber a cura física em resposta à “oração da fé” (Tg 5.14,15).

(3) Deus, no seu plano de salvação da humanidade, estabeleceu que os crentes sejam seus cooperadores no processo da redenção. Em certo sentido, Deus se limita às orações santas, de fé e incessantes do seu povo. Muitas coisas não serão realizadas no reino de Deus se não houver oração intercessória dos crentes (ver Êx 33.11 nota). Por exemplo: Deus quer enviar obreiros para evangelizar. Cristo ensina que tal obra não será levada a efeito dentro da plenitude do propósito de Deus sem as orações do seu povo: “Rogai, pois, ao Senhor da seara que mande ceifeiros para a sua seara” (Mt 9.38). Noutras palavras, o poder de Deus para cumprir muitos dos seus propósitos é liberado somente através das orações contritas do seu povo em favor do seu reino. Se não orarmos, poderemos até mesmo estorvar a execução do propósito divino da redenção, tanto para nós mesmos, como indivíduos, quanto para a igreja coletivamente.

REQUISITOS DA ORAÇÃO EFICAZ.

Nossa oração para ser eficaz precisa satisfazer certos requisitos.

(1) Nossas orações não serão atendidas se não tivermos fé genuína, verdadeira. Jesus declarou abertamente: “Tudo o que pedirdes, orando, crede que o recebereis e tê-lo eis” (Mc 11.24). Ao pai de um menino endemoninhado, Ele falou assim: “Tudo é possível ao que crê” (Mc 9.23). O autor de Hebreus admoesta-nos assim: “Cheguemo-nos com verdadeiro coração, em inteira certeza de fé” (Hb 10.22), e Tiago encoraja-nos a pedir com fé, não duvidando (Tg 1.6; cf. 5.15).

(2) Além disso, a oração deve ser feita em nome de Jesus. O próprio Jesus expressou esse princípio ao dizer: “E tudo quanto pedirdes em meu nome, eu o farei, para que o Pai seja glorificado no Filho. Se pedirdes alguma coisa em meu nome, eu o farei” (Jo 14.13,14). Nossas orações devem ser feitas em harmonia com a pessoa, caráter e vontade de nosso Senhor (ver Jo 14.13 nota).

(3) A oração só poderá ser eficaz se feita segundo a perfeita vontade de Deus. “E esta é a confiança que temos nele: que, se pedirmos alguma coisa, segundo a sua vontade, ele nos ouve” (1Jo 5.14; ver o estudo A VONTADE DE DEUS). Uma das petições da oração modelo de Jesus, o Pai Nosso, confirma esse fato: “Seja feita a tua vontade, tanto na terra como no céu” (Mt 6.10; Lc 11.2; note a oração do próprio Jesus no Getsêmani, Mt 26.42). Em muitos casos, sabemos qual é a vontade de Deus, porque Ele no-la revelou na Bíblia. Podemos ter certeza que será eficaz toda oração realmente baseada nas promessas de Deus constantes da sua Palavra. Elias tinha certeza de que o Deus

de Israel atenderia a sua oração por meio do fogo e, posteriormente, da chuva, porque recebera a palavra profética do Senhor (18.1) e estava plenamente seguro de que nenhum deus pagão era maior do que o Senhor Deus de Israel, nem mais poderoso (18.21-24).

(4) Não somente devemos orar segundo a vontade de Deus, mas também devemos estar dentro da vontade de Deus, para que Ele nos ouça e atenda. Deus nos dará as coisas que pedimos, somente se buscarmos em primeiro lugar o seu reino e sua justiça (ver Mt 6.33 nota). O apóstolo João declara que “qualquer coisa que lhe pedirmos, dele a receberemos, porque guardamos os seus mandamentos e fazemos o que é agradável à sua vista” (1Jo 3.22 nota). Obedecer aos mandamentos de Deus, amá-lo e agradá-lo são condições prévias indispensáveis para termos resposta às orações. Tiago ao escrever que a oração do justo é eficaz, refere-se tanto à pessoa que foi justificada pela fé em Cristo, quanto à pessoa que está a viver uma vida reta, obediente e temente a Deus —tal qual o profeta Elias (Tg 5.16-18; Sl 34.13,14). O AT acentua este mesmo ensino. Deus tornou claro que as orações de Moisés pelos israelitas eram eficazes por causa do seu relacionamento obediente com o Senhor e da sua lealdade a Ele (ver Êx 33.17 nota). Por outro lado, o salmista declara que se abrigarmos o pecado em nossa vida, o Senhor não atenderá as nossas orações (Sl 66.18; ver Tg 4.5 nota). Eis a razão principal por que o Senhor não atendia as orações dos israelitas idólatras e ímpios (Is 1.15). Mas se o povo de Deus arrepender-se e voltar-se dos seus caminhos ímpios, o Senhor promete voltar a atendê-lo, perdoar seus pecados e sarar a sua terra (2Cr 7.14; cf. 6.36-39; Lc 18.14). Note que a oração do sumo sacerdote pelo perdão dos pecados dos israelitas no Dia da Expição não seria atendida se antes o seu próprio estado pecaminoso não fosse purificado (ver Êx 26.33 nota; ver o estudo O DIA DA EXPIÇÃO).

(5) Finalmente, para uma oração eficaz, precisamos ser perseverantes. É essa a lição principal da parábola da viúva importuna (Lc 18.1-7; ver 18.1 nota). A instrução de Jesus: “Pedi... buscai... batei”, ensina a perseverança na oração (ver Mt 7.7,8 nota). O apóstolo Paulo também nos exorta à perseverança na oração (Cl 4.2 nota; 1Ts 5.17 nota). Os santos do AT também reconheciam esse princípio. Por exemplo, foi somente enquanto Moisés perseverava em oração com suas mãos erguidas a Deus, que os israelitas venciam na batalha contra os amalequitas (ver Êx 17.11 nota). Depois de Elias receber a palavra profética de que ia chover, ele continuou em oração até a chuva começar a cair (18.41-45). Numa ocasião anterior, esse grande profeta orou com insistência e fervor, para Deus devolver a vida ao filho morto da viúva de Sarepta, até que sua oração foi atendida (17.17-23).

PRINCÍPIOS E MÉTODOS BÍBLICOS DA ORAÇÃO EFICAZ.

(1) Quais são os princípios da oração eficaz?

(a) Para orarmos com eficácia, devemos louvar e adorar a Deus com sinceridade (Sl 150; At 2.47; Rm 15.11; ver o estudo O LOUVOR A DEUS).

(b) Intimamente ligada ao louvor, e de igual importância, vem a ação de graças a Deus (Sl 100.4; Mt 11.25,26; Fp 4.6).

(c) A confissão sincera de pecados conhecidos é vital à oração da fé (Tg 5.15,16; Sl 51; Lc 18.13; 1Jo 1.9).

(d) Deus também nos ensina a pedir de acordo com as nossas necessidades, segundo está escrito em Tiago: deixamos de receber as coisas de que precisamos, ou porque não pedimos, ou porque pedimos com motivos injustos (Tg 4.2,3; Sl 27.7-12; Mt 7.7-11; Fp 4.6).

(e) Devemos orar de coração pelos outros, especialmente oração intercessória (Nm 14.13-19; Sl 122.6-9; Lc 22.31,32; 23.34; ver o estudo A INTERCESSÃO).

(2) Como devemos orar? Jesus acentua a sinceridade do nosso coração, pois não somos atendidos na oração simplesmente pelo nosso falar de modo vazio (Mt 6.7). Podemos orar em silêncio (1Sm 1.13) ou em voz alta (Ne 9.4; Ez 11.13). Podemos orar com nossas próprias palavras, ou usando palavras diretas das Escrituras. Podemos orar com a nossa mente, ou podemos orar através do Espírito (i.e., em línguas, 1Co 14.14-18). Podemos até mesmo orar através de gemidos, i.e., sem usar qualquer palavra humana (Rm 8.26), sabendo que o Espírito levará a Deus esses pedidos inaudíveis. Ainda outro método de orar é cantar ao Senhor (Sl 92.1,2; Ef 5.19,20; Cl 3.16). A oração profunda ao Senhor será, às vezes, acompanhada de jejum (Ed 8.21; Ne 1.4; Dn 9.3,4; Lc 2.37; At 14.23; ver Mt 6.16 nota).

(3) Qual a posição apropriada, do corpo, na oração? A Bíblia menciona pessoas orando em pé (8.22; Ne 9.4,5), sentadas (1Cr 17.16; Lc 10.13), ajoelhadas (Ed 9.5; Dn 6.10; At 20.36), acamadas (Sl 63.6), curvadas até o chão (Êx 34.8; Sl 95.6), prostradas no chão (2Sm 12.16; Mt 26.39) e de mãos levantadas aos céus (Sl 28.2; Is 1.15; 1Tm 2.8).

EXEMPLOS DE ORAÇÃO EFICAZ.

A Bíblia está cheia de exemplos de orações que foram poderosas e eficazes.

(1) Moisés fez numerosas orações intercessórias às quais Deus atendeu, mesmo depois de Ele dizer a Moisés que ia proceder de outra maneira (ver o estudo A INTERCESSÃO).

(2) Sansão, arrependido, orou pedindo uma última oportunidade de cumprir sua missão máxima de derrotar os filisteus; Deus atendeu essa oração ao lhe dar forças suficientes para derrubar as colunas do prédio onde os inimigos estavam exaltando o poder dos seus deuses (Jz 16.21-30).

(3) Deus respondeu às orações de Elias em pelo menos quatro grandes ocasiões; em todas elas redundaram em glória ao Deus de Israel (17-18; Tg 5.17,18).

(4) O rei Ezequias adoeceu e Isaías lhe declarou que morreria (2Rs 20.1; Is 38.1). Ezequias, reconhecendo que sua vida e obra estavam incompletas, virou o rosto para a parede e orou intensamente a Deus para que prolongasse sua vida. Deus mandou Isaías retornar a Ezequias para garantir a cura e mais quinze anos de vida (2Rs 20.2-6; Is 38.2-6).

(5) Não há dúvida de que Daniel orou ao Senhor na cova dos leões, pedindo para não ser devorado por eles, e Deus atendeu o seu pedido (Dn 6.10,16-22).

(6) Os cristãos primitivos oraram incessantemente a Deus pela libertação de Pedro da prisão, e Deus enviou um anjo para libertá-lo (At 12.3-11; cf. 12.5 nota). Tais exemplos devem fortalecer a nossa fé e encher-nos de disposição para orarmos de modo eficaz, segundo os princípios delineados na Bíblia.

CRISTO NO ANTIGO TESTAMENTO

2RS 5.14 “Então, desceu e mergulhou no Jordão sete vezes, conforme a palavra do homem de Deus; e a sua carne tornou, como a carne de um menino, e ficou purificado.”

Um dos ensinamentos fundamentais do NT é que Jesus Cristo (o Messias) é o cumprimento do AT. O livro de Hebreus mostra que Cristo é o herdeiro de tudo o que Deus falou através dos profetas (Hb 1.1,2). O próprio Jesus asseverou que viera para cumprir a lei e os profetas (Mt 5.17). Após a sua gloriosa ressurreição, Ele demonstrou aos seus seguidores, tendo por base a lei de Moisés, os profetas e os salmos, i.e., as três principais divisões do AT (hebraico) que Deus predissera, há muito tempo, tudo quanto lhe havia sucedido (Lc 24.25-27,44-46). Para melhor compreendermos as profecias do AT a respeito de Jesus Cristo, precisamos ver algo da tipologia bíblica.

PRINCÍPIOS DE TIPOLOGIA.

O estudo cuidadoso do AT revela elementos chamados tipos, (do grego *typos*) que têm seu cumprimento na vinda do Messias (que é o antítipo); noutras palavras, há uma correspondência entre certas pessoas, eventos, ou coisas do AT e Jesus Cristo no NT. Note-se dois princípios básicos concernentes a essa forma de profecia e seu cumprimento:

(1) Para um trecho do AT prenunciar a Cristo, é preciso sempre analisar o referido trecho como um acontecimento na história divina da redenção, i.e., devemos primeiramente analisar o trecho do AT sob o aspecto histórico, e então ver de que modo ele prenuncia a vinda de Jesus Cristo como o Messias prometido.

(2) É preciso reconhecer que o cumprimento messiânico de um trecho do AT está geralmente num plano espiritual mais elevado do que o evento registrado no AT. Na realidade, os personagens de determinado acontecimento bíblico por certo não perceberam que o que estavam vivenciando era um prenúncio profético sobre o Filho de Deus que um dia viria aqui. Por exemplo, Davi sem dúvida não percebeu que, ao escrever o Salmo 22, seu sofrimento era uma forma de profecia do sofrimento de Cristo na cruz. Nem os judeus expatriados e chorosos que passavam pelo túmulo de Raquel em Ramá (Jr 31.15) sabiam que um dia o seu pranto teria cumprimento profético na morte de todos os meninos de dois anos para baixo, em Belém (Mt 2.18). Quase sempre, só à luz do NT é que percebe-se que um trecho do AT é uma profecia a respeito de nosso Senhor.

CATEGORIAS DE TIPOS PROFÉTICOS.

Há pelo menos quatro formas pelas quais o AT prenuncia e profetiza a vinda de Cristo para o NT:

(1) Textos específicos do AT citados no NT. Certos trechos do AT são manifestamente profecias sobre Cristo, porque o NT os cita como tais. Por exemplo, Mateus cita Is 7.14 para comprovar que o AT profetizava aí o nascimento virginal de Cristo (Mt 1.23), e Mq 5.2 para comprovar que Jesus devia nascer em Belém (Mt 2.6). Marcos observa aos seus leitores (Mc 1.2,3) que a vinda de João Batista como precursor de Cristo fora profetizada tanto por Isaías (Is 40.3), quanto por Malaquias (Ml 3.1). Zacarias predisse a entrada triunfante de Jesus em Jerusalém no domingo que precede a Páscoa (Zc 9.9; cf. Mt 21.1-5; Jo 12.14,15). A experiência de Davi, descrita no Sl 22.18, prenuncia os soldados ao redor da cruz, dividindo entre si as vestes de Jesus (Jo 19.23,24), e sua declaração no Sl 16.8-11 é interpretada como uma clara predição da ressurreição de Jesus (At 2.25-32; 13.35-37). O livro de Hebreus afirma que Melquisedeque (cf. Gn 14.18-20; Sl 110.4) é um tipo de Cristo, nosso eterno Sumo Sacerdote. Muitos outros exemplos poderiam ser citados.

(2) Alusões a passagens do AT pelos escritores do NT. Outra forma de revelação de Cristo no AT consiste em passos do NT que, mesmo sem citação direta, referem-se a pessoas, eventos, ou objetos do AT prefigurando profeticamente a Cristo. Por exemplo, no primeiro de todos os textos proféticos da Bíblia (Gn 3.15), Deus promete que enviará o descendente da mulher para ferir a cabeça da serpente. Certamente, Paulo tinha em mente esse trecho quando declarou que Cristo nasceu de mulher para redimir os que estavam debaixo da lei (Gl 4.4,5; cf. Rm 16.20). João, igualmente, declara que o Filho de Deus veio “para desfazer as obras do diabo” (1Jo 3.8). A referência de João Batista a Jesus como Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo (Jo 1.29,36), recua a Lv 16 e Is 53.7. A referência de Paulo a Jesus como “nossa páscoa” (1Co 5.7) revela que o sacrifício do cordeiro pascal profetizava a morte de Cristo em nosso favor (Êx 12.1-14). O próprio Jesus declarou que o ato de Moisés, ao levantar a serpente no deserto (Nm 21.4-9) era uma profecia a respeito dEle, quando pendurado na cruz. E quando João diz que Jesus, o Verbo de Deus, participou da criação de todas as coisas (Jo 1.1-3), não podemos deixar de pensar em Sl 33.6: “Pela palavra do SENHOR foram feitos os céus” (cf. Hb 1.3,10-12). Essas são apenas algumas das alusões no NT a passos do AT referentes a Cristo.

(3) Pessoas, eventos, ou objetos do AT que apontam para a redenção. O êxodo de Israel do Egito, que em todo o AT é visto como o maior evento redentor do antigo concerto, prefigura Cristo e a redenção que Ele efetuou no novo

concerto. Alguns tipos do livro de Êxodo que prenunciam Cristo e sua obra redentora são: Moisés, a Páscoa, a travessia do mar Vermelho, o maná, a água que brotou da rocha, o Tabernáculo com seus pertences e o sumo sacerdote.

(4) Eventos do AT que prefiguram o modo de Deus lidar com o crente em Cristo. Muitos fatos do AT constituem uma das formas de Deus lidar com seu povo, tendo seu real cumprimento em Jesus Cristo. Note os seguintes exemplos:

(a) Abraão teve de esperar com paciência por quase vinte e cinco anos até Deus sarar a madre de Sara e lhes dar Isaque. Abraão nada poderia fazer para apressar o nascimento do filho prometido por Deus. Fato idêntico cumpriu-se no NT, quando Deus enviou seu próprio Filho como Salvador do mundo, ao chegar a plenitude dos tempos (Gl 4.4); o ser humano nada podia fazer para apressar esse momento. Nossa salvação é obra única e exclusiva de Deus (cf. Jo 3.16), e jamais pelo esforço humano.

(b) Antes dos israelitas serem libertos do Egito pelo poder gracioso de Deus, em aflição eles clamavam por socorro contra seus inimigos (Êx 2.23,24; 3.7). Temos aí um indício profético do plano divino da nossa redenção em Cristo. O pecador, antes do seu livramento pela graça de Deus, do jugo do pecado e dos inimigos espirituais, precisa clamar arrependido e recorrer à graça salvífica de Deus (cf. At 2.37,38; 16.29-32; 17.30,31). Todos aqueles que invocarem o nome do Senhor serão salvos.

(c) Quando Na amã, o siro, buscou a cura da sua lepra, recorrendo ao Deus de Israel, recebeu a ordem de lavar-se sete vezes no rio Jordão. Essa ordem inicialmente provocou ira nele, o qual a seguir, humilhou-se e submeteu-se ao banho no Jordão, para ser curado (2Rs 5.1-14). No fato de a graça salvífica de Deus transpor os limites da nação de Israel, temos uma antevisão de Jesus e o novo concerto (cf. Lc 4.27; At 22.21; Rm 15.8-12), e também do fato que, para recebermos a salvação, precisamos renunciar ao orgulho, humilhar-nos diante de Deus (cf. Tg 4.10; 1Pe 5.6) e receber a purificação pelo sangue de Jesus (cf. At 22.16; 1Co 6.11; Tt 3.5; 1Jo 1.7,9; Ap 1.5). Em resumo: O AT narra histórias de pessoas piedosas que nos servem de modelo e exemplo (cf. 1Co 10.1-13; Hb 11; Tg 5.16-18), mas ele vai além disso; ele (o AT) “nos serviu de aio, para nos conduzir a Cristo, para que, pela fé, fôssemos justificados” (Gl 3.24).

A CIDADE DE JERUSALÉM

1Cr 11.7,8 “E Davi habitou na fortaleza, pelo que se chamou a Cidade de Davi. E edificou a cidade ao redor, desde Milo até completar o circuito; e Joabe renovou o resto da cidade.”

HISTÓRIA DA CIDADE DE JERUSALÉM.

A primeira referência à cidade de Jerusalém é sem dúvida Gn 14.18, onde Melquisedeque é citado como rei de Salém (i.e., Jerusalém; ver Gn 14.18 nota). Na época dos israelitas cruzarem o Jordão para entrarem na terra prometida, a cidade chamava-se “da banda dos jebuseus” (Js 15.8) ou “Jebus” (11.4). Deixou de ser capturada durante a conquista de Canaã por Josué e permaneceu em mãos dos cananeus até o tempo em que Davi chegou ao reino. O exército de Davi tomou Jebus de assalto, e Davi fez dela a sua capital (2Sm 5.5-7; 1Cr 11.4-7). Jerusalém serviu de capital política de Israel durante o reino unido e, posteriormente, do reino do Sul, Judá. Salomão, sucessor de Davi, edificou o templo do Senhor em Jerusalém (1Rs 5—8; 2Cr 2—5; ver o estudo O TEMPLO DE SALOMÃO), de modo que a cidade também tornou-se o centro religioso de adoração ao Deus do concerto. Por causa dos pecados de Israel, Nabucodonosor de Babilônia sitiou a cidade em 586 a.C., e finalmente a destruiu juntamente com o templo (2Rs 25.1-11; 2Cr 36.17-19). Jerusalém permaneceu um montão de ruínas até o retorno dos judeus da Pérsia em 536 a.C. para reedificar tanto o templo quanto a cidade (Ed 3.8-13; 5.1—6.15; Ne 3.4). Já nos tempos do NT, Jerusalém voltara a ser o centro da vida política e religiosa dos judeus. Em 70 d.C., porém, depois de frequentes rebeliões dos judeus contra o poder romano, a cidade e o templo voltaram a ser destruídos. Quando Davi fez de Jerusalém a sua capital, esta começou a receber vários outros nomes em consonância com a sua índole; nomes como: “Sião” (2Sm 5.7); “a Cidade de Davi” (1Rs 2.10); “santa cidade” (Ne 11.1); “a cidade de Deus” (Sl 46.4); “a cidade do grande Rei” (Sl 48.2); “cidade de justiça, cidade fiel” (Is 1.26); “a Cidade do SENHOR” (Is 60.14); “O SENHOR Está Ali” (Ez 48.35) e “a cidade de verdade” (Zc 8.3). Alguns desses nomes são proféticos para a futura cidade de Jerusalém.

O SIGNIFICADO DE JERUSALÉM PARA OS ISRAELITAS.

A cidade de Jerusalém tinha um significado especial para o povo de Deus do AT.

(1) Quando Deus lembrou sua lei diante dos israelitas na fronteira de Canaã, profetizou através de Moisés que, a determinada altura no futuro, Ele escolheria um lugar “para ali pôr o seu nome” (Dt 12.5, 11, 21; 14.23, 24). Esse lugar

seria a cidade de Jerusalém (1Rs 11.13; 14.21) onde o templo do Deus vivo foi erigido; por isso, recebeu o nome de: “santa cidade”, “a Cidade de Deus”, e “a Cidade do SENHOR”. Três vezes por ano, todo homem em Israel devia ir a Jerusalém, para aparecer “perante o SENHOR, teu Deus, no lugar que escolher, na Festa dos Pães Asmos, e na Festa das Semanas, e na Festa dos Tabernáculos” (Dt 16.16; cf. 16.2, 6, 11, 15).

(2) Jerusalém era a cidade onde Deus revelava sua Palavra ao seu povo (Is 2.3); era, portanto, “do vale da Visão” (Is 22.1). Era, também, o lugar onde Deus reinava sobre seu povo Israel (Sl 99.1,2; cf. 48.1-3, 12-14). Logo, quando os israelitas oravam, eram ordenados a orar “para a banda desta cidade” (1Rs 8.44; cf. Dn 6.10). As montanhas que cercavam Jerusalém simbolizavam o Senhor rodeando o seu povo com eterna proteção (Sl 125.1,2). Em essência, portanto, Jerusalém era um símbolo de tudo quanto Deus queria para o seu povo. Sempre que o povo de Deus se congregava em Jerusalém, todos deviam lembrar-se do poder soberano de Deus, da sua santidade, da sua fidelidade ao seu povo e do seu compromisso eterno de ser o seu Deus.

(3) Quando o povo de Deus destruiu seu relacionamento com Ele por causa da sua idolatria e de não querer obedecer aos seus mandamentos (ver o estudo A IDOLATRIA E SEUS MALES), o Senhor permitiu que os babilônicos destruíssem Jerusalém, juntamente com o templo. Quando Deus permitiu a destruição desse antigo símbolo da sua presença constante entre os seus, estava dando a entender que Ele pessoalmente estava se retirando do seu povo. Note que a promessa de Deus, de um “concerto eterno” com seu povo, sempre dependia da condição prévia da obediência deles à sua vontade revelada (ver o estudo O CONCERTO DE DEUS COM OS ISRAELITAS). Dessa maneira, Deus estava advertindo o seu povo, daqueles tempos e de agora, que todos devem permanecer fiéis a Ele e obedientes à sua lei, se quiserem continuar a desfrutar de suas bênçãos e promessas.

O SIGNIFICADO DE JERUSALÉM PARA A IGREJA CRISTÃ.

A cidade de Jerusalém também era importante para a igreja cristã.

(1) Jerusalém foi o lugar onde nasceu o cristianismo. Ali Jesus foi crucificado e ressuscitou dentre os mortos. Foi também em Jerusalém que o Cristo glorificado derramou o Espírito Santo sobre os seus discípulos no Pentecostes (At 2). A partir daquela cidade, a mensagem do evangelho de Jesus Cristo espalhou-se “até aos confins da terra” (At 1.8; cf. 24.47). A igreja de Jerusalém foi a igreja mãe de todas as igrejas, e a igreja a qual pertenciam os apóstolos (At 1.12-26; 8.1). Ao surgir uma controvérsia se os gentios crentes em Jesus tinham de ser

circuncidados, foi Jerusalém a cidade onde reuniu-se o primeiro concílio eclesiástico de importância para resolver o assunto (At 15.1-31; Gl 2.1-10).

(2) Os livros do NT reiteram boa parte do significado da Jerusalém do AT, mas com uma nova aplicação: de uma cidade terrena para uma cidade celestial. Noutras palavras, Jerusalém, como a cidade santa, já não estava aqui na terra mas no céu, onde Deus habita e Cristo reina à sua destra; de lá, Ele derrama as suas bênçãos; e de lá, Jesus voltará. Paulo fala a respeito de Jerusalém “que é de cima”, que é nossa mãe (Gl 4.26). O livro de Hebreus indica que, ao virem a Cristo para receber a salvação, os crentes não chegaram a uma montanha terrestre, mas “ao monte de Sião, e à cidade do Deus vivo, à Jerusalém celestial” (Hb 12.22). E, em vez de preparar uma cidade na terra para os crentes, Deus está preparando a nova Jerusalém, que um dia descerá “do céu, adereçada como uma esposa ataviada para o seu marido” (Ap 21.2; cf. 3.12). Naquele grande dia, as promessas do concerto serão plenamente cumpridas: “Eis aqui o tabernáculo de Deus com os homens, pois com eles habitará, e eles serão o seu povo, e o mesmo Deus estará com eles e será o seu Deus” (Ap 21.3). Deus e o Cordeiro reinarão para sempre e sempre no seu trono, nessa cidade santa (Ap 22.3).

(3) A cidade de Jerusalém terrestre ainda tem um papel futuro a desempenhar no reino milenar de Deus? Isaías em 65.17 do seu livro fala de “céus novos e nova terra” (Is 65.17), e em seguida apresenta um “Mas” enfático sobre a grandeza da Jerusalém terrena, no versículo 18. O restante do cap. 65 trata das condições milenais. Muitos crêem que quando Cristo voltar para estabelecer seu reino milenial (Ap 20.1-6), Ele porá o seu trono na cidade de Jerusalém. Depois do julgamento do grande trono branco (Ap 20.11-15), a Jerusalém celestial descerá à nova terra como a sede do reino eterno de Deus (ver Ap 21.2 nota).

O TEMPLO DE SALOMÃO

2Cr 5.1 “Assim, se acabou toda a obra que Salomão fez para a Casa do SENHOR; então, trouxe Salomão as coisas consagradas de Davi, seu pai; a prata, e o ouro, e todos os utensílios, e pô-los entre os tesouros da Casa de Deus”.

HISTÓRIA DO TEMPLO.

(1) O precursor do templo foi o Tabernáculo, a tenda construída pelos israelitas enquanto acampados no deserto, junto ao monte Sinai (Êx 25—27; 30; 36—38; 39.32—40.33). Após entrarem na terra prometida de Canaã, conservaram esse santuário móvel até os tempos do rei Salomão. Durante os primeiros anos do reinado deste, ele contratou milhares de pessoas para trabalharem na construção do templo do Senhor (1Rs 5.13-18). No quarto ano do seu reinado, foram postos os alicerces; sete anos mais tarde, o templo foi terminado (1Rs 6.37,38). O culto ao Senhor, e, especialmente, os sacrifícios oferecidos a Ele, tinham agora um lugar preciso na cidade de Jerusalém (ver o estudo A CIDADE DE JERUSALÉM).

(2) Durante a monarquia, o templo passou por vários ciclos de profanação e restauração. Foi saqueado por Sisaque do Egito durante o reinado de Roboão (12.9) e foi restaurado pelo rei Asa (15.8, 18). Depois doutro período de idolatria e de declínio espiritual, o rei Josias fez os reparos na Casa do Senhor (24.4-14). Posteriormente, o rei Acáz removeu parte dos ornamentos do templo, enviou-os ao rei da Assíria como meio de apaziguamento político e cerrou as portas do templo (28.21, 24). Seu filho, Ezequias, voltou a abrir, consertar e purificar o templo (29.1-19), mas esse foi profanado de novo pelo seu herdeiro, Manassés (33.1-7). O neto de Manassés, Josias, foi o último rei de Judá que fez reparos no templo (34.1, 8-13). A idolatria continuou entre seus sucessores, e finalmente Deus permitiu que o rei Nabucodonosor de Babilônia destruísse totalmente o templo em 586 a.C. (2Rs 25.13-17; 2Cr 36.18,19).

(3) Cinquenta anos mais tarde, o rei Ciro autorizou o regresso dos judeus de Babilônia para a Palestina e a reconstrução do templo (Ed 1.1-4). Zorobabel dirigiu as obras da reconstrução (Ed 3.8), mas sob a oposição dos habitantes daquela região (Ed 4.1-4). Depois de uma pausa de dez ou mais anos, o povo foi autorizado a reiniciar as obras (Ed 4.24—5.2), e em breve o templo foi completado e dedicado (Ed 6.14-18). No início da era do NT, o rei Herodes investiu muito tempo e dinheiro na reconstrução e embelezamento de um segundo templo (Jo 2.20). Foi este o templo que Jesus purificou em duas ocasiões (ver Mt 21.12,13; Jo 2.13-21). Em 70 d.C., no entanto, depois de frequentes rebeliões dos judeus contra as

autoridades romanas, o templo e a cidade de Jerusalém, foram mais uma vez arrasados, ficando em ruínas.

O SIGNIFICADO DO TEMPLO PARA OS ISRAELITAS.

Sob muitos aspectos, o templo tinha o mesmo significado para os israelitas que a cidade de Jerusalém (ver o estudo A CIDADE DE JERUSALÉM).

(1) Simbolizava a presença e a proteção do Senhor Deus entre o seu povo (cf. Êx 25.8; 29.43-46). Quando ele foi dedicado, Deus desceu do céu e o encheu da sua glória (7.1,2; cf. Êx 40.34-38), e prometeu que poria o seu Nome ali (6.20, 33). Por isso, quando o povo de Deus queria orar ao Senhor, podia fazê-lo, voltado em direção ao templo (6.24, 26, 29, 32), e Deus o ouviria “desde o seu templo” (Sl 18.6).

(2) O templo também representava a redenção de Deus para com o seu povo. Dois atos importantes tinham lugar ali: os sacrifícios diários pelo pecado, no altar de bronze, (cf. Nm 28.1-8; 2Cr 4.1) e o Dia da Expição quando, então, o sumo sacerdote entrava no lugar santíssimo a fim de aspergir sangue no propiciatório sobre a arca para expiar os pecados do povo (cf. Lv 16; 1Rs 6.19-28; 8.6-9; 1Cr 28.11). Essas cerimônias do templo lembravam aos israelitas o alto preço da sua redenção e reconciliação com Deus.

(3) Em tempo algum da história do povo de Deus, houve mais de uma morada física ou habitação de Deus. Isso demonstrava que há um só Deus —o Senhor Jeová, o Deus dos israelitas, segundo o concerto.

(4) Todavia, o templo não oferecia nenhuma garantia absoluta da presença de Deus; simbolizava a presença de Deus somente enquanto o povo rejeitasse todos os demais deuses e obedecesse à santa lei de Deus. Miqueias, por exemplo, verberava contra os líderes do povo de Deus, por sua violência e materialismo, os quais ao mesmo tempo, sentiam-se seguros de que nenhum mal lhes sobreviria enquanto possuísem o símbolo da presença de Deus entre eles: o templo (Mq 3.9-12); profetizou que Deus os castigaria com a destruição de Jerusalém e do seu templo. Posteriormente, Jeremias repreendeu os ídólatras de Judá, porque se consolavam mediante a constante repetição das palavras: “Templo do SENHOR, templo do SENHOR, templo do SENHOR é este” (Jr 7.2-4, 8-12). Por causa de sua conduta ímpia, Deus destruiria o símbolo da sua presença —o templo (Jr 7.14,15). Deus até mesmo disse a Jeremias que não adiantava ele orar por Judá, porque Ele não o atenderia (Jr 7.16). A única esperança deles era endireitar os seus caminhos (Jr 7.5-7).

O SIGNIFICADO DO TEMPLO PARA A IGREJA CRISTÃ.

A importância do templo no NT deve ser considerada no contexto daquilo que o templo simbolizava no AT.

(1) O próprio Jesus, assim como os profetas do AT, censurou o uso indevido do templo. Seu primeiro grande ato público (Jo 2.13-17) e o seu último (Mt 21.12,13) foram expulsar do templo aqueles que estavam pervertendo o seu verdadeiro propósito espiritual (ver Lc 19.45 nota). Passou a predizer o dia em que o templo seria completamente destruído (Mt 24.1,2; Mc 13.1,2; Lc 21.5,6).

(2) A igreja primitiva em Jerusalém estava frequentemente no templo à hora da oração (At 2.46; 3.1; 5.21, 42). Assim faziam segundo o costume, sabendo, contudo, que esse não era o único lugar onde os crentes podiam orar (ver At 4.23-31). Estêvão, e posteriormente Paulo, testemunharam que o Deus vivo não poderia ser confinado a um templo feito por mãos humanas (At 7.48-50; 17.24).

(3) A ênfase do culto, para os cristãos, transferiu-se do templo para o próprio Jesus Cristo. É Ele, e não o templo, quem agora representa a presença de Deus entre o seu povo. Ele é o Verbo de Deus que se fez carne (Jo 1.14), e nEle habita toda a plenitude de Deus (Cl 2.9). O próprio Jesus declara ser Ele o próprio templo (Jo 2.19-22). Mediante o seu sacrifício na cruz, Ele cumpriu todos os sacrifícios que eram oferecidos no templo (cf. Hb 9.1—10.18). Note também que na sua fala à mulher samaritana, Jesus declarou que a adoração dentro em breve seria realizada, não num prédio específico, mas “em espírito e em verdade”, i.e., onde as pessoas verdadeiramente cressem na verdade da Palavra de Deus e recebessem o Espírito de Deus por meio de Cristo (ver Jo 4.23 nota).

(4) Posto que Jesus Cristo personificou em si mesmo o significado do templo, e posto que a igreja é o seu corpo (Rm 12.5; 1Co 12.12-27; Ef 1.22,23; Cl 1.18), ela é denominada “o templo de Deus”, onde habita Cristo e o seu Espírito (1Co 3.16; 2 Co 6.16; cf. Ef 2.21,22). Mediante o seu Espírito, Cristo habita na sua igreja, e requer que o seu corpo seja santo. Assim como no AT, Deus não tolerava qualquer profanação do seu templo, assim também Ele promete que destruirá quem destruir a sua igreja (ver 1Cr 3.16,17 nota), para exemplos de corrupção e destruição da igreja por pessoas.

(5) O Espírito Santo não somente habita na igreja, mas também no crente individualmente como seu templo (1Co 6.19). Daí, a Bíblia advertir enfaticamente contra qualquer contaminação do corpo humano por imoralidade ou impureza (ver 1Co 6.18,19 notas).

(6) Finalmente, note que não há necessidade de um templo na nova Jerusalém (Ap 21.22). A razão disso é evidente. O templo era apenas um símbolo da

presença de Deus entre o seu povo, e não a plena realidade. Portanto, o templo não será necessário quando Deus e o Cordeiro estiverem habitando entre o seu povo: “o seu templo é o Senhor, Deus Todo-poderoso, e o Cordeiro” (Ap 21.22).

A ADORAÇÃO A DEUS

Ne 8.5,6 “E Esdras abriu o livro perante os olhos de todo o povo; porque estava acima de todo o povo; e, abrindo-o ele, todo o povo se pôs em pé. E Esdras louvou o SENHOR, o grande Deus; e todo o povo respondeu: Amém! Amém!, levantando as mãos; e inclinaram-se e adoraram o SENHOR, com o rosto em terra.”

A adoração consiste nos atos e atitudes que reverenciam e honram à majestade do grande Deus do céu e da terra. Sendo assim, a adoração concentra-se em Deus, e não no ser humano. No culto cristão, nós nos acercamos de Deus em gratidão por aquilo que Ele tem feito por nós em Cristo e através do Espírito Santo. A adoração requer o exercício da fé e o reconhecimento de que Ele é nosso Deus e Senhor.

BREVE HISTÓRIA DA ADORAÇÃO AO VERDADEIRO DEUS.

O ser humano adora a Deus desde o início da história. Adão e Eva tinham comunhão regular com Deus no jardim do Éden (cf. Gn 3.8). Caim e Abel trouxeram a Deus oferendas (hb. minhah, termo também traduzido por “tributo” ou dádiva”) de vegetais e de animais (Gn 4.3,4). Os descendentes de Sete invocavam “o nome do SENHOR” (Gn 4.26). Noé construiu um altar ao Senhor para oferecer holocaustos depois do dilúvio (Gn 8.20). Abraão assinalou a paisagem da terra prometida com altares para oferecer holocaustos ao Senhor (Gn 12.7,8; 13.4, 18; 22.9) e falou intimamente com Ele (Gn 18.23-33; 22.11-18). Somente depois do êxodo, quando o Tabernáculo foi construído, é que a adoração pública tornou-se formal. A partir de então, sacrifícios regulares passaram a ser oferecidos diariamente, e especialmente no sábado, e Deus estabeleceu várias festas sagradas anuais como ocasiões de culto público dos israelitas (Êx 23.14-17; Lv 1—7; Dt 12; 16). O culto a Deus foi posteriormente centralizado no templo de Jerusalém (cf. os planos de Davi, segundo relata 1Cr 22—26). Quando o templo foi destruído, em 586 a.C., os judeus construíram sinagogas como locais de ensino da lei e adoração a Deus enquanto no exílio, e aonde quer que viessem a morar. As sinagogas continuaram em uso para o culto, mesmo depois de construído o segundo templo por Zorobabel (Ed 3—6). Nos tempos do NT havia sinagogas na Palestina e em todas as partes do mundo romano (e.g. Lc 4.16; Jo 6.59; At 6.9; 13.14; 14.1; 17.1, 10; 18.4; 19.8; 22.19). A adoração na igreja primitiva era prestada tanto no templo de Jerusalém quanto em casas particulares (At 2.46,47). Fora de Jerusalém, os cristãos prestavam culto a Deus nas sinagogas, enquanto isso lhes foi permitido. Quando lhes foi proibido utilizá-las, passaram a cultuar a Deus noutros lugares, geralmente em casas

particulares (cf. At 18.7; Rm 16.5; Cl 4.15; Fm v. 2), mas, às vezes, em salões públicos (At 19.9,10).

MANIFESTAÇÕES DA ADORAÇÃO CRISTÃ.

(1) Dois princípios-chaves norteiam a adoração cristã.

(a) A verdadeira adoração é a que é prestada em espírito e verdade (ver Jo 4.23 nota), i.e., a adoração deve ser oferecida à altura da revelação que Deus fez de si mesmo no Filho (ver Jo 14.6). Por sua vez, ela envolve o espírito humano, e não apenas a mente, e também como as manifestações do Espírito Santo (1Co 12.7-12).

(b) A prática da adoração cristã deve corresponder ao padrão do NT para a igreja (ver At 7.44 nota). Os crentes atuais devem desejar, buscar e esperar, como norma para a igreja, todos os elementos constantes da prática da adoração vista no NT (cf. o princípio hermenêutico estudado na introdução a Atos).

(2) O fato marcante da adoração no AT era o sistema sacrificial (ver Nm 28, 29). Uma vez que o sacrifício de Cristo na cruz cumpriu esse sistema, já não há mais qualquer necessidade de derramamento de sangue como parte do culto cristão (ver Hb 9.1—10.18). Através da ordenança da Ceia do Senhor, a igreja do NT comemorava continuamente o sacrifício de Cristo, efetuado de uma vez por todas (1Co 11.23-26). Além disso, a exortação que tem a igreja é oferecer “sempre, por ele, a Deus sacrifício de louvor, isto é, o fruto dos lábios que confessam o seu nome” (Hb 13.15), e a oferecer nossos corpos como “sacrifício vivo, santo e agradável a Deus” (Rm 12.1 nota).

(3) Louvar a Deus é essencial à adoração cristã. O louvor era um elemento-chave na adoração de Israel a Deus (e.g., Sl 100.4; 106.1; 111.1; 113.1; 117), bem como na adoração cristã primitiva (At 2.46,47; 16.25; Rm 15.10,11; Hb 2.12; ver o estudo O LOUVOR A DEUS).

(4) Uma maneira autêntica de louvar a Deus é cantar salmos, hinos e cânticos espirituais. O AT está repleto de exortações sobre como cantar ao Senhor (e.g., 1Cr 16.23; Sl 95.1; 96.1,2; 98.1,5,6; 100.1,2). Na ocasião do nascimento de Jesus, a totalidade das hostes celestiais irrompeu num cântico de louvor (Lc 2.13,14), e a igreja do NT era um povo que cantava (1Co 14.15; Ef 5.19; Cl 3.16; Tg 5.13). Os cânticos dos cristãos eram cantados, ou com a mente (i.e. num idioma humano conhecido) ou com o espírito (i.e., em línguas; ver 1Co 14.15 nota). Em nenhuma circunstância os cânticos eram executados como passatempo.

(5) Outro elemento importante na adoração é buscar a face de Deus em oração. Os santos do AT comunicavam-se constantemente com Deus

através da oração (e.g. Gn 20.17; Nm 11.2; 1Sm 8.6; 2 Sm 7.27; Dn 9.3-19; cf. Tg 5.17,18). Os apóstolos oravam constantemente depois de Jesus subir ao céu (At 1.14), e a oração tornou-se parte regular da adoração cristã coletiva (At 2.42; 20.36; 1Ts 5.17; ver o estudo A ORAÇÃO EFICAZ). Essas orações eram, às vezes, por eles mesmos (At 4.24-30); outras vezes eram orações intercessórias por outras pessoas (e.g. At 12.5; Rm 15.30-32; Ef 6.18). Em todo tempo a oração do crente deve ser acompanhada de ações de graças a Deus (Ef 5.20; Fp 4.6; Cl 3.15,17; 1Ts 5.17,18). Como o cântico, o orar podia ser feito em idioma humano conhecido, ou em línguas (1Co 14.13-15).

(6) A confissão de pecados era sabidamente parte importante da adoração no AT. Deus estabeleceu o Dia da Expição para os israelitas como uma ocasião para a confissão nacional de pecados (Lv 16; ver o estudo O DIA DA EXPIAÇÃO). Salomão, na sua oração de dedicação do templo, reconheceu a importância da confissão (1Rs 8.30-36). Quando Esdras e Neemias verificaram até que ponto o povo de Deus se afastara da sua lei, dirigiram toda a nação de Judá numa contrita oração pública de confissão (cap. 9). Assim, também, na oração do Pai nosso, Jesus ensina os crentes a pedirem perdão dos pecados (Mt 6.12). Tiago ensina os crentes a confessar seus pecados uns aos outros (Tg 5.16); através da confissão sincera, recebemos a certeza do gracioso perdão divino (1Jo 1.9).

(7) A adoração deve também incluir a leitura em conjunto das Escrituras e a sua fiel exposição. Nos tempos do AT, Deus ordenou que, cada sétimo ano, na festa dos Tabernáculos, todos os israelitas se reunissem para a leitura pública da lei de Moisés (Dt 31.9-13). O exemplo mais patente desse elemento do culto no AT, surgiu no tempo de Esdras e Neemias (8.1-12). A leitura das Escrituras passou a ser uma parte regular do culto da sinagoga no sábado (ver Lc 4.16-19; At 13.15). Semelhantemente, quando os crentes do NT reuniam-se para o culto, também ouviam a leitura da Palavra de Deus (1Tm 4.13; cf. Cl 4.16; 1Ts 5.27) juntamente com ensinamento, pregação e exortação baseados nela (1Tm 4.13; 2Tm 4.2; cf. At 19.8-10; 20.7).

(8) Sempre quando o povo de Deus se reunia na Casa do Senhor, todos deviam trazer seus dízimos e ofertas (Sl 96.8; Mt 23.23). Semelhantemente, Paulo escreveu aos cristãos de Corinto, no tocante à coleta em favor da igreja de Jerusalém: “No primeiro dia da semana, cada um de vós ponha de parte o que puder ajuntar, conforme a sua prosperidade” (1Co 16.2). A verdadeira adoração a Deus deve, portanto ensinar uma oportunidade para apresentarmos ao Senhor os nossos dízimos e ofertas.

(9) Algo singular no culto da igreja do NT era a atuação do Espírito Santo e das suas manifestações. Entre essas manifestações do Espírito na congregação do

Senhor havia a palavra da sabedoria, a palavra do conhecimento, manifestações especiais de fé, dons de curas, poderes miraculosos, profecia, discernimento de espíritos, falar em línguas e a interpretação de línguas (1Co 12.7-10). O caráter carismático do culto cristão primitivo vem, também, descrito nas cartas de Paulo: “Quando vos ajuntais, cada um de vós tem salmo, tem doutrina, tem revelação, tem língua, tem interpretação” (1Co 14.26). Na primeira epístola aos coríntios, Paulo expõe princípios normativos da adoração deles (ver 1Co 14.1-33 notas). O princípio dominante para o exercício de qualquer dom do Espírito Santo durante o culto é o fortalecimento e a edificação da congregação inteira (1Co 12.7; 14.26; ver o estudo DONS ESPIRITUAIS PARA O CRENTE).

(10) O outro elemento excepcional na adoração segundo o NT era a prática das ordenanças —o batismo e a Ceia do Senhor. A Ceia do Senhor (ou o “partir do pão”, ver At 2.42) parece que era observada diariamente entre os crentes logo depois do Pentecostes (At 2.46,47), e, posteriormente, pelo menos uma vez por semana (At 20.7,11). O batismo conforme a ordem de Cristo (Mt 28.19,20) ocorria sempre que havia conversões e novas pessoas ingressavam na igreja (At 2.41; 8.12; 9.18; 10.48; 16.30-33; 19.1-5).

AS BÊNÇÃOS DE DEUS PARA OS VERDADEIROS ADORADORES.

Quando os crentes verdadeiramente adoram a Deus, muitas bênçãos lhes estão reservadas por Ele. Por exemplo, Ele promete

- (1) que estará com eles (Mt 18.20), e que entrará e ceará com eles (Ap 3.20);
- (2) que envolverá o seu povo com a sua glória (cf. Êx 40.35; 2Cr 7.1; 1Pe 4.14);
- (3) que abençoará o seu povo com chuvas de bênçãos (Ez 34.26), especialmente com a paz (Sl 29.11; ver o estudo A PAZ DE DEUS);
- (4) que concederá fartura de alegria (Sl 122.1,2; Lc 15.7,10; Jo 15.11);
- (5) que responderá às orações dos que oram com fé sincera (Mc 11.24; Tg 5.15; ver o estudo A ORAÇÃO EFICAZ);
- (6) que encherá de novo o seu povo com o Espírito Santo e com ousadia (At 4.31);
- (7) que enviará manifestações do Espírito Santo entre o seu povo (1Co 12.7-13);

(8) que guiará o seu povo em toda a verdade através do Espírito Santo (Jo 15.26; 16.13);

(9) que santificará o seu povo pela sua Palavra e pelo seu Espírito (Jo 17.17-19);

(10) que consolará, animará e fortalecerá seu povo (Is 40.1; 1Co 14.26; 2Co 1.3,4; 1Ts 5.11);

(11) que convencerá o povo do pecado, da justiça e do juízo por meio do Espírito Santo (ver Jo 16.8 nota); e

(12) que salvará os pecadores presentes no culto de adoração, sob a convicção do Espírito Santo (1Co 14.22-25).

EMPECILHOS À VERDADEIRA ADORAÇÃO.

O simples fato de pessoas se dizendo crentes realizarem um culto, não é nenhuma garantia de que haja aí verdadeira adoração, nem que Deus aceite seu louvor e ouça suas orações.

(1) Se a adoração a Deus é mera formalidade, somente externa, e se o coração do povo de Deus está longe dEle, tal adoração não será aceita por Ele. Cristo repreendeu severamente os fariseus por sua hipocrisia; eles observavam a lei de Deus por legalismo, enquanto seus corações estavam longe dEle (Mt 15.7-9; 23.23-28; Mc 7.5-7). Note a censura semelhante que Ele dirigiu à igreja de Éfeso, que adorava o Senhor mas já não o amava plenamente (Ap 2.1-5).

(2) Outro impedimento à verdadeira adoração é um modo de vida comprometido com o mundanismo, pecado e imoralidade. Deus recusou os sacrifícios do rei Saul porque este desobedeceu ao seu mandamento (1Sm 15.1-23). Isaías repreendeu severamente o povo de Deus como “nação pecadora.... povo carregado da iniquidade da semente de malignos” (Is 1.4); ao mesmo tempo, porém esse mesmo povo oferecia sacrifícios a Deus e comemorava seus dias santos. Por isso, o Senhor declarou através de Isaías: “As vossas festas da lua nova, e as vossas solenidades, as aborrece a minha alma; já me são pesadas; já estou cansado de as sofrer. Pelo que, quando estendeis as mãos, escondo de vós os olhos; sim, quando multiplicais as vossas orações, não as ouço, porque as vossas mãos estão cheias de sangue” (Is 1.14,15). Semelhantemente, na igreja do NT, Jesus conclamou os adoradores em Sardes a se despertarem, porque “não achei as tuas obras perfeitas diante de Deus” (Ap 3.2). Da mesma maneira, Tiago indica que Deus não atenderá as orações egoístas daqueles que não se separam do mundo (Tg 4.1-5; ver o estudo A ORAÇÃO EFICAZ). O povo de Deus só pode ter certeza que Deus estará presente à sua

adoração e a aceitará, quando esse povo tiver mãos limpas e coração puro (Sl 24.3,4; Tg 4.8).

O SOFRIMENTO DOS JUSTOS

Jó 2.7,8 “Então, saiu Satanás da presença do SENHOR e feriu a Jó de uma chaga maligna, desde a planta do pé até ao alto da cabeça. E Jó, tomando um pedaço de telha para raspar com ele as feridas, assentou-se no meio da cinza.”

A fidelidade a Deus não é garantia de que o crente não passará por aflições, dores e sofrimentos nesta vida (ver At 28.16 nota). Na realidade, Jesus ensinou que tais coisas poderão acontecer ao crente (Jo 16.1-4,33; ver 2Tm 3.12 nota). A Bíblia contém numerosos exemplos de santos que passaram por grandes sofrimentos, por diversas razões e.g., José, Davi, Jó, Jeremias e Paulo.

POR QUE OS CRENTES SOFREM?

São diversas as razões por que os crentes sofrem.

(1) O crente experimenta sofrimento como uma decorrência da queda de Adão e Eva. Quando o pecado entrou no mundo, entrou também a dor, a tristeza, o conflito e, finalmente, a morte sobre o ser humano (Gn 3.16-19). A Bíblia afirma o seguinte: “Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram” (Rm 5.12; ver nota). Realmente, a totalidade da criação geme sob os efeitos do pecado, e anseia por um novo céu e nova terra (Rm 8.20-23; 2Pe 3.10-13). É nosso dever sempre recorrermos à graça, fortaleza e consolo divinos (cf. 1Co 10.13).

(2) Certos crentes sofrem pela mesma razão que os descrentes sofrem, i.e., consequência de seus próprios atos (ver o estudo A PROVIDÊNCIA DIVINA). A lei bíblica “Tudo o que o homem semear, isso também ceifará” (Gl 6.7) aplica-se a todos de modo geral. Se guiarmos com imprudência o nosso automóvel, poderemos sofrer graves danos. Se não formos comedidos em nossos hábitos alimentares, certamente vamos ter graves problemas de saúde. É nosso dever sempre proceder com sabedoria e de acordo com a Palavra de Deus e evitar tudo o que nos privaria do cuidado providente de Deus.

(3) O crente também sofre, pelo menos no seu espírito, por habitar num mundo pecaminoso e corrompido. Por toda parte ao nosso redor estão os efeitos do pecado. Sentimos aflição e angústia ao vermos o domínio da iniquidade sobre tantas vidas (ver Ez 9.4; At 17.16; 2Pe 2.8 nota). É nosso dever orar a Deus para que Ele suplante vitoriosamente o poder do pecado.

(4) Os crentes enfrentam ataques do diabo.

(a) As Escrituras claramente mostram que Satanás, como “o deus deste século” (2Co 4.4), controla o presente século mau (ver 1Jo 5.19 nota; cf. Gl 1.4; Hb 2.14). Ele recebe permissão para afligir crentes de várias maneiras (cf. 1Pe 5.8,9). Jó, um homem reto e temente a Deus, foi atormentado por Satanás por permissão de Deus (ver principalmente Jó 1—2). Jesus afirmou que uma das mulheres por Ele curada estava presa por Satanás há dezoito anos (cf. Lc 13.11,16). Paulo reconhecia que o seu espinho na carne era “um mensageiro de Satanás, para me esbofetear” (2Co 12.7). À medida em que travamos guerra espiritual contra “os príncipes das trevas deste século” (Ef 6.12), é inevitável a ocorrência de adversidades. Por isso, Deus nos proveu de armadura espiritual (Ef 6.10-18; ver 6.11 nota) e armas espirituais (2Co 10.3-6). É nosso dever revestir-nos de toda armadura de Deus e orar (Ef 6.10-18), decididos a permanecer fiéis ao Senhor, segundo a força que Ele nos dá.

(b) Satanás e seus seguidores se comprazem em perseguir os crentes. Os que amam ao Senhor Jesus e seguem os seus princípios de verdade e retidão serão perseguidos por causa da sua fé. Evidentemente, esse sofrimento por causa da justiça pode ser uma indicação da nossa fiel devoção a Cristo (ver Mt 5.10 nota). É nosso dever, uma vez que todos os crentes também são chamados a sofrer perseguição e desprezo por causa da justiça, continuar firmes, confiando naquele que julga com justiça (Mt 5.10,11; 1Co 15.58; 1Pe 2.21-23).

(5) De um ponto de vista essencialmente bíblico, o crente também sofre porque “nós temos a mente de Cristo” (ver 1Co 2.16 nota). Ser cristão significa estar em Cristo, estar em união com Ele; nisso, compartilhamos dos seus sofrimentos (ver 1Pe 2.21 nota). Por exemplo, assim como Cristo chorou em agonia por causa da cidade ímpia de Jerusalém, cujos habitantes se recusavam a arrepender-se e a aceitar a salvação (ver Lc 19.41 nota), também devemos chorar pela pecaminosidade e condição perdida da raça humana. Paulo incluiu na lista de seus sofrimentos por amor a Cristo (2Co 11.23-32; ver 11.23 nota) a sua preocupação diária pelas igrejas que fundara: “quem enfraquece, que eu também não enfraqueça? Quem se escandaliza, que eu não me abraze?” (2Co 11.29). Semelhante angústia mental por causa daqueles que amamos em Cristo deve ser uma parte natural da nossa vida: “chorai com os que choram” (Rm 12.15). Realmente, compartilhar dos sofrimentos de Cristo é uma condição para sermos glorificados com Cristo (Rm 8.17). É nosso dever dar graças a Deus, pois, assim como os sofrimentos de Cristo são nossos, assim também nosso é o seu consolo (2Co 1.5).

(6) Deus pode usar o sofrimento como catalisador para o nosso crescimento ou melhoramento espiritual.

(a) Frequentemente, Ele emprega o sofrimento a fim de chamar a si o seu povo desgarrado, para arrependimento dos seus pecados e renovação espiritual (ver o livro de Juízes). É nosso dever confessar nossos pecados conhecidos e examinar nossa vida para ver se há alguma coisa que desagrada o Espírito Santo.

(b) Deus, às vezes, usa o sofrimento para testar a nossa fé, para ver se permanecemos fiéis a Ele. A Bíblia diz que as provações que enfrentamos são “a prova da vossa fé” (Tg 1.3; ver 1.2 nota); elas são um meio de aperfeiçoamento da nossa fé em Cristo (ver Dt 8.3 nota; 1Pe 1.7 nota). É nosso dever reconhecer que uma fé autêntica resultará em “louvor, e honra, e glória na revelação de Jesus Cristo” (1Pe 1.7).

(c) Deus emprega o sofrimento, não somente para fortalecer a nossa fé, mas também para nos ajudar no desenvolvimento do caráter cristão e da retidão. Segundo vemos nas cartas de Paulo e Tiago, Deus quer que aprendamos a ser pacientes mediante o sofrimento (Rm 5.3-5; Tg 1.3). No sofrimento, aprendemos a depender menos de nós mesmos e mais de Deus e da sua graça (ver Rm 5.3 nota; 2Co 12.9 nota). É nosso dever estar afinados com aquilo que Deus quer que aprendamos através do sofrimento.

(d) Deus também pode permitir que soframos dor e aflição para que possamos melhor consolar e animar outros que estão a sofrer (ver 2Co 1.4 nota). É nosso dever usar nossa experiência advinda do sofrimento para encorajar e fortalecer outros crentes.

(7) Finalmente, Deus pode usar, e usa mesmo, o sofrimento dos justos para propagar o seu reino e seu plano redentor. Por exemplo: toda injustiça por que José passou nas mãos dos seus irmãos e dos egípcios faziam parte do plano de Deus “para conservar vossa sucessão na terra e para guardar-vos em vida por um grande livramento” (Gn 45.7; ver o estudo A PROVIDÊNCIA DIVINA). O principal exemplo, aqui, é o sofrimento de Cristo, “o Santo e o Justo” (At 3.14), que experimentou perseguição, agonia e morte para que o plano divino da salvação fosse plenamente cumprido. Isso não exime da iniquidade aqueles que o crucificaram (At 2.23), mas indica, sim, como Deus pode usar o sofrimento dos justos pelos pecadores, para seus próprios propósitos e sua própria glória.

O RELACIONAMENTO DE DEUS COM O SOFRIMENTO DO CRENTE.

(1) O primeiro fato a ser lembrado é este: Deus acompanha o nosso sofrer. Satanás é o deus deste século, mas ele só pode afligir um filho de Deus pela

vontade permissiva de Deus (cf. 1—2; ver o estudo A PROVIDÊNCIA DIVINA, e A VONTADE DE DEUS). Deus promete na sua Palavra que Ele não permitirá sermos tentados além do que podemos suportar (1Co 10.13).

(2) Temos também de Deus a promessa que Ele converterá em bem todos os sofrimentos e perseguições daqueles que o amam e obedecem aos seus mandamentos (ver Rm 8.28 nota). José verificou esta verdade na sua própria vida de sofrimento (cf. Gn 50.20), e o autor de Hebreus demonstra como Deus usa os tempos de apertos da nossa vida para nosso próprio crescimento e benefício (ver Hb 12.5 nota).

(3) Além disso, Deus promete que ficará conosco na hora da dor; que andará conosco “pelo vale da sombra da morte” (Sl 23.4; cf. Is 43.2).

VITÓRIA SOBRE O SOFRIMENTO PESSOAL.

Se você está sob provações e aflições, que deve fazer para triunfar sobre tal situação?

(1) Primeiro: examinar as várias razões por que o ser humano sofre (ver seção 1, supra) e ver em que sentido o sofrimento concerne a você. Uma vez identificada a razão específica, você deve proceder conforme o contido em “É nosso dever”.

(2) Creia que Deus se importa sobremaneira com você, independente da severidade das suas circunstâncias (ver Rm 8.36 nota; 2Co 1.8-10 nota; Tg 5.11 nota; 1Pe 5.7 nota). O sofrimento nunca deve fazer você concluir que Deus não lhe ama, nem rejeitá-lo como seu Senhor e Salvador.

(3) Recorra a Deus em oração sincera e busque a sua face. Espere nEle até que liberte você da sua aflição (ver Sl 27.8-14; 40.1-3; 130).

(4) Confie que Deus lhe dará a graça para suportar a aflição até chegar o livramento (1Co 10.13; 2Co 12.7-10). Convém lembrar de que sempre “somos mais do que vencedores, por aquele que nos amou” (Rm 8.37; Jo 16.33). A fé cristã não consiste na remoção de fraquezas e sofrimento, mas na manifestação do poder divino através da fraqueza humana (ver 2Co 4.7 nota).

(5) Leia a Palavra de Deus, principalmente os salmos de conforto em tempos de lutas (e.g., Sl 11; 16; 23; 27; 40; 46; 61; 91; 121; 125; 138).

(6) Busque revelação e discernimento da parte de Deus referente à sua situação específica —mediante a oração, as Escrituras, a iluminação do Espírito Santo ou o conselho de um santo e experiente irmão.

(7) Se o seu sofrimento é de natureza física, atente para os passos expostos no estudo A CURA DIVINA.

(8) No sofrimento, lembre-se da predição de Cristo, de que você terá aflições na sua vida como crente (Jo 16.33). Aguarde com alegria aquele ditoso tempo quando “Deus limpará de seus olhos toda lágrima, e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor” (Ap 21.4).

A MORTE

Jó 19.25,26 “Eu sei que o meu Redentor vive, e que, por fim, se levantará sobre a terra. E depois de consumida a minha pele, ainda em minha carne verei a Deus.”

Todo ser humano, tanto crente quanto incrédulo, está sujeito à morte. A palavra “morte” tem, porém, mais de um sentido na Bíblia. É importante para o crente compreender os vários sentidos do termo morte.

A MORTE COMO RESULTADO DO PECADO.

Gênesis 2—3 ensina que a morte penetrou no mundo por causa do pecado. Nossos primeiros pais foram criados capazes de viverem para sempre. Ao desobedecerem o mandamento de Deus, tornaram-se sujeitos à penalidade do pecado, que é a morte.

(1) Adão e Eva ficaram agora sujeitos à morte física. Deus colocara a árvore da vida no jardim do Éden para que, ao comer continuamente dela, o ser humano nunca morresse (ver Gn 2.9 nota). Mas, depois de Adão e Eva comerem do fruto da árvore do bem e do mal, Deus pronunciou estas palavras: “és pó e em pó te tornarás” (Gn 3.19). Eles não morreram fisicamente no dia em que comeram, mas ficaram sujeitos à lei da morte como resultado da maldição divina.

(2) Adão e Eva também morreram no sentido moral, Deus advertia Adão que se comesse do fruto proibido, ele certamente morreria (Gn 2.17). Adão e sua esposa não morreram fisicamente naquele dia, mas moralmente, sim, i.e., a sua natureza tornou-se pecaminosa. A partir de Adão e Eva, todos nasceram com uma natureza pecaminosa (Rm 8.5-8), i.e., uma tendência inata de seguir seu próprio caminho egoísta, alheio a Deus e ao próximo (ver Gn 3.6 nota; Rm 3.10-18 nota; Ef 2.3; Cl 2.13).

(3) Adão e Eva também morreram espiritualmente quando desobedeceram a Deus, pois isso destruiu o relacionamento íntimo que tinham antes com Deus (ver Gn 3.6 nota). Já não anelavam caminhar e conversar com Deus no jardim; pelo contrário, esconderam-se da sua presença (Gn 3.8). A Bíblia também ensina que, à parte de Cristo, todos estão alienados de Deus e da vida nEle (Ef 4.17,18); i.e., estão espiritualmente mortos.

(4) Finalmente, a morte, como resultado do pecado, importa em morte eterna. A vida eterna viria pela obediência de Adão e Eva (cf. Gn 3.22); ao invés disso, a lei da morte eterna entrou em operação. A morte eterna é a eterna condenação e separação de Deus como resultado da desobediência do homem para com Deus.

(5) A única maneira de o ser humano escapar da morte em todos os seus aspectos é através de Jesus Cristo, que “aboluiu a morte e trouxe à luz a vida e a incorrupção” (2Tm 1.10). Ele, mediante a sua morte, reconciliou-nos com Deus, e, assim, desfez a separação e alienação espirituais resultantes do pecado (ver Gn 3.24 nota; 2Co 5.18 nota). Pela sua ressurreição Ele venceu e aboliu o poder de Satanás, do pecado e da morte física (ver Gn 3.15 nota; Rm 6.10 nota; cf. Rm 5.18,19; 1Co 15.12-28; 1Jo 3.8).

A MORTE FÍSICA DO CRENTE.

Embora o crente em Cristo tenha a certeza da vida ressurreta, não deixará de experimentar a morte física. O crente, porém, encara a morte de modo diferente do incrédulo. Seguem-se algumas das verdades reveladas na Bíblia a respeito da morte do crente.

(1) A morte, para os salvos, não é o fim da vida, mas um novo começo. Neste caso, ela não é um terror (1Co 15.55-57), mas um meio de transição para uma vida mais plena. Para o salvo, morrer é ser liberto das aflições deste mundo (2Co 4.17) e do corpo terreno, para ser revestido da vida e glória celestiais (2Co 5.1-5). Paulo se refere à morte como sono (1Co 15.6,18,20; 1Ts 4.13-15), o que dá a entender que morrer é descansar do labor e das lutas terrenas (cf. Ap 14.13).

(2) A Bíblia refere-se à morte do crente em termos consoladores. Por exemplo, ela afirma que a morte do santo “Preciosa é à vista do SENHOR” (Sl 116.15). É a entrada na paz (Is 57.1,2) e na glória (Sl 73.24); é ser levado pelos anjos “para o seio de Abraão” (Lc 16.22); é ir ao “Paraíso” (Lc 23.43); é ir à casa de nosso Pai, onde há “muitas moradas” (Jo 14.2); é uma partida bem-aventurada para estar “com Cristo” (Fp 1.23); é ir “habitar com o Senhor” (2Co 5.8); é um dormir em Cristo (1Co 15.18; cf. Jo 11.11; 1 Ts 4.13); “é ganho.... ainda muito melhor” (Fp 1.21,23), é a ocasião de receber a “coroa da justiça” (ver 2Tm 4.8 nota).

(3) Quanto ao estado dos salvos, entre sua morte e a ressurreição do corpo, as Escrituras ensinam o seguinte:

(a) No momento da morte, o crente é conduzido à presença de Cristo (2Co 5.8; Fp 1.23).

(b) Permanece em plena consciência (Lc 16.19-31) e desfruta de alegria diante da bondade e amor de Deus (cf. Ef 2.7).

(c) O céu é como um lar, i.e., um maravilhoso lugar de repouso e segurança (Ap 6.11) e de convívio e comunhão com os santos (Jo 14.2 nota).

(d) O viver no céu incluirá a adoração e o louvor a Deus (Sl 87; Ap 14.2,3; 15.3).

(e) Os salvos no céu, até o dia da ressurreição do corpo, não são espíritos incorpóreos e invisíveis, mas seres dotados de uma forma corpórea celestial temporária (Lc 9.30-32; 2Co 5.1-4).

(f) No céu, os crentes conservam sua identidade individual (Mt 8.11; Lc 9.30-32).

(g) Os crentes que passam para o céu continuam a almejar que os propósitos de Deus na terra se cumpram (Ap 6.9-11).

(4) Embora o salvo tenha grande esperança e alegria ao morrer, os demais crentes que ficam não deixam de lamentar a morte de um ente querido. Quando Jacó faleceu, por exemplo, José lamentou profundamente a perda de seu pai. O que se deu com José ante a morte de seu pai é semelhante ao que acontece a todos os crentes, quando falece um seu ente querido (ver Gn 50.1 nota).

O LOUVOR A DEUS

Sl 9.1,2 “Eu te louvarei, SENHOR, de todo o meu coração; contarei todas as tuas maravilhas. Em ti me alegrarei e saltarei de prazer; cantarei louvores ao teu nome, ó Altíssimo.”

A IMPORTÂNCIA DO LOUVOR.

A Bíblia constantemente exorta o povo de Deus a louvar ao Senhor.

(1) O AT emprega três palavras básicas para conclamar os israelitas a louvarem a Deus: a palavra *barak* (também traduzida “bendizer”); a palavra *balal* (da qual deriva a palavra “aleluia”, que literalmente significa “louvai ao Senhor”); e a palavra *yadah* (às vezes traduzida por “dar graças”).

(2) O primeiro cântico na Bíblia, entoado depois de os israelitas atravessarem o mar Vermelho, foi, em síntese, um hino de louvor e ação de graças a Deus (Êx 15.2). Moisés instruiu os israelitas a louvarem a Deus pela sua bondade em conceder-lhes a terra prometida (Dt 8.10). O cântico de Débora, por sua vez, congregou o povo expressamente para louvar ao Senhor (Jz 5.9). A disposição de Davi em louvar a Deus está gravada, tanto na história da sua vida (2Sm 22.4,47,50; 1Cr16.4, 9, 25, 35, 36; 29.20), como nos salmos que escreveu (9.1,2; 18.3; 22.23; 52.9; 108.1, 3; 145). Os demais salmistas também convocam o povo de Deus a, enquanto viver, sempre louvá-lo (33.1,2; 47.6,7; 75.9; 96.1-4; 100; 150). Finalmente, os profetas do AT ordenam que o povo de Deus o louve (Is 42.10,12; Jr 20.13; Sl 12.1; 25.1; Jr 33.9; Jl 2.26; Hc 3.3).

(3) O chamado para louvar a Deus também ecoa por todo o NT. O próprio Jesus louvou a seu Pai celestial (Mt 11.25; Lc 10.21). Paulo espera que todas as nações louvem a Deus (Rm 15.9-11; Ef 1.3,6,12) e Tiago nos conclama a louvar ao Senhor (Tg 3.9; 5.13). E, no fim, o quadro vislumbrado no Apocalipse é o de uma vasta multidão de santos e anjos, louvando a Deus continuamente (Ap 4.9-11; 5.8-14; 7.9-12; 11.16-18).

(4) Louvar a Deus é uma das atribuições principais dos anjos (103.20; 148.2) e é privilégio do povo de Deus, tanto crianças (Mt 21.16; ver Sl 8.2), como adultos (30.4; 135.1,2, 19-21). Além disso, Deus também conclama todas as nações a louvá-lo (67.3-5; 117.1; 148.11-13; Is 42.10-12; Rm 15.11). Isto quer dizer que tudo quanto tem fôlego está convocado a entoar bem alto os louvores de Deus (150.6). E, se tanto não bastasse, Deus também conclama a natureza inanimada a louvá-lo —como, por exemplo, o sol, a lua e as estrelas (148.3,4; cf. Sl 19.1,2); os raios, o granizo, a neve e o vento (148.8); as montanhas, colinas, rios e mares

(98.7,8; 148.9; Is 44.23); todos os tipos de árvores (148.9; Is 55.12) e todos os tipos de seres vivos (69.34; 148.10).

MÉTODOS DE LOUVOR.

Há várias maneiras de se louvar a Deus.

(1) O louvor é algo fundamental na adoração coletiva prestada pelo povo de Deus (100.4; ver o estudo A ADORAÇÃO A DEUS).

(2) Tanto na adoração coletiva como noutros casos, uma maneira de louvar a Deus é cantar salmos, hinos e cânticos espirituais (96.1-4; 147.1; Ef 5.19,20; Cl 3.16,17). O cântico de louvor pode ser com a mente (i.e., em idiomas humanos conhecidos) ou com o espírito (i.e., em línguas; 1Co 14.14-16, ver 14.15 nota).

(3) O louvor mediante instrumentos musicais. Neste particular o AT menciona instrumentos variados, de sopro, como chifre de carneiro e trombetas (1Cr 15.28; Sl 150.3), flauta (1Sm 10.5; Sl 150.4); instrumentos de cordas, como harpa e lira (1Cr 13.8; Sl 149.3; 150.3), e instrumentos de percussão, como tamborins e címbalos (Êx 15.20; Sl 150.4,5).

(4) Podemos, também, louvar a Deus, ao falar ao nosso próximo das maravilhas de Deus para conosco, pessoalmente. Davi, por exemplo, depois da experiência do perdão divino, estava ansioso para relatar aos outros, o que o Senhor fizera por ele (51.12,13, 15). Outros escritores bíblicos nos exortam a declarar a glória e louvor de Deus, na congregação do seu povo (22.22-25; 111.1; Hb 2.12) e entre as nações (18.49; 96.3,4; Is 42.10-12). Pedro conclama o povo de Deus “para que anuncieis as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz” (1Pe 2.9). Noutras palavras, a obra missionária é um meio de louvar a Deus.

(5) Finalmente, o crente que vive a sua vida para a glória de Deus está a louvar ao Senhor. Jesus nos relembra que quando o crente faz brilhar a sua luz, o povo vê as suas boas obras e glorifica e louva a Deus (Mt 5.16; Jo 15.8). De modo semelhante, Paulo também mostra que uma vida cheia de frutos da justiça louva a Deus (Fp 1.11).

MOTIVOS PARA LOUVAR A DEUS.

Por que o povo louva ao Senhor?

(1) Uma das evidentes razões vem do esplendor, glória e majestade do nosso Deus, aquele que criou os céus e a terra (96.4-6; 145.3; 148.13), aquele a quem devemos exaltar na sua santidade (99.3; Is 6.3).

(2) A nossa experiência dos atos poderosos de Deus, especialmente dos seus atos de salvação e de redenção, é uma razão extraordinária para louvarmos ao seu nome (96.1-3; 106.1,2; 148.14; 150.2; Lc 1.68-75; 2.14, 20); deste modo, louvamos a Deus pela sua misericórdia, graça e amores imutáveis (57.9, 10; 89.1,2; 117; 145.8-10; Ef 1.6).

(3) Também devemos louvar a Deus por todos os seus atos de livramento em nossa vida, tais como livramento de inimigos ou cura de enfermidades (9.1-5; 40.1-3; 59.16; 124; Jr 20.13; Lc 13.13; At 3.7-9).

(4) Finalmente, o cuidado providente de Deus para conosco, dia após dia, tanto material como espiritualmente, é uma grandiosa razão para louvarmos e bendizermos o seu nome (68.19; 103; 147; Is 63.7; ver o estudo A PROVIDÊNCIA DIVINA).

A ESPERANÇA DO CRENTE SEGUNDO A BÍBLIA

Sl 33.18,19 “Eis que os olhos do SENHOR estão sobre os que o temem, sobre os que esperam na sua misericórdia, para livrar a sua alma da morte e para os conservar vivos na fome”

A ESPERANÇA BÍBLICA DO CRENTE.

A esperança, pela sua própria natureza, diz respeito ao futuro (cf. Rm 8.24,25). Porém, ela abrange muito mais do que uma simples vontade ou anseio por algo futuro. Esta esperança consiste numa certeza na alma, i.e., uma firme confiança sobre as coisas futuras, porque tais coisas decorrem da revelação e das promessas de Deus. Noutras palavras, a esperança bíblica do crente está intimamente vinculada a uma fé firme (Rm 15.13; Hb 11.1) e a uma sólida confiança em Deus (Sl 33.21,22). O salmista expressa claramente este fato mediante um paralelo entre “confiança” e “esperança”: “Não confieis em príncipes nem em filhos de homens, em quem não há salvação. Bem-aventurado aquele que tem o Deus de Jacó por seu auxílio e cuja esperança está posta no SENHOR, seu Deus” (Sl 146.3,5; cf. Jr 17.7). Por conseguinte, a esperança firme do crente é uma esperança que “não traz confusão” (Rm 5.5; cf. Sl 22.4,5; Is 49.23); a esperança, portanto, é uma âncora para o crente através da vida (Hb 6.19,20).

A BASE DA ESPERANÇA DO CRENTE.

O alicerce da esperança segura do crente procede da natureza de Deus, de Jesus Cristo e da Palavra de Deus.

(1) As Escrituras revelam como Deus sempre foi fiel, no passado, ao seu povo. O Salmo 22, por exemplo, revela a luta de Davi numa situação pessoal crítica, que ameaça a sua vida. Todavia, ao meditar nos feitos de Deus no passado ele confia que Deus o livrará: “Em ti confiaram nossos pais; confiaram, e tu os livraste” (22.4). O poder maravilhoso que o Deus Criador já manifestou em favor do seu povo está exemplificado no êxodo, na conquista de Canaã, nos milagres de Jesus e dos apóstolos, e em casos semelhantes, os quais edificam a nossa confiança no Senhor como nosso Ajudador (cf. 105; 124.8; Hb 13.6; ver Êx 6.7 nota). Por outro lado, aqueles que não conhecem a Deus não têm em que se firmar para terem esperança (Ef 2.12; 1Ts 4.13).

(2) A plenitude da revelação do novo concerto em Jesus Cristo acresce mais uma razão para a esperança inabalável em Deus. Para o crente, o Filho de Deus veio para destruir as obras do diabo (1Jo 3.8), que é o “deus deste século” (2Co 4.4; cf. Gl 1.4; Hb 2.14; ver 1Jo 5.19 nota; ver o estudo O SOFRIMENTO DOS JUSTOS).

Jesus, ao expulsar demônios durante o seu ministério terreno, demonstrou seu poder sobre Satanás (ver o estudo PODER SOBRE SATANÁS E OS DEMÔNIOS). Além disso, pela sua morte e ressurreição, Ele esmagou o poder de Satanás (cf. Jo 12.31) e demonstrou o poder do reino de Deus (ver o estudo O REINO DE DEUS). Não é de se estranhar, portanto, o que Pedro exclama a respeito da nossa esperança: “Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, segundo a sua grande misericórdia, nos gerou de novo para uma viva esperança, pela ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos” (1Pe 1.3). Jesus é, pois, chamado nossa esperança (Cl 1.27; 1Tm 1.1); devemos depositar nEle a nossa esperança, mediante o poder do Espírito Santo (Rm 15.12,13; cf. 1Pe 1.13; ver Êx 17.11 nota).

(3) A Palavra de Deus é a terceira base da esperança. Deus revelou sua Palavra através dos profetas e apóstolos no passado; Ele os inspirou pelo Espírito Santo para escreverem isentos de erros (2Tm 3.16; 2Pe 1.19-21; ver o estudo A INSPIRAÇÃO E A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS). Pelo fato de que sua eterna Palavra permanece firme nos céus (Sl 119.89), podemos depositar nossa esperança nessa Palavra (Sl 119.49, 74, 81, 114, 147; 130.5; cf. At 26.6; Rm 15.4). De fato, tudo quanto sabemos a respeito de Deus e de Jesus Cristo vem da revelação infalível das Sagradas Escrituras.

A SUMA ESPERANÇA DO CRENTE.

A suprema esperança e confiança do crente não deve estar em seres humanos (Sl 33.16,17; 147.10,11), nem em bens materiais, nem em dinheiro (Sl 20.7; Mt 6.19-21; Lc 12.13-21; 1Tm 6.17; ver Nm 18.20 nota; ver o estudo RIQUEZA E POBREZA), antes deve estar em Deus, no seu Filho Jesus e na sua Palavra. E em que consiste esta esperança?

(1) Temos esperança na graça de Deus e no livramento que Ele nos oferece, nas tribulações desta vida presente (Sl 33.18,19; 42.1-5; 71.1-5,13-14; Jr 17.17,18).

(2) Temos esperança de que chegará o dia em que nossas tribulações cessarão aqui na terra, quando esta não estará mais sujeita à corrupção, e terá lugar a redenção (ressurreição) do nosso corpo (Rm 8.18-25; cf. Sl 16.9,10; 2Pe 3.12; ver At24.15 nota; ver o estudo A RESSURREIÇÃO DO CORPO).

(3) Temos esperança da consumação da nossa salvação (1Ts 5.8; ver o estudo TERMOS BÍBLICOS PARA SALVAÇÃO).

(4) Temos a esperança de uma casa eterna nos novos céus (2Co 5.1-5; 2Pe 3.13; ver Jo 14.2 nota), naquela cidade cujo arquiteto e edificador é Deus (Hb11.10).

(5) Temos a bendita esperança da vinda gloriosa do nosso grande Deus e Salvador, Jesus Cristo (Tt 2.13), quando, então, os crentes serão arrebatados da terra, para o encontro com Ele nos ares (1Ts 4.13-18; ver o estudo O ARREBATAMENTO DA IGREJA), e, quando, então, nós o veremos como Ele é e nos tornaremos semelhantes a Ele (Fp 3.20,21; 1Jo 3.2,3).

(6) Temos a esperança de receber a coroa da justiça (2Tm 4.8), de glória (1Pe 5.4) e da vida (Ap 2.10). Finalmente, temos a esperança da vida eterna (Tt 1.2; 3.7); da vida garantida a todos que confiam no Senhor Jesus Cristo e o obedecem (Jo 3.16,36; 6.47; 1Jo 5.11-13). Com promessas tão grandes reservadas àqueles que esperam em Deus e no seu Filho Jesus, Pedro nos conclama: “estai sempre preparados para responder com mansidão e temor a qualquer que vos pedir a razão da esperança que há em vós” (1Pe 3.15).

OS ATRIBUTOS DE DEUS

Sl 139.7,8 “Para onde me irei do teu Espírito ou para onde fugirei da tua face? Se subir ao céu, tu aí estás; se fizer no Seol a minha cama, eis que tu ali estás também”.

A Bíblia não procura comprovar que Deus existe. Em vez disso, ela declara a sua existência e apresenta numerosos atributos seus. Muitos desses atributos são exclusivos dEle, como Deus; outros existem em parte no ser humano, pelo fato de ter sido criado à imagem de Deus.

ATRIBUTOS EXCLUSIVOS DE DEUS.

(1) Deus é onipresente —i.e., Ele está presente em todos os lugares a um só tempo. O salmista afirma que, não importa para onde formos, Deus está ali (Sl 139.7-12; cf. Jr 23.23,24; At 17.27,28); Deus observa tudo quanto fazemos.

(2) Deus é onisciente —i.e., Ele sabe todas as coisas (Sl 139.1-6; 147.5). Ele conhece, não somente nosso procedimento, mas também nossos próprios pensamentos (1Sm 16.7; 1 Rs 8.39; Sl 44.21; Jr 17.9,10). Quando a Bíblia fala da presciência de Deus (Is 42.9; At 2.23; 1Pe 1.2), significa que Ele conhece com precisão a condição de todas as coisas e de todos os acontecimentos exequíveis, reais, possíveis, futuros, passados ou predestinados (1Sm 23.10-13; Jr 38.17-20). A presciência de Deus não subentende determinismo filosófico. Deus é plenamente soberano para tomar decisões e alterar seus propósitos no tempo e na história, segundo sua própria vontade e sabedoria. Noutras palavras, Deus não é limitado à sua própria presciência (ver Nm 14.11-20; 2Rs 20.1-7; ver o estudo ELEIÇÃO E PREDESTINAÇÃO).

(3) Deus é onipotente —i.e., Ele é o Todo-poderoso e detém a autoridade total sobre todas as coisas e sobre todas as criaturas (Sl 147.13-18; Jr 32.17; Mt 19.26; Lc 1.37). Isso não quer dizer, jamais, que Deus empregue todo o seu poder e autoridade em todos os momentos. Por exemplo, Deus tem poder para exterminar totalmente o pecado, mas optou por não fazer assim até o final da história humana (ver 1Jo 5.19 nota). Em muitos casos, Deus limita o seu poder, quando o emprega através do seu povo (2Co 12.7-10); em casos assim, o seu poder depende do nosso grau de entrega e de submissão a Ele (ver Ef 3.20 nota; ver o estudo A PROVIDÊNCIA DIVINA).

(4) Deus é transcendente —Ele é diferente e independente da sua criação (ver Êx 24.9-18; Is 6.1-3; 40.12-26; 55.8,9). Seu ser e sua existência são infinitamente maiores e mais elevados do que a ordem por Ele criada (1Rs 8.27;

Is 66.1,2; At 17.24,25). Ele subsiste de modo absolutamente perfeito e puro, muito além daquilo que Ele criou. Ele mesmo é incriado e existe à parte da criação (ver 1Tm 6.16 nota). A transcendência de Deus não significa, porém, que Ele não possa estar entre o seu povo como seu Deus (Lv 26.11,12; Ez 37.27; 43.7; 2Co 6.16).

(5) Deus é eterno —i.e., Ele é de eternidade a eternidade (Sl 90.1,2; 102.12; Is 57.12). Nunca houve nem haverá um tempo, nem no passado nem no futuro, em que Deus não existisse ou que não existirá; Ele não está limitado pelo tempo humano (cf. Sl 90.4; 2Pe 3.8), e é, portanto, melhor descrito como “EU SOU” (cf. Êx 3.14; Jo 8.58).

(6) Deus é imutável —i.e., Ele é inalterável nos seus atributos, nas suas perfeições e nos seus propósitos para a raça humana (Nm 23.19; Sl 102.26-28; Is 41.4; Ml 3.6; Hb 1.11,12; Tg 1.17). Isso não significa, porém, que Deus nunca altere seus propósitos temporários ante o proceder humano. Ele pode, por exemplo, alterar suas decisões de castigo por causa do arrependimento sincero dos pecadores (cf. Jn 3.6-10). Além disso, Ele é livre para atender as necessidades do ser humano e às orações do seu povo. Em vários casos a Bíblia fala de Deus mudando uma decisão como resultado das orações perseverantes dos justos (e.g., Nm 14.1-20; 2Rs 20.2-6; Is 38.2-6; Lc 18.1-8; ver o estudo ELEIÇÃO E PREDESTINAÇÃO e A ORAÇÃO EFICAZ).

(7) Deus é perfeito e santo —i.e., Ele é absolutamente isento de pecado e perfeitamente justo (Lv 11.44,45; Sl 85.13; 145.17; Mt 5.48). Adão e Eva foram criados sem pecado (cf. Gn 1.31), mas com a possibilidade de pecarem. Deus, no entanto, não pode pecar (Nm 23.19; 2Tm 2.13; Tt 1.2; Hb 6.18). Sua santidade inclui, também, sua dedicação à realização dos seus propósitos e planos.

(8) Deus é trino e uno —i.e., Ele é um só Deus (Dt 6.4; Is 45.21; 1Co 8.5,6; Ef 4.6; 1Tm 2.5), manifesto em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo (e.g., Mt 28.19; 2Co 13.14; 1Pe 1.2). Cada pessoa é plenamente divina, igual às duas outras; mas não são três deuses, e sim um só Deus (ver Mt 3.17 nota; Mc 1.11 nota).

ATRIBUTOS MORAIS DE DEUS.

Muitas características do Deus único e verdadeiro, especialmente seus atributos morais, têm certa similitude com as qualidades humanas; sendo, porém, evidente que todos os seus atributos existem em grau infinitamente superior aos humanos. Por exemplo, embora Deus e o ser humano possuam a capacidade de amar, nenhum ser humano é capaz de amar com o mesmo grau de intensidade como Deus ama. Além disso, devemos ressaltar que a capacidade humana de ter essas características vem do fato de sermos criados à imagem de Deus (Gn

1.26,27); noutras palavras, temos a sua semelhança, mas Ele não tem a nossa; i.e., Ele não é como nós.

(1) Deus é bom (Sl 25.8; 106.1; Mc 10.18). Tudo quanto Deus criou originalmente era bom, era uma extensão da sua própria natureza (Gn 1.4,10,12,18,21,25,31). Ele continua sendo bom para sua criação, ao sustentá-la, para o bem de todas as suas criaturas (Sl 104.10-28; 145.9; ver o estudo A PROVIDÊNCIA DIVINA); Ele cuida até dos ímpios (Mt 5.45; At 14.17). Deus é bom, principalmente para os seus, que o invocam em verdade (Sl 145.18-20).

(2) Deus é amor (1Jo 4.8). Seu amor é altruísta, pois abraça o mundo inteiro, composto de humanidade pecadora (Jo 3.16; Rm 5.8). A manifestação principal desse seu amor foi a de enviar seu único Filho, Jesus, para morrer em lugar dos pecadores (1Jo 4.9,10). Além disso, Deus tem amor paternal especial àqueles que estão reconciliados com Ele por meio de Jesus (ver Jo 16.27nota).

(3) Deus é misericordioso e clemente (Êx 34.6; Dt 4.31; 2Cr 30.9; Sl 103.8; 145.8; Jl 2.13); Ele não extermina o ser humano conforme merecemos devido aos nossos pecados (Sl 103.10), mas nos outorga o seu perdão como dom gratuito a ser recebido pela fé em Jesus Cristo (ver o estudo FÉ E GRAÇA).

(4) Deus é compassivo (2Rs 13.23; Sl 86.15; 111.4). Ser compassivo significa sentir tristeza pelo sofrimento doutra pessoa, com desejo de ajudar. Deus, por sua compaixão pela humanidade, proveu-lhe perdão e salvação (cf. Sl 78.38). Semelhantemente, Jesus, o Filho de Deus, demonstrou compaixão pelas multidões ao pregar o evangelho aos pobres, proclamar libertação aos cativos, dar vista aos cegos e pôr em liberdade os oprimidos (Lc 4.18; cf. Mt 9.36; 14.14; 15.32; 20.34; Mc 1.41; ver Mc 6.34 nota).

(5) Deus é paciente e lento em irar-se (Êx 34.6; Nm 14.18; Rm 2.4; 1Tm 1.16). Deus expressou esta característica pela primeira vez no jardim do Éden após o pecado de Adão e Eva, quando deixou de destruir a raça humana conforme era seu direito (cf. Gn 2.16,17). Deus também foi paciente nos dias de Noé, enquanto a arca estava sendo construída (1Pe 3.20). E Deus continua demonstrando paciência com a raça humana pecadora; Ele não julga na devida ocasião, pois destruiria os pecadores, mas na sua paciência concede a todos a oportunidade de se arrependerem e serem salvos (2Pe 3.9).

(6) Deus é a verdade (Dt 32.4; Sl 31.5; Is 65.16; Jo 3.33). Jesus chamou-se a si mesmo “a verdade” (Jo 14.6), e o Espírito é chamado o “Espírito da verdade” (Jo 14.17; cf. 1Jo 5.6). Porque Deus é absolutamente fidedigno e verdadeiro em tudo quanto diz e faz, a sua Palavra também é chamada a verdade (2Sm 7.28; Sl 119.43;

Is 45.19; Jo 17.17). Em harmonia com este fato, a Bíblia deixa claro que Deus não tolera a mentira nem falsidade alguma (Nm 23.19; Tt 1.2; Hb 6.18).

(7) Deus é fiel (Êx 34.6; Dt 7.9; Is 49.7; Lm 3.23; Hb 10.23). Deus fará aquilo que Ele tem revelado na sua Palavra; Ele cumprirá tanto as suas promessas, quanto as suas advertências (Nm 14.32-35; 2 Sm 7.28; Jó 34.12; At 13.23,32,33; ver 2Tm 2.13 nota). A fidelidade de Deus é de consolo inexprimível para o crente, e grande medo de condenação para todos aqueles que não se arrependem nem crerem no Senhor Jesus (Hb 6.4-8; 10.26-31).

(8) Finalmente, Deus é justo (Dt 32.4; 1Jo 1.9). Ser justo significa que Deus mantém a ordem moral do universo, é reto e sem pecado na sua maneira de tratar a humanidade (Ne 9.33; Dn 9.14). A decisão de Deus de castigar com a morte os pecadores (Rm 5.12; ver o estudo A MORTE), procede da sua justiça (Rm 6.23; cf. Gn 2.16,17); sua ira contra o pecado decorre do seu amor à justiça (Rm 3.5,6; ver Jz 10.7 nota).

Ele revela a sua ira contra todas as formas da iniquidade (Rm 1.18), principalmente a idolatria (1Rs 14.9,15,22), a incredulidade (Sl 78.21,22; Jn 3.36) e o tratamento injusto com o próximo (Is 10.1-4; Am 2.6,7). Jesus Cristo, que é chamado o “Justo” (At 7.52; 22.14; cf. At 3.14), também ama a justiça e abomina o mal (ver Mc 3.5; Rm 1.18 nota; Hb 1.9 nota). Note que a justiça de Deus não se opõe ao seu amor. Pelo contrário, foi para satisfazer a sua justiça que Ele enviou Jesus a este mundo, como sua dádiva de amor (Jo 3.16; 1Jo 4.9,10) e como seu sacrifício pelo pecado em lugar do ser humano (Is 53.5,6; Rm 4.25; 1Pe 3.18), a fim de nos reconciliar consigo mesmo (ver 2Co 5.18-21, notas). A revelação final que Deus fez de si mesmo está em Jesus Cristo (cf. Jo 1.18; Hb 1.1-4); noutras palavras, se quisermos entender completamente a pessoa de Deus, devemos olhar para Cristo, porque nEle habita toda a plenitude da divindade (Cl 2.9).

O CORAÇÃO

Pv 4.23 “Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o teu coração, porque dele procedem as saídas da vida.”

DEFINIÇÃO DE CORAÇÃO.

O povo da atualidade geralmente considera que o cérebro é o centro diretor da atividade humana. A Bíblia, no entanto, refere-se ao coração como esse centro; “dele procedem as saídas da vida” (4.23; cf. Lc 6.45). Biblicamente, o coração pode ser considerado como algo que abarca a totalidade do nosso intelecto, emoção e volição (ver Mc 7.20-23 nota).

(1) O coração é o centro do intelecto. As pessoas sabem as coisas em seus corações (Dt 8.5), oram no coração (1Sm 1.12,13), meditam no coração (Sl 19.14), escondem a Palavra de Deus no coração (Sl 119.11), maquinam males no coração (Sl 140.2), guardam as palavras da sabedoria no coração (4.21), pensam no coração (Mc 2.8), duvidam no coração (Mc 11.23), conferem as coisas no coração (Lc 2.19), creem no coração (Rm 10.9) e cantam no coração (Ef 5.19). Todas essas ações do coração são primordialmente fatos a envolver a mente.

(2) O coração é o centro das emoções. A Bíblia fala a respeito do coração alegre (Êx 4.14), do coração amoroso (Dt 6.5), do coração medroso (Js 5.1), do coração corajoso (Sl 27.14), do coração arrependido (Sl 51.17), do coração ansioso (12.25), do coração irado (19.3), do coração avivado (Is 57.15), do coração angustiado (Jr 4.19; Rm 9.2), do coração gozoso (Jr 15.16), do coração pesaroso (Lm 2.18), do coração humilde (Mt 11.29), do coração ardente pela Palavra do Senhor (Lc 24.32) e do coração perturbado (Jo 14.1). Todas essas atitudes do coração são, antes de tudo, de natureza emocional.

(3) Por fim, o coração é o centro da vontade humana. Lemos nas Escrituras a respeito do coração endurecido que se recusa a fazer o que Deus ordena (Êx 4.21), do coração submisso a Deus (Js 24.23), do coração que decide fazer algo para Deus (2Cr 6.7), do coração que se dedica a buscar o Senhor (1Cr 22.19), do coração que deseja receber as bênçãos do Senhor (Sl 21.1-3), do coração inclinado aos estatutos de Deus (Sl 119.36) e do coração que deseja fazer algo pelos outros (Rm 10.1). Todas essas atividades ocorrem na vontade humana.

A NATUREZA DO CORAÇÃO DISTANTE DE DEUS.

Quando Adão e Eva deram ouvidos à tentação da serpente para que comessem da árvore do conhecimento do bem e do mal, sua decisão afetou horivelmente o coração humano, o qual ficou repleto de maldade. Desde então,

segundo o testemunho de Jeremias: “Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e perverso; quem o conhecerá?” (Jr 17.9). Jesus confirmou a descrição de Jeremias, quando disse que o que contamina uma pessoa diante de Deus não é o descumprimento de uma lei cerimonial, mas, sim, a obediência às inclinações malignas alojadas no coração tais como “os maus pensamentos, os adultérios, as prostituições, os homicídios, os furtos, a avareza, as maldades, o engano, a dissolução, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a loucura” (Mc 7.21,22). Jesus expôs a gravidade do pecado no coração ao declarar que o pecado da ira é igual ao assassinato (Mt 5.21,22), e que o pecado da concupiscência é tão grave como o próprio adultério (Mt 5.27,28; ver Êx 20.14 nota; Mt 5.28 nota). Um coração entregue à prática da iniquidade corre o grave risco de tornar-se endurecido. Quem se recusa continuamente a ouvir a palavra de Deus e a obedecer ao que Deus ordena e, em vez disso, segue os desejos pecaminosos do seu coração, verá que, depois, Deus endurecerá seu coração de tal modo que se tornará insensível para com a Palavra de Deus e os apelos do Espírito Santo (ver Êx 7.3 nota; Hb 3.8 nota). O principal exemplo bíblico desse fato é o coração de Faraó, na ocasião do êxodo (ver Êx 7.3, 13, 22-23; 8.15, 32; 9.12; 10.1; 11.10; 14.17). Paulo viu o mesmo princípio geral em ação na sociedade ímpia da presente era (cf. Rm 1.24,26,28) e predisse que também ocorreria o mesmo fato nos dias do anticristo (2Ts 2.11,12). O livro aos Hebreus contém muitas advertências ao crente, no para que não endureça o seu coração (e.g., Hb 3.8-12; ver o estudo A APOSTASIA PESSOAL, para uma exposição dos passos que levam ao endurecimento do coração). Todo aquele que persistir na rejeição da Palavra de Deus, terá, por fim, um coração endurecido.

O CORAÇÃO REGENERADO.

A solução de Deus para o coração pecaminoso é a regeneração, que tem lugar em todo aquele que se arrepende dos seus pecados, volta-se para Deus, e pela fé aceita a Jesus como seu Salvador e Senhor pessoal.

(1) A regeneração está ligada ao coração. Aquele que, de todo o coração, se arrepende e confessa que Jesus é Senhor (Rm 10.9), nasce de novo e recebe da parte de Deus um coração novo (cf. Sl 51.10; Ez 11.19).

(2) No coração daquele que experimenta o nascimento espiritual, Deus cria o desejo de amá-lo e de obedecê-lo (ver o estudo A REGENERAÇÃO). Repetidas vezes, Deus realça diante do seu povo a necessidade do amor que provém do coração (ver Dt 4.29 nota; 6.6 nota). Tal amor e dedicação a Deus não podem estar separados da obediência à sua lei (cf. Sl 119.34,69,112). Jesus ensinou que o amor a Deus, de todo o coração, junto ao amor ao próximo, resume toda a lei de Deus (Mt 22.37-40).

(3) O amor de todo o coração é o elemento essencial a uma vida de obediência. Repetidas vezes, o povo de Deus, no passado, procurou substituir o verdadeiro amor do coração pela observação de formalidades religiosas exteriores (tais como festas, ofertas e sacrifícios; ver Is 1.10-17; Nm 5.21-26; Dt 10.12 nota). A observância exterior sem o desejo interior de servir a Deus é hipocrisia, e foi severamente condenada por nosso Senhor (ver Mt 23.13-28; ver Lc 21.1-4 nota).

(4) Muitos outros fatos espirituais têm lugar no coração da pessoa regenerada. Ela louva a Deus de todo o coração (Sl 9.1), medita no coração (Sl 19.14), clama a Deus do coração (Sl 84.2), busca a Deus de todo o coração (Sl 119.2, 10), oculta a Palavra de Deus no seu coração (Sl 119.11; ver Dt 6.6 nota), confia no Senhor de todo o coração (3.5), experimenta o amor de Deus derramado em seu coração (Rm 5.5) e canta a Deus no seu coração (Ef 5.19; Cl 3.16).

A NATUREZA HUMANA

Ec 12.6,7 [Lembra-te do teu Criador] “antes que se quebre a cadeia de prata, e se despedace o copo de ouro, e se despedace o cântaro junto à fonte, e se despedace a roda junto ao poço, e o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu.”

De todas as criaturas que Deus fez, o ser humano é incomparavelmente superior e também a mais complexa. Por seu orgulho, no entanto, o ser humano comumente se esquece de que Deus é o seu Criador, que ele é um ser criado, e que depende de Deus. Este estudo examina a perspectiva bíblica da natureza humana.

A NATUREZA HUMANA À IMAGEM DE DEUS.

(1) A Bíblia ensina claramente que Deus, mediante decisão especial criou a raça humana, à sua imagem e semelhança (Gn 1.26,27). Portanto, nem Adão nem Eva são produtos de evolução (Gn 1.27; Mt 19.4; Mc 10.6; ver o estudo A CRIAÇÃO). Por terem sido criados à semelhança de Deus. Adão e Eva podiam comunicar-se com Deus, ter comunhão com Ele e espelhar o seu amor, glória e santidade (ver Gn 1.26 nota).

(2) Note-se pelo menos três diferentes aspectos da imagem de Deus na raça humana (ver Gn 1.26 nota): Adão e Eva tinham semelhança moral com Deus, por serem justos e santos (cf. Ef 4.24), com um coração capaz de amar e também determinado a fazer o que era bom. Tinham semelhança com Deus na inteligência, pois foram criados com espírito, emoções e capacidade de escolha (Gn 2.19,20; 3.6,7). Deus plasmou no ser humano a imagem em que Ele mesmo lhe apareceria visivelmente no AT (Gn 18.1,2), e na forma que seu Filho um dia tomaria (Lc 1.35; Fp 2.7).

(3) Quando Adão e Eva pecaram, essa imagem de Deus neles, foi seriamente danificada, mas não totalmente destruída.

(a) Inevitavelmente, a semelhança moral de Deus, no homem, ficou arruinada quando Adão e Eva pecaram (cf. Gn 6.5); deixaram de ser perfeitos e santos e passaram a ser propensos ao pecado; propensão esta, ou tendência que transmitiram aos filhos (cf. Gn 4.; ver Rm 5.12 nota). O NT confirma o estrago da imagem de Deus no homem, quando declara que o crente redimido deve ser renovado segundo a semelhança moral de Deus (cf. Ef 4.22,24; Cl 3.10); e

(b) Apesar de o ser humano ser pecador como é, ainda retém uma porção elevada da semelhança de Deus, na sua inteligência, e na capacidade de comunhão e comunicação com Ele (cf. Gn 3.8-19; At 17.27,28).

COMPONENTES DA NATUREZA HUMANA.

A Bíblia revela que a natureza humana, criada à imagem de Deus, é treina e una, composta de três componentes, a saber: espírito, alma e corpo (1Ts 5.23; Hb 4.12).

(1) Deus formou Adão do pó da terra (seu corpo) e soprou nas suas narinas o fôlego da vida (seu espírito), e ele tornou-se um ser vivente (sua alma: Gn 2.7). A intenção de Deus era que o ser humano, pelo comer da árvore da vida e pela obediência à sua proibição de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, nunca morresse, mas vivesse para sempre (cf. Gn 2.16,17; 3.22-24). Somente depois da morte entrar no mundo, como resultado do pecado humano, é que passou a haver a separação da pessoa, em pó que volta à terra e no espírito que volta a Deus (Gn 3.19; 35.18,19; Ec 12.7; Ap 6.9; ver o estudo A MORTE). Noutras palavras, a separação entre o corpo, por um lado, e o espírito e a alma, por outro, é resultado do juízo divino sobre a raça humana por causa do pecado, e esse juízo somente será removido mediante a ressurreição do corpo no último dia (ver o estudo A RESSURREIÇÃO DO CORPO).

(2) A alma (hb. nephesh; gr. psyche), frequentemente traduzida por “vida”, pode ser definida, de modo resumido, como os aspectos imateriais da mente, das emoções e da vontade, no ser humano, resultantes da união entre o espírito e o corpo. A alma, juntamente com o espírito humano, continuará a existir após a morte física da pessoa. A alma está tão ligada à natureza imaterial do ser humano, que, às vezes, o termo “alma” é usado como sinônimo de “pessoa” (e.p. Lv 4.2; 7.20; Js 20.3). O corpo (hb. basar ; gr. soma) pode ser definido, em resumo, como o componente do ser humano que volta ao pó quando a pessoa morre (às vezes, é chamado “carne”). O espírito (hb. ruach; gr. pneuma) pode ser definido, em resumo, como o componente imaterial do ser humano, em que reside nossa faculdade espiritual, inclusive a consciência. É principalmente através desse componente que se tem comunhão com o Espírito de Deus.

(3) Desses três componentes, que constituem a completa natureza humana, somente o espírito e a alma são indestrutíveis e sobrevivem à morte, para então seguirem para o céu (Ap 6.9; 20.4) ou para o inferno (cf. Sl 16.10; Mt 16.26). Quanto ao corpo, a Bíblia ensina repetidamente que enquanto o crente aqui viver, deve cuidar bem do seu corpo, através da sua conservação, isento de imoralidade e

de iniquidade (Rm 6.6,12,13; 1Co 6.13-20; 1Ts 4.3,4) e da sua dedicação ao serviço de Deus (Rm 6.13; 12.1; ver o estudo PADRÕES DE MORALIDADE SEXUAL).

O corpo dos salvos será transformado no dia da ressurreição, quando então a sua redenção estará completa; isto para os que estão em Cristo Jesus. Quando Deus criou o ser humano, Ele lhe confiou várias responsabilidades.

(1) Deus o criou à sua própria imagem a fim de poder manter comunhão com ele, de modo amoroso e pessoal por toda eternidade, e para que ele o glorificasse como Senhor. Deus desejava de tal maneira que o ser humano o amasse, o glorificasse, e vivesse em santidade e justiça diante dEle, que quando Satanás induziu Adão e Eva à rebelião e desobediência a Deus, o Senhor prometeu que enviaria um Salvador a fim de redimir o mundo (ver Gn 3.15 nota; ver o estudo A CRIAÇÃO).

(2) Era a vontade de Deus que o ser humano o amasse acima de tudo e amasse o seu próximo como a si mesmo. Esse duplo mandamento do amor, resume a totalidade da lei de Deus (Lv 19.18; Dt 6.4,5; Mt 22.37-40; Rm 13.9,10).

(3) Também no Jardim do Éden, Deus estabeleceu a instituição do casamento (Gn 2.21-24). O propósito de Deus é que o casamento seja monogâmico e vitalício (cf. Mt 19.5-9; Ef 5.22-33). Dentro dos limites do casamento, Deus ordenou que a raça humana fosse frutífera e se multiplicasse (Gn 1.28; 9.7). O homem e a mulher deviam gerar filhos tementes a Deus, no ambiente do lar. Deus vê a família cristã e a criação de filhos, sob a convivência salutar doméstica, como uma alta prioridade no mundo (ver Gn 1.28 nota).

(4) Deus também ordenou que Adão e seus descendentes sujeitassem a terra. Ele disse: “dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra” (Gn 1.28). Ainda no Jardim do Éden, a Adão foi confiada a responsabilidade de cuidar do jardim e de dar nomes aos animais (Gn 2.15,19,20).

(5) Note-se que quando Adão e Eva pecaram por comerem do fruto proibido, eles perderam parte do seu domínio sobre o mundo, a qual foi entregue a Satanás que, agora como “deus deste século”, (2Co 4.4) controla este presente mundo mau (ver 1Jo 5.19 nota; cf. Gl 1.4; Ef 6.12; ver o estudo A PROVIDÊNCIA DIVINA). Ainda assim, Deus espera que os crentes cumpram o seu divino propósito quanto à terra, a saber: cuidar devidamente dela; dedicar tudo dela a Deus e administrar sua criação de modo a glorificar a Deus (cf. Sl 8.6-8; Hb 2.7,8).

(6) Por causa da presença do pecado no mundo, Deus enviou o seu Filho Jesus para redimir o mundo. A tarefa transcendente de transmitir a mensagem

do amor redentor de Deus foi confiada aos salvos, pois foi a eles que Ele chamou para serem testemunhas de Cristo e da sua salvação, até aos confins da terra (Mt 28.18-20; At 1.8) e para serem luz do mundo e sal da terra (Mt 5.13-16).

O PROFETA NO ANTIGO TESTAMENTO

Is 6.8,9 “Depois disso, ouvi a voz do Senhor, que dizia: A quem enviarei, e quem há de ir por nós? Então, disse eu: Eis-me aqui, envia-me a mim. Então, disse ele: Vai e dize a este povo: Ouvis, de fato, e não entendeis, e vedes, em verdade, mas não percebeis.”

O LUGAR DOS PROFETAS NA HISTÓRIA DE HEBREUS.

(1) Os profetas do AT eram homens de Deus que, espiritualmente, achavam-se muito acima de seus contemporâneos. Nenhuma categoria, em toda a literatura, apresenta um quadro mais dramático do que os profetas do AT. Os sacerdotes, juízes, reis, conselheiros e os salmistas, tinham cada um, lugar distintivo na história de Israel, mas nenhum deles, logrou alcançar a estatura dos profetas, nem chegou a exercer tanta influência na história da redenção.

(2) Os profetas exerceram considerável influência sobre a composição do AT. Tal fato fica evidente na divisão tríplice da Bíblia hebraica: a Torá, os Profetas e os Escritos (cf. Lc 24.44). A categoria dos profetas inclui seis livros históricos, compostos sob a perspectiva profética: Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis. É provável que os autores desses livros fossem profetas. Em segundo lugar, há dezessete livros proféticos específicos (Isaías até Malaquias). Finalmente, Moisés, autor dos cinco primeiros livros da Bíblia (a Torá), era profeta (Dt 18.15). Sendo assim, dois terços do AT, no mínimo, foram escritos por profetas.

PALAVRAS HEBRAICAS APLICADAS AOS PROFETAS.

(1)Ro'eh. Este substantivo, traduzido por “vidente”, em português, indica a capacidade especial de se ver na dimensão espiritual e prever eventos futuros. O título sugere que o profeta não era enganado pela aparência das coisas, mas que as via conforme realmente eram —da perspectiva do próprio Deus. Como vidente, o profeta recebia sonhos, visões e revelações, da parte de Deus, que o capacitava a transmitir suas realidades ao povo.

(2) Nabi'.

(a) Esta é a principal palavra hebraica para “profeta”, e ocorre 316 vezes no AT. Nabi'im é sua forma no plural. Embora a origem da palavra não seja clara, o significado do verbo hebraico “profetizar” é: “emitir palavras abundantemente da parte de Deus, por meio do Espírito de Deus” (Gesenius, Hebrew Lexicon). Sendo assim, o nabi' era o porta-voz que emitia palavras sob o poder impulsionador do Espírito de Deus. A palavra grega prophetes, da qual se deriva a palavra “profeta” em português, significa “aquele que fala em lugar de outrem”. Os

profetas falavam, em lugar de Deus, ao povo do concerto, baseados naquilo que ouviam, viam e recebiam da parte dEle.

(b) No AT, o profeta também era conhecido como “homem de Deus” (ver 2Rs 4.21 nota), “servo de Deus” (cf. Is 20.3; Dn 6.20), homem que tem o Espírito de Deus sobre si (cf. Is 61.1-3), “atalaia” (Ez 3.17), e “mensageiro do Senhor” (Ag 1.13). Os profetas também interpretavam sonhos (e.g., José, Daniel) e interpretavam a história —presente e futura —sob a perspectiva divina.

HOMENS DO ESPÍRITO E DA PALAVRA.

O profeta não era simplesmente um líder religioso, mas alguém possuído pelo Espírito de Deus (Ez 37.1,4). Pelo fato do Espírito e a Palavra estarem nele, o profeta do AT possuía estas três características:

(1) Conhecimentos divinamente revelados. Ele recebia conhecimentos da parte de Deus no tocante às pessoas, aos eventos e à verdade redentora. O propósito primacial de tais conhecimentos era encorajar o povo a permanecer fiel a Deus e ao seu concerto. A característica distintiva da profecia, no AT, era tornar clara a vontade de Deus ao povo mediante a instrução, a correção e a advertência. O Senhor usava os profetas para pronunciarem o seu juízo antes de este ser desferido. Do solo da história sombria de Israel e de Judá, brotaram profecias específicas a respeito do Messias e do reino de Deus, bem como predições sobre os eventos mundiais que ainda estão por ocorrer.

(2) Poderes divinamente outorgados. Os profetas eram levados à esfera dos milagres à medida que recebiam a plenitude do Espírito de Deus. Através dos profetas, a vida e o poder divinos eram demonstrados de modo sobrenatural diante de um mundo que, doutra forma, se fecharia à dimensão divina.

(3) Estilo de vida característico. Os profetas, na sua maioria, abandonaram as atividades corriqueiras da vida a fim de viverem exclusivamente para Deus. Protestavam intensamente contra a idolatria, a imoralidade e iniquidades cometidas pelo povo, bem como a corrupção praticada pelos reis e sacerdotes. Suas atividades visavam mudanças santas e justas em Israel. Suas investidas eram sempre em favor do reino de Deus e de sua justiça. Lutavam pelo cumprimento da vontade divina, sem levar em conta os riscos pessoais.

OITO CARACTERÍSTICAS DO PROFETA DO ANTIGO TESTAMENTO.

Que tipo de pessoa era o profeta do AT?

(1) Era alguém que tinha estreito relacionamento com Deus, e que se tornava confidente do Senhor (Am 3.7). O profeta via o mundo e o povo do concerto sob a perspectiva divina, e não segundo o ponto de vista humano.

(2) O profeta, por estar próximo de Deus, achava-se em harmonia com Deus, e em simpatia com aquilo que Ele sofria por causa dos pecados do povo. Compreendia, melhor que qualquer outra pessoa, o propósito, vontade e desejos de Deus. Experimentava as mesmas reações de Deus. Noutras palavras, o profeta não somente ouvia a voz de Deus, como também sentia o seu coração (Jr 6.11; 15.16,17; 20.9).

(3) À semelhança de Deus, o profeta amava profundamente o povo. Quando o povo sofria, o profeta sentia profundas dores (ver O LIVRO DAS LAMENTAÇÕES). Ele almejava para Israel o melhor da parte de Deus (Ez 18.23). Por isso, suas mensagens continham, não somente advertências, como também palavras de esperança e consolo.

(4) O profeta buscava o sumo bem do povo, i.e., total confiança em Deus e lealdade a Ele; eis porque advertia contra a confiança na sabedoria, riqueza e poder humanos, e nos falsos deuses (Jr 8.9,10; Os 10.13,14; Am 6.8). Os profetas continuamente conclamavam o povo a viver à altura de suas obrigações conforme o seu concerto estabelecido com Deus, para que viesse a receberas bênçãos da redenção.

(5) O profeta tinha profunda sensibilidade diante do pecado e do mal (Jr 2.12,13, 19; 25.3-7; Am 8.4-7; Mq 3.8). Não tolerava a crueldade, a imoralidade e a injustiça. O que o povo considerava leve desvio da Lei de Deus, o profeta interpretava, às vezes, como funesto. Não podia suportar transigência com o mal, complacência, fingimento e desculpas do povo (32.11; Jr 6.20; 7.8-15; Am 4.1; 6.1). Compartilhava, mais que qualquer outra pessoa, do amor divino à retidão, e do ódio que o Senhor tem à iniquidade(cf. Hb 1.9 nota).

(6) O profeta desafiava constantemente a santidade superficial e oca do povo, procurando desesperadamente encorajar a obediência sincera às palavras que Deus revelara na Lei. Permanecia totalmente dedicado ao Senhor; fugia da transigência com o mal e requeria fidelidade integral a Deus. Aceitava nada menos que a plenitude do reino de Deus e a sua justiça, manifestadas no povo de Deus.

(7) O profeta tinha uma visão do futuro, revelada em condenação e destruição (e.g., 63.1-6; Jr 11.22,23; 13.15-21; Ez 14.12-21; Am 5.16-20,27, bem como em restauração e renovação (e.g., 61-62; 65.17-66.24; Jr 33; Ez 37). Os profetas enunciaram grande número de profecias acerca da vinda do

Messias (ver o diagrama das PROFECIAS DO ANTIGO TESTAMENTO CUMPRIDAS EM CRISTO).

(8) Finalmente, o profeta era, via de regra, um homem solitário e triste (Jr 14.17,18; 20.14-18; Am 7.10-13; Jn 3-4), perseguido pelos falsos profetas que prediziam paz, prosperidade e segurança para o povo que se achava em pecado diante de Deus (Jr 15.15; 20.1-6; 26.8-11; Am 5.10; cf. Mt 23.29-36; At 7.51-53). Ao mesmo tempo, o profeta verdadeiro era reconhecido como homem de Deus, não havendo, pois, como ignorar o seu caráter e a sua mensagem.

O PROFETA E O SACERDOTE.

Durante a maior parte da história de Israel, os sacerdotes e profetas, constantemente, entravam em conflito. O plano de Deus era que houvesse cooperação entre eles, mas os sacerdotes tendiam a aderir ao liberalismo e deixavam de protestar contra a decadência do povo de Deus.

(1) Os sacerdotes muitas vezes concordavam com a situação anormal reinante, e sua adoração a Deus resumia-se em cerimônias e liturgia. Embora a moralidade ocupasse um lugar formal na sua teologia, não era enfatizada por eles na prática.

(2) O profeta, por outro lado, ressaltava fortemente o modo de vida, à conduta, e as questões morais. Repreendiam constantemente os que apenas cumpriam com os deveres litúrgicos. Irritava, importunava, denunciava, e sem apoio humano defendia justas exigências e insistia em aplicar à vida os eternos princípios de Deus. O profeta era um ensinador de ética, um reformador moral e um inquietador da consciência humana. Desmascarava o pecado e a apostasia, procurando sempre despertar o povo a um viver realmente santo.

A MENSAGEM DOS PROFETAS DO ANTIGO TESTAMENTO.

A mensagem dos profetas enfatiza três temas principais:

(1) A natureza de Deus.

(a) Declaravam ser Deus o Criador e Soberano onipotente do universo (e.g., 40.28), e o Senhor da história, pois leva os eventos a servirem aos seus supremos propósitos de salvação e juízo (cf. Is 44.28; 45.1; Am 5.27; Hc 1.6).

(b) Enfatizavam que Deus é santo reto e justo, e não pode tolerar o pecado, iniquidade e injustiça. Mas a sua santidade é temperada pela misericórdia. Ele é paciente e tardio em manifestar a sua ira. Sendo Deus santo, em sua natureza, requer que seu povo seja consagrado e santo ao SENHOR (Zc 14.20; cf. Is 29.22-24; Jr 2.3). Como o Deus que faz concerto, que entrou num relacionamento

exclusivo com Israel, requer que seu povo obedeça aos seus mandamentos, como parte de um compromisso de relacionamento mútuo.

(2) O pecado e o arrependimento. Os profetas do AT compartilhavam da tristeza de Deus diante da contínua desobediência, infidelidade, idolatria e imoralidade de seu povo segundo o concerto. E falavam palavras severas de justo juízo contra os transgressores. A mensagem dos profetas era idêntica à de João Batista e de Cristo: “arrependei-vos, senão igualmente perecereis”. Prediziam juízos catastróficos, tal como a destruição de Samaria, pela Assíria (e.g. Os 5.8-12; 9.3-7; 10.6-15), e a de Jerusalém por Babilônia (e.g., Jr 19.7-15; 32.28-36; Ez 5.5-12; 21.2, 24-27).

(3) Predição e esperança messiânica.

(a) Embora o povo tenha sido globalmente infiel a Deus e aos seus votos, segundo o concerto, os profetas jamais deixaram de anunciar-lhe mensagens de esperança. Sabiam que Deus cumpriria os ditames do concerto e as promessas feitas a Abraão através de um remanescente fiel (ver o estudo O CONCERTO DE DEUS COM ABRAÃO, ISAQUE E JACO). No fim, viria o Messias, e através dEle, Deus haveria de ofertar a salvação a todos os povos.

(b) Os profetas colocavam-se entre o colapso espiritual de sua geração e a esperança da era messiânica. Eles tinham de falar a palavra de Deus a um povo obstinado, que, inexoravelmente rejeitavam a sua mensagem (cf. Is 6.9-13). Os profetas eram tanto defensores do antigo concerto, quanto precursores do novo. Viviam no presente, mas com a alma voltada para o futuro.

OS FALSOS PROFETAS.

Há referências no AT aos falsos profetas. Por exemplo: quatrocentos falsos profetas foram reunidos pelo rei Acabe (2Cr 18.4-7); um espírito mentiroso achava-se na boca deles (2Cr 18.18-22). Segundo o AT, o profeta era considerado falso

(1) se desviasse as pessoas do Deus verdadeiro para alguma forma de idolatria (Dt 13.1-5);

(2) se praticasse adivinhação, astrologia, feitiçaria, bruxaria e coisas semelhantes (ver Dt 18.10,11 notas);

(3) se suas profecias contrariassem as Escrituras (Dt 13.1-5);

(4) se não denunciasses os pecados do povo (Jr 23.9-18); ou

(5) se predissesse coisas específicas que não cumprissem (Dt 18.20-22). Note que os profetas, do novo concerto não falavam de modo irrevogável e

infalível como os profetas do AT, que eram a voz primacial de Deus no que dizia respeito a Israel. No NT, o profeta é apenas um dos cinco dons ministeriais da igreja (ver o estudo DONS MINISTERIAIS PARA A IGREJA). Os profetas no NT tinham limitações que os profetas do AT desconheciam (cf. 1Co 14.29-33), por causa da natureza multifacetada e interdependente do ministério nos tempos do NT (ver o estudo DONS ESPIRITUAIS PARA O CRENTE).

A VONTADE DE DEUS

Is 53.10 “Todavia, ao SENHOR agradou moê-lo, fazendo-o enfermar; quando a sua alma se puser por expiação do pecado, verá a sua posteridade, prolongara os dias; e o bom prazer do SENHOR prosperará na sua mão”.

DEFINIÇÃO DA VONTADE DE DEUS.

De modo geral, a Bíblia refere-se a vontade de Deus em três sentidos diferentes.

(1) A vontade de Deus é outra maneira de se identificar a Lei de Deus. Davi, por exemplo, forma um paralelo entre a frase “tua lei” e “tua vontade” no Sl 40.8. Semelhantemente, o apóstolo Paulo considera que, conhecer a Deus é sinônimo de conhecer a sua vontade (Rm 2.17,18). Noutras palavras: como em sua Lei o Senhor nos instrui no caminho que Ele traçou, ela pode ser apropriadamente chamada “a vontade de Deus”. “Lei” significa essencialmente “instrução”, e inclui a totalidade da Palavra de Deus.

(2) Também se emprega a expressão “a vontade de Deus” para designar qualquer coisa que Ele explicitamente quer. Pode ser corretamente designada de “a perfeita vontade” de Deus. É a vontade revelada de Deus e que todos sejam salvos (1Tm 2.4; 2Pe 3.9) e que nenhum crente caia da graça (ver Jo 6.39nota). Isso não quer dizer que todos serão salvos, mas apenas que Deus deseja a salvação de todos.

(3) Finalmente, a “vontade de Deus” pode referir-se aquilo que Deus permite, ou deixa acontecer, embora Ele não deseje especificamente que ocorra. Tal coisa pode ser corretamente chamada “a vontade permissiva de Deus”. De fato, muita coisa que acontece no mundo é contrária a perfeita vontade de Deus (e.g., o pecado, a concupiscência, a violência, o ódio, e a dureza de coração), mas Ele permite que o mal continue por enquanto. A chamada de Jonas para ir a Nínive fazia parte da perfeita vontade de Deus, mas sua viagem na direção oposta estava dentro de sua vontade permissiva (ver Jn 1). Além disso, a decisão de muitas pessoas permanecerem sem salvação é permitida por Deus. Ele não impõe a fé aos que recusam a salvação mediante o seu Filho. Semelhantemente, muitas aflições e males que nos acometem são permitidos por Deus (1Pe 3.17; 4.19), mas não é desejo seu que sofram (ver 1Jo 5.19 nota; ver os estudos A PROVIDÊNCIA DIVINA e O SOFRIMENTO DOS JUSTOS).

FAZENDO A VONTADE DE DEUS.

O ensino bíblico a respeito da vontade de Deus não expressa apenas uma doutrina. Afeta a nossa vida diária como crentes.

(1) Primeiro, devemos descobrir qual é a vontade de Deus, conforme revelada nas Escrituras. Como os dias em que vivemos são maus, temos de entender qual a perfeita e agradável vontade de Deus (Ef 5.17).

(2) Uma vez que já sabemos como Ele deseja que vivamos como crentes, precisamos dedicar-nos ao cumprimento da sua vontade. O salmista, por exemplo, pede a Deus que lhe ensine a “fazer a tua vontade” (Sl 143.10). Ao pedir, igualmente, que o Espírito o guie “por terra plana”, indica que, em essência, esta rogando a Deus a capacidade de viver uma vida de retidão. Semelhantemente, Paulo espera que os cristãos tessalonicenses sigam a vontade divina, evitando a imoralidade sexual, e vivendo de maneira santa e honrosa (1Ts 4.3,4). Noutro lugar, Paulo ora para que os cristãos recebam a plenitude do conhecimento da vontade divina, a fim de viverem “dignamente diante do Senhor, agradando-lhe em tudo” (Cl 1.9,10).

(3) Os crentes são exortados a orarem para que a vontade de Deus seja feita (cf. Mt 6.10; 26.42; Lc 11.2; Rm 15.30-32; Tg 4.13-15). Devemos desejar, com sinceridade, a perfeita vontade de Deus, e ter o propósito de cumpri-la em nossa vida e na vida de nossa família (ver Mt 6.10 nota). Se essa for a nossa oração e compromisso, teremos total confiança de que o nosso presente e futuro estarão sob os cuidados do Pai (cf. At 18.21; 1Co 4.19; 16.7). Se, porém, há pecado deliberado em nossa vida, e rebelião contra a sua Palavra, Deus não atenderá as nossas orações (ver o estudo A ORAÇÃO EFICAZ). Não poderemos esperar que a vontade divina seja feita na terra como no céu, a não ser que nos mesmos procuremos cumprir a sua vontade em nossa própria vida.

(4) Finalmente, não podemos usar a vontade de Deus como desculpa pela passividade, ou irresponsabilidade, no tocante a sua chamada para lutarmos contra o pecado e a mornidão espiritual. E Satanás, e não Deus, o culpado por essa era maligna, com a sua crueldade, maldade e injustiça (ver 1Jo 5.19 nota). E também Satanás quem causa grande parte da dor e sofrimento no mundo (cf. Jo 1.6-12; 2.1-6; Lc 13.16; 2Co 12.7). Assim como Jesus veio para destruir as obras do diabo (1Jo 3.8), assim também é da vontade explícita de Deus que batalhemos contra as hostes espirituais da maldade por meio do Espírito Santo (Ef 6.10-20; 1Ts 5.8; ver o estudo O RELACIONAMENTO ENTRE O CRENTE E O MUNDO).

A PALAVRA DE DEUS

Is 55.10,11 “Porque, assim como descem a chuva e a neve dos céus, e para lá não tornam, mas regam a terra e a fazem produzir, e brotar, e dar semente ao semeador, e pão ao que come, assim será a palavra que sair da minha boca; ela não voltará para mim vazia; antes, fará o que me apraz e prosperará naquilo para que a enviei.”

A NATUREZA DA PALAVRA DE DEUS.

A expressão “a palavra de Deus” (também “a palavra do Senhor”, ou simplesmente “a palavra”) possui várias aplicações na Bíblia.

(1) Obviamente, refere-se, em primeiro lugar, a tudo quanto Deus tem falado diretamente. Quando Deus falou a Adão e Eva (e.g., Gn 2.16,17; Gn 3.9-19), o que Ele lhes disse era, de fato, a palavra de Deus. De modo semelhante, Ele se dirigiu a Abraão (e.g., Gn 12.1-3), a Isaque (e.g., Gn 26.1-5), a Jacó (e.g., Gn 28.13-15) e a Moisés (e.g., Êx 3–4). Deus também falou à totalidade da nação de Israel, no monte Sinai, ao proclamar lhe os dez mandamentos (ver Êx 20.1-19). As palavras que os israelitas ouviram eram palavras de Deus.

(2) Além da fala direta, Deus ainda falou através dos profetas (ver o estudo sobre O PROFETA NO ANTIGO TESTAMENTO). Quando eles se dirigiam ao povo de Deus, assim introduziam as suas declarações: “Assim diz o Senhor”, ou “Veio a mim a palavra do Senhor”. Quando, portanto, os israelitas ouviam as palavras do profeta, ouviam, na verdade, a palavra de Deus.

(3) A mesma coisa pode ser dita a respeito do que os apóstolos falaram no NT. Embora não introduzissem suas palavras com a expressão “assim diz o Senhor”, o que falavam e proclamavam era, verdadeiramente, a palavra de Deus. O sermão de Paulo ao povo de Antioquia da Pisídia (At 13.14-41), por exemplo, criou tamanha comoção que, “no sábado seguinte, ajuntou-se quase toda a cidade a ouvir a palavra de Deus” (At 13.44). O próprio Paulo assegurou aos tessalonicenses que, “havendo recebido de nós a palavra da pregação de Deus, a recebestes, não como palavra de homens, mas (segundo é, na verdade) como palavra de Deus” (1Ts 2.13; cf. At 8.25).

(4) Além disso, tudo quanto Jesus falava era palavra de Deus, pois Ele, antes de tudo, é Deus (Jo 1.1,18; 10.30; 1Jo 5.20). Lucas, escritor do terceiro evangelho, declara explicitamente que, quando as pessoas ouviam a Jesus, ouviam na verdade a palavra de Deus (Lc 5.1). Note como, em contraste com os profetas do AT, Jesus introduzia seus ditos: Eu “vos digo...” (e.g., Mt 5.18,20,22,23,32,39; 11.22,24; Mc 9.1; 10.15; Lc 10.12; 12.4; Jo 5.19; 6.26; 8.34). Noutras palavras, Ele tinha dentro de si

mesmo a autoridade divina para falar a palavra de Deus. É tão importante ouvir as palavras de Jesus, pois “quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna e não entrará em condenação” (Jo 5.24). Jesus, na realidade, está tão estreitamente identificado com a palavra de Deus que é chamado “o Verbo” [“a Palavra”] (Jo 1.1,14; 1Jo 1.1; Ap 19.13-16; ver Jo 1.1 nota).

(5) A palavra de Deus é o registro do que os profetas, apóstolos e Jesus falaram, i.e., a própria Bíblia. No NT, quer um escritor usasse a expressão “Moisés disse”, “Davi disse”, “o Espírito Santo diz”, ou “Deus diz”, nenhuma diferença fazia (ver At 3.22; Rm 10.5,19; Hb 3.7; 4.7); pois o que estava escrito na Bíblia era, sem dúvida alguma, a palavra de Deus (ver o estudo A INSPIRAÇÃO E A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS).

(6) Mesmo não estando no mesmo nível das Escrituras, a proclamação feita pelos autênticos pregadores ou profetas, na igreja de hoje, pode ser chamada a palavra de Deus.

(a) Pedro indicou que, a palavra que seus leitores recebiam mediante a pregação, era palavra de Deus (1Pe 1.25), e Paulo mandou Timóteo “pregar a Palavra” (2Tm 4.2). A pregação, porém, não pode existir independentemente da Palavra de Deus. Na realidade, o teste para determinar se a palavra de Deus está sendo proclamada num sermão, ou mensagem, é se ela corresponde exatamente à Palavra de Deus escrita (ver o estudo FALSOS MESTRES).

(b) O que se diz de uma pessoa que recebe uma profecia, ou revelação, no âmbito do culto de adoração (1Co 14.26-32)? Ela está recebendo, ou não, a palavra de Deus? A resposta é um “sim”. Paulo assevera que semelhantes mensagens estão sujeitas à avaliação por outros profetas. Todavia, há a possibilidade de tais profecias não serem palavra de Deus (ver 1Co 14.29 nota). É somente em sentido secundário que os profetas, hoje, falam sob a inspiração do Espírito Santo; sua revelação jamais deve ser elevada à categoria da inerrância (ver 1Co 14.31 nota; ver os estudos DONS ESPIRITUAIS PARA O CRENTE e DONS MINISTERIAIS PARA A IGREJA).

O PODER DA PALAVRA DE DEUS.

A palavra de Deus permanece firme nos céus (Sl 119.89; Is 40.8; 1Pe 1.24,25). Não é, porém, estática; é dinâmica e poderosa (cf. Hb 4.12), pois realiza grandes coisas (55.11).

(1) A palavra de Deus é criadora. Segundo a narrativa da criação, as coisas vieram a existir à medida que Deus falava a sua palavra (e.g., Gn 1.3,4,6,7,9). Tal fato é resumido pelo salmista: “Pela palavra do SENHOR foram

feitos os céus” (Sl 33.6, 9); e pelo escritor aos Hebreus: “Pela fé, entendemos que os mundos, pela palavra de Deus, foram criados” (Hb 11.3; cf. 2Pe 3.5). De conformidade com João, a Palavra que Deus usou para criar todas as coisas foi Jesus Cristo (Jo 1.1-3; ver o estudo A CRIAÇÃO).

(2) A palavra de Deus sustenta a criação. Nas palavras do escritor aos Hebreus, Deus sustenta “todas as coisas pela palavra do seu poder” (Hb 1.3; ver também Sl 147.15-18). Assim como a palavra criadora, essa palavra relaciona-se com Jesus Cristo segundo Paulo insiste: “todas as coisas subsistem por ele [Jesus]” (Cl 1.17).

(3) A palavra de Deus tem o poder de outorgar vida nova. Pedro testifica que nascemos de novo “pela palavra de Deus, viva e que permanece para sempre” (1Pe 1.23; cf. 2 Tm 3.15; Tg 1.18). É por essa razão que o próprio Jesus é chamado o Verbo da vida (1Jo 1.1).

(4) A palavra de Deus também libera graça, poder e revelação, por meio dos quais os crentes crescem na fé e na sua dedicação a Jesus Cristo. Isaías emprega um expressivo quadro verbal: assim como a água proveniente do céu faz as coisas crescerem, assim a palavra que sai da boca de Deus nos leva a crescer espiritualmente (55.10,11). Pedro ecoa o mesmo pensamento ao escrever que, ao bebermos do leite puro da palavra de Deus, crescemos em nossa salvação (1Pe 2.2).

(5) A palavra de Deus é a arma que o Senhor nos proveu para lutarmos contra Satanás (Ef 6.17; cf. Ap 19.13-15). Jesus derrotou Satanás, pois fazia uso da Palavra de Deus: “Está escrito” (i.e., “consta como a Palavra infalível de Deus”; cf. Lc 4.1-11; ver Mt 4.1-11, nota).

(6) Finalmente, a palavra de Deus tem o poder de nos julgar. Os profetas do AT e os apóstolos do NT frequentemente pronunciavam palavras de juízo recebidas do Senhor. O próprio Jesus assegurou que a sua palavra condenará os que o rejeitarem (Jo 12.48). E o autor aos Hebreus escreve que a poderosa palavra de Deus julga “os pensamentos e intenções do coração” (ver Hb 4.12 nota). Noutras palavras: os que optam por desconsiderar a palavra de Deus, acabarão por experimentá-la como palavra de condenação.

NOSSA ATITUDE ANTE A PALAVRA DE DEUS.

A Bíblia descreve, em linguagem clara e inconfundível, como devemos proceder quanto a palavra de Deus em suas diferentes expressões. Devemos ansiar por ouvi-la (1.10; Jr 7.1,2; At 17.11) e procurar compreendê-la (Mt 13.23). Devemos louvar, no Senhor, a palavra de Deus (Sl 56.4,10), amá-la (Sl

119.47,113), e dela fazer a nossa alegria e deleite (SI 119.16,47). Devemos aceitar o que a palavra de Deus diz (Mc 4.20; At 2.41; 1Ts 2.13), ocultá-la nas profundezas de nosso coração (SI 119.11), confiar nela (SI 119.42), e colocar a nossa esperança em suas promessas (SI 119.74,81,114; 130.5). Acima de tudo, devemos obedecer ao que ela ordena (SI 119.17,67; Tg 1.22-24) e viver de acordo com seus ditames (SI 119.9). Deus conclama os que ministram a palavra (cf. 1Tm 5.17) a manejá-la corretamente (2Tm 2.15), e a pregá-la fielmente (2Tm 4.2). Todos os crentes são convocados a proclamarem a palavra de Deus por onde quer que forem (At 8.4).

A PAZ DE DEUS

Jr 29.7 “Procurai a paz da cidade para onde vos fiz transportar; e orai por ela ao SENHOR, porque, na sua paz, vós tereis paz.”

DEFINIÇÃO DE PAZ.

A palavra hebraica para “paz” é shalom. Denota muito mais do que a ausência de guerra e conflito. O significado básico de shalom é harmonia, plenitude, firmeza, bem-estar e êxito em todas as áreas da vida.

(1) Pode referir-se à tranquilidade nos relacionamentos internacionais, tal como a paz entre as nações em guerra (e.g., 1Sm 7.14; 1Rs 4.24; 1Cr 19.19).

(2) Pode referir-se, também, a uma sensação de tranquilidade dentro de uma nação durante tempos de prosperidade e sem guerra civil (2Sm 3.21-23; 1Cr 22.9; Sl 122.6,7).

(3) Pode ser experimentada com integridade e harmonia nos relacionamentos humanos, tanto dentro do lar (Pv 17.1; 1Co 7.15) quanto fora (Rm 12.18; Hb 12.14; 1Pe 3.11).

(4) Pode referir-se ao nosso senso pessoal de integridade e bem-estar, livre de ansiedade e em paz com a própria alma (Sl 4.8; 119.165; cf. Jó 3.26) e com Deus (Nm 6.26; Rm 5.1).

(5) Finalmente, embora a palavra shalom não seja empregada em Gn 1—2, ela descreve o mundo originalmente criado, que existia em perfeita harmonia e integridade. Quando Deus criou os céus e a terra, criou um mundo em paz. O bem-estar total da criação reflete-se na breve declaração: “E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom” (Gn 1.31).

A INTERRUPÇÃO DA PAZ.

Quando Adão e Eva deram atenção à voz da serpente, e comeram da árvore proibida (Gn 3.1-7), sua desobediência introduziu o pecado e se interrompeu a harmonia original do universo.

(1) Naquele momento, Adão e Eva experimentaram, pela primeira vez, culpa e vergonha diante de Deus (Gn 3.8), e uma perda da paz interior.

(2) O pecado de Adão e Eva no jardim do Éden destruiu seu relacionamento harmonioso com Deus. Antes de comerem daquele fruto, tinham íntima comunhão com Deus (cf. 3.8), mas depois esconderam-se “da presença do SENHOR

Deus, entre as árvores do jardim” (Gn 3.8). Em vez de sentirem anelo pela conversa com Deus, agora tiveram medo da sua voz (Gn 3.10).

(3) Além disso, interrompeu-se o relacionamento harmonioso entre Adão e Eva como marido e mulher. Quando Deus começou a falar-lhes a respeito do pecado que haviam cometido, Adão lançou a culpa em Eva (Gn 3.12), e Deus declarou que a rivalidade entre o homem e a mulher continuariam (Gn 3.16). Assim começou o conflito social que agora é parte integrante das difíceis relações humanas, desde as discussões e a violência no lar (cf. 1Sm 1.1-8; Pv 15.18; 17.1), até os conflitos e guerras internacionais.

(4) Finalmente, o pecado interrompeu a harmonia e a unidade entre a raça humana e a natureza. Antes de Adão pecar, trabalhava alegremente no jardim do Éden (Gn 2.15), e andava livremente entre os animais, dando nome a cada um (Gn 2.19,20). Parte da maldição divina após a queda envolvia a inimizade entre a serpente e Adão e Eva (Gn 3.15), bem como uma nova realidade: o trabalho produziria suor e labuta (Gn 3.17-19). Antes havia harmonia entre a raça humana e o meio ambiente, agora luta e conflito de modo que “toda a criação geme e está juntamente com dores de parto até agora” (ver Rm 8.22 nota).

A RESTAURAÇÃO DA PAZ.

Embora o resultado da queda fosse a destruição da paz e do bem-estar para a raça humana, e até mesmo para a totalidade do mundo criado, Deus planejou a restauração do shalom; logo, a história da reconquista da paz é a história da redenção em Cristo.

(1) Tendo em vista que Satanás deu início à destruição da paz no mundo, o restabelecimento da paz deve envolver a destruição de Satanás e do seu poder. Por isso, muitas das promessas do AT a respeito da vinda do Messias eram promessas da vitória e paz vindouras. Davi profetizou que o Filho de Deus governaria as nações (Sl 2.8,9; cf. Ap 2.26,27; 19.15). Isaías vaticinou que o Messias reinaria como o Príncipe da Paz (Is 9.6,7). Ezequiel predisse que o novo concerto que Deus se propôs estabelecer através do Messias seria um concerto de paz (Ez 34.25; 37.26). E Miquéias, ao profetizar o nascimento em Belém do rei vindouro, declarou: “E este será a nossa paz” (Mq 5.5).

(2) Por ocasião do nascimento de Jesus, os anjos proclamaram que a paz de Deus acabara de chegar à terra (Lc 2.14). O próprio Jesus veio para destruir as obras do diabo (1Jo 3.8) e para romper todas as barreiras de conflito que tomasse parte da vida a fim de fazer a paz (Ef 2.12-17). Jesus deu aos discípulos a sua paz como herança perpétua antes de ir à cruz (Jo 14.27; 16.33). Mediante a sua morte e ressurreição, Jesus desarmou os principados e potestades hostis,

e assim possibilitou a paz(Cl 1.20; 2.14,15; cf. Is 53.4,5). Por isso, quando se crê em Jesus Cristo, se é justificado mediante a fé e se tem paz com Deus (Rm 5.1). A mensagem que os cristãos proclamam são as boas-novas da paz (At 10.36; cf. Is 52.7).

(3) Apenas saber que Cristo veio como o Príncipe da Paz não garante que a paz se tornará automaticamente parte da vida; para experimentar a paz há que se estar unido com Cristo numa fé ativa. O primeiro passo é crer no Senhor Jesus Cristo. Quando assim faz, a pessoa é justificada pela fé (Rm 3.21-28; 4.1-13; Gl 2.16) e assim tem paz com Deus (Rm 5.1). Juntamente com a fé, deve-se andar em obediência aos mandamentos divinos a fim de viver-se em paz (Lv 26.3,6). Os profetas do AT declaram frequentemente que não há paz para os ímpios (Is 57.21; 59.8; Jr 6.14; 8.11; Ez 13.10, 16). A fim de que os crentes conheçam sua paz perpétua, Deus lhes tem dado o Espírito Santo, que começa a operar em nós um aspecto do fruto, que é a paz (Gl 5.22; cf. Rm 14.17; Ef 4.3). Com a ajuda do Espírito, deve-se orar pedindo a paz (Sl 122.6,7; Jr 29.7; ver Fp 4.7 nota), deixar que a paz governe o coração (Cl 3.15), buscar a paz e segui-la (Sl 34.14; Jr 29.7; 2Tm 2.22; 1Pe 3.11), e esforçar-se por viver em paz com o próximo (Rm 12.18; 2Co 13.11; 1Ts 5.13; Hb 12.14).

A GLÓRIA DE DEUS

Ez 10.4 “Então, se levantou a glória do SENHOR de sobre o querubim para a entrada da casa; e encheu-se a casa de uma nuvem, e o átrio se encheu do resplendor da glória do SENHOR.”

DEFINIÇÃO DA GLÓRIA DE DEUS.

A expressão “glória de Deus” tem emprego variado na Bíblia.

(1) Às vezes, descreve o esplendor e majestade de Deus (cf. 1Cr 29.11; Hc 3.3-5), uma glória tão grandiosa que nenhum ser humano pode vê-la e continuar vivo (ver Êx 33.18-23). Quando muito, pode-se ver apenas um “aparecimento da semelhança da glória do Senhor” (cf. A visão que Ezequiel teve do trono de Deus, Ez 1.26-28). Neste sentido, a glória de Deus designa sua singularidade, sua santidade (cf. Is 6.1-3) e sua transcendência (cf. Rm 11.36; Hb 13.21). Pedro emprega a expressão “a magnífica glória” como um nome de Deus (2Pe 1.17).

(2) A glória de Deus também se refere à presença visível de Deus entre o seu povo, glória esta que os rabinos de tempos posteriores chamavam de shekinah. Shekinah é uma palavra hebraica que significa “habitação [de Deus]”, empregada para descrever a manifestação visível da presença e glória de Deus. Moisés viu a shekinah de Deus na coluna de nuvem e de fogo (Êx 13.21). Em Êx 29.43 é chamada “minha glória” (cf. Is 60.2). Ela cobriu o Sinai quando Deus outorgou a Lei (ver Êx 24.16,17 nota), encheu o Tabernáculo (Êx 40.34), guiou Israel no deserto (Êx 40.36-38) e posteriormente encheu o templo de Salomão (2Cr 7.1; cf. 1Rs 8.11-13). Mais precisamente, Deus habitava entre os querubins no Lugar Santíssimo do templo (1Sm 4.4; 2 Sm 6.2; Sl 80.1). Ezequiel viu a glória do Senhor levantar-se e afastar-se do templo por causa da idolatria infrene ali (Ez 10.4,18,19). O equivalente da glória shekinah no NT é Jesus Cristo que, como a glória de Deus em carne humana, veio habitar entre nós (Jo 1.14). Os pastores de Belém viram a glória do Senhor no nascimento de Cristo (Lc 2.9), os discípulos a viram na transfiguração de Cristo (Mt 17.2; 2Pe 1.16-18), e Estêvão a viu na ocasião do seu martírio (At 7.55).

(3) Um terceiro aspecto da glória de Deus é sua presença e poder espirituais. Os céus declaram a glória de Deus (Sl 19.1; cf. Rm 1.19,20) e toda a terra está cheia de sua glória (Is 6.3; cf. Hc 2.14), todavia o esplendor da majestade divina não é comumente visível, nem notado. Por outro lado, o crente participa da glória e da presença de Deus em sua comunhão, seu amor, justiça e manifestações, mediante o poder do Espírito Santo (ver 2Co 3.18 nota; Ef 3.16-19 nota; 1Pe 4.14 nota).

(4) Por último, o AT adverte que qualquer tipo de idolatria é uma usurpação da glória de Deus e uma desonra ao seu nome. Cada vez que Deus se manifesta como nosso Redentor, seu nome é glorificado (ver Sl 79.9; Jr 14.21). Todo o ministério de Cristo na terra redundou em glória ao nosso Deus (Jo 14.13; 17.1,4,5).

A GLÓRIA DE DEUS REVELADA EM JESUS CRISTO.

Quando Isaías falou da vinda de Jesus Cristo, profetizou que nEle seria revelada a glória de Deus para que toda a raça humana a visse (ver Is 40.5). Tanto João (Jo 1.14) como o escritor aos Hebreus (Hb 1.3) testificam que Jesus Cristo cumpriu essa profecia. A glória de Cristo era a mesma glória que Ele tinha com seu Pai antes que houvesse mundo (Jo 1.14; 17.5). A glória do seu ministério ultrapassou em muito a glória do ministério do AT (2Co 3.7-11). Paulo chama Jesus “o Senhor da glória” (1Co 2.8), e Tiago o chama “nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor da glória” (Tg 2.1). Repetidas vezes, o NT refere-se ao vínculo entre Jesus Cristo e a glória de Deus. Seus milagres revelavam a sua glória (Jo 2.11; 11.40-44). Cristo transfigurou-se em meio a “uma nuvem luminosa” (Mt 17.5), onde Ele recebeu glória (cf. 2Pe 1.16-19). A hora da sua morte foi a hora da sua glorificação (Jo 12.23,24; cf. 17.4,5). Subiu ao céu em glória (cf. At 1.9; 1Tm 3.16), agora está exaltado em glória (Ap 5.12,13), e um dia voltará “sobre as nuvens do céu, com poder e grande glória” (Mt 24.30; cf. 25.31; Mc 14.62; 1Ts 4.17).

A GLÓRIA DE DEUS NA VIDA DO CRENTE.

Como a glória de Deus relaciona-se ao crente pessoalmente?

(1) Concernente à glória celestial e majestosa de Deus, é bem verdade que ninguém pode contemplar essa glória e sobreviver. Sabemos que ela existe, mas não a vemos. Deus habita em luz e glória inacessíveis, que nenhum ser humano pode vê-lo face a face (1Tm 6.16).

(2) A glória shekinah de Deus, no entanto, era conhecida do seu povo nos tempos bíblicos. No decurso da história, até o presente, sabe-se de crentes que tiveram visões de Deus, semelhantes às de Isaías (Is 6) e Ezequiel (Ez 1), embora isso não fosse comum naqueles tempos, nem agora. A experiência da glória de Deus, no entanto, é algo que todos os crentes terão na consumação da salvação, quando virmos a Jesus face a face. Seremos levados à presença gloriosa de Deus (Hb 2.10; 1Pe 5.10; Jd 24), compartilharemos da glória de Cristo (Rm 8.17,18) e receberemos uma coroa de glória (1Pe 5.4). Até mesmo o nosso corpo ressurreto terá a glória do Cristo ressuscitado (1Co 15.42,43; Fp 3.21).

(3) De um modo mais direto, o crente sincero experimenta a presença espiritual de Deus. O Espírito Santo nos aproxima da presença de Deus e do Senhor Jesus (2Co 3.17; 1Pe 4.14). Quando o Espírito opera poderosamente na igreja, através das suas manifestações sobrenaturais (1Co 12.1-12), o crente experimenta a glória de Deus no seu meio, i.e., um sentimento da majestosa presença de Deus, semelhante ao que sentiram os pastores nos campos de Belém quando nasceu o Salvador (Lc 2.8-20).

(4) O crente que abandona o pecado e que repudia a idolatria pode ser cheio da glória de Cristo (ver Jo 17.22 nota), bem como do Espírito da glória (1Pe 4.14); na realidade, uma das razões de Jesus vir ao mundo foi para encher de glória os crentes (Lc 2.29-32). Como salvos por Cristo Jesus, devemos viver a nossa vida inteira para a glória de Deus, a fim de que Ele seja glorificado em nós (Jo 17.10; 1Co 10.31; 2Co 3.18).

A INTERCESSÃO

Dn 9.3 “E eu dirigi o meu rosto ao Senhor Deus, para o buscar com oração, e rogos, e jejum, e pano de saco, e cinza.”

Pode-se definir a intercessão como a oração contrita e reverente, com fé e perseverança, mediante a qual o crente suplica a Deus em favor de outra pessoa ou pessoas que extremamente necessitem da intervenção divina. A oração de Daniel no cap. 9 é uma oração intercessória, pois ele ora contritamente em favor da restauração de Jerusalém e de todo o povo de Israel. A Bíblia nos fala da intercessão de Cristo e do Espírito Santo, e de numerosos santos, homens e mulheres do antigo e do novo concerto.

A INTERCESSÃO DE CRISTO E DO ESPÍRITO SANTO.

(1) Jesus, no seu ministério terreno, orava pelos perdidos, os quais Ele viera buscar e salvar (Lc 19.10). Chorou, quebrantado, por causa da indiferença da cidade de Jerusalém (Lc 19.41). Orava pelos seus discípulos, tanto individualmente (ver Lc 22.32) como pelo grupo todo (Jo 17.6-26). Orou até por seus inimigos, quando pendurado na cruz (Lc 23.34).

(2) Um aspecto permanente do ministério atual de Cristo é o de interceder pelos crentes diante do trono de Deus (Rm 8.34; Hb 7.25; 9.24; ver 7.25 nota); João refere-se a Jesus como “um Advogado para com o Pai” (ver 1Jo 2.1 nota). A intercessão de Cristo é essencial à nossa salvação (cf. Is 53.12). Sem a sua graça, misericórdia e ajuda, que recebemos mediante a sua intercessão, nós nos desviaríamos de Deus e voltaríamos à escravidão do pecado.

(3) O Espírito Santo também está empenhado na intercessão. Paulo declara: “não sabemos o que havemos de pedir como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis” (Rm 8.26 nota). O Espírito Santo, através do espírito do crente, intercede “segundo Deus” (Rm 8.27). Portanto, Cristo intercede pelo crente, no céu, e o Espírito intercede dentro do crente, na terra.

A INTERCESSÃO DO CRENTE.

A Bíblia refere-se constantemente às orações intercessórias do crente e registra numerosos exemplos de orações notáveis e poderosas.

(1) No AT, os líderes do povo de Deus, tais como os reis (1Cr 21.17; 2Cr 6.14-42), profetas (1Rs 18.41-45; Dn 9) e sacerdotes (Ed 9.5-15; Jl 1.13; 2.17,18), deviam ser exemplos na oração intercessória em prol da nação. Exemplos marcantes de intercessão no AT, são as orações de Abraão em favor de Ismael (Gn 17.18) e de

Sodoma e Gomorra (Gn 18.23-32), as orações de Davi em favor de seus filhos (2Sm 12.16; 1Cr 29.19), e as de Jó em favor de seus filhos (Jó 1.5). Na vida de Moisés, temos o exemplo supremo no AT, quanto ao poder da oração intercessória. Em várias ocasiões ele orou intensamente para Deus alterar a sua vontade, mesmo depois de o Senhor declarar-lhe aquilo que Ele já resolvera executar. Por exemplo, quando os israelitas se rebelaram e se recusaram a entrar em Canaã, Deus falou a Moisés que iria destruí-los e fazer de Moisés uma nação maior (Nm 14.1-12). Moisés, então, levou o assunto ao Senhor em oração e implorou em favor dos israelitas (Nm 14.13-19); no fim da sua oração, Deus lhe disse: “Conforme à tua palavra, lhe perdoei” (Nm 14.20; ver também Êx 32.11-14; Nm 11.2; 12.13; 21.7; 27.5; ver o estudo A ORAÇÃO EFICAZ). Outros poderosos intercessores do AT são Elias (1Rs 18.21-26; Tg 5.16-18), Daniel (9.2-23) e Neemias (Ne 1.3-11).

(2) O NT apresenta mais exemplos, ainda, de orações intercessórias. Os evangelhos registram como os pais e outras pessoas intercediam com Jesus em favor dos seus entes queridos. Os pais rogavam a Jesus para que curasse seus filhos doentes (Mc 5.22-43; Jo 4.47-53); um grupo de mães pediu que Jesus abençoasse seus filhos (Mc 10.13). Certo homem de posição implorou, pedindo a cura de seu servo (Mt 8.6-13), e a mãe de Tiago e João intercedeu diante de Jesus em favor deles (Mt 20.20,21).

(3) A igreja do NT intercedia constantemente pelos fiéis. Por exemplo, a igreja de Jerusalém reuniu-se a fim de orar pela libertação de Pedro da prisão (At 12.5, 12). A igreja de Antioquia orou pelo êxito do ministério de Barnabé e de Paulo (At 13.3). Tiago ordena expressamente que os presbíteros da igreja orem pelos enfermos (Tg 5.14) e que todos os cristãos orem “uns pelos outros” (Tg 5.16; cf. Hb 13.18,19). Paulo vai mais além, e pede que se faça oração em favor de todos (1Tm 2.1-3).

(4) O apóstolo Paulo, quanto à intercessão, merece menção especial. Em muitas das suas epístolas, discorre a respeito das suas próprias orações em favor de várias igrejas e indivíduos (e.g., Rm 1.9,10; 2Co 13.7; Fp 1.4-11; Cl 1.3,9-12; 1Ts 1.2,3; 2Ts 1.11,12; 2Tm 1.3; Fm .4-6). Vez por outra fala das suas orações intercessórias (e.g., Ef 1.16-18; 3.14-19; 1Ts 3.11-13). Ao mesmo tempo, também pede as orações das igrejas por ele, pois sabe que somente através dessas orações é que o seu ministério terá plena eficácia (Rm 15.30-32; 2Co 1.11; Ef 6.18-20; Fp 1.19; Cl 4.3,4; 1Ts 5.25; 2Ts 3.1,2).

PROPÓSITOS DA ORAÇÃO INTERCESSÓRIA.

Nas numerosas orações intercessórias da Bíblia, os santos de Deus intercediam para que Deus sustasse o seu juízo (Gn 18.23-32; Nm 14.13-19; Jl 2.17), que restaurasse o seu povo (Ne 1; Dn 9), que livrasse as pessoas do perigo (At 12.5,12; Rm 15.31), e que abençoasse o seu povo (Nm 6.24-26; 1Rs 18.41-45; Sl 122.6-8). Os intercessores também oravam para que o poder do Espírito Santo viesse sobre os crentes (At 8.15-17; Ef 3.14-17), para que alguém fosse curado (1Rs 17.20-23; At 28.8; Tg 5.14-16), pelo perdão dos pecados (Ed 9.5-15; Dn 9; At 7.60), para Deus dar capacidade às pessoas investidas de autoridade para governarem bem (1Cr 29.19; 1Tm 1.1,2), pelo crescimento na vida cristã (Fp 1.9-11; Cl 1.10,11), por pastores para que sejam capazes (2Tm 1.3-7), pela obra missionária (Mt 9.38; Ef 6.19,20), pela salvação do próximo (Rm 10.1) e para que os povos louvem a Deus (Sl 67.3-5). Qualquer coisa que a Bíblia revele como a perfeita vontade de Deus para o seu povo (ver o estudo A VONTADE DE DEUS) pode ser um motivo apropriado para a oração intercessória.

O ESPÍRITO SANTO NO ANTIGO TESTAMENTO

Jl 2.28,29 “E há de ser que, depois, derramarei o meu Espírito sobre toda a carne, e vossos filhos e vossas filhas profetizarão, os vossos velhos terão sonhos, os vossos jovens terão visões. E também sobre os servos e servas, naqueles dias, derramarei o meu Espírito.”

O Espírito Santo é a terceira pessoa do Deus Eterno, Trino e Uno (ver Mc 1.11 nota; ver estudo A DOUTRINA DO ESPÍRITO SANTO). Embora a plenitude do seu poder não tivesse sido revelada antes do ministério de Jesus (ver o estudo JESUS E O ESPÍRITO SANTO) e, posteriormente, no Pentecoste (ver At 2), há trechos do AT que se referem a Ele e à sua obra. Este estudo examina os ensinamentos do AT a respeito do Espírito Santo.

TERMO EMPREGADO.

A palavra hebraica para “Espírito” é ruah que, às vezes, é traduzida por “vento” e “sopro”. Sendo assim, as referências no AT ao sopro de Deus e ao vento da parte de Deus (e.g., Gn 2.7; Ez 37.9,10,14) também podem referir-se à obra do Espírito de Deus.

A OBRA DO ESPÍRITO SANTO NO ANTIGO TESTAMENTO.

A Bíblia descreve várias atividades do Espírito Santo no Antigo Testamento.

(1) O Espírito Santo desempenhou um papel ativo na criação. O segundo versículo da Bíblia diz que “o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas” (Gn 1.2), preparando tudo para que a palavra criadora de Deus desse forma ao mundo. Tanto o Verbo de Deus (i.e., a segunda pessoa da Trindade) quanto o Espírito de Deus, foram agentes na criação (ver Jó 26.13; Sl 33.6; ver o estudo A CRIAÇÃO). O Espírito também é o autor da vida. Quando Deus criou Adão, foi indubitavelmente o seu Espírito quem soprou no homem o fôlego da vida (Gn 2.7; cf. Jó 27.3). O Espírito Santo continua a dar vida às criaturas de Deus (Jó 33.4; Sl 104.30).

(2) O Espírito estava ativo na comunicação da mensagem de Deus ao seu povo. Era o Espírito, por exemplo, quem instruía os israelitas no deserto (Ne 9.20). Quando os salmistas de Israel compunham seus cânticos, faziam-no mediante o Espírito do Senhor (2Sm 23.2; cf. At 1.16,20; Hb 3.7-11). Semelhantemente, os profetas eram inspirados pelo Espírito de Deus a declarar sua palavra ao povo (Nm 11.29; 1Sm 10.5,6,10; 2Cr 20.14; 24.19,20; Ne 9.30; Is 61.1-3; Mq 3.8; Zc 7.12; cf. 2Pe 1.20,21). Ezequiel ensina que os falsos profetas “seguem o seu próprio espírito” ao invés de andarem segundo o Espírito de Deus

(Ez 13.2,3). Era possível, entretanto, o Espírito de Deus vir sobre alguém que não tinha um relacionamento genuíno com Deus para levá-lo a entregar uma mensagem verdadeira ao povo (ver Nm 24.2 nota).

(3) A liderança do povo de Deus no AT era fortalecida pelo Espírito do Senhor. Moisés, por exemplo, estava em tão estreita harmonia com o Espírito de Deus que compartilhava dos próprios sentimentos de Deus; sofria quando Ele sofria, e ficava irado contra o pecado quando Ele se irava (ver Êx 33.11 nota; cf. Êx 32.19). Quando Moisés escolheu, em obediência à ordem do Senhor, setenta anciãos para ajudá-lo a liderar os israelitas, Deus tomou do Espírito que estava sobre Moisés, e o colocou sobre eles (Nm 11.16,17; ver 11.12 nota). Semelhantemente, quando Josué foi comissionado para que sucedesse Moisés como líder, Deus indicou que “o Espírito” (i.e., o Espírito Santo) estava nele (Nm 27.18 ver nota). O mesmo Espírito veio sobre Gideão (Jz 6.34), Davi (1Sm 16.13) e Zorobabel (Zc 4.6). Noutras palavras, no AT a maior qualificação para a liderança era a presença do Espírito de Deus.

(4) O Espírito de Deus também vinha sobre indivíduos a fim de equipá-los para serviços especiais. Um exemplo notável, no AT, era José, a quem fora outorgado o Espírito para capacitá-lo a agir de modo eficaz na casa de Faraó (Gn 41.38-40). Note, também, Bezalel e Aoliabe, aos quais Deus concedeu a plenitude do seu Espírito para que fizessem o trabalho artístico necessário à construção do Tabernáculo, e também para ensinarem aos outros (ver Êx 31.1-11; 35.30-35). A plenitude do Espírito Santo, aqui, não é exatamente a mesma coisa que o batismo no Espírito Santo no NT (ver o estudo O BATISMO NO ESPÍRITO SANTO). No AT, o Espírito Santo vinha sobre uns poucos indivíduos selecionados para servirem a Deus de modo especial, e os revestia de poder (ver Êx 31.3 nota). O Espírito do Senhor veio sobre muitos dos juízes, tais como Otniel (Jz 3.9,10). Gideão (Jz 6.34), Jefté (Jz 11.29) e Sansão (Jz 14.5,6; 15.14-16). Estes exemplos revelam o princípio divino que ainda perdura: quando Deus opta por usar grandemente uma pessoa, o seu Espírito vem sobre ela.

(5) Havia, ainda, uma consciência no AT de que o Espírito desejava guiar as pessoas no terreno da retidão. Davi dá testemunho disto em alguns dos seus salmos (Sl 51.10-13; 143.10). O povo de Deus, que seguia o seu próprio caminho em vez de ouvir a voz de Deus, recusava-se a seguir o caminho do Espírito (ver Gn 16.2 nota). Os que deixam de viver pelo Espírito de Deus experimentam, inevitavelmente, alguma forma de castigo divino (ver Nm 14.29 nota; Dt 1.26 nota).

(6) Note que, nos tempos do AT, o Espírito Santo vinha apenas sobre umas poucas pessoas, enchendo-as a fim de lhes dar poder para o serviço ou a profecia. Não houve nenhum derramamento geral do Espírito Santo sobre

Israel. O derramamento do Espírito Santo de forma mais ampla (cf. 2.28,29; At 2.4,16-18) começou no grande dia de Pentecoste.

A PROMESSA DO PLENO PODER DO ESPÍRITO SANTO.

O AT antegozava a era vindoura do Espírito, i.e., a era do NT.

(1) Em várias ocasiões, os profetas falaram a respeito do papel que o Espírito desempenharia na vida do Messias. Isaías, em especial, caracterizou o Rei vindouro, o Servo do Senhor, como uma pessoa sobre quem o Espírito de Deus repousaria de modo especial (ver Is 11.1-4; 42.1; 61.1-3). Quando Jesus leu as palavras de Isaías 61, em Nazaré, cidade onde morava, terminou dizendo: “Hoje, se cumpriu esta Escritura em vossos ouvidos” (Lc 4.21).

(2) Outras profecias do AT anteviam o período do derramamento geral do Espírito Santo sobre a totalidade do povo de Deus. Entre esses textos, o de maior destaque é 2.28,29, citado por Pedro no dia de Pentecoste (At 2.17,18). Mas a mesma mensagem também se acha em Is 32.15-17; 44.3-5; 59.20,21; Ez 11.19,20; 36.26,27; 37.14; 39.29. Deus prometeu que, quando a vida e o poder do seu Espírito viessem sobre o seu povo, os seus seriam capacitados a profetizar, ver visões, ter sonhos proféticos, viver uma vida em santidade e retidão, e a testemunhar com grande poder. Por conseguinte, os profetas do AT previram a era messiânica. E, a respeito dela, profetizaram que o derramamento e a plenitude do Espírito Santo viriam sobre toda a humanidade. E foi o que aconteceu no domingo do Pentecoste (dez dias depois de Jesus ter subido ao céu), com uma subsequente gigantesca colheita de almas (cf. 2.28,32; At 2.41; 4.4; 13,44,48,49).

O CUIDADO DOS POBRES E NECESSITADOS

Am 5.12-14 “Porque sei que são muitas as vossas transgressões e enormes os vossos pecados; afligis o justo, tomais resgate e rejeitais os necessitados na porta. Portanto, o que for prudente guardará silêncio naquele tempo, porque o tempo será mau. Buscai o bem e não o mal, para que vivais; e assim o Senhor, o Deus dos Exércitos, estará convosco, como dizeis.”

Neste mundo, onde há tanto ricos quanto pobres, frequentemente os que têm abundância material tiram proveito dos que nada têm, explorando-os para que os seus lucros aumentem continuamente (ver Sl 10.2, 9,10; Is 3.14,15; Jr 2.34; Am 2.6,7; 5.12,13; Tg 2.6). A Bíblia tem muito a dizer a respeito de como os crentes devem tratar os pobres e necessitados.

O ZELO DE DEUS PELOS POBRES E NECESSITADOS.

Deus tem expressado de várias maneiras seu grande zelo pelos pobres, necessitados e oprimidos.

(1) O Senhor Deus é o seu defensor. Ele mesmo revela ser deles o refúgio (Sl 14.6; Is 25.4), o socorro (Sl 40.17; 70.5; Is 41.14), o libertador (1Sm 2.8; Sl 12.5; 34.6; 113.7; 35.10; cf. Lc 1.52,53) e provedor (cf. Sl 10.14; 68.10; 132.15).

(2) Ao revelar a sua Lei aos israelitas, mostrou-lhes também várias maneiras de se eliminar a pobreza do meio do povo (ver Dt 15.7-11 nota). Declarou-lhes, em seguida, o seu alvo global: “Somente para que entre ti não haja pobre; pois o SENHOR abundantemente te abençoará na terra que o SENHOR, teu Deus, te dará por herança, para a possuíres” (Dt 15.4). Por isso Deus, na sua Lei, proíbe a cobrança de juros nos empréstimos aos pobres (Êx 22.25; Lv 25.35,36). Se o pobre entregasse algo como “penhor”, ou garantia pelo empréstimo, o credor era obrigado a devolver-lhe o penhor (uma capa ou algo assim) antes do pôr-do-sol. Se o pobre era contratado a prestar serviços ao rico, este era obrigado a pagar-lhe diariamente, para que ele pudesse comprar alimentos a si mesmo e à sua família (Dt 24.14,15). Durante a estação da colheita, os grãos que caíssem deviam ser deixados no chão para que os pobres os recolhessem (Lv 19.10; Dt 24.19-21); e mais: os cantos das searas de trigo, especificamente, deviam ser deixados aos pobres (Lv 19.9). Notável era o mandamento divino de se cancelar, a cada sete anos, todas as dívidas dos pobres (Dt 15.1-6). Além disso, o homem de posses não podia recusar-se a emprestar algo ao necessitado, simplesmente por estar próximo o sétimo ano (Dt 15.7-11). Deus, além de prover o ano para o cancelamento das dívidas, proveu ainda o ano para a devolução de propriedades —o Ano do Jubileu, que ocorria a

cada cinquenta anos. Todas as terras que tivessem mudado de dono desde o Ano do Jubileu anterior teriam de ser devolvidas à família originária (ver Lv 25.8-55). E, mais importante de tudo: a justiça haveria de ser imparcial. Nem os ricos nem os pobres poderiam receber qualquer favoritismo (Êx 23.2,3,6; Dt 1.17; cf. Pv 31.9). Desta maneira, Deus impedia que os pobres fossem explorados pelos ricos, e garantia um tratamento justo aos necessitados (ver Dt 24.14 nota).

(3) Infelizmente, os israelitas nem sempre observavam tais leis. Muitos ricos tiravam vantagens dos pobres, aumentando-lhes a desgraça. Em consequência de tais ações, o Senhor proferiu, através dos profetas, palavras severas de juízo contra os ricos (ver Is 1.21-25; Jr 17.11; Am 4.1-3; 5.11-13; Mq 2.1-5; Hc 2.6-8; Zc 7.8-14).

A RESPONSABILIDADE DO CRENTE NEOTESTAMENTÁRIO DIANTE DOS POBRES E NECESSITADOS.

No NT, Deus também ordena a seu povo que evidencie profunda solicitude pelos pobres e necessitados, especialmente pelos domésticos na fé.

(1) Boa parte do ministério de Jesus foi dedicado aos pobres e desprivilegiados na sociedade judaica. Dos oprimidos, necessitados, samaritanos, leprosos e viúvas, ninguém mais se importava a não ser Jesus (cf. Lc 4.18,19; 21.1-4; Lc 17.11-19; Jo 4.1-42; Mt 8.2-4; Lc 17.11-19; Lc 7.11-15; 20.45-47). Ele condenava duramente os que se apegavam às possessões terrenas, e desconsideravam os pobres (Mc 10.17-25; Lc 6.24,25; 12.16-20; 16.13-15,19-31; ver o estudo RIQUEZA E POBREZA).

(2) Jesus espera que seu povo contribua generosamente com os necessitados (ver Mt 6.1-4). Ele próprio praticava o que ensinava, pois levava uma bolsa da qual tirava dinheiro para dar aos pobres (ver Jo 12.5,6; 13.29). Em mais de uma ocasião, ensinou aos que o queriam seguir a se importarem com os marginalizados econômica e socialmente (Mt 19.21; Lc 12.33; 14.12-14,16-24; 18.22). As contribuições não eram consideradas opcionais. Uma das exigências de Cristo para se entrar no seu reino eterno é mostrar-se generoso para com os irmãos e irmãs que passam fome e sede, e acham-se nus (Mt 25.31-46).

(3) O apóstolo Paulo e a igreja primitiva demonstravam igualmente profunda solicitude pelos necessitados. Bem cedo, Paulo e Barnabé, representando a igreja em Antioquia da Síria, levaram a Jerusalém uma oferta aos irmãos carentes da Judéia (At 11.28-30). Quando o concílio se reuniu em Jerusalém, os anciãos recusaram-se a declarar a circuncisão como necessária à salvação, mas sugeriram a Paulo e aos seus companheiros “que nos lembrássemos dos pobres, o que também procurei fazer com diligência” (Gl 2.10). Um dos alvos

de sua terceira viagem missionária foi coletar dinheiro “para os pobres dentre os santos que estão em Jerusalém” (Rm 15.26). Ensinava as igrejas na Galácia e em Corinto a contribuir para esta causa (1Co 16.1-4). Como a igreja em Corinto não contribuísse conforme se esperava, o apóstolo exortou demoradamente aos seus membros a respeito da ajuda aos pobres e necessitados (2Co 8;9). Elogiou as igrejas na Macedônia por lhes terem rogado urgentemente que lhes deixasse participar da coleta (2Co 8.1-4; 9.2). Paulo tinha em grande estima o ato de contribuir. Na epístola aos Romanos, ele arrola, como dom do Espírito Santo, a capacidade de se contribuir com generosidade às necessidades da obra de Deus e de seu povo (ver Rm 12.8 nota; ver 1Tm 6.17-19).

(4) Nossa prioridade máxima, no cuidado aos pobres e necessitados, são os irmãos em Cristo. Jesus equiparou as dadas repassadas aos irmãos na fé como se fossem a Ele próprio (Mt 25.40, 45). A igreja primitiva estabeleceu uma comunidade que se importava com o próximo, que repartia suas posses a fim de suprir as necessidades uns dos outros (At 2.44,45; 4.34-37). Quando o crescimento da igreja tornou impossível aos apóstolos cuidar dos necessitados de modo justo e equânime, procedeu-se a escolha de sete homens, cheios do Espírito Santo, para executar a tarefa (At 6.1-6). Paulo declara explicitamente qual deve ser o princípio da comunidade cristã: “Então, enquanto temos tempo, façamos o bem a todos, mas principalmente aos domésticos da fé” (Gl 6.10). Deus quer que os que têm em abundância compartilhem com os que nada têm para que haja igualdade entre o seu povo (2Co 8.14,15; cf. Ef 4.28; Tt 3.14). Resumindo, a Bíblia não nos oferece outra opção senão tomarmos consciência das necessidades materiais dos que se acham ao nosso redor, especialmente de nossos irmãos em Cristo.

DÍZIMOS E OFERTAS

Ml 3.10 “Trazei todos os dízimos à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa, e depois fazei prova de mim, diz o SENHOR dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu e não derramar sobre vós uma bênção tal, que dela vos advenha a maior abundância.”

DEFINIÇÃO DE DÍZIMOS E OFERTAS.

A palavra hebraica para “dízimo” (ma’aser) significa literalmente “a décima parte”.

(1) Na Lei de Deus, os israelitas tinham a obrigação de entregar a décima parte das crias dos animais domésticos, dos produtos da terra e de outras rendas como reconhecimento e gratidão pelas bênçãos divinas (ver Lv 27.30-32; Nm 18.21,26; Dt 14.22-29; ver Lv 27.30 nota). O dízimo era usado primariamente para cobrir as despesas do culto e o sustento dos sacerdotes. Deus considerava o seu povo responsável pelo manejo dos recursos que Ele lhes dera na terra prometida (cf. Mt 25.15 nota; Lc 19.13 nota).

(2) No âmago do dízimo, achava-se a ideia de que Deus é o dono de tudo (Êx 19.5; Sl 24.1; 50.10-12; Ag 2.8). Os seres humanos foram criados por Ele, e a Ele devem o fôlego de vida (Gn 1.26,27; At 17.28). Sendo assim, ninguém possui nada que não haja recebido originalmente do Senhor (Jó 1.21; Jo 3.27; 1Co 4.7). Nas leis sobre o dízimo, Deus estava simplesmente ordenando que os seus lhe devolvessem parte daquilo que Ele já lhes tinha dado.

(3) Além dos dízimos, os israelitas eram instruídos a trazer numerosas oferendas ao Senhor, principalmente na forma de sacrifícios. Levítico descreve várias oferendas rituais: o holocausto (Lv 1; 6.8-13), a oferta de manjares (Lv 2; 6.14-23), a oferta pacífica (Lv 3; 7.11-21), a oferta pelo pecado (Lv 4.1—5.13; 6.24-30), e a oferta pela culpa (Lv 5.14—6.7; 7.1-10).

(4) Além das ofertas prescritas, os israelitas podiam apresentar outras ofertas voluntárias ao Senhor. Algumas destas eram repetidas em tempos determinados (ver Lv 22.18-23; Nm 15.3; Dt 12.6,17), ao passo que outras eram ocasionais. Quando, por exemplo, os israelitas empreenderam a construção do Tabernáculo no monte Sinai, trouxeram liberalmente suas oferendas para a fabricação da tenda e de seus móveis (ver Êx 35.20-29). Ficaram tão entusiasmados com o empreendimento, que Moisés teve de ordenar-lhes que cessassem as oferendas (Êx 36.3-7). Nos tempos de Joás, o sumo sacerdote Joiada fez um cofre para os israelitas lançarem as ofertas voluntárias a fim de

custear os consertos do templo, e todos contribuíram com generosidade (2Rs 12.9,10). Semelhantemente, nos tempos de Ezequias, o povo contribuiu generosamente às obras da reconstrução do templo (2Cr 31.5-19).

(5) Houve ocasiões na história do AT em que o povo de Deus reteve egoisticamente o dinheiro, não repassando os dízimos e ofertas regulares ao Senhor. Durante a reconstrução do segundo templo, os judeus pareciam mais interessados na construção de suas propriedades, por causa dos lucros imediatos que lhes trariam, do que nos reparos da Casa de Deus que se achava em ruínas. Por causa disto, alertou-lhes Ageu, muitos deles estavam sofrendo reveses financeiros (Ag 1.3-6). Coisa semelhante acontecia nos tempos do profeta Malaquias e, mais uma vez, Deus castigou seu povo por se recusar a trazer-lhe o dízimo (Ml 3.9-12).

A ADMINISTRAÇÃO DO NOSSO DINHEIRO.

Os exemplos dos dízimos e ofertas no AT contêm princípios importantes a respeito da mordomia do dinheiro, que são válidos para os crentes do NT.

(1) Devemos lembrar-nos que tudo quanto possuímos pertence a Deus, de modo que aquilo que temos não é nosso: é algo que nos confiou aos cuidados. Não temos nenhum domínio sobre as nossas posses.

(2) Devemos decidir, pois, de todo o coração, servir a Deus, e não ao dinheiro (Mt 6.19-24; 2Co 8.5). A Bíblia deixa claro que a cobiça é uma forma de idolatria (Cl 3.5).

(3) Nossas contribuições devem ser para a promoção do reino de Deus, especialmente para a obra da igreja local e a disseminação do evangelho pelo mundo (1Co 9.4-14; Fp 4.15-18; 1Tm 5.17,18), para ajudar aos necessitados (Pv 19.17; Gl 2.10; 2Co 8.14; 9.2; ver o estudo O CUIDADO DOS POBRES E NECESSITADOS), para acumular tesouros no céu (Mt 6.20; Lc 6.32-35) e para aprender a temer ao Senhor (Dt 14.22,23).

(4) Nossas contribuições devem ser proporcionais à nossa renda. No AT, o dízimo era calculado em uma décima parte. Dar menos que isto era desobediência a Deus. Aliás equivalia a roubá-lo (Ml 3.8-10). Semelhantemente, o NT requer que as nossas contribuições sejam proporcionais àquilo que Deus nos têm dado (1Co 16.2; 2Co 8.3,12; ver 2Co 8.2 nota).

(5) Nossas contribuições devem ser voluntárias e generosas, pois assim é ensinado tanto no AT (ver Êx 25.1,2; 2Cr 24.8-11) quanto no NT (ver 2Co 8.1-5,11,12). Não devemos hesitar em contribuir de modo sacrificial (2Co 8:3), pois foi com tal espírito que o Senhor Jesus se entregou por nós (ver 2Co 8.9 nota). Para

Deus, o sacrifício envolvido é muito mais importante do que o valor monetário da dádiva (ver Lc 21.1-4 nota).

(6) Nossas contribuições devem ser dadas com alegria (2Co 9.7). Tanto o exemplo dos israelitas no AT (Êx 35.21-29; 2Cr 24.10) quanto o dos cristãos macedônios do NT (2Co 8.1-5) servem-nos de modelos.

(7) Deus tem prometido recompensar-nos de conformidade com o que lhe temos dado (ver Dt 15.4; Mt 3.10-12; Mt 19.21; 1Tm 6.19; ver 2Co 9.6 nota).

A CURA DIVINA

Mt 8.16,17 “E, chegada a tarde, trouxeram-lhe muitos endemoninhados, e ele, com a sua palavra, expulsou deles os espíritos e curou a todos os que estavam enfermos, para que se cumprisse o que fora dito pelo profeta Isaías, que diz: Ele tomou sobre si as nossas enfermidades e levou as nossas doenças.”

A PROVISÃO REDENTORA DE DEUS.

(1) O problema das enfermidades e das doenças está fortemente vinculado ao problema do pecado e da morte, i.e., às consequências da queda. Enquanto a ciência médica considera as causas das enfermidades e das doenças em termos psicológicos ou psicossomáticos, a Bíblia apresenta as causas espirituais como sendo o problema subjacente ou fundamental desses males. Essas causas são de dois tipos:

(a) O pecado, que afetou a constituição física e espiritual do homem(e.g., Jo 5.5,14), e

(b) Satanás (e.g., At 10.38; cf. Mc 9.17, 20.25; Lc 13.11; At 19.11,12).

(2) A provisão de Deus através da redenção é tão abrangente quanto as consequências da queda. Para o pecado, Deus provê o perdão; para a morte, Deus provê a vida eterna, e a vida ressurreta; e para a enfermidade, Deus provê a cura (cf. Sl 103.1-5; Lc 4.18; 5.17-26; Tg 5.14,15). Daí, durante a sua vida terrestre, Jesus ter tido um tríplice ministério: ensinar a Palavra de Deus, pregar o arrependimento (o problema do pecado) e as bênçãos do reino de Deus (a vida) e curar todo tipo de moléstia, doença e enfermidade entre o povo (4.23,24).

A REVELAÇÃO DA VONTADE DE DEUS SOBRE A CURA.

A vontade de Deus no tocante à cura divina é revelada de quatro maneiras principais nas Escrituras.

(1) A declaração do próprio Deus. Em Êx 15.26 Deus prometeu saúde e cura ao seu povo, se este permanecesse fiel ao seu concerto e aos seus mandamentos (ver Êx 15.26, nota). Sua declaração abrange dois aspectos:

(a) “Nenhuma das enfermidades porei sobre ti [como julgamento], que pus sobre o Egito”; e

(b) “Eu sou o SENHOR, que te sara [como Redentor]”. Deus continuou sendo o Médico dos médicos do seu povo, no decurso do AT, sempre que os seus sinceramente se dedicavam a buscar a sua face e obedecer à sua Palavra (cf. 2Rs 20.5; Sl 103.3).

(2) O ministério de Jesus. Jesus, como o Filho encarnado de Deus, era a exata manifestação da natureza e do caráter de Deus (Hb 1.3; cf. Cl 1.15; 2.9). Jesus, no seu ministério terreno (4.23,24; 8.14-16; 9.35; 15.28; Mc 1.32-34,40,41; Lc 4.40; At 10.38), revelava a vontade de Deus na prática (Jo 6.38; 14.10), e demonstrou que está no coração, na natureza e no propósito de Deus curar todos os que estão enfermos e oprimidos pelo diabo.

(3) A provisão da expiação de Cristo. (Is 53.4,5; Mt 8.16,17; 1Pe 2.24). A morte expiatória de Cristo foi um ato perfeito e suficiente para a redenção do ser humano total —espírito, alma e corpo. Assim como o pecado e a enfermidade são os gigantes gêmeos, destinados por Satanás para destruir o ser humano, assim também o perdão e a cura divina vêm juntos como bênçãos irmanadas, destinadas por Deus para nos redimir e nos dar saúde (cf. Sl 103.3; Tg 5.14-16). O crente deve prosseguir com humildade e fé e apropriar-se da plena provisão da expiação de Cristo, inclusive a cura do corpo.

(4) O ministério contínuo da igreja. Jesus comissionou seus doze discípulos para curar os enfermos, como parte da sua proclamação do reino de Deus (Lc 9.1,2,6). Posteriormente, Ele comissionou setenta discípulos para fazerem a mesma coisa (Lc 10.1, 8,9, 19). Depois do dia de Pentecoste o ministério de cura divina que Jesus iniciara teve prosseguimento através da igreja primitiva como parte da sua pregação do evangelho (At 3.1-10; 4.30; 5.16; 8.7; 9.34; 14.8-10; 19.11,12; cf. Mc 16.18; 1Co 12.9,28,30; Tg 5.14-16).

O NT registra três maneiras como o poder de Deus e a fé se manifestam através da igreja para curar:

(a) a imposição de mãos (Mc 16.15-18; At 9.17);

(b) a confissão de pecados conhecidos, seguida da unção do enfermo com óleo pelos presbíteros (Tg 5.14-16); e

(c) os dons espirituais de curar concedidos à igreja (1Co 12.9). Note que são os presbíteros da igreja que devem cuidar desta “oração da fé”.

IMPEDIMENTOS À CURA.

Às vezes há, na própria pessoa, impedimentos à cura divina, como:

(1) pecado não confessado (Tg 5.16);

(2) opressão ou domínio demoníaco (Lc 13.11-13);

(3) medo ou ansiedade aguda (Pv 3.5-8; Fp 4.6,7);

(4) insucessos no passado que debilitam a fé hoje (Mc 5.26; Jo 5.5-7);

(5) o povo (Mc 10.48);

(6) ensino antibíblico (Mc 3.1-5; 7.13);

(7) negligência dos presbíteros no que concerne à oração da fé (Mc 11.22-24; Tg 5.14-16);

(8) descuido da igreja em buscar e receber os dons de operação de milagres e de curas, segundo a provisão divina (At 4.29,30; 6.8; 8.5,6; 1Co 12.9,10,29-31; Hb 2.3,4);

(9) incredulidade (Mc 6.3-6; 9.19, 23,24); e

(10) irreverência com as coisas santas do Senhor (1Co 11.29,30). Casos há em que não está esclarecida a razão da persistência da doença física em crentes dedicados (e.g., Gl 4.13,14; 1Tm 5.23; 2Tm 4.20). Noutros casos, Deus resolve levar seus amados santos ao céu, durante uma enfermidade (cf. 2Rs 13.14,20).

O QUE DEVEMOS FAZER QUANDO EM BUSCA DA CURA DIVINA.

O que deve fazer o crente quando ora pela cura divina para si?

(1) Ter a certeza de que está em plena comunhão com Deus e com o próximo (6.33; 1Co 11.27-30; Tg 5.16; ver Jo 15.7 nota).

(2) Buscar a presença de Jesus na sua vida, pois é Ele quem comunica ao coração do crente a necessária fé para a cura (Rm 12.3; 1Co 12.9; Fp 2.13; ver Mt 17.20, nota sobre a fé verdadeira).

(3) Encher sua mente e coração da Palavra de Deus (Jo 15.7; Rm 10.17).

(4) Se a cura não ocorre, continuar e permanecer nEle (Jo 15.1-7), examinando ao mesmo tempo sua vida, para ver que mudanças Deus quer efetuar na sua pessoa.

(5) Pedir as orações dos presbíteros da igreja, bem como dos familiares e amigos (Tg 5.14-16).

(6) Assistir a cultos em que há alguém com um autêntico e aprovado ministério de cura divina (cf. At 5.15,16; 8.5-7).

(7) Ficar na expectativa de um milagre, i. e., confiar no poder de Cristo (7.8; 19.26).

(8) Regozijar-se caso a cura ocorra na hora, e ao mesmo tempo manter-se alegre, se ela não ocorrer de imediato (Fp 4.4,11-13).

(9) Saber que a demora de Deus em atender as orações não é uma recusa dEle às nossas petições. Às vezes, Deus tem em mente um propósito maior, que ao cumprir-se, resulta em sua maior glória (cf. Jo 9.13; 11.4, 14,15, 45; 2Co 12.7-10) e em bem para nós (Rm 8.28). (10) Reconhecer que, tratando-se de um crente dedicado, Deus nunca o abandonará, nem o esquecerá. Ele nos ama tanto que nos tem gravado na palma das suas mãos (Is 49.15,16). Nota: A Bíblia reconhece o uso apropriado dos recursos médicos (9.12; Lc 10.34; Cl 4.14).

O REINO DE DEUS

Mt 12.28: “Mas, se eu expulso os demônios pelo Espírito de Deus, é consequentemente chegado a vós o Reino de Deus.”

A NATUREZA DO REINO.

O reino de Deus (ou dos céus), no presente, significa Deus intervindo e predominando no mundo, para manifestar seu poder, sua glória e suas prerrogativas contra o domínio de Satanás e a condição atual deste mundo. Trata-se de algo além da salvação ou da igreja; é Deus revelando-se com poder na execução de todas as suas obras.

(1) O reino é antes de tudo uma demonstração do poder divino em ação. Deus inicia seu domínio espiritual na terra, nos corações do seu povo e no meio deste (Jo 14.23; 20.22). Ele entra no mundo com poder (Is 64.1; Mc 9.1; 1Co 4.20). Não se trata de poder no sentido material ou político, e sim, espiritual. O reino não é uma teocracia religião política; ele não está vinculado ao domínio social ou político sobre as nações ou reinos deste mundo (Jo 18.36). Deus não pretende atualmente redimir e reformar o mundo através de ativismo social ou político, da força, ou de ação violenta (26.52; ver Jo 18.36, nota). O mundo, durante a presente era, continuará inimigo de Deus e do seu povo (Jo 15.19; Rm 12.1,2; Tg 4.4; 1Jo 2.15-17; 4.4). O governo de Deus mediante o juízo direto e à força só ocorrerá no fim desta era (Ap 19.11-21).

(2) Quando Deus se manifesta com poder sobre o mundo, este entra em crise. O império do diabo fica totalmente alarmado (12.28,29; Mc 1.23,24), e todos encaram a decisão de submeter-se ou não ao governo de Deus (3.1,2; 4.17; Mc 1.14,15). A condição necessária e fundamental para se entrar no reino de Deus é: “Arrependei-vos e crede no evangelho” (Mc 1.15). (3) O fato de Deus irromper no mundo com poder, abrange:

(a) seu poder divino sobre o governo e domínio de Satanás (12.28; Jo 18.36); a chegada do reino é o começo da destruição do domínio de Satanás (Jo 12.31; 16.11) e do livramento da humanidade das forças demoníacas (Mc 1.34,39; 3.14,15; At 26.18) e do pecado (Rm 6);

(b) poder para operar milagres e curar os enfermos (4.23; 9.35; At 4.30; 8.7; ver o estudo A CURA DIVINA);

(c) a pregação do evangelho, que produz a convicção do pecado, da justiça e do juízo (11.5; Jo 16.8-11; At 4.33);

(d) a salvação e a santificação daqueles que se arrependem e creem no evangelho (ver Jo 3.3; 17.17; At 2.38-40; 2Co 6.14-18; ver o estudo A SEPARAÇÃO ESPIRITUAL DO CRENTE); e

(e) o batismo no Espírito Santo, com poder, para testemunhar de Cristo (ver At 1.8 notas; 2.4 notas).

(4) Uma evidência máxima de que a pessoa está vivendo o reino de Deus é viver uma vida de “justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo” (Rm 14.17).

(5) O reino de Deus tem um aspecto tanto presente como futuro. É uma realidade presente no mundo hoje (Mc 1.15; Lc 18.16,17; Cl 1.13; Hb 12.28), mas o governo e o poder de Deus não predominam plenamente em todos e em tudo. A obra e a influência de Satanás e dos homens maus continuarão até o fim desta era (1Tm 4.1; 2Tm 3.1-5; Ap 19.19 —20.10). A manifestação futura da glória de Deus e do seu poder e reino ocorrerá quando Jesus voltar para julgar o mundo (24.30; Lc 21.27; Ap 19.11-20; 20.1-6). O estabelecimento total do reino virá, quando Cristo finalmente triunfar sobre todo o mal e oposição e entregar o reino a Deus Pai (1Co 15.24-28; Ap 20.7-21.8; ver também Mc 1.15, nota a respeito das várias manifestações do reino na história da redenção).

O PAPEL DO CRENTE NO REINO.

O NT contém abundante ensino sobre a missão do crente no reino de Deus, na sua presente manifestação.

(1) É responsabilidade do crente buscar incessantemente o reino de Deus, em todas as suas manifestações, tendo fome e sede pela presença e pelo poder de Deus, tanto na sua vida como no meio da sua comunidade cristã (ver 5.10 nota; 6.33 nota).

(2) Em 11.12, Jesus revela novos fatos sobre a natureza dos membros do reino. Ali Ele disse que somente quem se esforça apodera-se do reino de Deus. Os tais, movidos por Deus, resolvem romper com as práticas pecaminosas e imorais do mundo e seguem a Cristo, a sua Palavra e seus justos caminhos. Não importando o preço a pagar, esses, resolutamente, buscam o reino com todo o seu poder. Noutras palavras, pertencer ao reino de Deus e desfrutar de todas as suas bênçãos requer esforço sincero e constante —um combate de fé, aliado a uma forte vontade de resistir a Satanás, ao pecado e à sociedade perversa em que vivemos.

(3) Não conhecerão o reino de Deus aqueles que raramente oram, que transigem com o mundo, que negligenciam a Palavra e que têm pouca fome espiritual. É para crentes como José (Gn 39.9), Natã (2Sm 12.7), Elias (1Rs 18.21),

Daniel e seus três amigos (Dn 1.8; 3.16-18), Mardoqueu (Et 3.4,5), Pedro e João (At 4.19,20), Estêvão (At 6.8; 7.51) e Paulo (Fp 3.13,14); inclusive mulheres como Débora (Jz 4.9), Rute (Rt 1.16-18), Ester (Et 4.16), Maria (Lc 1.26-35), Ana (Lc 2.36-38) e Lídia (At 16.14,15,40).

A IGREJA

Mt 16.18 “Pois também eu te digo que tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela”.

A palavra grega ekklesia (igreja), literalmente, refere-se à reunião de um povo, por convocação (gr. ekkaleo). No NT, o termo designa principalmente o conjunto do povo de Deus em Cristo, que se reúne como cidadãos do reino de Deus (Ef 2.19), com o propósito de adorar a Deus. A palavra “igreja” pode referir-se a uma igreja local (Mt 18.17; At 15.4) ou à igreja no sentido universal (16.18; At 20.28; Ef 2.21, 22).(1) A igreja é apresentada como o povo de Deus (1Co 1.2; 10.32; 1Pe 2.4-10), o agrupamento dos crentes redimidos como fruto da morte de Cristo (1Pe 1.18,19). É um povo peregrino que já não pertence a esta terra (Hb 13.12-14), cujo primeiro dever é viver e cultivar uma comunhão real e pessoal com Deus (1Pe 2.5; ver Hb 11.6 nota).

(2) A igreja foi chamada para deixar o mundo e ingressar no reino de Deus. A separação do mundo é parte inerente da natureza da igreja e a recompensa disso é ter o Senhor por Deus e Pai (2Co 6.16-18; ver o estudo A SEPARAÇÃO ESPIRITUAL DO CRENTE).

(3) A igreja é o templo de Deus e do Espírito Santo (ver 1Co 3.16 nota; 2Co 6.14—7.1; Ef 2.11-22; 1Pe 2.4-10). Este fato, no tocante à igreja, requer dela separação da iniquidade e da imoralidade.

(4) A igreja é o corpo de Cristo (1Co 6.15,16; 10.16,17; 12.12-27). Isto indica que não pode existir igreja verdadeira sem união vital dos seus membros com Cristo. A cabeça do corpo é Cristo (Cl 1.18; Ef 1.22; 4.15; 5.23).

(5) A igreja é a noiva de Cristo (2Co 11.2; Ef 5.23-27; Ap 19.7-9). Este conceito nupcial enfatiza tanto a lealdade, devoção e fidelidade da igreja a Cristo, quanto o amor de Cristo à sua igreja e sua comunhão com ela.

(6) A igreja é uma comunhão (gr. koinonia) espiritual (2Co 13.14; Fp 2.1). Isto inclui a habitação nela do Espírito Santo (Lc 11.13; Jo 7.37-39; 20.22), a unidade do Espírito (Ef 4.4) e o batismo com o Espírito (At 1.5; 2.4; 8.14-17; 10.44; 19.1-7). Esta comunhão deve ser uma demonstração visível do mútuo amor e cuidado entre os irmãos (Jo 13.34,35).

(7) A igreja é um ministério (gr. diakonia) espiritual. Ela ministra por meio de dons (gr. charismata) outorgados pelo Espírito Santo (Rm 12.6; 1Co 1.7; 12.4-11, 20-31; Ef 4.11).

(8) A igreja é um exército engajado num conflito espiritual, batalhando com a espada e o poder do Espírito (Ef 6.17). Seu combate é espiritual, contra Satanás e o pecado (ver o estudo O REINO DE DEUS). O Espírito que está na igreja e a enche, é qual guerreiro manejando a Palavra viva de Deus, libertando as pessoas do domínio de Satanás e anulando todos os poderes das trevas (At 26.18; Hb 4.12; Ap 1.16; 2.16; 19.15, 21).

(9) A igreja é a coluna e o fundamento da verdade (1Tm 3.15), funcionando, assim, como o alicerce que sustenta uma construção. A igreja deve sustentar a verdade e conservá-la íntegra, defendendo-a contra os deturpadores e os falsos mestres (ver Fp 1.17 nota; Jd 3 nota).

(10) A igreja é um povo possuidor de uma esperança futura. Esta esperança tem por centro a volta de Cristo para buscar o seu povo (ver Jo 14.3 nota; 1Tm 6.14; 2Tm 4.8; Tt 2.13; Hb 9.28; ver o estudo O ARREBATAMENTO DA IGREJA).

(11) A igreja é tanto invisível como visível.

(a) A igreja invisível é o conjunto dos crentes verdadeiros, unidos por sua fé viva em Cristo (ver o estudo FÉ E GRAÇA).

(b) A igreja visível consiste de congregações locais, compostas de crentes vencedores e fiéis (Ap 2.11, 17, 26; ver 2.7 nota), bem como de crentes professos, porém falsos (Ap 2.2); “caídos” (Ap 2.5); espiritualmente “mortos” (Ap 3.1); e “mornos” (Ap 3.16; ver Mt 13.24 nota; At 12.5, nota sobre as características essenciais de uma igreja do NT).

A GRANDE TRIBULAÇÃO

Mt 24.21. “Porque haverá, então, grande aflição, como nunca houve desde o princípio do mundo até agora, nem tampouco haverá jamais.”

Começando com 24.15, Jesus trata de sinais especiais que ocorrerão durante a grande tribulação (as expressões “grande aflição”, de 24.21, e “grande tribulação”, de Ap 7.14, são idênticas no grego). Tais sinais indicam que o fim dos tempos está muito próximo (24.15-29). São sinais conducentes à, e indicadores da volta de Cristo à terra, depois da tribulação (24.30,31; cf. Ap 19.11–20.4). O maior desses sinais é “a abominação da desolação” (24.15), um fato específico e visível, que adverte os fiéis vivos durante a grande tribulação de que a vinda de Cristo à terra está prestes a ocorrer. Esse sinal evento, visível, relaciona-se primeiramente com a profanação do templo judaico daqueles dias em Jerusalém, pelo Anticristo (ver Dn 9.27 nota; 1Jo 2.18; ver o estudo O PERÍODO DO ANTICRISTO). O Anticristo, também chamado o homem do pecado, colocará uma imagem dele mesmo no templo de Deus, declarando ser ele mesmo Deus (2Ts 2.3,4; Ap 13.14,15). Seguem-se fatos salientes a respeito desse evento crítico.

(1) A “abominação da desolação” marcará o início da etapa final da tribulação, que culmina com a volta de Cristo à terra e o julgamento dos ímpios em Armagedom (24.21,29,30; ver Dn 9.27; Ap 19.11-21).

(2) Se os santos da tribulação atentarem para o fator tempo desse evento (“Quando, pois, virdes”, 24.15), poderão saber com bastante aproximação quando terminará a tribulação, época em que Cristo voltará à terra (ver 24.33 nota). O decurso de tempo entre esse evento e o fim dos tempos é mencionado quatro vezes nas Escrituras como sendo três anos e meio ou 1260 dias (ver Dn 9.25-27; Ap 11.1,2; 12.6; 13.5-7). Por causa da grande expectativa da volta de Cristo (24.33), os santos daqueles dias devem acautelar-se quanto a informes afirmando que Cristo já voltou. Tais informes serão falsos (24.23-26). A “vinda do Filho do homem” depois da tribulação será visível e conhecida de todos os que viverem no mundo (24.27-30; Ap 1.7).

Outro sinal que ocorrerá, então, será o dos falsos profetas que, a serviço de Satanás, farão “grandes sinais e prodígios” (24.24).

(1) Jesus admoesta a todos os crentes a estarem especialmente alerta para discernir esses profetas, mestres e pregadores, que se declaram cristãos sendo falsos, porém apesar disso, operam milagres, curas, sinais e maravilhas e que demonstram ter grande sucesso nos seus ministérios. Ao mesmo tempo,

torcerão e rejeitarão a verdade da Palavra de Deus (ver 7.22 nota; Gl 1.9 nota; ver o estudo O PERÍODO DO ANTICRISTO).

(2) Noutra parte, as Escrituras admoestam os crentes a sempre testarem o espírito que atua nos mestres, líderes e pregadores (ver 1Jo 4.1 nota). Deus permite o engano acompanhado de milagres, a fim de testar os crentes no tocante ao seu amor por Ele e sua lealdade às Sagradas Escrituras (Dt 13.3). Serão dias difíceis, pois Jesus declara em 24.24, que naqueles últimos tempos o engano religioso será tão generalizado que será difícil até mesmo para “os escolhidos” (i.e., os crentes dedicados) discernirem entre a verdade e o erro (ver 1Tm 4.16 nota; Tg 1.21 nota; ver o estudo ELEIÇÃO E PREDESTINAÇÃO).

(3) Quem entre o povo de Deus não amar a verdade será enganado. Não terá mais oportunidade de crer na verdade do evangelho, depois do surgimento do Anticristo (ver 2Ts 2.11 nota).

Finalmente, a “grande tribulação” será um período específico de terrível sofrimento e tribulação para todos que viverem na terra. Observe:

(1) Será de âmbito mundial (ver Ap3.10 nota).

(2) Será o pior tempo de aflição e angústia que já ocorreu na história da humanidade (Dn 12.1; Mt 24.21).

(3) Será um tempo terrível de sofrimento para os judeus (Jr 30.5-7).

(4) O período será controlado pelo “homem do pecado” (i.e., o Anticristo; cf. Dn 9.27; Ap 13.12; ver o estudo O PERÍODO DO ANTICRISTO).

(5) Os fiéis da igreja de Cristo recebem a promessa de livramento e “escape” dos tempos da tribulação (ver Lc 21.36 nota; 1Ts 5.8-10; Ap 3.10 nota).

(6) Durante o período da tribulação, muitos entre os judeus e gentios crerão em Jesus Cristo e serão salvos (Dt 4.30,31; Os 5.15; Ap 7.9-17; 14.6,7).

(7) Será um tempo de grande sofrimento e de perseguição pavorosa para todos quantos permanecerem fiéis a Deus (Ap 12.17; 13.15).

(8) Será um tempo de ira de Deus e de juízo seu contra os ímpios (1Ts 5.1-11; Ap 6.16,17).

(9) A declaração de Jesus de que aqueles dias serão abreviados (24.22) não pressupõe a redução dos três anos e meio, ou 1260 dias preditos. Pelo contrário, parece indicar que o período é tão terrível que se não fosse de curta duração a totalidade da raça humana seria destruída.

(10) A grande tribulação terminará quando vier Jesus Cristo em glória, com sua noiva (Ap 19.7,8,14), para efetuar o livramento dos fiéis remanescentes e o juízo e destruição dos ímpios (Ez 20.34-38; Mt 24.29-31; Lc 19.11-27; Ap 19.11-21).

(11) Não devemos confundir essa fase da vinda de Jesus, no fim da grande tribulação, com a sua descida imprevista do céu, em 24.42-44 (ver notas sobre estes versículos, que tratam da vinda de Jesus, na sua fase do arrebatamento dos crentes), a qual ocorrerá num momento diferente do da sua volta final, no fim da tribulação.

(12) O trecho principal das Escrituras que descreve a totalidade da tribulação de sete anos de duração é encontrado em Ap 6–18.

PODER SOBRE SATANÁS E OS DEMÔNIOS

Mc 3.27 “Ninguém pode roubar os bens do valente, entrando-lhe em sua casa, se primeiro não manietar o valente; e, então, roubará a sua casa”.

Um dos destaques principais do Evangelho segundo Marcos é o propósito firme de Jesus: derrotar Satanás e suas hostes demoníacas. Em 3.27, isto é descrito como “manietar o valente” (i.e., Satanás) e, “roubará a sua casa” (i.e., libertar os escravos de Satanás). O poder de Jesus sobre Satanás fica claramente demonstrado na expulsão de demônios (gr. daimonion) ou espíritos malignos.

OS DEMÔNIOS.

(1) O NT menciona muitas vezes pessoas sofrendo de opressão ou influência maligna de Satanás, devido a um espírito maligno que neles habita; menciona também o conflito de Jesus com os demônios. O Evangelho segundo Marcos, e.g., descreve muitos desses casos: 1.23-27, 32, 34, 39; 3.10-12, 15; 5.1-20; 6.7, 13; 7.25-30; 9.17-29; 16.17.

(2) Os demônios são seres espirituais com personalidade e inteligência. Como súditos de Satanás, inimigos de Deus e dos seres humanos (Mt 12.43-45), são malignos, destrutivos e estão sob a autoridade de Satanás (ver Mt 4.10 nota).

(3) Os demônios são a força motriz que está por trás da idolatria, de modo que adorar falsos deuses é praticamente o mesmo que adorar demônios (ver 1Co 10.20 nota; ver o estudo A IDOLATRIA E SEUS MALES).

(4) O NT mostra que o mundo está alienado de Deus e controlado por Satanás (ver Jo 12.31 nota; 2Co 4.4; Ef 6.10-12; ver o estudo O RELACIONAMENTO ENTRE O CRENTE E O MUNDO). Os demônios são parte das potestades malignas; o cristão tem de lutar continuamente contra eles (ver Ef 6.12 nota).

(5) Os demônios podem habitar no corpo dos incrédulos, e, constantemente, o fazem (ver Mc 5.15; Lc 4.41; 8.27,28; At 16.18) e falam através das vozes dessas pessoas. Escravizam tais indivíduos e os induzem à iniquidade, à imoralidade e à destruição.

(6) Os demônios podem causar doenças físicas (Mt 9.32,33; 12.22; 17.14-18; Mc 9.17-27; Lc 13.11,16), embora nem todas as doenças e enfermidades procedam de espíritos maus (Mt 4.24; Lc 5.12,13).

(7) Aqueles que se envolvem com espiritismo e magia (i.e., feitiçaria) estão lidando com espíritos malignos, o que facilmente leva à possessão demoníaca (cf. At 13.8-10; 19.19; Gl 5.20; Ap 9.20,21).

(8) Os espíritos malignos estarão grandemente ativos nos últimos dias desta era, na difusão do ocultismo, imoralidade, violência e crueldade; atacam a Palavra de Deus e a sua doutrina (Mt 24.24; 2Co 11.14,15; 1Tm 4.1). O maior surto de atividade demoníaca ocorrerá através do Anticristo e seus seguidores (2Ts 2.9; Ap 13.2-8; 16.13,14).

JESUS E OS DEMÔNIOS.

(1) Nos seus milagres, Jesus frequentemente ataca o poder de Satanás e o demonismo (e.g., Mc 1.25,26, 34, 39; 3.10,11; 5.1-20; 9.17-29; cf. Lc 13.11,12,16). Um dos seus propósitos ao vir à terra foi subjugar Satanás e libertar seus escravos (Mt 12.29; Mc 1.27; Lc 4.18).

(2) Jesus derrotou Satanás, em parte pela expulsão de demônios e, de modo pleno, através da sua morte e ressurreição (Jo 12.31; 16.17; Cl 2.15; Hb 2.14). Deste modo, Ele aniquilou o domínio de Satanás e restaurou o poder do reino de Deus (ver o estudo O REINO DE DEUS).

(3) O inferno (gr. Gehenna), o lugar de tormento, está preparado para o diabo e seus demônios (Mt 8.29; 25.41). Exemplos do termo Gehenna no grego: Mc 9.43,45,47; Mt 10.28; 18.9.

O CRENTE E OS DEMÔNIOS.

(1) As Escrituras ensinam que nenhum verdadeiro crente, em quem habita o Espírito Santo, pode ficar endemoninhado; i.e.: o Espírito e os demônios nunca poderão habitar no mesmo corpo (ver 2Co 6.15,16 nota). Os demônios podem, no entanto, influenciar os pensamentos, emoções e atos dos crentes que não obedecem aos ditames do Espírito Santo (Mt 16.23; 2Co 11.3,14).

(2) Jesus prometeu aos genuínos crentes autoridade sobre o poder de Satanás e das suas hostes. Ao nos depararmos com eles, devemos aniquilar o poder que querem exercer sobre nós e sobre outras pessoas, confrontando-os sem trégua pelo poder do Espírito Santo (ver Lc 4.14-19). Desta maneira, podemos nos livrar dos poderes das trevas.

(3) Segundo a parábola em Mc 3.27, o conflito espiritual contra Satanás envolve três aspectos:

(a) declarar guerra contra Satanás segundo o propósito de Deus (ver Lc 4.14-19);

(b) ir onde Satanás está (qualquer lugar onde ele tem uma fortaleza), atacá-lo e vencê-lo pela oração e pela proclamação da Palavra, e destruir suas armas de engano e tentação demoníacos (cf. Lc 11.20-22);

(c) apoderar-se de bens ou posses, i.e., libertando os cativos do inimigo e entregando-os a Deus para que recebam perdão e santificação mediante a fé em Cristo (Lc 11.22; At 26.18).

(4) Seguem-se os passos que cada um deve observar nesta luta contra o mal:

(a) Reconhecer que não estamos num conflito contra a carne e o sangue, mas contra forças espirituais do mal (Ef 6.12).

(b) Viver diante de Deus uma vida fervorosamente dedicada à sua verdade e justiça (Rm 12.1,2; Ef 6.14).

(c) Crer que o poder de Satanás pode ser aniquilado seja onde for o seu domínio (At 26.18; Ef 6.16; 1Ts 5.8) e reconhecer que o crente tem armas espirituais poderosas dadas por Deus para a destruição das fortalezas de Satanás (2Co 10.3-5).

(d) Proclamar o evangelho do reino, na plenitude do Espírito Santo (Mt 4.23; Lc 1.15-17; At 1.8; 2.4; 8.12; Rm 1.16; Ef 6.15).

(e) Confrontar Satanás e o seu poder de modo direto, pela fé no nome de Jesus (At 16.16-18), ao usar a Palavra de Deus (Ef 6.17), ao orar no Espírito (At 6.4; Ef 6.18), ao jejuar (ver Mt 6.16 nota; Mc 9.29) e ao expulsar demônios (ver Mt 10.1 nota; 12.28; 17.17-21; Mc 16.17; Lc 10.17; At 5.16; 8.7; 16.18; 19.12; ver o estudo SINAIS DOS CRENTES).

(f) Orar, principalmente, para que o Espírito Santo convença os perdidos, no tocante ao pecado, à justiça e ao juízo vindouro (Jo 16.7-11).

(g) Orar, com desejo sincero, pelas manifestações do Espírito, mediante os dons de curar, de línguas, de milagres e de maravilhas (At 4.29-33; 10.38; 1Co 12.7-11).

FALSOS MESTRES

Mc 13.22: “Porque se levantarão falsos cristos e falsos profetas e farão sinais e prodígios, para enganarem, se for possível, até os escolhidos”.

DESCRIÇÃO.

O crente da atualidade precisa estar informado de que pode haver, nas igrejas, diversos obreiros corrompidos e distanciados da verdade, como os mestres da lei de Deus, nos dias de Jesus (Mt 24.11,24). Jesus adverte, aqui, que nem toda pessoa que professa a Cristo é um crente verdadeiro e que, hoje, nem todo escritor evangélico, missionário, pastor, evangelista, professor, diácono e outros obreiros são aquilo que dizem ser.

(1) Esses obreiros “exteriormente pareceis justos aos homens” (Mt 23.28). Aparecem “vestidos como ovelhas” (Mt 7.15). Podem até ter uma mensagem firmemente baseada na Palavra de Deus e expor altos padrões de retidão. Podem parecer sinceramente empenhados na obra de Deus e no seu reino, demonstrar grande interesse pela salvação dos perdidos e professar amor a todas as pessoas. Parecerão ser grandes ministros de Deus, líderes espirituais de renome, ungidos pelo Espírito Santo. Poderão realizar milagres, ter grande sucesso e multidões de seguidores (ver Mt 7.21-23 notas; 24.11,24; 2Co 11.13-15).

(2) Todavia, esses homens são semelhantes aos falsos profetas dos tempos antigos (ver Dt 13.3 nota; 1Rs 18.40 nota; Ne 6.12 nota; Jr 14.14 nota; Os 4.15 nota; ver o estudo O PROFETA NO ANTIGO TESTAMENTO), e aos fariseus do NT. Longe das multidões, na sua vida em particular, os fariseus entregavam-se à “rapina e de iniquidade” (Mt 23.25), “cheios de ossos de mortos e de toda imundícia” (Mt 23.27), “cheios de hipocrisia e de iniquidade” (Mt 23.28). Sua vida na intimidade é marcada por cobiça carnal, imoralidade, adultério, ganância e satisfação dos seus desejos egoístas.

(3) De duas maneiras, esses impostores conseguem uma posição de influência na igreja.

(a) Alguns falsos mestres e pregadores iniciam seu ministério com sinceridade, veracidade, pureza e genuína fé em Cristo. Mais tarde, por causa do seu orgulho e desejos imorais, sua dedicação pessoal e amor a Cristo desaparecem lentamente. Em decorrência disso, apartam-se do reino de Deus (1Co 6.9,10; Gl 5.19-21; Ef 5.5,6) e se tornam instrumentos de Satanás, disfarçados em ministros da justiça (ver 2Co 11.15).

(b) Outros falsos mestres e pregadores nunca foram crentes verdadeiros. A serviço de Satanás, eles estão na igreja desde o início de suas atividades (Mt 13.24-28,36-43). Satanás tira partido da sua habilidade e influência e promove o seu sucesso. A estratégia do inimigo é colocá-los em posições de influência para minarem a autêntica obra de Cristo. Se forem descobertos ou desmascarados, Satanás sabe que grandes danos ao evangelho advirão disso e que o nome de Cristo será menosprezado publicamente.

A PROVA.

Quatorze vezes nos Evangelhos, Jesus advertiu os discípulos a se precaverem dos líderes enganadores (Mt 7.15; 16.6,11; 24.4,24; Mc 4.24; 8.15; 12.38-40; 13.5; Lc 12.1; 17.23; 20.46; 21.8). Noutros lugares, o crente é exortado a pôr à prova mestres, pregadores e dirigentes da igreja (1Ts 5.21; 1 Jo 4.1). Seguem-se os passos para testar falsos mestres ou falsos profetas:

(1) Discernir o caráter da pessoa. Ela tem uma vida de oração perseverante e manifesta uma devoção sincera e pura a Deus? Manifesta o fruto do Espírito (Gl 5.22,23), ama os pecadores (Jo 3.16), detesta o mal e ama a justiça (Hb 1.9 nota) e fala contra o pecado (Mt 23; Lc 3.18-20)?

(2) Discernir os motivos da pessoa. O líder cristão verdadeiro procurará fazer quatro coisas:

(a) honrar a Cristo (2Co 8.23; Fp 1.20);

(b) conduzir a igreja à santificação (At 26.18; 1Co 6.18; 2Co 6.16-18);

(c) salvar os perdidos (1Co 9.19-22); e

(d) proclamar e defender o evangelho de Cristo e dos seus apóstolos (ver Fp 1.16 nota; Jd 3 nota).

(3) Observar os frutos da vida e da mensagem da pessoa. Os frutos dos falsos pregadores comumente consistem em seguidores que não obedecem a toda a Palavra de Deus (ver Mt 7.16 nota).

(4) Discernir até que ponto a pessoa se baseia nas Escrituras. Este é um ponto fundamental. Ela crê e ensina que os escritos originais do AT e do NT são plenamente inspirados por Deus, e que devemos observar todos os seus ensinamentos (ver 2Jo 9-11; ver o estudo A INSPIRAÇÃO E A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS)? Caso contrário, podemos estar certos de que tal pessoa e sua mensagem não provêm de Deus.

(5) Finalmente, verifique a integridade da pessoa quanto ao dinheiro do Senhor. Ela recusa grandes somas para si mesma, administra todos os

assuntos financeiros com integridade e responsabilidade, e procura realizar a obra de Deus conforme os padrões do NT para obreiros cristãos? (1Tm 3.3; 6.9,10). Apesar de tudo que o crente fiel venha a fazer para avaliar a vida e o trabalho de tais pessoas, não deixará de haver falsos mestres nas igrejas, os quais, com a ajuda de Satanás, ocultam-se até que Deus os desmascare e revele aquilo que realmente são.

SINAIS DOS CRENTES

Mc 16.17,18: “E estes sinais seguirão aos que crerem: em meu nome expulsarão demônios; falarão novas línguas; pegarão nas serpentes; e, se beberem alguma coisa mortífera, não lhes fará dano algum; e imporão as mãos sobre os enfermos e os curarão”.

As Escrituras ensinam claramente que Cristo quer que seus seguidores operem milagres ao anunciarem o evangelho do reino de Deus (ver Mt 10.1; Mc 3.14,15; Lc 9.2 nota; 10.17; Jo 14.12 nota).

(1) Estes sinais (gr. semeion), realizados pelos discípulos verdadeiros, confirmam que a mensagem do evangelho é genuína, que o reino de Deus chegou à terra com poder (ver o estudo O REINO DE DEUS) e que o Senhor Jesus vivo e ressurreto está presente entre os seus, operando através deles (ver Jo 10.25; At 10.38).

(2) Cada um destes sinais (exceto a ingestão de veneno) ocorreu na igreja primitiva:

(a) falar novas línguas (ver At 2.4; 10.46; 19.6; 1Co 12.30; 14; ver o estudo O FALAR EM LÍNGUAS);

(b) expulsar demônios (At 5.15,16; 16.18; 19.11,12);

(c) escapar da morte por picada de serpente (At 28.3-5); e

(d) curar os enfermos (At 3.1-7; 8.7; 9.33,34; 14.8-10; 28.7,8).

(3) Essas manifestações espirituais devem continuar na igreja até a volta de Jesus. Conforme vemos nas Escrituras, esses sinais não foram limitados ao período que se seguiu à ascensão de Jesus (ver 1Co 1.7 nota; Gl 3.5).

(4) Os discípulos de Cristo não somente deviam pregar o evangelho do reino e levar a salvação àqueles que creem (Mt 28.19,20; Mc 16.15,16; Lc 24.47), mas também concretizar o reino de Deus, como fez Jesus (At 10.38) ao expulsar demônios e curar doenças e enfermidades (ver o estudo O REINO DE DEUS).

(5) Jesus deixa claro, em Mc 16.15-20, que esses sinais não são dons especiais para apenas alguns crentes, mas que seriam concedidos a todos os crentes que, em obediência a Cristo, dão testemunho do evangelho e reivindicam as suas promessas.

(6) A ausência desses “sinais” na igreja, hoje, não significa que Cristo falhou no cumprimento de suas promessas. A falta, conforme Jesus declara, está na vida dos seus seguidores (ver Mt 17.17 nota).

(7) Cristo prometeu que sua autoridade, poder e presença nos acompanharão à medida que lutarmos contra o reino de Satanás (Mt 28.18-20; Lc 24.47-49). Devemos libertar o povo do cativeiro do pecado pela pregação do evangelho, mediante uma vida de retidão (Mt 6.33; Rm 6.13; 14.17) e pela operação de sinais e milagres através do poder do Espírito Santo (ver Mt 10.1 nota; Mc 16.16-20; At 4.31-33; ver o estudo PODER SOBRE SATANÁS E OS DEMÔNIOS).

O VINHO NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO (1)

Lc 7.33,34 “Porque veio João Batista, que não comia pão nem bebia vinho, e dizeis: Tem demônio. Veio o Filho do Homem, que come e bebe, e dizeis: Eis aí um homem comilão e bebedor de vinho, amigo dos publicanos e dos pecadores.”

VINHO: FERMENTADO OU NÃO FERMENTADO?

Segue-se um exame da palavra bíblica mais comumente usada para vinho. A palavra grega para “vinho”, em Lc 7.33, é oinos. Oinos pode referir-se a dois tipos bem diferentes de suco de uva:

- (1) suco não fermentado, e
- (2) vinho fermentado ou embriagante.

Esta definição apoia-se nos dados abaixo.

(1) A palavra grega oinos era usada pelos autores seculares e religiosos, antes da era cristã e nos tempos da igreja primitiva, em referência ao suco fresco da uva (ver Aristóteles, *Metereologica*, 387.b.9-13).

(a) Anacreontes (c. de 500 a.C.) escreve: “Esprema a uva, deixe sair o vinho [oinos]” (*Ode 5*).

(b) Nicandro (século II a.C.) escreve a respeito de espremer uvas e chama de oinos o suco daí produzido (*Georgica*, fragmento 86).

(c) Papias (60-130 d.C.), um dos pais da igreja primitiva, menciona que quando as uvas são espremidas produzem “jarros de vinho [oinos]” (citado por Ireneu, *Contra as Heresias*, 5.33.3–4).

(d) Uma carta em grego escrita em papiro (P. Oxy. 729; 137 d.C.), falade “vinho [oinos] fresco, do tanque de espremer” (ver Moulton e Milligan, *The Vocabulary of the Greek Testament*, p. 10).

(e) Ateneu (200 d.C.) fala de um “vinho [oinos] doce”, que “não deixa pesada a cabeça” (Ateneu, *Banquete*, 1.54). Noutro lugar, escreve a respeito de um homem que colhia uvas “acima e abaixo, pegando vinho [oinos] no campo” (1.54). Para considerações mais pormenorizadas sobre o uso de oinos pelos escritores antigos, ver Robert P. Teachout: “O Emprego da Palavra ‘Vinho’ no Antigo Testamento”. (Dissertação de Th. D. no Seminário Teológico de Dallas, 1979).

(2) Os eruditos judeus que traduziram o AT do hebraico para o grego c. de 200 a.C. empregaram a palavra oinos para traduzir várias palavras hebraicas

que significam vinho (ver o estudo VINHO NOS TEMPOS DO ANTIGO TESTAMENTO). Noutras palavras, os escritores do NT entendiam que oinos pode referir-se ao suco de uva, com ou sem fermentação.

(3) Quanto a literatura grega secular e religiosa, um exame de trechos do NT também revela que oinos pode significar vinho fermentado, ou não fermentado. Em Ef 5.18, o mandamento: “não vos embriagueis com vinho [oinos]” refere-se ao vinho alcoólico. Por outro lado, em Ap 19.15 Cristo é descrito pisando o lagar. O texto grego diz: “Ele pisa o lagar do vinho [oinos]”; o oinos que sai do lagar é suco de uva (ver Is 16.10 nota; Jr 48.32,33 nota). Em Ap 6.6, oinos refere-se às uvas da videira como uma safra que não deve ser destruída. Logo, para os crentes dos tempos do NT, “vinho” (oinos) era uma palavra genérica que podia ser usada para duas bebidas distintivamente diferentes, extraídas da uva: o vinho fermentado e o não fermentado.

(4) Finalmente, os escritores romanos antigos explicam com detalhes vários processos usados para tratar o suco de uva recém-espremido, especialmente as maneiras de evitar sua fermentação.

(a) Columela (Da Agricultura, 12.29), sabendo que o suco de uva não fermenta quando mantido frio (abaixo de 10 graus C.) e livre de oxigênio, escreve da seguinte maneira: “Para que o suco de uva sempre permaneça tão doce como quando produzido, siga estas instruções: Depois de aplicar a prensa às uvas, separe o mosto mais novo [i.e., suco fresco], coloque-o num vasilhame (amphora) novo, tampe-o bem e revista-o muito cuidadosamente com piche para não deixar a mínima gota de água entrar; em seguida, mergulhe-o numa cisterna ou tanque de água fria, e não deixe nenhuma parte da ânfora ficar acima da superfície. Tire a ânfora depois de quarenta dias. O suco permanecerá doce durante um ano” (ver também Columela: Agricultura e Árvores; Catão: Da Agricultura). O escritor romano Plínio (século I d.C.) escreve: “Tão logo tiram o mosto [suco de uva] do lagar, colocam-no em tonéis, deixam estes submersos na água até passar a primeira metade do inverno, quando o tempo frio se instala” (Plínio, História Natural, 14.11.83). Este método deve ter funcionado bem na terra de Israel (ver Dt 8.7; 11.11,12; Sl 65.9-13).

(b) Outro método de impedir a fermentação das uvas é fervê-las e fazer um xarope (para mais detalhes, ver o estudo O VINHO NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO (2)). Historiadores antigos chamavam esse produto de “vinho” (oinos). O Cônego Farrar (Smith’s Bible Dictionary, p. 747) declara que “os vinhos assemelhavam-se mais a xarope; muitos deles não eram embriagantes”. Ainda, O Novo Dicionário da Bíblia, observa que “sempre havia meios de conservar doce o vinho durante o ano inteiro”.

O USO DO VINHO NA CEIA DO SENHOR.

Jesus usou uma bebida fermentada ou não fermentada de uvas, ao instituir a Ceia do Senhor (Mt 26.26-29; Mc 14.22-25; Lc 22.17-20; 1Co 11.23-26)? Os dados abaixo levam à conclusão de que Jesus e seus discípulos beberam no dito ato suco de uva não fermentado.

(1) Nem Lucas nem qualquer outro escritor bíblico emprega a palavra “vinho” (gr. oinos) no tocante à Ceia do Senhor. Os escritores dos três primeiros Evangelhos empregam a expressão “fruto da vide” (Mt 26.29; Mc 14.25; Lc 22.18). O vinho não fermentado é o único “fruto da vide” verdadeiramente natural, contendo aproximadamente 20% de açúcar e nenhum álcool. A fermentação destrói boa parte do açúcar e altera aquilo que a videira produz. O vinho fermentado não é produzido pela videira.

(2) Jesus instituiu a Ceia do Senhor quando Ele e seus discípulos estavam celebrando a Páscoa. A lei da Páscoa em Êx 12.14-20 proibia, durante a semana daquele evento, a presença de seor (Êx 12.15), palavra hebraica para fermento ou qualquer agente fermentador. Seor, no mundo antigo, era frequentemente obtido da espuma espessa da superfície do vinho quando em fermentação. Além disso, todo o hametz (i.e., qualquer coisa fermentada) era proibido (Êx 12.19; 13.7). Deus dera essas leis porque a fermentação simbolizava a corrupção e o pecado (cf. Mt 16.6,12; 1Co 5.7,8). Jesus, o Filho de Deus, cumpriu a lei em todas as suas exigências (Mt 5.17). Logo, teria cumprido a lei de Deus para a Páscoa, e não teria usado vinho fermentado.

(3) Um intenso debate perpassa os séculos entre os rabinos e estudiosos judaicos sobre a proibição ou não dos derivados fermentados da videira durante a Páscoa. Aqueles que sustentam uma interpretação mais rigorosa e literal das Escrituras hebraicas, especialmente Êx 13.7, declaram que nenhum vinho fermentado devia ser usado nessa ocasião.

(4) Certos documentos judaicos afirmam que o uso do vinho não fermentado na Páscoa era comum nos tempos do NT. Por exemplo: “Segundo os Evangelhos Sinóticos, parece que no entardecer da quinta-feira da última semana de vida aqui, Jesus entrou com seus discípulos em Jerusalém, para com eles comer a Páscoa na cidade santa; neste caso, o pão e o vinho do culto de Santa Ceia instituído naquela ocasião por Ele, como memorial, seria o pão asmo e o vinho não fermentado do culto Seder” (ver “Jesus”. The Jewish Encyclopaedia, edição de 1904. V.165).

(5) No AT, bebidas fermentadas nunca deviam ser usadas na casa de Deus, e um sacerdote não podia chegar-se a Deus em adoração se tomasse bebida

embriagante (Lv 10.9 nota). Jesus Cristo foi o Sumo Sacerdote de Deus do novo concerto, e chegou-se a Deus em favor do seu povo (Hb 3.1;5.1-10).

(6) O valor de um símbolo se determina pela sua capacidade de conceituar a realidade espiritual. Logo, assim como o pão representava o corpo puro de Cristo e tinha que ser pão asmo (i.e., sem a corrupção da fermentação), o fruto da vide, representando o sangue incorruptível de Cristo, seria melhor representado por suco de uva não fermentado (cf. 1Pe 1.18,19). Uma vez que as Escrituras declaram explicitamente que o corpo e sangue de Cristo não experimentaram corrupção (Sl 16.10; At 2.27; 13.37), esses dois elementos são corretamente simbolizados por aquilo que não é corrompido nem fermentado.

(7) Paulo determinou que os coríntios tirassem dentre eles o fermento espiritual, i.e., o agente fermentador “da maldade e da malícia”, porque Cristo é a nossa Páscoa (1Co 5.6-8). Seria contraditório usar na Ceia do Senhor um símbolo da maldade, i.e., algo contendo levedura ou fermento, se considerarmos os objetivos dessa ordenança do Senhor, bem como as exigências bíblicas para dela participarmos. Para mais sobre o vinho nos tempos do NT, ver o estudo O VINHO NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO (2).

O VINHO NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO (2)

Jo 2.11 “Jesus principiou assim os seus sinais em Caná da Galileia e manifestou a sua glória, e os seus discípulos creram nele.”

Conjuntamente com este estudo, o leitor deve ler O VINHO NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO (1).

O VINHO: MISTURADO OU INTEGRAL?

Os dados históricos sobre o preparo e uso do vinho pelos judeus e por outras nações no mundo bíblico mostram que o vinho era: (a) frequentemente não fermentado; e (b) em geral misturado com água. O estudo anterior O VINHO NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO, aborda um dos processos usados para manter o suco da uva fresco em estado doce e sem fermentação. O presente estudo menciona dois outros processos de preparação da uva para posteriormente ser misturada com água.

(1) Um dos métodos era desidratar as uvas, borrifá-las com azeite para mantê-las úmidas e guardá-las em jarras de cerâmica (Enciclopédia Bíblica Ilustrada de Zondervan, V. 882; ver também Columella, Sobre a Agricultura 12.44.1-8). Em qualquer ocasião, podia-se fazer uma bebida muito doce de uvas assim conservadas. Punha-se-lhes água e deixava-as de molho ou na fervura. Políbio afirmou que as mulheres romanas podiam beber desse tipo de refresco de uva, mas que eram proibidas de beber vinho fermentado (ver Políbio, Fragmentos, 6.4; cf. Plínio, História Natural, 14.11.81).

(2) Outro método era ferver suco de uva fresco até se tornar em pasta ou xarope grosso (mel de uvas); este processo deixava-o em condições de ser armazenado, ficando isento de qualquer propriedade inebriante por causa da alta concentração de açúcar, e conservava a sua doçura (ver Columella, Sobre a Agricultura, 12.19.1-6; 20.1-8; Plínio, História Natural, 14.11.80). Essa pasta ficava armazenada em jarras grandes ou odres. Podia ser usada como geleia para passar no pão, ou dissolvida em água para voltar ao estado de suco de uva (Enciclopédia Bíblica Ilustrada, de Zondervan, V. 882-884). É provável que a uva fosse muito cultivada para produção de açúcar. O suco extraído no lagar era engrossado pela fervura até tornar-se em líquido conhecido como “mel de uvas” (Enciclopédia Geral Internacional da Bíblia, V. 3050). Referências ao mel na Bíblia frequentemente indicam o mel de uva (chamado debash pelos judeus), em vez do mel de abelha.

(3) A água, portanto, pode ser adicionada a uvas desidratadas, ao xarope de uvas e ao vinho fermentado. Autores gregos e romanos citavam várias proporções de mistura adotadas. Homero (Odisséia, IX 208ss.) menciona uma proporção de vinte partes de água para uma parte de vinho. Plutarco (Symposíacas, III.ix) declara: “Chamamos vinho diluído, embora o maior componente seja a água”. Plínio (História Natural, XIV.6.54) menciona uma proporção de oito partes de água para uma de vinho.

(4) Entre os judeus dos tempos bíblicos, os costumes sociais e religiosos não permitiam o uso de vinho puro, fermentado ou não. O Talmude (uma obra judaica que trata das tradições do judaísmo entre 200 a.C. e 200 d.C.) fala, em vários trechos, da mistura de água com vinho (e.g., Shabbath 77a; Pesahim 1086). Certos rabinos insistiam que, se o vinho fermentado não fosse misturado com três partes de água, não podia ser abençoado e contaminaria quem o bebesse. Outros rabinos exigiam dez partes de água no vinho fermentado para poder ser consumido.

(5) Um texto interessante temos no livro de Apocalipse, quando um anjo, falando do “vinho da ira de Deus”, declara que ele será “não misturado”, i.e., totalmente puro (Ap 14.10). Foi assim expresso porque os leitores da época entendiam que as bebidas derivadas de uvas eram misturadas com água (ver Jo 2.3 notas). Em resumo, o tipo de vinho usado pelos judeus nos dias da Bíblia não era idêntico ao de hoje. Tratava-se de

(a) suco de uva recém-espremido;

(b) suco de uva assim conservado;

(c) suco obtido de uva tipo passas;

(d) vinho de uva feito do seu xarope, misturado com água; e

(e) vinho velho, fermentado ou não, diluído em água, numa proporção de até 20 para 1. Se o vinho fermentado fosse servido não diluído, isso era considerado indelicadeza, contaminação e não podia ser abençoado pelos rabinos.

À luz desses fatos, é ilícita a prática corrente de ingestão de bebidas alcoólicas com base no uso do “vinho” pelos judeus dos tempos bíblicos. Além disso, os cristãos dos dias bíblicos eram mais cautelosos do que os judeus quanto ao uso do vinho (ver Rm 14.21 nota; 1Ts 5.6 nota; 1Tm 3.3 nota; Tt 2.2 nota).

A GLÓRIA DE JESUS MANIFESTA ATRAVÉS DO VINHO.

Em Jo 2, vemos que Jesus transformou água em “vinho” nas bodas de Caná. Que tipo de vinho era esse? Conforme já vimos, podia ser fermentado

ou não, concentrado ou diluído. A resposta deve ser determinada pelos fatos contextuais e pela probabilidade moral. A posição desta Bíblia de Estudo é que Jesus fez vinho (oinos) suco de uva integral e sem fermentação. Os dados que se seguem apresentam fortes razões para rejeição da opinião de que Jesus fez vinho embriagante.

(1) O objetivo primordial desse milagre foi manifestar a sua glória (2.11), de modo a despertar fé pessoal e a confiança em Jesus como o Filho de Deus, santo e justo, que veio salvar o seu povo do pecado (2.11; cf. Mt 1.21). Sugerir que Cristo manifestou a sua divindade como o Filho Unigênito do Pai (1.14), mediante a criação milagrosa de inúmeros litros de vinho embriagante para uma festa de bebedeiras (2.10 nota; onde subentende-se que os convidados já tinham bebido muito), e que tal milagre era extremamente importante para sua missão messiânica, requer um grau de desrespeito, e poucos se atreveriam a tanto. Será, porém, um testemunho da honra de Deus, e da honra e glória de Cristo, crer que Ele criou sobrenaturalmente o mesmo suco de uva que Deus produz anualmente através da ordem natural criada (ver 2.3 nota). Portanto, esse milagre destaca a soberania de Deus no mundo natural, tornando-se um símbolo de Cristo para transformar espiritualmente pecadores em filhos de Deus (3.1-15). Devido a esse milagre, vemos a glória de Cristo “como a glória do Unigênito do Pai” (1.14; cf. 2.11).

(2) Contraria a revelação bíblica quanto a perfeita obediência de Cristo a seu Pai celestial (cf. 4.34; Fp 2.8,9) supor que Ele desobedeceu ao mandamento moral do Pai: “Não olhes para o vinho, quando se mostra vermelho... e se escoar suavemente”, i.e., quando é fermentado (Pv 23.31). Cristo por certo sancionou os textos bíblicos que condenam o vinho embriagante como escarnecedor e alvoroçador (Pv 20.1), bem como as palavras de Hc 2.15: “Ai daquele que dá de beber ao seu companheiro!... e o embebedas” (cf. Lv 10.8-11; Pv 31.4-7; Is 28.7; Rm 14.21).

(3) Note, ainda, o seguinte testemunho da medicina moderna.

(a) Os maiores médicos especialistas atuais em defeitos congênitos citam evidências comprovadas de que o consumo moderado de álcool danifica o sistema reprodutivo das mulheres jovens, provocando abortos e nascimentos de bebês com defeitos mentais e físicos incuráveis. Autoridades mundialmente conhecidas em embriologia precoce afirmam que as mulheres que bebem até mesmo quantidades moderadas de álcool, próximo ao tempo da concepção (c. 48 horas), podem lesar os cromossomos de um óvulo em fase de liberação, e daí causar sérios distúrbios no desenvolvimento mental e físico do nenê.

(b) Seria teologicamente absurdo afirmar que Jesus haja servido bebidas alcoólicas, contribuindo para o seu uso. Afirmar que Ele não sabia dos terríveis efeitos em potencial que as bebidas inebriantes têm sobre os nascituros é questionar sua divindade, sabedoria e discernimento entre o bem e o mal. Afirmar que Ele sabia dos danos em potencial e dos resultados deformadores do álcool, e que, mesmo assim, promoveu e fomentou seu uso, é lançar dúvidas sobre a sua bondade, compaixão e seu amor. A única conclusão racional, bíblica e teológica acertada é que o vinho que Cristo fez nas bodas, a fim de manifestar a sua glória, foi o suco puro e doce de uva, e não fermentado.

JESUS E O ESPÍRITO SANTO

Lc 11.13: “Pois, se vós, sendo maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais dará o Pai celestial o Espírito Santo àqueles que lho pedirem?”

Jesus tinha um relacionamento especial com o Espírito Santo, relacionamento este importante para nossa vida pessoal. Vejamos as lições práticas desse relacionamento.

AS PROFECIAS DO ANTIGO TESTAMENTO.

Várias das profecias do AT sobre o futuro Messias afirmam claramente que Ele seria cheio do poder do Espírito Santo (ver Is 11.2 nota; 61.1-3 nota). Quando Jesus leu Is 61.1,2 na sinagoga de Nazaré, acrescentou: “Hoje, se cumpriu esta Escritura em vossos ouvidos” (4.18-21; ver Jo 3.34b).

O NASCIMENTO DE JESUS.

Tanto Mateus quanto Lucas declaram de modo específico e inequívoco que Jesus veio a este mundo como resultado de um ato milagroso de Deus. Foi concebido mediante o Espírito Santo e nasceu de uma virgem, Maria (Mt 1.18,23; Lc 1.27). Devido à sua concepção milagrosa, Jesus era um “santo” (1.35), i.e., livre de toda mácula do pecado. Por isto, Ele era digno de carregar sobre si a culpa dos nossos pecados e expiá-los (ver Mt 1.23 nota). Sem um Salvador perfeito e sem pecado, não poderíamos jamais obter a redenção.

O BATISMO DE JESUS.

Quando Jesus foi batizado por João Batista, Ele, que posteriormente batizaria seus discípulos no Espírito, no Pentecoste e durante toda a era da igreja (ver Lc 3.16; At 1.4,5; 2.33,38,39), Ele mesmo pessoalmente foi ungido pelo Espírito (Mt 3.16,17; Lc 3.21,22). O Espírito veio sobre Ele em forma de uma pomba, dotando-o de grande poder para levar a efeito o seu ministério, inclusive a obra da redenção. Quando nosso Senhor foi para o deserto depois do seu batismo, estava “cheio do Espírito Santo” (4.1). Todos os que experimentarem o sobrenatural renascimento espiritual pelo Espírito Santo, devem, como Jesus, experimentar o batismo no Espírito Santo, para lhes dar poder na sua vida e no seu trabalho (ver At 1.8 notas).

A TENTAÇÃO DE JESUS POR SATANÁS.

Imediatamente após o batismo, Jesus foi levado pelo Espírito ao deserto, onde foi tentado pelo diabo durante quarenta dias (4.1,2). Foi pelo fato de estar cheio do Espírito Santo (4.1) que Jesus conseguiu resistir firmemente a Satanás e

vencer as tentações que lhe foram apresentadas. Da mesma maneira, a intenção de Deus é que nunca enfrentemos as forças espirituais do mal e do pecado sem o poder do Espírito. Precisamos estar equipados com a sua plenitude e obedecer-lhe a fim de sermos vitoriosos contra Satanás. Um filho de Deus propriamente dito deve estar cheio do Espírito e viver pelo seu poder.

O MINISTÉRIO DE JESUS.

Quando Jesus fez referência ao cumprimento da profecia de Isaías acerca do poder do Espírito Santo sobre Ele, usou também a mesma passagem para sintetizar o conteúdo do seu ministério, a saber: pregação, cura e libertação (Is 61.1,2; Lc 4.16-19).

(1) O Espírito Santo ungiu Jesus e o capacitou para a sua missão. Jesus era Deus (Jo 1.1), mas Ele também era homem (1Tm 2.5). Como ser humano, Ele dependia da ajuda e do poder do Espírito Santo para cumprir as suas responsabilidades diante de Deus (cf. Mt 12.28; LC 4.1,14; Rm 8.11; Hb 9.14).

(2) Somente como homem ungido pelo Espírito, Jesus podia viver, servir e proclamar o evangelho (At 10.38). Nisto, Ele é um exemplo perfeito para o cristão; cada crente deve receber a plenitude do Espírito Santo (ver At 1.8 notas; 2.4 notas).

A PROMESSA DE JESUS QUANTO AO ESPÍRITO SANTO.

João Batista profetizara que Jesus batizaria seus seguidores no Espírito Santo (Mt 3.11; Mc 1.8; Lc 3.16, ver nota; Jo 1.33), profecia esta que o próprio Jesus reiterou (At 1.5; 11.16). Em 11.13, Jesus prometeu que daria o Espírito Santo a todos quantos lhe pedissem (ver nota sobre aquele versículo). Todos estes versículos acima referem-se à plenitude do Espírito, que Cristo promete conceder àqueles que já são filhos do Pai celestial —promessa esta que foi inicialmente cumprida no Pentecoste (ver At 2.4 nota) e permanece para todos que são seus discípulos e que pedem o batismo no Espírito Santo (ver At 1.5; 2.39 nota).

A RESSURREIÇÃO DE JESUS.

Mediante o poder do Espírito Santo, Jesus ressuscitou dentre os mortos e, assim, foi vindicado como o verdadeiro Messias e Filho de Deus. Em Rm 1.3,4 lemos que, segundo o Espírito de santificação (i.e., o Espírito Santo), Cristo Jesus foi declarado Filho de Deus, com poder, e em Rm 8.11 que “o Espírito.... ressuscitou dos mortos a Jesus”. Assim como Jesus dependia do Espírito Santo para sua ressurreição dentre os mortos, assim também os crentes dependem do Espírito para a vida espiritual agora, e para a ressurreição corporal no porvir (Rm 8.10,11).

A ASCENSÃO DE JESUS AO CÉU.

Depois da sua ressurreição, Jesus subiu ao céu e assentou-se à destra do Pai como seu co-regente (24.51; Mc 16.19; Ef 1.20-22; 4.8-10; 1Pe 3.21,22). Nessa posição exaltada, Ele, da parte do Pai, derramou o Espírito Santo sobre o seu povo no Pentecoste (At 2.33; cf. Jo 16.7-14), proclamando, assim, o seu senhorio como rei, sacerdote e profeta. Esse derramamento do Espírito Santo no Pentecoste e no decurso desta era presente dá testemunho da contínua presença e autoridade do Salvador exaltado.

A COMUNHÃO ÍNTIMA ENTRE JESUS E SEU POVO.

Como uma das suas missões atuais, o Espírito Santo toma aquilo que é de Cristo e o revela aos crentes (Jo 16.14,15). Isto quer dizer que os benefícios redentores da salvação em Cristo nos são mediados pelo Espírito Santo (cf. Rm 8.14-16; Gl 4.6). O mais importante é que Jesus está bem perto de nós (Jo 14.18). O Espírito nos torna conscientes da presença pessoal de Jesus, do seu amor, da sua bênção, ajuda, perdão, cura e tudo quanto é nosso mediante a fé. Semelhantemente, o Espírito atrai nosso coração para buscar ao Senhor com amor, oração, devoção e adoração (ver Jo 4.23,24; 16.14 nota).

A VOLTA DE JESUS PARA BUSCAR SEU POVO.

Jesus prometeu voltar e levar para si o seu povo fiel, para estar com Ele para sempre (veja Jo 14.3 nota; 1Ts 4.13-18). Esta é a bendita esperança de todos os crentes (Tt 2.13), o evento pelo qual oramos e ansiamos (2Tm 4.8). As Escrituras revelam que o Espírito Santo impulsiona nosso coração a clamar a Deus pela volta do nosso Senhor. É o Espírito quem testifica que nossa redenção permanece incompleta até a volta de Cristo (cf. Rm 8.23). No final da Bíblia, temos estas últimas palavras que o Espírito Santo inspirou “Ora, vem, Senhor Jesus” (Ap 22.20).

RIQUEZA E POBREZA

Lc 18.24,25: “E, vendo Jesus que ele ficara muito triste, disse: Quão dificilmente entrarão no reino de Deus os que têm riquezas! Porque é mais fácil entrar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no Reino de Deus.”

Uma das declarações mais surpreendentes feitas por nosso Senhor é que é muito difícil um rico entrar no reino de Deus. Este, porém, é apenas um dos seus ensinamentos sobre o assunto da riqueza e da pobreza. Esta sua perspectiva é repetida pelos apóstolos em várias epístolas do NT.

RIQUEZA.

(1) Predominava entre os judeus daqueles tempos a ideia de que as riquezas eram um sinal do favor especial de Deus, e que a pobreza era um sinal de falta de fé e do desagrado de Deus. Os fariseus, por exemplo, adotavam essa crença e escarneciam de Jesus por causa da sua pobreza (16.14). Essa ideia falsa é firmemente repelida por Cristo (ver 6.20; 16.13; 18.24,25).

(2) A Bíblia identifica a busca insaciável e avarenta pelas riquezas como idolatria, a qual é demoníaca (cf. 1Co 10.19,20; Cl 3.5). Ver o estudo A IDOLATRIA E SEUS MALES. Por causa da influência demoníaca associada à riqueza, a ambição por ela e a sua busca frequentemente escravizam as pessoas (cf. Mt 6.24).

(3) As riquezas são, na perspectiva de Jesus, um obstáculo, tanto à salvação como ao discipulado (Mt 19.24; 13.22). Transmitem um falso senso de segurança (12.15ss.), enganam (Mt 13.22) e exigem total lealdade do coração (Mt 6.21). Quase sempre os ricos vivem como quem não precisa de Deus. Na sua luta para acumular riquezas, os ricos sufocam sua vida espiritual (8.14), caem em tentação e sucumbem aos desejos nocivos (1Tm 6.9), e daí abandonam a fé (1Tm 6.10). Geralmente os ricos exploram os pobres (Tg 2.5,6). O cristão não deve, pois, ter a ambição de ficar rico (1Tm 6.9-11).

(4) O amontoar egoísta de bens materiais é uma indicação de que a vida já não é considerada do ponto de vista da eternidade (Cl 3.1). O egoísta e cobiçoso já não centraliza em Deus o seu alvo e a sua realização, mas, sim, em si mesmo e nas suas possessões. O fato de a esposa de Ló pôr todo seu coração numa cidade terrena e seus prazeres, e não na cidade celestial, resultou na sua tragédia (Gn 19.16,26; Lc 17.28-33; Hb 11.8-10).

(5) Para o cristão, as verdadeiras riquezas consistem na fé e no amor que se expressam na abnegação e em seguir fielmente a Jesus (1Co 13.4-7; Fp 2.3-5).

(6) Quanto à atitude correta em relação a bens e o seu usufruto, o crente tem a obrigação de ser fiel (16.11). O cristão não deve apegar-se às riquezas como um tesouro ou garantia pessoal; pelo contrário, deve abrir mão delas, colocando-as nas mãos de Deus para uso no seu reino, promoção da causa de Cristo na terra, salvação dos perdidos e atendimento de necessidades do próximo (ver o estudo DÍZIMO E OFERTAS). Portanto, quem possui riquezas e bens não deve julgar-se rico em si, e sim administrador dos bens de Deus (12.31-48). Os tais devem ser generosos, prontos a ajudar o carente, e serem ricos em boas obras (Ef 4.28; 1Tm 6.17-19).

(7) Cada cristão deve examinar seu próprio coração e desejos: sou uma pessoa cobiçosa? Sou egoísta? Aflijo-me para ser rico? Tenho forte desejo de honrarias, prestígio, poder e posição, o que muitas vezes depende da posse de muita riqueza?

POBREZA.

Uma das atividades que Jesus avocou na sua missão dirigida pelo Espírito Santo foi “evangelizar os pobres” (4.18; cf. Is 61.1). Noutras palavras, o evangelho de Cristo pode ser definido como um evangelho dos pobres (Mt 5.3; 11.5; Lc 7.22; Tg 2.5).

(1) Os “pobres” (gr. ptochos) são os humildes e aflitos deste mundo, os quais clamam a Deus em grande necessidade, buscando socorro. Ao mesmo tempo, são fiéis a Deus e aguardam a plena redenção do povo de Deus, do pecado, sofrimento, fome e ódio, que prevalecem aqui no mundo. Sua riqueza e sua vida não consistem em coisas deste mundo (ver Sl 22.26; 72.2, 12,13; 147.6; Is 11.4; 29.19; Lc 6.20; Jo 14.3 nota).

(2) A libertação do sofrimento, da opressão, da injustiça e da pobreza, com certeza virá aos pobres de Deus (Lc 6.21; ver o estudo O CUIDADO DOS POBRES E NECESSITADOS).

A REGENERAÇÃO

Jo 3.3: “Jesus respondeu e disse-lhe: Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo não pode ver o Reino de Deus.”

Em 3.1-8, Jesus trata de uma das doutrinas fundamentais da fé cristã: a regeneração (Tt 3.5), ou o nascimento espiritual. Sem o novo nascimento, ninguém poderá ver o reino de Deus, i.e., receber a vida eterna e a salvação mediante Jesus Cristo. Apresentamos a seguir, importantes fatos a respeito do novo nascimento.

(1) A regeneração é a nova criação e transformação da pessoa (Rm 12.2; Ef 4.23,24), efetuadas por Deus e o Espírito Santo (3.6; Tt 3.5; ver o estudo A REGENERAÇÃO DOS DISCÍPULOS). Por esta operação, a vida eterna da parte do próprio Deus é outorgada ao crente (3.16; 2Pe 1.4; 1Jo 5.11), e este se torna um filho de Deus (1.12; Rm 8.16,17; Gl 3.26) e uma nova criatura (2Co 5.17; Cl 3.10). Já não se conforma com este mundo (Rm 12.2), mas é criado segundo Deus “em verdadeira justiça e santidade” (Ef 4.24).

(2) A regeneração é necessária porque, à parte de Cristo, todo ser humano, pela sua natureza inerente e pecadora, é incapaz de obedecer a Deus e de agradar-lhe (Sl 51.5; 58.3; Rm 8.7,8; 5.12; 1Co 2.14).

(3) A regeneração tem lugar naquele que se arrepende dos seus pecados, volta-se para Deus (Mt 3.2) e coloca a sua fé pessoal em Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador (ver 1.12 nota).

(4) A regeneração envolve a mudança da velha vida de pecado em uma nova vida de obediência a Jesus Cristo (2Co 5.17; Ef 4.23,24; Cl 3.10). Aquele que realmente nasceu de novo está liberto da escravidão do pecado (ver 8.36 nota; Rm 6.14-23), e passa a ter desejo e disposição espiritual de obedecer a Deus e de seguir a direção do Espírito (Rm 8.13,14). Vive uma vida de retidão (1Jo 2.29), ama aos demais crentes (1Jo 4.7), evita uma vida de pecado (1Jo 3.9; 5.18) e não ama o mundo (1Jo 2.15,16).

(5) Quem é nascido de Deus não pode fazer do pecado uma prática habitual na sua vida (ver 1Jo 3.9 nota). Não é possível permanecer nascido de novo sem o desejo sincero e o esforço vitorioso de agradar a Deus e de evitar o mal (1Jo 2.3-11, 15-17, 24-29; 3.6-24; 4.7,8, 20; 5.1), mediante uma comunhão profunda com Cristo (ver 15.4 nota) e a dependência do Espírito Santo (Rm 8.2-14).

(6) Aqueles que continuam vivendo na imoralidade e nos caminhos pecaminosos do mundo, seja qual for a religião que professam, demonstram que ainda não nasceram de novo (1Jo 3.6,7).

(7) Assim como uma pessoa nasce do Espírito ao receber a vida de Deus, também pode extinguir essa vida ao enveredar pelo mal e viver em iniquidade. As Escrituras afirmam: “se viverdes segundo a carne, morrereis” (Rm 8.13). Ver também Gl 5.19-21, atentando para a expressão “como já antes vos disse” (v. 21).

(8) O novo nascimento não pode ser equiparado ao nascimento físico, pois o relacionamento entre Deus e o salvo é questão do espírito e não da carne (3.6). Logo, embora a ligação física entre um pai e um filho nunca possa ser desfeita, o relacionamento de pai para filho, que Deus quer manter conosco, é voluntário e dissolúvel durante nosso período probatório na terra (ver Rm 8.13 nota). Nosso relacionamento com Deus é condicionado pela nossa fé em Cristo durante nossa vida terrena; fé esta demonstrada numa vida de obediência e amor sinceros (Hb 5.9; 2Tm 2.12).

A REGENERAÇÃO DOS DISCÍPULOS

Jo 20.22 “E, havendo dito isso, assoprou sobre eles e disse-lhes: Recebei o Espírito Santo.”

A outorga do Espírito Santo por Jesus aos seus discípulos no dia da ressurreição não foi o batismo no Espírito Santo como ocorreu no dia de Pentecoste (At 1.5; 2.4). Era, realmente, a primeira vez que a presença regeneradora do Espírito Santo e a nova vida do Cristo ressurreto saturavam e permeavam os discípulos.

(1) Durante a última reunião de Jesus com seus discípulos, antes da sua paixão e crucificação, Ele lhes prometeu que receberiam o Espírito Santo, como aquele que os regeneraria: “habita convosco, e estará em vós” (14.17 veja nota). Jesus agora cumpre aquela promessa.

(2) Da frase, “assoprou sobre eles”, em 20.22, infere-se que se trata da sua regeneração. A palavra grega traduzida por “soprou” (empusa) é o mesmo verbo usado na Septuaginta (a tradução grega do AT) em Gn 2.7, onde Deus “soprou em seus narizes [de Adão] o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente”. É o mesmo verbo que se acha em Ez 37.9: “Assopra sobre estes mortos, para que vivam”. O uso que João faz deste verbo neste versículo indica que Jesus estava lhes outorgando o Espírito a fim de neles produzir nova vida e nova criação. Isto é, assim como Deus soprou para dentro do homem físico o fôlego da vida, e o homem se tornou uma nova criatura (Gn 2.7), assim também, agora, Jesus soprou espiritualmente sobre os discípulos, e eles se tornaram novas criaturas (ver o estudo A REGENERAÇÃO). Mediante sua ressurreição, Jesus tornou-se em “espírito vivificante” (1Co 15.45).

(3) O imperativo “Recebei o Espírito Santo” estabelece o fato que o Espírito, naquele momento histórico, entrou de maneira inédita nos discípulos, para neles habitar. A forma verbal de “receber” está no aoristo imperativo (gr. lebeta, do verbo lambano), que denota um ato único de recebimento. Este “recebimento” da vida pelo Espírito Santo antecede a outorga da autoridade de Jesus para eles (Jo 20.23), bem como do batismo no Espírito Santo, pouco depois, no dia de Pentecoste (At 2.4).

(4) Antes dessa ocasião, os discípulos eram verdadeiros crentes em Cristo, e seus seguidores, segundo os preceitos do antigo concerto. Porém, eles não eram plenamente regenerados no sentido da nova aliança. A partir de então os discípulos passaram a participar dos benefícios do novo concerto baseado na morte e ressurreição de Jesus (ver Mt 26.28; Lc 22.20; 1Co 11.25; Ef 2.15,16;

Hb 9.15-17; ver o estudo A REGENERAÇÃO). Foi, também, nessa ocasião, e não no Pentecoste, que a igreja nasceu, i.e., uma nova ordem espiritual, assim como no princípio Deus soprou sobre o homem até então inerte para de fato torná-lo criatura vivente na ordem material (Gn 2.7).

(5) Este trecho é essencial para a compreensão do ministério do Espírito Santo entre o povo de Deus: (a) os discípulos receberam o Espírito Santo (i.e., o Espírito Santo passou a habitar neles e os regenerou) antes do dia de Pentecoste; e (b) o derramamento do Espírito Santo em At 2.4 seguiu-se à primeira experiência. O batismo no Espírito no dia do Pentecoste foi, portanto, uma segunda e distinta obra do Espírito neles.

(6) Estas duas obras distintas do Espírito Santo na vida dos discípulos de Jesus são normativas para todo cristão. Isto é, todos os autênticos crentes recebem o Espírito Santo ao serem regenerados, e a seguir precisam experimentar o batismo no Espírito Santo para receberem poder para serem suas testemunhas (At 1.5,8; 2.4; ver 2.39 nota).

(7) Não há nenhum fundamento bíblico para se dizer que a outorga por Jesus do Espírito Santo em 20.22 era tão somente uma profecia simbólica da vinda do Espírito Santo no Pentecoste. O uso do aoristo imperativo para “receber” (ver supra) denota o recebimento naquele momento e naquele lugar.

O BATISMO NO ESPÍRITO SANTO

At 1.5 “Porque, na verdade, João batizou com água, mas vós sereis batizados com o Espírito Santo, não muito depois destes dias.”

Uma das doutrinas principais das Escrituras é o batismo no Espírito Santo (ver 1.4 nota sobre “batismo no”, ao invés de “batismo com”, o Espírito Santo). A respeito do batismo no Espírito Santo, a Palavra de Deus ensina o seguinte:

(1) O batismo no Espírito é para todos que professam sua fé em Cristo; que nasceram de novo, e, assim, receberam o Espírito Santo para neles habitar (ver o estudo A REGENERAÇÃO DOS DISCÍPULOS)

(2) Um dos alvos principais de Cristo na sua missão terrena foi batizar seu povo no Espírito (Mt 3.11; Mc 1.8; Lc 3.16; Jo 1.33). Ele ordenou aos discípulos não começarem a testemunhar até que fossem batizados no Espírito Santo e revestidos do poder do alto (Lc 24.49; At 1.4,5,8).

(3) O batismo no Espírito Santo é uma obra distinta e à parte da regeneração, também por Ele efetuada. Assim como a obra santificadora do Espírito é distinta e completiva em relação à obra regeneradora do mesmo Espírito, assim também o batismo no Espírito complementa a obra regeneradora e santificadora do Espírito. No mesmo dia em que Jesus ressuscitou, Ele assoprou sobre seus discípulos e disse: “Recebei o Espírito Santo” (Jo 20.22), indicando que a regeneração e a nova vida estavam-lhes sendo concedidas (ver o estudo A REGENERAÇÃO DOS DISCÍPULOS). Depois, Ele lhes disse que também deviam ser “revestidos de poder” pelo Espírito Santo (Lc 24.49; cf. At 1.5,8). Portanto, este batismo é uma experiência subsequente à regeneração (ver 11.17 nota; 19.6 nota).

(4) Ser batizado no Espírito significa experimentar a plenitude do Espírito, (cf. 1.5; 2.4). Este batismo teria lugar somente a partir do dia de Pentecoste. Quanto aos que foram cheios do Espírito Santo antes do dia de Pentecoste (e.g. Lc 1.15,67), Lucas não emprega a expressão “batizados no Espírito Santo”. Este evento só ocorreria depois da ascensão de Cristo (1.2-5; Lc 24.49-51, Jo 16.7-14).

(5) O livro de Atos descreve o falar noutras línguas como o sinal inicial do batismo no Espírito Santo (2.4; 10.45,46; 19.6; ver o estudo O FALAR EM LÍNGUAS).

(6) O batismo no Espírito Santo outorgará ao crente ousadia e poder celestial para este realizar grandes obras em nome de Cristo e ter eficácia no seu testemunho e pregação (cf. 1.8; 2.14-41; 4.31; 6.8; Rm 15.18,19; 1Co 2.4).

Esse poder não se trata de uma força impessoal, mas de uma manifestação do Espírito Santo, na qual a presença, a glória e a operação de Jesus estão presentes com seu povo (Jo 14.16-18; 16.14; 1Co 12.7).

(7) Outros resultados do genuíno batismo no Espírito Santo são:

(a) mensagens proféticas e louvores (2.4, 17; 10.46; 1Co 14.2,15);

(b) maior sensibilidade contra o pecado que entristece o Espírito Santo, uma maior busca da retidão e uma percepção mais profunda do juízo divino contra a impiedade (ver Jo 16.8 nota; At 1.8 nota);

(c) uma vida que glorifica a Jesus Cristo (Jo 16.13,14; At 4.33);

(d) visões da parte do Espírito (2.17);

(e) manifestação dos vários dons do Espírito Santo (1Co 12.4-10);

(f) maior desejo de orar e interceder (2.41,42; 3.1; 4.23-31; 6.4; 10.9; Rm 8.26);

(g) maior amor à Palavra de Deus e melhor compreensão dela (Jo 16.13; At 2.42) e

(h) uma convicção cada vez maior de Deus como nosso Pai (At 1.4; Rm 8.15; Gl 4.6).

(8) A Palavra de Deus cita várias condições prévias para o batismo no Espírito Santo.

(a) Devemos aceitar pela fé a Jesus Cristo como Senhor e Salvador e apartar-nos do pecado e do mundo (2.38-40; 8.12-17). Isto importa em submeter a Deus a nossa vontade (“àqueles que lhe obedecem”, 5.32). Devemos abandonar tudo o que ofende a Deus, para então podermos ser “vaso para honra, santificado e idôneo para o uso do Senhor” (2Tm 2.21).

(b) É preciso querer o batismo. O crente deve ter grande fome e sede pelo batismo no Espírito Santo (Jo 7.37-39; cf. Is 44.3; Mt 5.6; 6.33).

(c) Muitos recebem o batismo como resposta à oração neste sentido (Lc 11.13; At 1.14; 2.1-4; 4.31; 8.15,17). (d) Devemos esperar convictos que Deus nos batizará no Espírito Santo (Mc 11.24; At 1.4,5).

(9) O batismo no Espírito Santo permanece na vida do crente mediante a oração (4.31), o testemunho (4.31, 33), a adoração no Espírito (Ef 5.18,19) e uma vida santificada (ver Ef 5.18 notas). Por mais poderosa que seja a experiência inicial

do batismo no Espírito Santo sobre o crente, se ela não for expressa numa vida de oração, de testemunho e de santidade, logo se tornará numa glória desvanecente.

(10) O batismo no Espírito Santo ocorre uma só vez na vida do crente e move-o à consagração à obra de Deus, para, assim, testemunhar com poder e retidão. A Bíblia fala de renovações posteriores ao batismo inicial do Espírito Santo (ver 4.31 nota; cf. 2.4; 4.8, 31; 13.9; Ef 5.18). O batismo no Espírito, portanto, conduz o crente a um relacionamento com o Espírito, que deve ser renovado (4.31) e conservado (Ef 5.18).

O FALAR EM LÍNGUAS

At 2.4 “E todos foram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem.”

O falar noutras línguas, ou a glossolália (gr. glossais lalo), era entre os crentes do NT, um sinal da parte de Deus para evidenciar o batismo no Espírito Santo (ver 2.4; 10.45-47; 19.6). Esse padrão bíblico para o viver na plenitude do Espírito continua o mesmo para os dias de hoje.

O VERDADEIRO FALAR EM LÍNGUAS.

(1) As línguas como manifestação do Espírito. Falar noutras línguas é uma manifestação sobrenatural do Espírito Santo, i.e., uma expressão vocal inspirada pelo Espírito, mediante a qual o crente fala numa língua (gr. glossa) que nunca aprendeu (2.4; 1Co 14.14,15). Estas línguas podem ser humanas, i.e., atualmente faladas (2.6), ou desconhecidas na terra (cf. 1Co 13.1). Não é “fala extática”, como algumas traduções afirmam, pois a Bíblia nunca se refere à “expressão vocal extática” para referir-se ao falar noutras línguas pelo Espírito.

(2) Línguas como sinal externo inicial do batismo no Espírito Santo. Falar noutras línguas é uma expressão verbal inspirada, mediante a qual o espírito do crente e o Espírito Santo se unem no louvor e/ou profecia. Desde o início, Deus vinculou o falar noutras línguas ao batismo no Espírito Santo (2.4), de modo que os primeiros 120 crentes no dia do Pentecoste, e os demais batizados a partir de então, tivessem uma confirmação física de que realmente receberam o batismo no Espírito Santo (cf. 10.45,46). Desse modo, essa experiência podia ser comprovada quanto a tempo e local de recebimento. No decurso da história da igreja, sempre que as línguas como sinal foram rejeitadas, ou ignoradas, a verdade e a experiência do Pentecoste foram distorcidas, ou totalmente suprimidas.

(3) As línguas como dom. Falar noutras línguas também é descrito como um dos dons concedidos ao crente pelo Espírito Santo (1Co 12.4-10). Este dom tem dois propósitos principais:

(a) O falar noutras línguas seguido de interpretação, também pelo Espírito, em culto público, como mensagem verbal à congregação para sua edificação espiritual (1Co 14.5,6,13-17).

(b) O falar noutras línguas pelo crente para dirigir-se a Deus nas suas devoções particulares e, deste modo, edificar sua vida espiritual (1Co 14.4). Significa falar ao nível do espírito (14.2,14), com o propósito de orar (14.2,14,15,28),

dar graças (14.16,17) ou cantar (14.15; ver 1Co 14 notas; ver o estudo DONS ESPIRITUAIS PARA O CRENTE).

OUTRAS LÍNGUAS, PORÉM FALSAS.

O simples fato de alguém falar “noutras línguas”, ou exercitar outra manifestação sobrenatural não é evidência irrefutável da obra e da presença do Espírito Santo. O ser humano pode imitar as línguas estranhas como o fazem os demônios. A Bíblia nos adverte a não crermos em todo espírito, e averiguarmos se nossas experiências espirituais procedem realmente de Deus (ver 1Jo 4.1 nota).

(1) Somente devemos aceitar as línguas se elas procederem do Espírito Santo, como em 2.4. Esse fenômeno, segundo o livro de Atos, deve ser espontâneo e resultado do derramamento inicial do Espírito Santo. Não é algo aprendido, nem ensinado, como, por exemplo, instruir crentes a pronunciar sílabas sem nexos.

(2) O Espírito Santo nos adverte claramente que nestes últimos dias surgirá apostasia dentro da igreja (1Tm 4.1,2); sinais e maravilhas operados por Satanás (Mt 7.22,23; cf. 2Ts 2.9) e obreiros fraudulentos que fingem ser servos de Deus (2Pe 2.1,2).

(3) Se alguém afirma que fala noutras línguas, mas não é dedicado a Jesus Cristo, nem aceita a autoridade das Escrituras, nem obedece à Palavra de Deus, qualquer manifestação sobrenatural que nele ocorra não provém do Espírito Santo (1 Jo 3.6-10; 4.1-3; cf. Gl 1.9 nota; Mt 24.11-24, Jo8.31).

A DOCTRINA DO ESPÍRITO SANTO

At 5.3,4 “Disse, então, Pedro: Ananias, por que encheu Satanás o teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo e retivesses parte do preço da herdade? Guardando-a, não ficava parati? E, vendida, não estava em teu poder? Por que formaste este desígnio em teu coração? Não mentiste aos homens, mas a Deus.”

É essencial que os crentes reconheçam a importância do Espírito Santo no plano divino da redenção. Sem a presença do Espírito Santo neste mundo, não haveria a criação, o universo, nem a raça humana (Gn 1.2; Jó 26.13; 33.4; Sl 104.30). Sem o Espírito Santo, não teríamos a Bíblia (2Pe 1.21), nem o NT (Jo 14.26, 1Co 2.10) e nenhum poder para proclamar o evangelho (1.8). Sem o Espírito Santo, não haveria fé, nem novo nascimento, nem santidade e nenhum cristão neste mundo. Este estudo examina alguns dos ensinamentos básicos a respeito do Espírito Santo.

A PESSOA DO ESPÍRITO SANTO.

Através da Bíblia, o Espírito Santo é revelado como Pessoa, com sua própria individualidade (2Co 3.17,18; Hb 9.14; 1Pe 1.2). Ele é uma Pessoa divina como o Pai e o Filho (5.3,4). O Espírito Santo não é mera influência ou poder. Ele tem atributos pessoais, a saber: Ele pensa (Rm 8.27), sente (Rm 15.30), determina (1Co 12.11) e tem a faculdade de amar e de deleitar-se na comunhão. Foi enviado pelo Pai para levar os crentes à íntima presença e comunhão com Jesus (Jo 14.16-18,26; ver o estudo JESUS E O ESPÍRITO SANTO). À luz destas verdades, devemos tratá-lo como pessoa, que é, e considerá-lo Deus vivo e infinito em nosso coração, digno da nossa adoração, amor e dedicação (ver Mc 1.11, nota sobre a Trindade).

A OBRA DO ESPÍRITO SANTO.

(1) A revelação do Espírito Santo no AT. Para uma exposição da operação do Espírito Santo no AT, ver o estudo O ESPÍRITO SANTO NO ANTIGO TESTAMENTO.

(2) A revelação do Espírito Santo no NT.

(a) O Espírito Santo é o agente da salvação. Nisto Ele convence-nos do pecado (Jo 16.7,8), revela-nos a verdade a respeito de Jesus (Jo 14.16,26), realiza o novo nascimento (Jo 3.3-6), e faz-nos membros do corpo de Cristo (1Co 12.13). Na conversão, nós, crendo em Cristo, recebemos o Espírito Santo (Jo 3.3-6; 20.22) e nos tornamos coparticipantes da natureza divina (2Pe 1.4; ver o estudo A REGENERAÇÃO DOS DISCÍPULOS).

(b) O Espírito Santo é o agente da nossa santificação. Na conversão, o Espírito passa a habitar no crente, que começa a viver sob sua influência santificadora (Rm 8.9; 1Co 6.19). Note algumas das coisas que o Espírito Santo faz, ao habitar em nós. Ele nos santifica, i.e., purifica, dirige e leva-nos a uma vida santa, libertando-nos da escravidão ao pecado (Rm 8.2-4; Gl 5.16,17; 2Ts 2.13). Ele testifica que somos filhos de Deus (Rm 8.16), ajuda-nos na adoração a Deus (At 10.45,46; Rm 8.26,27) e na nossa vida de oração, e intercede por nós quando clamamos a Deus (Rm 8.26,27). Ele produz em nós as qualidades do caráter de Cristo, que O glorificam (Gl 5.22,23; 1Pe 1.2). Ele é o nosso mestre divino, que nos guia em toda a verdade (Jo 16.13; 14.26; 1Co 2.10-16) e também nos revela Jesus e nos guia em estreita comunhão e união com Ele (Jo 14.16-18; 16.14). Continuamente, Ele nos comunica o amor de Deus (Rm 5.5) e nos alegra, consola e ajuda (Jo 14.16; 1Ts 1.6).

(c) O Espírito Santo é o agente divino para o serviço do Senhor, revestindo os crentes de poder para realizar a obra do Senhor e dar testemunho dEle. Esta obra do Espírito Santo relaciona-se com o batismo ou com a plenitude do Espírito (ver o estudo O BATISMO NO ESPÍRITO SANTO). Quando somos batizados no Espírito, recebemos poder para testemunhar de Cristo e trabalhar de modo eficaz na igreja e diante do mundo (1.8). Recebemos a mesma unção divina que desceu sobre Cristo (Jo 1.32,33) e sobre os discípulos (2.4; ver 1.5), e que nos capacita a proclamar a Palavra de Deus (1.8; 4.31) e a operar milagres (2.43; 3.2-8; 5.15; 6.8; 10.38). O plano de Deus é que todos os cristãos atuais recebam o batismo no Espírito Santo (2.39). Para realizar o trabalho do Senhor, o Espírito Santo outorga dons espirituais aos fiéis da igreja para edificação e fortalecimento do corpo de Cristo (1Co 12—14). Estes dons são uma manifestação do Espírito através dos santos, visando ao bem de todos (1Co 12.7-11).

(d) O Espírito Santo é o agente divino que batiza ou implanta os crentes no corpo único de Cristo, que é sua igreja (1Co 12.13) e que permanece nela (1Co 3.16), edificando-a (Ef 2.22), e nela inspirando a adoração a Deus (Fp 3.3), dirigindo a sua missão (13.2,4), escolhendo seus obreiros (20.28) e concedendo-lhe dons (1Co 12.4-11), escolhendo seus pregadores (2.4; 1Co 2.4), resguardando o evangelho contra os erros (2Tm 1.14) e efetuando a sua retidão (Jo 16.8; 1Co 3.16; 1Pe 1.2).

(3) As diversas operações do Espírito são complementares entre si, e não contraditórias. Ao mesmo tempo, essas atividades do Espírito Santo formam um todo, não havendo plena separação entre elas. Alguém não pode ter

(a) a nova vida total em Cristo,

(b) um santo viver,

(c) o poder para testemunhar do Senhor ou

(d) a comunhão no seu corpo, sem exercitar estas quatro coisas. Por exemplo: uma pessoa não pode conservar o batismo no Espírito Santo se não vive uma vida de retidão, produzida pelo mesmo Espírito, que também quer conduzir esta mesma pessoa no conhecimento das verdades bíblicas e sua obediência às mesmas.

PROVAS DO GENUÍNO BATISMO NO ESPÍRITO SANTO

At 10.44,45 “E, dizendo Pedro ainda estas palavras, caiu o Espírito Santo sobre todos os que ouviam a palavra. E os fiéis que eram da circuncisão, todos quantos tinham vindo com Pedro, maravilharam-se de que o dom do Espírito Santo se derramasse também sobre os gentios. ”

As Escrituras ensinam que o crente deve examinar e provar tudo o que se apresenta como sendo da parte de Deus (1Ts 5.21; cf. 1Co 14.29). “Amados, não creiais em todo espírito, mas provai se os espíritos são de Deus” (1Jo 4.1). Seguem-se alguns princípios bíblicos para provar ou testar se é de Deus um caso declarado de batismo no Espírito Santo.

(1) O autêntico batismo no Espírito Santo levará a pessoa a amar, exaltar e glorificar a Deus Pai e ao Senhor Jesus Cristo mais do que antes (ver Jo 16.13,14; At 2.11,36; 10.44-46).

(2) O verdadeiro batismo no Espírito Santo aumentará a convicção da nossa filiação com o Pai celestial (1.4; Rm 8.15,16), levará a uma maior percepção da presença de Cristo em nossa vida diária (Jo 14.16, 23; 15.26) e aumentará o clamor da alma “Aba, Pai”! (Rm 8.15; Gl 4.6). Por sua vez, um batismo no Espírito Santo que não leva a uma maior comunhão com Cristo e a uma mais intensa comunhão com Deus como nosso Pai não vem dEle.

(3) O real batismo no Espírito Santo aumentará nosso amor e apreço pelas Escrituras. O Espírito da verdade (Jo 14.17), que inspirou as Escrituras (2Tm 3.16; 2Pe 1.20,21), aprofundará nosso amor à verdade da Palavra de Deus (Jo 16.13; At 2.42; 3.22; 1Jo 4.6). Por outro lado, qualquer suposto batismo no Espírito que diminui nosso interesse em ler a Palavra de Deus e cumpri-la, não provém de Deus.

(4) O real batismo no Espírito Santo aprofundará nosso amor pelos demais seguidores de Cristo e a nossa preocupação pelo seu bem-estar (2.38, 44-46; 4.32-35). A comunhão e fraternidade cristãs, de que nos fala a Bíblia, somente podem existir através do Espírito (2Co 13.13).

(5) O genuíno batismo no Espírito Santo deve ser precedido de abandono do pecado e de completa obediência a Cristo (2.38). Ele será conservado quando continuamos na santificação do Espírito Santo (2.40; 2Ts 2.13; Rm 8.13; Gl 5.16,17). Daí, qualquer suposto batismo, em que a pessoa não foi liberta do pecado, continuando a viver segundo a vontade da carne, não pode ser atribuído ao Espírito

Santo (2.40; 8.18-21; Rm 8.2-9). Qualquer poder sobrenatural manifesto em tal pessoa trata-se de atividade enganadora de Satanás (cf. Sl 5.4,5).

(6) O real batismo no Espírito Santo fará aumentar o nosso repúdio às diversões pecaminosas e prazeres ímpios deste mundo, refreando-nos a busca egoísta de riquezas e honrarias terrenas (20.33; 1Co 2.12; Rm 12.16; Pv 11.28).

(7) O genuíno batismo no Espírito Santo nos trará mais desejo e poder para testemunhar da obra redentora do Senhor Jesus Cristo (ver Lc 4.18; At 1.8; 2.38-41; 4.8-20; Rm 9.1-3; 10.1). Inversamente, qualquer suposto batismo no Espírito que não resulte num desejo mais intenso de ver os outros salvos por Cristo, não provém de Deus (ver 4.20 nota).

(8) O genuíno batismo no Espírito Santo deve despertar em nós o desejo de uma maior operação sua no reino de Deus, e também uma maior operação de seus dons em nossa vida. As línguas como evidência inicial do batismo devem motivar o crente a permanecer na esfera dos dons espirituais (2.4, 11, 43; 4.30; 5.12-16; 6.8; 8.7; Gl 3.5; ver o estudo O FALAR EM LÍNGUAS).

(9) O autêntico batismo no Espírito Santo tornará mais real a obra, a direção e a presença do Espírito Santo em nossa vida diária. Depois de batizados no Espírito Santo, os crentes de Atos tornaram-se mais cônscios da presença, poder e direção do Espírito Santo (4.31; 6.5; 9.31; 10.19; 13.2, 4, 52; 15.28; 16.6,7; 20.23). Inversamente, qualquer suposto batismo no Espírito Santo que não aumentar a nossa consciência da presença do Espírito Santo, nem aumentar o nosso desejo de obedecer à sua orientação, nem reafirmar o nosso alvo de viver diante dEle de tal maneira a não entristecê-lo nem suprimir o seu fervor, não provém de Deus.

OS PASTORES E SEUS DEVERES

At 20.28 “Olhai, pois, por vós e por todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue.”

Nenhuma igreja poderá funcionar sem dirigentes para dela cuidar. Logo, conforme 14.23, a congregação local, cheia do Espírito, buscando a direção de Deus em oração e jejum, elegiam certos irmãos para o cargo de presbítero ou bispo de acordo com as qualificações espirituais estabelecidas pelo Espírito Santo em 1Tm 3.1-7; Tt 1.5-9 (ver o estudo QUALIFICAÇÕES MORAIS DO PASTOR). Na realidade é o Espírito que constitui o dirigente de igreja. O discurso de Paulo diante dos presbíteros de Éfeso (20.17-35) é um trecho básico quanto a princípios bíblicos sobre o exercício do ministério de pastor de uma igreja local.

PROPAGANDO A FÉ.

(1) Um dos deveres principais do dirigente é alimentar as ovelhas mediante o ensino da Palavra de Deus. Ele deve ter sempre em mente que o rebanho que lhe foi entregue é a congregação de Deus, que Ele comprou para si com o sangue precioso do seu Filho amado (cf. 20.28; 1Co 6.20; 1Pe 1.18,19; Ap 5.9).

(2) Em 20.19-27, Paulo descreve de que maneira serviu como pastor da igreja de Éfeso; tornou patente toda a vontade de Deus, advertindo e ensinando fielmente os cristãos efésios (20.27). Daí, ele poder exclaimar: “estou limpo do sangue de todos” (20.26; ver nota). Os pastores de nossos dias também devem instruir suas igrejas em todo o desígnio de Deus. Que “pregues a palavra, instes a tempo e fora de tempo, redarguas, repreendas, exortes, com toda a longanimidade e doutrina” (2Tm 4.2) e nunca ministrar para agradar os ouvintes, dizendo apenas aquilo que estes desejam ouvir (2Tm 4.3).

GUARDANDO A FÉ.

Além de alimentar o rebanho de Deus, o verdadeiro pastor deve diligentemente resguardá-lo de seus inimigos. Paulo sabe que no futuro Satanás levantará falsos mestres dentro da própria igreja, e, também, falsários vindos de fora, infiltrar-se-ão e atingirão o rebanho com doutrinas antibíblicas, conceitos mundanos e ideias pagãs e humanistas. Os ensinamentos e a influência destes dois tipos de elementos arruinarão a fé bíblica do povo de Deus (ver o estudo FALSOS MESTRES). Paulo os chama de “lobos cruéis”, indicando que são fortes, difíceis de subjugar, insaciáveis e perigosos (ver 20.29 nota; cf. Mt 10.16). Tais indivíduos desviarão as pessoas dos ensinamentos de Cristo e os atrairão a si

mesmos e ao seu evangelho distorcido. O apelo veemente de Paulo (20.28-31) impõe uma solene obrigação sobre todos os obreiros da igreja, no sentido de defendê-la e opor-se aos que distorcem a revelação original e fundamental da fé, segundo o NT.

(1) A igreja verdadeira consiste somente daqueles que, pela graça de Deus e pela comunhão do Espírito Santo, são fiéis ao Senhor Jesus Cristo e à Palavra de Deus (ver o estudo A INSPIRAÇÃO E A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS). Por isso, é de grande importância na preservação da pureza da igreja de Deus que os seus pastores mantenham a disciplina corretiva com amor (Ef 4.15), e reprovem com firmeza (2Tm 4.1-4; Tt 1.9-11) quem na igreja fale coisas perversas contrárias à Palavra de Deus e ao testemunho apostólico (20.30).

(2) Líderes eclesiais, pastores de igrejas locais e dirigentes administrativos da obra devem lembrar-se de que o Senhor Jesus os têm como responsáveis pelo sangue de todos os que estão sob seus cuidados (20.26,27; cf. Ez 3.20,21). Se o dirigente deixar de ensinar e pôr em prática todo o conselho de Deus para a igreja (20.27), principalmente quanto à vigilância sobre o rebanho (20.28), não estará “limpo do sangue de todos” (20.26, ver nota; cf. Ez 34.1-10). Deus o terá por culpado do sangue dos que se perderem, por ter ele deixado de proteger o rebanho contra os falsificadores da Palavra (ver também 2Tm 1.14 nota; Ap 2.2 nota).

(3) É altamente importante que os responsáveis pela direção da igreja mantenham a ordem quanto a assuntos teológicos doutrinários e morais na mesma. A pureza da doutrina bíblica e de vida cristã deve ser zelosamente mantida nas faculdades evangélicas, institutos bíblicos, seminários, editoras e demais segmentos administrativos da igreja (2Tm 1.13,14).

(4) A questão principal aqui é nossa atitude para com as Escrituras divinamente inspiradas, que Paulo chama a “palavra da sua graça” (20.32). Falsos mestres, pastores e líderes tentarão enfraquecer a autoridade da Bíblia através de seus ensinamentos corrompidos e princípios antibíblicos. Ao rejeitarem a autoridade absoluta da Palavra de Deus, negam que a Bíblia é verdadeira e fidedigna em tudo que ela ensina (20.28-31; ver Gl 1.6 nota; 1Tm 4.1; 2Tm 3.8). A bem da igreja de Deus, tais pessoas devem ser excluídas da comunhão (2Jo 9-11; ver Gl 1.9 nota).

(5) A igreja que perde o zelo ardente do Espírito Santo pela sua pureza (20.18-35), que se recusa a tomar posição firme em prol da verdade e que se omite em disciplinar os que minam a autoridade da Palavra de Deus, logo deixará de existir como igreja neotestamentária (ver 12.5 nota; ver o estudo A IGREJA).

TERMOS BÍBLICOS PARA SALVAÇÃO

Rm 1.16 “Porque não me envergonho do evangelho de Cristo, pois é o poder de Deus para salvação de todo aquele que crê, primeiro do judeu e também do grego.”

Deus nos oferece livremente a vida eterna em Jesus Cristo, mas, às vezes, nos é difícil compreender o processo exato usado para torná-la disponível a nós. Por isso, Deus apresenta na Bíblia vários aspectos da salvação, cada um com sua ênfase exclusiva. Este estudo examina três desses aspectos: a salvação, a redenção e a justificação.

SALVAÇÃO.

Salvação (gr. soteria) significa “livramento”, “chegar à meta final com segurança”, “proteger de dano”. Já no AT, Deus revelou-se como o Salvador do seu povo (Êx 15.2; Sl 27.1; 88.1; ver Dt 26.8 nota; Sl 61.2 nota; Is 25.6 nota; 53.5 nota). A salvação é descrita na Bíblia como “o caminho”, ou a estrada através da vida, para a comunhão eterna com Deus no céu (Mt 7.14; Mc 12.14; Jo 14.6; At 16.17; 2Pe 2.21; cf. At 9.2; 22.4; Hb 10.20). Esta estrada deve ser percorrida até o fim. A salvação pode ser descrita como um caminho com dois lados e três etapas:

(1) O único caminho da salvação. Cristo é o único caminho ao Pai (Jo 14.6; At 4.12). A salvação nos é concedida mediante a graça de Deus, manifesta em Cristo Jesus (3.24). A salvação é baseada na morte de Cristo (3.25; 5.8), sua ressurreição (5.10) e sua contínua intercessão pelos salvos (Hb 7.25).

(2) Os dois lados da salvação. A salvação é recebida de graça, mediante a fé em Cristo (3.22,24,25,28). Isto é, ela resulta da graça de Deus (Jo 1.16) e da resposta humana da fé (At 16.31; Rm 1.17; Ef 1.15; 2.8; ver o estudo FÉ E GRAÇA).

(3) As três etapas da salvação.

(a) A etapa passada da salvação inclui a experiência pessoal mediante a qual nós, como crentes, recebemos o perdão dos pecados (At 10.43; Rm 4.6-8) e passamos da morte espiritual para a vida espiritual (1 Jo 3.14; ver o estudo A REGENERAÇÃO); do poder do pecado para o poder do Senhor (6.17-23), do domínio de Satanás para o domínio de Deus (At 26.18). A salvação nos leva a um novo relacionamento pessoal com Deus (Jo 1.12) e nos livra da condenação do pecado (1.16; 6.23; 1Co 1.18).

(b) A etapa presente da salvação nos livra do hábito e do domínio do pecado, e nos enche do Espírito Santo. Ela abrange:

- (i) o privilégio de um relacionamento pessoal com Deus como nosso Pai e com Jesus como nosso Senhor e Salvador (Mt 6.9; Jo 14.18-23; ver Gl 4.6 nota);
- (ii) a conclamação para nos considerarmos mortos para o pecado (6.1-14) e para nos submetermos à direção do Espírito Santo (8.1-16) e à Palavra de Deus (Jo 8.31; 14.21; 2Tm 3.15,16);
- (iii) o convite para sermos cheios do Espírito Santo e a ordem de continuarmos cheios (ver At 2.33-39; Ef 5.18; ver o estudo O BATISMO NO ESPÍRITO SANTO);
- (iv) a exigência para nos separarmos do pecado (6.1-14) e da presente geração perversa (At 2.40; 2Co 6.17); e
- (v) a chamada para travar uma batalha constante em prol do reino de Deus contra Satanás e suas hostes demoníacas (2Co 10.4,5; Ef 6.11,16; 1Pe 5.8).

(c) A etapa futura da salvação (13.11,12; 1Ts 5.8,9; 1Pe 1.5) abrange:

- (i) nosso livramento da ira vindoura de Deus (5.9; 1Co 3.15; 5.5; 1Ts 1.10; 5.9);
- (ii) nossa participação da glória divina (Rm 8.29; 2Ts 2.13,14) e nosso recebimento de um corpo ressurreto, transformado (1Co 15.49-52); e
- (iii) os galardões que receberemos como vencedores fiéis (ver Ap 2.7 nota). Essa etapa futura da salvação é o alvo que todos os cristãos se esforçam para alcançar (1Co 9.24-27; Fp 3.8-14). Toda advertência, disciplina e castigo do tempo presente da vida do crente têm como propósito preveni-lo a não perder essa salvação futura (1Co 5.1-13; 9.24-27; Fp 2.12,16; 2Pe 1.5-11; ver Hb 12.1 nota).

REDENÇÃO.

O significado original de “redenção” (gr. *apolutrosis*) é resgatar mediante o pagamento de um preço. A expressão denota o meio pelo qual a salvação é obtida, a saber: pagamento de um resgate. A doutrina da redenção pode ser resumida da seguinte forma:

(1) O estado do pecado, do qual precisamos ser redimidos. O NT mostra que o ser humano está alienado de Deus (3.10-18), sob o domínio de Satanás (At 10.38; 26.18), escravizado pelo pecado (6.6; 7.14) e necessitando de livramento da culpa, da condenação e do poder do pecado (At 26.18; Rm 1.18; 6.1-18, 23; Ef 5.8; Cl 1.13; 1Pe 2.9).

(2) O preço pago para nos libertar dessa escravidão: Cristo pagou esse resgate ao derramar o seu sangue e dar sua vida (Mt 20.28; Mc 10.45; 1Co 6.20; Ef 1.7; Tt 2.14; Hb 9.12; 1Pe 1.18,19).

(3) O estado presente dos redimidos: Os crentes redimidos por Cristo estão agora livres do domínio de Satanás e da culpa e do poder do pecado (At 26.18; Rm 6.7,12,14,18; Cl 1.13). Essa libertação do pecado, no entanto, não nos deixa livres para fazer o que queremos, pois somos propriedade de Deus. A nossa libertação do pecado por Deus nos torna em servos voluntários seus (At 26.18; Rm 6.18-22; 1Co 6.19,20; 7.22,23).

(4) A doutrina de redenção no NT já estava prefigurada nos casos de redenção registrados no AT. O grande evento redentor do AT foi o êxodo de Israel (ver Êx 6.7nota; 12.26 nota). Também, no sistema sacrificial levítico, o sangue de animais era o preço pago para expiar o pecado (ver Lv 9.8 nota; estudo O DIA DA EXPIAÇÃO).

JUSTIFICAÇÃO.

A palavra “justificar” (gr. *dikaioo*) significa ser “justo (ou reto) diante de Deus” (2.13), tornado justo (5.18,19), “estabelecer como certo” ou “endireitar”. Denota estar num relacionamento certo com Deus, mais do que receber uma mera declaração judicial ou legal. Deus perdoa o pecador arrependido, a quem Ele tinha declarado culpado segundo a sua lei e condenado à morte eterna, restaura-o ao favor divino e o coloca em relacionamento correto (comunhão) com Ele mesmo e com a sua vontade. Ao apóstolo Paulo foram reveladas várias verdades a respeito da justificação e como ela é efetuada:

(1) A justificação diante de Deus é uma dádiva (3.24; Ef 2.8). Ninguém pode justificar-se diante de Deus guardando toda a lei ou fazendo boas obras (4.2-6; Ef 2.8,9), “porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus” (3.23).

(2) A justificação diante de Deus se alcança mediante a “redenção que há em Cristo Jesus” (3.24). Ninguém é justificado sem que antes seja redimido por Cristo, do pecado e do seu poder.

(3) A justificação diante de Deus provém da “sua graça”, sendo obtida mediante a fé em Jesus Cristo como Senhor e Salvador (3.22,24; cf. 4.3,5; ver o estudo FÉ E GRAÇA).

(4) A justificação diante de Deus está relacionada ao perdão dos nossos pecados (Rm 4.7). Os pecadores são declarados culpados diante de Deus (3.9-18,23), mas por causa da morte expiatória de Cristo e da sua ressurreição são perdoados (ver 3.25 nota; 4.25; 5.6-10).

(5) Uma vez justificados diante de Deus, mediante a fé em Cristo, estamos crucificados com Ele, o qual passa a habitar em nós (Gl 2.16-21). Através dessa experiência, nos tornamos de fato justos e começamos a viver para

Deus (2.19-21). Essa obra transformadora de Cristo em nós, mediante o Espírito (cf. 2Ts 2.13; 1Pe 1.2), não se pode separar da sua obra redentora a nosso favor. A obra de Cristo e a do Espírito são de mútua dependência.

FÉ E GRAÇA

Rm 5.21 “Para que, assim como o pecado reinou na morte, também a graça reinasse pela justiça para a vida eterna, por Jesus Cristo, nosso Senhor.”

A salvação é um dom da graça de Deus, mas somente podemos recebê-la em resposta à fé, do lado humano. Para entender corretamente o processo da salvação, precisamos entender essas duas palavras: Fé e Graça

FÉ SALVÍFICA.

A fé em Jesus Cristo é a única condição prévia que Deus requer do homem para a salvação. A fé não é somente uma confissão a respeito de Cristo, mas também uma ação dinâmica, que brota do coração do crente que quer seguir a Cristo como Senhor e Salvador (cf. Mt 4.19; 16.24; Lc 9.23-25; Jo 10.4, 27; 12.26; Ap 14.4).

(1) O conceito de fé no NT abrange quatro elementos principais:

(a) Fé significa crer e confiar firmemente no Cristo crucificado e ressurreto como nosso Senhor e Salvador pessoal (ver Rm 1.17 nota). Importa em crer de todo coração (At 8.37; Rm 6.17; Ef 6.6; Hb 10.22), ou seja: entregar a nossa vontade e a totalidade do nosso ser a Jesus Cristo tal como Ele é revelado no NT.

(b) Fé inclui arrependimento, i.e., desviar-se do pecado com verdadeira tristeza (At 17.30; 2Co 7.10) e voltar-se para Deus através de Cristo. Fé salvífica é sempre fé mais arrependimento (At 2.37,38; ver Mt 3.2, nota sobre o arrependimento).

(c) A fé inclui obediência a Jesus Cristo e à sua Palavra, como maneira de viver inspirada por nossa fé, por nossa gratidão a Deus e pela obra regeneradora do Espírito Santo em nós (Jo 3.3-6; 14.15, 21-24; Hb 5.8,9). É a “obediência que provém da fé” (Rm 1.5). Logo, fé e obediência são inseparáveis (cf. Rm 16.26). A fé salvífica sem uma busca dedicada da santificação é ilegítima e impossível.

(d) A fé inclui sincera dedicação pessoal e fidelidade a Jesus Cristo, que se expressam na confiança, amor, gratidão e lealdade para com Ele. A fé, no seu sentido mais elevado, não se diferencia muito do amor. É uma atividade pessoal de sacrifício e de abnegação para com Cristo (cf. Mt 22.37; Jo 21.15-17; At 8.37; Rm 6.17; Gl 2.20; Ef 6.6; 1Pe 1.8).

(2) A fé em Jesus como nosso Senhor e Salvador é tanto um ato de um único momento, como uma atitude contínua para a vida inteira, que precisa crescer e se fortalecer (ver Jo 1.12 nota). Porque temos fé numa Pessoa real e única que morreu

por nós (Rm 4.25; 8.32; 1Ts 5.9,10), nossa fé deve crescer (Rm 4.20; 2Ts 1.3; 1Pe 1.3-9). A confiança e a obediência transformam-se em fidelidade e devoção (Rm 14.8; 2Co 5.15); nossa fidelidade e devoção transformam-se numa intensa dedicação pessoal e amorosa ao Senhor Jesus Cristo (Fp 1.21; 3.8-10; ver Jo 15.4 nota; Gl 2.20 nota).

GRAÇA.

No AT Deus revelou-se como o Deus da graça e misericórdia, demonstrando amor para com o seu povo, não porque este merecesse, mas por causa da fidelidade de Deus à sua promessa feita a Abraão, Isaque e Jacó (ver Êx 6.9 nota; ver os estudos A PÁSCOA e O DIA DE EXPIAÇÃO). Os escritores bíblicos dão prosseguimento ao tema da graça como sendo a presença e o amor de Deus em Cristo Jesus, transmitidos aos crentes pelo Espírito Santo, e que lhes outorga misericórdia, perdão, querer e poder para fazer a vontade de Deus (Jo 3.16; 1Co 15.10; Fp 2.13; 1Tm 1.15,16). Toda atividade da vida cristã, desde o seu início até o fim, depende desta graça divina.

(1) Deus concede uma medida da sua graça como dádiva aos incrédulos (1Co 1.4; 15.10), a fim de poderem crer no Senhor Jesus Cristo (Ef 2.8,9; Tt 2.11; 3.4).

(2) Deus concede graça ao crente para que seja “liberto do pecado” (Rm 6.20, 22), para que nele opere “tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade” (Fp 2.13; cf. Tt 2.11,12; ver Mt 7.21, nota sobre a obediência como um dom da graça de Deus), para orar (Zc 12.10), para crescer em Cristo (2Pe 3.18) e para testemunhar de Cristo (At 4.33; 11.23).

(3) Devemos diligentemente desejar e buscar a graça de Deus (Hb 4.16). Alguns dos meios pelos quais o crente recebe a graça de Deus são: estudar as Escrituras Sagradas e obedecer aos seus preceitos (Jo 15.1-11; 20.31; 2Tm 3.15), ouvir a proclamação do evangelho (Lc 24.47; At 1.8; Rm 1.16; 1Co 1.17,18), orar (Hb 4.16; Jd v. 20), jejuar (cf. Mt 4.2; 6.16), adorar a Cristo (Cl 3.16); estar continuamente cheio do Espírito Santo (cf. Ef 5.18) e participar da Ceia do Senhor (cf. At 2.42; ver Ef 2.9, nota sobre como opera a graça). (4) A graça de Deus pode ser resistida (Hb 12.15), recebida em vão (2Co 6.1), apagada (1Ts 5.19), anulada (Gl 2.21) e abandonada pelo crente (Gl 5.4).

ISRAEL NO PLANO DIVINO PARA A SALVAÇÃO

Rm 9.6 “Não que a palavra de Deus haja faltado, porque nem todos os que são de Israel são israelitas”.

INTRODUÇÃO.

Em Rm 9–11, Paulo trata da eleição de Israel no passado, da sua rejeição do evangelho no presente, e da sua salvação futura. Esses três capítulos foram escritos para responder à pergunta que os crentes judaicos faziam: como as promessas de Deus a Abraão e à nação de Israel poderiam permanecer válidas, quando a nação de Israel, como um todo, não parece ter parte no evangelho? O presente estudo resume o argumento de Paulo.

SÍNTESE.

Há três elementos distintos no exame que Paulo faz de Israel no plano divino da salvação.

(1) O primeiro (9.6-29) é um exame da eleição de Israel no passado.

(a) Em 9.6-13, Paulo afirma que a promessa de Deus a Israel não falhou, pois a promessa era só para os fiéis da nação. Visava somente o verdadeiro Israel, aqueles que eram fiéis à promessa (ver Gn 12.1-3; 17.19). Sempre há um Israel dentro de Israel, que tem recebido a promessa.

(b) Em 9.14-29, Paulo chama a nossa atenção para o fato de que Deus tem o direito de fazer o que Ele quer com os indivíduos e as nações. Tem o direito de rejeitar a Israel, se desobedecerem a Ele e o direito de usar de misericórdia para com os gentios, oferecendo-lhes a salvação, se Ele assim decidir.

(2) O segundo elemento (9.30—10.21) analisa a rejeição presente do evangelho por Israel. Seu erro de não voltar-se para Cristo, não se deve a um decreto incondicional de Deus, mas à sua própria incredulidade e desobediência (ver 10.3 nota).

(3) Finalmente, Paulo explica (11.1-36) que a rejeição de Israel é apenas parcial e temporária. Israel por fim aceitará a salvação divina em Cristo. O argumento dele contém vários passos.

(a) Deus não rejeitou o Israel verdadeiro, pois Ele permaneceu fiel ao “remanescente” que permanece fiel a Ele, aceitando a Cristo (11.1-6).

(b) No presente, Deus endureceu a maior parte de Israel, porque os israelitas não quiseram aceitar a Cristo (11.7-10; cf. 9.31—10.21).

(c) Deus transformou a transgressão de Israel (i.e., a crucificação de Cristo) numa oportunidade de proclamar a salvação a todo o mundo (11.11,12, 15).

(d) Durante esse tempo presente da incredulidade nacional de Israel, a salvação de indivíduos, tanto os judeus como os gentios (cf. 10.12,13) depende da fé em Jesus Cristo (11.13-24).

(e) A fé em Jesus Cristo, por uma parte do Israel nacional, acontecerá no futuro (11.25-29).

(f) O propósito sincero de Deus é ter misericórdia de todos, tanto dos judeus como dos gentios, e incluir no seu reino todas as pessoas que crêem em Cristo (11.30-36; cf. 10.12,13; 11.20-24).

PERSPECTIVA.

Várias coisas se destacam nestes três capítulos.

(1) Esse exame da condição de Israel não se refere à vida ou morte eterna de indivíduos após a morte. Pelo contrário, Paulo está tratando do modo como Deus lida com nações e povos do ponto de vista histórico, i.e., do seu direito de usar povos e nações conforme Ele quer. Por exemplo, sua escolha de Jacó em lugar de seu irmão Esaú (9.11) teve como propósito fundar e usar as nações de Israel e de Edom, oriundas dos dois. Nada tinha que ver com seu destino eterno, i.e., quanto a sua salvação ou condenação como indivíduos. Uma coisa é certa: Deus tem o direito de chamar as pessoas e nações que Ele quiser, e determinar-lhes responsabilidades a cumprir.

(2) Paulo expressa sua constante solicitude e intensa tristeza pela nação judaica (9.1-3). O próprio fato que Paulo ora para que seus compatriotas sejam salvos, revela que ele não admitia o ensino teológico da predestinação, afirmando que todas as pessoas já nascem predestinadas, ou para o céu, ou para o inferno. Pelo contrário, o sincero desejo e oração de Paulo reflete a vontade de Deus para o povo judaico (cf. 10.21; ver Lc 19.41, nota sobre Jesus chorando por causa de Israel ter rejeitado o caminho divino da salvação). No NT não se encontra o ensino de que determinadas pessoas foram predestinadas ao inferno antes de nascer (ver o estudo ELEIÇÃO E PREDESTINAÇÃO).

(3) O mais relevante neste assunto é o tema da fé. O estado espiritual de perdido, da maioria dos israelitas, não fora determinado por um decreto arbitrário de Deus, mas, resultado da sua própria recusa de se submeterem ao plano divino da salvação mediante a fé em Cristo (9.33; 10.3; 11.20). Inúmeros gentios, porém, aceitaram o caminho de Deus, que é o da fé, e alcançaram a justiça mediante a fé. Obedeceram a Deus pela fé e se tornaram “filhos do Deus vivo” (9.25,26). Esse fato

ressalta a importância da obediência mediante a fé (1.5; 16.26) no tocante à chamada e eleição da parte de Deus.

(4) A oportunidade de salvação está perante a nação de Israel, se ela largar sua incredulidade (11.23). Semelhantemente, os crentes gentios que agora são parte da igreja de Deus são advertidos de que também correm o mesmo risco de serem cortados da salvação (11.13-22). Eles devem sempre perseverar na fé com temor. A advertência aos crentes gentios em 11.20-23, pelo fato da falha de Israel, é tão válida hoje quanto o foi no dia em que Paulo a escreveu.

(5) As Escrituras estão repletas de promessas de uma futura restauração de Israel ao aceitarem o Messias. Tal restauração terá lugar ao findar-se a Grande Tribulação, na iminência da volta pessoal de Cristo (ver Is 11.10-12 nota; 24.17-23 nota; 49.22,23 nota; Jr 31.31-34; Ez 37.12-14 nota; Rm 11.26 nota; Ap 12.6 nota).

TRÊS CLASSES DE PESSOAS

1Co 2.14,15 “Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente. Mas o que é espiritual discerne bem tudo, e ele de ninguém é discernido”.

DIVISÃO BÁSICA DA RAÇA HUMANA.

As Escrituras dividem todos os seres humanos em geral, em duas classes.

(1) O homem/mulher natural (gr. psuchikos, 2.14), denotando a pessoa irregenerada, i.e., governada por seus próprios instintos naturais (2Pe 2.12). Tal pessoa não tem o Espírito Santo (Rm 8.9), está sob o domínio de Satanás (At 26.18) e é escravo da carne com suas paixões (Ef 2.3). Pertence ao mundo, está em harmonia com ele (Tg 4.4) e rejeita as coisas do Espírito (2.14). A pessoa natural não consegue compreender a Deus, nem os seus caminhos; pelo contrário, depende do raciocínio ou emoções humanas.

(2) O homem/mulher espiritual (gr. pneumatikos, 2.15; 3.1) denota a pessoa regenerada, i.e., que tem o Espírito Santo. Essa pessoa tem mentalidade espiritual, conhece os pensamentos de Deus (2.11-13) e vive pelo Espírito de Deus (Rm 8.4-17; Gl 5.16-26). Tal pessoa crê em Jesus Cristo, esforça-se para seguir a orientação do Espírito que nela habita e resiste aos desejos sensuais e ao domínio do pecado (Rm 8.13,14). Como tornar-se um crente espiritual? Aceitando pela fé a salvação em Cristo, a pessoa é regenerada; o Espírito Santo lhe confere uma nova natureza mediante a concessão da vida divina (2Pe 1.4; ver o estudo A REGENERAÇÃO). Essa pessoa nasce de novo (Jo 3.3,5,7), é renovada (Rm 12.2), torna-se nova criatura (2Co 5.17) e obtém a justiça de Deus mediante a fé em Cristo (Fp 3.9).

UMA DISTINÇÃO ENTRE OS CRENTES.

Embora o crente nascido de novo receba a nova vida do Espírito, ele tem residente em si a natureza pecaminosa, com suas perversas inclinações (Gl 5.16-21). A natureza pecaminosa que no crente existe, não pode ser mudada em boa; precisa ser mortificada e vencida pelo poder e graça do Espírito Santo (Rm 8.13). O crente obtém tal vitória negando-se a si mesmo diariamente (Mt 16.24; Rm 8.13; Tt 2.11,12), deixando todo impedimento ou pecado (Hb 12.1), e resistindo a todas as inclinações pecaminosas (Rm 13.14; Gl 5.16; 1Pe 2.11). Pelo poder do Espírito Santo, o próprio crente guerreia contra a natureza pecaminosa e diariamente a crucifica (Gl 5.16-18,24; Rm 8.13,14) e a mortifica (Cl 3.5). Pela abnegação e submissão à obra santificadora do Espírito Santo

em sua vida, o crente em Cristo experimenta a libertação do poder da sua natureza pecaminosa e vive como um crente espiritual (Rm 6.13; Gl 5.16). Nem todo crente se esforça como devia para vencer plenamente sua natureza pecaminosa. Ao escrever aos coríntios, Paulo mostra (3.1,3) que alguns deles viviam como carnaís (gr. *sarkikos*), i.e., ao invés de resistirem com firmeza às inclinações da sua natureza pecaminosa, entregavam-se a algumas delas. Embora não vivessem em contínua desobediência, estavam em parceria com o mundo, a carne e o diabo em certas áreas das suas vidas, e mesmo assim querendo permanecer como povo de Deus (10.21; 2Co 6.14-18; 11.3; 13.5).

(1) A figura do crente carnal. Embora os crentes de Corinto não vivessem em total carnalidade e rebeldia, nem praticassem grave imoralidade e iniquidade, que os separaria do reino de Deus (ver 6.9-11; cf. Gl 5.21; Ef 5.5), estavam vivendo de tal maneira que já não cresciam na graça, e agiam como recém-convertidos, sem divisar o pleno alcance da salvação em Cristo (13.1,2). A carnalidade deles era vista na “inveja e contendas” (3.3). Não se afligiam com a imoralidade dentro da igreja (5.1-13; 6.13-20). Não levavam a sério a Palavra de Deus, nem os ministros do Senhor (4.18,19). Moviam ação judicial, irmãos contra irmãos, por razões triviais (6.6-8). Observe-se que aos crentes coríntios que estavam vivendo em imoralidade sexual ou pecados semelhantes, Paulo os têm como excluídos da salvação em Cristo (5.1,9-11; 6.9,10).

(2) Perigos para os cristãos carnaís. Os cristãos carnaís de Corinto corriam o perigo de se desviarem da pura e sincera devoção a Cristo (2Co 11.3) e de se conformarem cada vez mais com o mundo (cf. 2Co 6.14-18). Caso isso continuasse, seriam castigados e julgados pelo Senhor, e se continuassem a viver segundo o mundo, acabariam sendo excluídos do reino de Deus (6.9,10; 11.31,32). Realmente, alguns deles já estavam mortos espiritualmente, por viverem em pecados que levam a isso (ver 1Jo 3.15 nota; 5.17 nota; cf. Rm 8.13; 1Co 5.5; 2Co 12.21; 13.5).

(3) Advertências aos cristãos carnaís.

(a) Se um crente carnal não tomar a resolução de se purificar de tudo quanto desagrada a Deus (Rm 6.14-16; 1Co 6.9,10; 2Co 11.3; Gl 6.7-9; Tg 1.12-16), ele corre o risco de abandonar a fé.

(b) Devem tomar como exemplo o fato trágico dos filhos de Israel, que foram destruídos por Deus por causa de seus pecados (10.5-12).

(c) Devem entender que é impossível participar das coisas do Senhor e das coisas de Satanás ao mesmo tempo (Mt 6.24; 1Co 10.21).

(d) Devem separar-se completamente do mundo (2Co 6.14-18) e se purificar de tudo quanto contamina o corpo e o espírito, aperfeiçoando a sua santificação no temor do Senhor (2Co 7.1).

DONS ESPIRITUAIS PARA O CRENTE

1Co 12.7 “Mas a manifestação do Espírito é dada a cada um para o que for útil”.

PERSPECTIVA GERAL.

Uma das maneiras do Espírito Santo manifestar-se é através de uma variedade de dons espirituais concedidos aos crentes (12.7-11). Essas manifestações do Espírito visam à edificação e à santificação da igreja (12.7; ver 14.26 nota). Esses dons e ministérios não são os mesmos de Rm 12.6-8 e Ef 4.11, mediante os quais o crente recebe poder e capacidade para servir na igreja de modo mais permanente. A lista em 12.8-10 não é completa. Os dons aí tratados podem operar em conjunto, de diferentes maneiras.

(1) As manifestações do Espírito dão-se de acordo com a vontade do Espírito (12.11), ao surgir a necessidade, e também conforme o anelo do crente na busca dos dons (12.31; 14.1).

(2) Certos dons podem operar num crente de modo regular, e um crente pode receber mais de um dom para atendimento de necessidades específicas. O crente deve desejar “dons”, e não apenas um dom (12.31; 14.1).

(3) É antibíblico e insensato se pensar que quem tem um dom de operação exteriorizada (mais visível) é mais espiritual do que quem tem dons de operação mais interiorizada, i.e., menos visível. Também, quando uma pessoa possui um dom espiritual, isso não significa que Deus aprova tudo quanto ela faz ou ensina. Não se deve confundir dons do Espírito, com o fruto do Espírito, o qual se relaciona mais diretamente com o caráter e a santificação do crente (Gl 5.22,23).

(4) Satanás pode imitar a manifestação dos dons do Espírito, ou falsos crentes disfarçados como servos de Cristo podem fazer o mesmo (Mt 7.21-23; 24.11, 24; 2Co 11.13-15; 2Ts 2.8-10). O crente não deve dar crédito a qualquer manifestação espiritual, mas deve “provar se os espíritos são de Deus, porque já muitos falsos profetas se têm levantado no mundo” (1Jo 4.1; cf. 1Ts 5.20,21; ver o estudo PROVAS DO GENUÍNO BATISMO NO ESPÍRITO SANTO).

OS DONS ESPIRITUAIS.

Em 1Co 12.8-10, o apóstolo Paulo apresenta uma diversidade de dons que o Espírito Santo concede aos crentes. Nesta passagem, ele não descreve as características desses dons, mas noutros trechos das Escrituras temos ensino sobre os mesmos.

(1) Dom da Palavra da Sabedoria (12.8). Trata-se de uma mensagem vocal sábia, enunciada mediante a operação sobrenatural do Espírito Santo. Tal mensagem aplica a revelação da Palavra de Deus ou a sabedoria do Espírito Santo a uma situação ou problema específico (At 6.10; 15.13-22). Não se trata aqui da sabedoria comum de Deus, para o viver diário, que se obtém pelo diligente estudo e meditação nas coisas de Deus e na sua Palavra, e pela oração (Tg 1.5,6).

(2) Dom da Palavra do Conhecimento (12.8). Trata-se de uma mensagem vocal, inspirada pelo Espírito Santo, revelando conhecimento a respeito de pessoas, de circunstâncias, ou de verdades bíblicas. Frequentemente, este dom tem estreito relacionamento com o de profecia (At 5.1-10; 1Co 14.24,25).

(3) Dom da Fé (12.9). Não se trata da fé para salvação, mas de uma fé sobrenatural especial, comunicada pelo Espírito Santo, capacitando o crente a crer em Deus para a realização de coisas extraordinárias e milagrosas. É a fé que remove montanhas (13.2) e que frequentemente opera em conjunto com outras manifestações do Espírito, tais como as curas e os milagres (ver Mt 17.20, nota sobre a fé verdadeira; Mc 11.22-24; Lc 17.6).

(4) Dons de Curas (12.9). Esses dons são concedidos à igreja para a restauração da saúde física, por meios divinos e sobrenaturais (Mt 4.23-25; 10.1; At 3.6-8; 4.30). O plural (“dons”) indica curas de diferentes enfermidades e sugere que cada ato de cura vem de um dom especial de Deus. Os dons de curas não são concedidos a todos os membros do corpo de Cristo (cf. 12.11,30), todavia, todos eles podem orar pelos enfermos. Havendo fé, os enfermos serão curados (ver o estudo A CURA DIVINA). Pode também haver cura em obediência ao ensino bíblico de Tg 5.14-16 (ver Tg 5.15 notas).

(5) Dom de Operação de Milagres (12.10). Trata-se de atos sobrenaturais de poder, que intervêm nas leis da natureza. Incluem atos divinos em que se manifesta o reino de Deus contra Satanás e os espíritos malignos (ver Jo 6.2 nota; ver o estudo O REINO DE DEUS).

(6) Dom de Profecia (12.10). É preciso distinguir a profecia aqui mencionada, como manifestação momentânea do Espírito da profecia como dom ministerial na igreja, mencionado em Ef 4.11. Como dom de ministério, a profecia é concedida a apenas alguns crentes, os quais servem na igreja como ministros profetas (ver o estudo DONS MINISTERIAIS PARA A IGREJA). Como manifestação do Espírito, a profecia está potencialmente disponível a todo cristão cheio dEle (At 2.16-18). Quanto à profecia, como manifestação do Espírito, observe o seguinte:

(a) Trata-se de um dom que capacita o crente a transmitir uma palavra ou revelação diretamente de Deus, sob o impulso do Espírito Santo (14.24,25, 29-31). Aqui, não se trata da entrega de sermão previamente preparado.

(b) Tanto no AT, como no NT, profetizar não é primariamente predizer o futuro, mas proclamar a vontade de Deus e exortar e levar o seu povo à retidão, à fidelidade e à paciência (14.3; ver o estudo O PROFETA NO ANTIGO TESTAMENTO).

(c) A mensagem profética pode desmascarar a condição do coração de uma pessoa (14.25), ou prover edificação, exortação, consolo, advertência e julgamento (14.3, 25,26, 31).

(d) A igreja não deve ter como infalível toda profecia deste tipo, porque muitos falsos profetas estarão na igreja (1Jo 4.1). Daí, toda profecia deve ser julgada quanto à sua autenticidade e conteúdo (14.29, 32; 1Ts 5.20,21). Ela deverá enquadrar-se na Palavra de Deus (1Jo 4.1), contribuir para a santidade de vida dos ouvintes e ser transmitida por alguém que de fato vive submisso e obediente a Cristo (12.3).

(e) O dom de profecia manifesta-se segundo a vontade de Deus e não a do homem. Não há no NT um só texto mostrando que a igreja de então buscava revelação ou orientação através dos profetas. A mensagem profética ocorria na igreja somente quando Deus tomava o profeta para isso (12.11).

(7) Dom de Discernimento de Espíritos (12.10). Trata-se de uma dotação especial dada pelo Espírito, para o portador do dom discernir e julgar corretamente as profecias e distinguir se uma mensagem provém do Espírito Santo ou não (ver 14.29 nota; 1Jo 4.1). No fim dos tempos, quando os falsos mestres (ver Mt 24.5 nota) e a distorção do cristianismo bíblico aumentarão muito (ver 1Tm 4.1 nota), esse dom espiritual será extremamente importante para a igreja.

(8) Dom de Variedades de Línguas (12.10). No tocante às “línguas” (gr. glossa, que significa língua) como manifestação sobrenatural do Espírito, notemos os seguintes fatos:

(a) Essas línguas podem ser humanas e vivas (At 2.4-6), ou uma língua desconhecida na terra, e.g., “línguas.... dos anjos” (13.1; ver cap. 14 notas; ver também o estudo O FALAR EM LÍNGUAS). A língua falada através deste dom não é aprendida, e quase sempre não é entendida, tanto por quem fala (14.14), como pelos ouvintes (14.16).

(b) O falar noutras línguas como dom abrange o espírito do homem e o Espírito de Deus, que entrando em mútua comunhão, faculta ao crente a

comunicação direta com Deus (i.e., na oração, no louvor, no bendizer e na ação de graças), expressando-se através do espírito mais do que da mente (14.2, 14) e orando por si mesmo ou pelo próximo sob a influência direta do Espírito Santo, à parte da atividade da mente (cf. 14.2, 15, 28; Jd 20).

(c) Línguas estranhas faladas no culto devem ser seguidas de sua interpretação, também pelo Espírito, para que a congregação conheça o conteúdo e o significado da mensagem (14.3, 27,28). Ela pode conter revelação, advertência, profecia ou ensino para a igreja (cf. 14.6).

(d) Deve haver ordem quanto ao falar em línguas em voz alta durante o culto. Quem fala em línguas pelo Espírito, nunca fica em “êxtase” ou “fora de controle” (14.27,28; ver o estudo O FALAR EM LÍNGUAS).

(9) Dom de Interpretação de Línguas (12.10). Trata-se da capacidade concedida pelo Espírito Santo, para o portador deste dom compreender e transmitir o significado de uma mensagem dada em línguas. Tal mensagem interpretada para a igreja reunida, pode conter ensino sobre a adoração e a oração, ou pode ser uma profecia. Toda a congregação pode assim desfrutar dessa revelação vinda do Espírito Santo. A interpretação de uma mensagem em línguas pode ser um meio de edificação da congregação inteira, pois toda ela recebe a mensagem (14.6, 13, 26). A interpretação pode vir através de quem deu a mensagem em línguas, ou de outra pessoa. Quem fala em línguas deve orar para que possa interpretá-las (14.13).

A RESSURREIÇÃO DO CORPO

1Co 15.35 “Mas alguém dirá: Como ressuscitarão os mortos? E com que corpo virão?”

A ressurreição do corpo é uma doutrina fundamental das Escrituras. Refere-se ao ato de Deus, de ressuscitar dentre os mortos o corpo do salvo e reuni-lo à sua alma e espírito, dos quais esse corpo esteve separado entre a morte e a ressurreição.

(1) A Bíblia revela pelo menos três razões por que a ressurreição do corpo é necessária.

(a) O corpo é parte essencial da total personalidade do homem; o ser humano é incompleto seno corpo. Por conseguinte, a redenção que Cristo oferece abrange a pessoa total, inclusive o corpo (Rm 8.18-25).

(b) O corpo é o templo do Espírito Santo (6.19); na ressurreição, ele voltará a ser templo do Espírito.

(c) Para desfazer o resultado do pecado em todas as áreas, o derradeiro inimigo do homem (a morte do corpo) deve ser aniquilado pela ressurreição (15.26).

(2) Tanto as Escrituras do AT (cf. Hb 11.17-19 com Gn 22.1-4; Sl 16.10 com At 2.24ss; Jó 19.25-27; Is 26.19; Dn 12.2; Os 13.14), como as Escrituras do NT (Lc 14.13,14; 20.35,36; Jo 5.21,28,29; 6.39,40,44,54; Co 15.22,23; Fp 3.11; 1Ts 4.14-16; Ap 20.4-6,13) ensinam a ressurreição futura do corpo.

(3) Nossa ressurreição corporal está garantida pela ressurreição de Cristo (ver Mt 28.6 nota; At 17.31; 1Co 15.12,20-23).

(4) Em termos gerais, o corpo ressurreto do crente será semelhante ao corpo ressurreto de Nosso Senhor (Rm 8.29; 1Co 15.20,42-44,49; Fp 3.20,21; 1Jo 3.2). Mais especificamente, o corpo ressurreto será:

(a) um corpo que terá continuidade e identidade com o corpo atual e que, portanto, será reconhecível (Lc 16.19-31);

(b) um corpo transformado em corpo celestial, apropriado para o novo céu e a nova terra (15.42-44,47,48; Ap 21.1);

(c) um corpo imperecível, não sujeito à deterioração e à morte (15.42);

(d) um corpo glorificado, como o de Cristo (15.43; Fp 3.20,21);

(e) um corpo poderoso, não sujeito às enfermidades, nem à fraqueza (15.43);

(f) um corpo espiritual (i.e., não natural, mas sobrenatural), não limitado pelas leis da natureza (Lc 24.31; Jo 20.19; 1Co 15.44);

(g) um corpo capaz de comer e beber (Lc 14.15; 22.16-18,30; 24.43; At 10.41).

(5) Quando os crentes receberem seu novo corpo se revestirão da imortalidade (15.53). As Escrituras indicam pelo menos três propósitos nisso:

(a) para que os crentes venham a ser tudo quanto Deus pretendeu para o ser humano, quando o criou (cf. 2.9);

(b) para que os crentes venham a conhecer a Deus de modo completo, conforme Ele quer que eles o conheçam (Jo 17.3);

(c) a fim de que Deus expresse o seu amor aos seus filhos, conforme Ele deseja (Jo 3.16; Ef 2.7; 1Jo 4.8-16).

(6) Os fiéis que estiverem vivos na volta de Cristo, para buscar os seus, experimentarão a mesma transformação dos que morrerem em Cristo antes do dia da ressurreição deles (15.51-54). Receberão novos corpos, idênticos aos dos ressurretos nesse momento da volta de Cristo. Nunca mais experimentarão a morte física (ver o estudo O ARREBATAMENTO DA IGREJA).

(7) Jesus fala de uma ressurreição da vida, para o crente, e de uma ressurreição de juízo, para o ímpio (Jo 5.28,29).

O JULGAMENTO DO CRENTE

2Co 5.10 “Porque todos devemos comparecer ante o tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o que tiver feito por meio do corpo, ou bem ou mal.”

A Bíblia ensina que os crentes terão, um dia, de prestar contas “ante o tribunal de Cristo”, de todos os seus atos praticados por meio do corpo, sejam bons ou maus. No tocante a esse julgamento do crente, segue-se o estudo de alguns de seus pontos.

(1) Todos os crentes serão julgados; não haverá exceção (Rm 14.10,12; 1Co 3.12-15; 2Co 5.10; ver Ec 12.14 nota)

(2) Esse julgamento ocorrerá quando Cristo vier buscar a sua igreja (ver Jo 14.3 nota; cf. 1Ts 4.14-17).

(3) O juiz desse julgamento é Cristo (Jo 5.22, cf. “todo o juízo”; 2Tm 4.8, cf. “Juiz”).

(4) A Bíblia fala do julgamento do crente como algo sério e solene, mormente porque inclui para este a possibilidade de dano ou perda (1Co 3.15; cf. 2 Jo 8); de ficar envergonhado diante dEle “na sua vinda” (1Jo 2.28), e de queimar-se o trabalho de toda sua vida (1Co 3.13-15). Esse julgamento, não é para sua salvação, ou condenação. É um julgamento de obras.

(5) Tudo será conhecido. A palavra “comparecer” (gr. *phaneroo*, 5.10) significa “tornar conhecido aberta ou publicamente”. Deus examinará e revelará abertamente, na sua exata realidade,

(a) nossos atos secretos (Mc 4.22; Rm 2.16),

(b) nosso caráter (Rm 2.5-11),

(c) nossas palavras (Mt 12.36,37),

(d) nossas boas obras (Ef 6.8),

(e) nossas atitudes (Mt 5.22),

(f) nossos motivos (1Co 4.5),

(g) nossa falta de amor (Cl 3.23—4.1) e

(h) nosso trabalho e ministério (1Co 3.13).

(6) Em suma, o crente terá que prestar contas da sua fidelidade ou infidelidade a Deus (Mt 25.21-23; 1Co 4.2-5) e das suas práticas e ações, tendo em

vista a graça, a oportunidade e o conhecimento que recebeu (Lc 12.48; Jo 5.24; Rm 8.1).

(7) As más ações do crente, quando ele se arrepende, são perdoadas no que diz respeito ao castigo eterno (Rm 8.1), mas são levadas em conta quanto à sua recompensa: “Mas quem fizer agravo receberá o agravo que fizer” (Cl 3.25; cf. Ec 12.14; 1Co 3.15; 2Co 5.10). As boas ações e o amor do crente são lembrados por Deus e por Ele recompensados (Hb 6.10): “cada um receberá do Senhor todo o bem que fizer” (Ef 6.8).

(8) Os resultados específicos do julgamento do crente serão vários, como obtenção ou a perda de alegria (1Jo 2.28), aprovação divina (Mt 25.21), tarefas e autoridade (Mt 25.14-30), posição (Mt 5.19; 19.30), recompensa (1Co 3.12-14; Fp 3.14; 2Tm 4.8) e honra (Rm 2.10; cf. 1Pe 1.7).

(9) A perspectiva de um iminente julgamento do crente deve aperfeiçoar neste o temor do Senhor (5.11; Fp 2.12; 1Pe 1.17), e levá-lo a ser sóbrio, a vigiar e a orar (1Pe 4.5, 7), a viver em santa conduta e piedade (2Pe 3.11) e a demonstrar misericórdia e bondade a todos (Mt 5.7; cf. 2Tm 1.16-18).

A SEPARAÇÃO ESPIRITUAL DO CRENTE

2Co 6.17,18 “Pelo que saí do meio deles, e apartai-vos, diz o Senhor; e não toqueis nada imundo, e eu vos receberei; e eu serei para vós Pai, e vós sereis para mim filhos e filhas, diz o Senhor Todo-poderoso”.

O conceito de separação do mal é fundamental para o relacionamento entre Deus e o seu povo. Segundo a Bíblia, a separação abrange duas dimensões, sendo uma negativa e outra positiva:

(a) a separação moral e espiritual do pecado e de tudo quanto é contrário a Jesus Cristo, à justiça e à Palavra de Deus;

(b) acercar-se de Deus em estreita e íntima comunhão, mediante a dedicação, a adoração e o serviço a Ele.

(1) No AT, a separação era uma exigência contínua de Deus para o seu povo (Lv 11.44 nota; Dt 7.3 nota; Ed 9.2 nota; ver o estudo A DESTRUIÇÃO DOS CANANEUS). O povo de Deus deve ser santo, diferente e separado de todos os outros povos, a fim de pertencer exclusivamente a Deus. Uma principal razão por que Deus castigou o seu povo com o desterro na Assíria e Babilônia foi seu obstinado apego à idolatria e ao modo pecaminoso de vida dos povos vizinhos (ver 2Rs 17.7,8 notas; 24.3 nota; 2Cr 36.14 nota; Jr 2.5, 13notas; Ez 23.2 nota; Os 7.8 nota).

(2) No NT, Deus ordenou a separação entre o crente e

(a) o sistema mundial corrupto e a transigência ímpia (Jo 17.15,16; 2Tm 3.1-5; Tg 1.27; 4.4; ver o estudo O RELACIONAMENTO ENTRE O CRENTE E O MUNDO);

(b) aqueles que na igreja pecam e não se arrependem de seus pecados (Mt 18.15-17; 1Co 5.9-11; 2Ts 3.6-15); e

(c) os mestres, igrejas ou seitas falsas que aceitam erros teológicos e negam as verdades bíblicas (ver Mt 7.15; Rm 16.17; Gl 1.9 nota; Tt 3.9-11; 2Pe 2.17-22; 1Jo4.1; 2Jo 10,11; Jd vv.12,13).

(3) Nossa atitude nessa separação do mal, deve ser de

(a) ódio ao pecado, à impiedade e à conduta de vida corrupta do mundo (Rm 12.9; Hb 1.9; 1Jo 2.15),

(b) oposição à falsa doutrina (Gl 1.9),

(c) amor genuíno para com aqueles de quem devemos nos separar (Jo 3.16; 1Co 5.5; Gl 6.1; cf. Rm 9.1-3; 2Co 2.1-8; 11.28,29; Jd v. 22) e

(d) temor de Deus ao nos aperfeiçoarmos na santificação (7.1).

(4) Nosso propósito na separação do mal, é que nós, como o povo de Deus,

(a) perseveremos na salvação (1Tm 4.16; Ap 2.14-17), na fé (1Tm 1.19; 6.10, 20,21) e na santidade (Jo 17.14-21; 2Co 7.1);

(b) vivamos inteiramente para Deus como nosso Senhor e Pai (Mt 22.37; 2Co 6.16-18) e

(c) convençamos o mundo incrédulo da verdade e das bênçãos do evangelho (Jo 17.21; Fp 2.15).

(5) Quando corretamente nos separarmos do mal, o próprio Deus nos recompensará, acercando-se de nós com sua proteção, sua bênção e seu cuidado paternal. Ele promete ser tudo o que um bom Pai deve ser. Ele será nosso Conselheiro e Guia; Ele nos amará e de nós cuidará como seus próprios filhos (6.16-18).

(6) O crente que deixa de separar-se da prática do mal, do erro, da impureza, o resultado inevitável será a perda da sua comunhão com Deus (6.16), da sua aceitação pelo Pai (6.17), e de seus direitos de filho (6.18; cf. Rm 8.15,16).

AS OBRAS DA CARNE E O FRUTO DO ESPÍRITO

Gl 5.19-23 “Porque as obras da carne são manifestas, as quais são: prostituição, impureza, lascívia, idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, emulações, iras, pelejas, dissensões, heresias, invejas, homicídios, bebedices, glotonarias e coisas semelhantes a estas, acerca das quais vos declaro, como já antes vos disse, que os que cometem tais coisas não herdarão o Reino de Deus. Mas o fruto do Espírito é: caridade, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança. Contra essas coisas não há lei.”

Nenhum trecho da Bíblia apresenta um mais nítido contraste entre o modo de vida do crente cheio do Espírito e aquele controlado pela natureza humana pecaminosa do que 5.16-26. Paulo não somente examina a diferença geral do modo de vida desses dois tipos de crentes, ao enfatizar que o Espírito e a carne estão em conflito entre si, mas também inclui uma lista específica tanto das obras da carne, como do fruto do Espírito.

OBRAS DA CARNE.

“Carne” (gr. *sarx*) é a natureza pecaminosa com seus desejos corruptos, a qual continua no cristão após a sua conversão, sendo seu inimigo mortal (Rm 8.6-8,13; Gl 5.17,21). Aqueles que praticam as obras da carne não poderão herdar o reino de Deus (5.21). Por isso, essa natureza carnal pecaminosa precisa ser resistida e mortificada numa guerra espiritual contínua, que o crente trava através do poder do Espírito Santo (Rm 8.4-14; ver Gl 5.17 nota). As obras da carne (5.19-21) incluem:

(1) “Prostituição” (gr. *pornéia*), i.e., imoralidade sexual de todas as formas. Isto inclui, também, gostar de quadros, filmes ou publicações pornográficos (cf. Mt 5.32; 19.9; At 15.20,29; 21.25; 1Co 5.1). Os termos *moichéia* e *pornéia* são traduzidos por um só em português: prostituição.

(2) “Impureza” (gr. *akatharsia*), i.e., pecados sexuais, atos pecaminosos e vícios, inclusive maus pensamentos e desejos do coração (Ef 5.3; Cl 3.5).

(3) “Lascívia” (gr. *aselgeia*), i.e., sensualidade. É a pessoa seguir suas próprias paixões e maus desejos a ponto de perder a vergonha e a decência (2Co 12.21).

(4) “Idolatria” (gr. *eidololatria*), i.e., a adoração de espíritos, pessoas ou ídolos, e também a confiança numa pessoa, instituição ou objeto como se tivesse autoridade igual ou maior que Deus e sua Palavra (Cl 3.5).

(5) “Feitiçarias” (gr. pharmakeia), i.e., espiritismo, magia negra, adoração de demônios e o uso de drogas e outros materiais, na prática da feitiçaria (Êx 7.11,22; 8.18; Ap 9.21; 18.23).

(6) “Inimizades” (gr. echthra), i.e., intenções e ações fortemente hostis; antipatia e inimizade extremas.

(7) “Porfias” (gr. eris), i.e., brigas, oposição, luta por superioridade (Rm 1.29; 1Co 1.11; 3.3).

(8) “Emulações” (gr. zelos), i.e., ressentimento, inveja amarga do sucesso dos outros (Rm 13.13; 1Co 3.3).

(9) “Iras” (gr. thumos), i.e., ira ou fúria explosiva que irrompe através de palavras e ações violentas (Cl 3.8).

(10) “Pelejas” (gr. eritheia), i.e., ambição egoísta e a cobiça do poder (2Co 12.20; Fp 1.16,17).

(11) “Dissensões” (gr. dichostasia), i.e., introduzir ensinamentos cismáticos na congregação sem qualquer respaldo na Palavra de Deus (Rm 16.17).

(12) “Heresias” (gr. hairesis), i.e., grupos divididos dentro da congregação, formando conluíus egoístas que destroem a unidade da igreja (1Co 11.19).

(13) “Invejas” (gr. fthonos), i.e., antipatia ressentida contra outra pessoa que possui algo que não temos e queremos.

(14) “Homicídios” (gr. phonos), i.e., matar o próximo por perversidade. A tradução do termo phonos na Bíblia de Almeida está embutida na tradução de methe, a seguir, por tratar-se de práticas conexas.

(15) “Bebedices” (gr. methe), i.e., descontrole das faculdades físicas e mentais por meio de bebida embriagante.

(16) “Glutonarias” (gr. komos), i.e., diversões, festas com comida e bebida de modo extravagante e desenfreado, envolvendo drogas, sexo e coisas semelhantes. As palavras finais de Paulo sobre as obras da carne são severas e enérgicas: quem se diz crente em Jesus e participa dessas atividades iníquas exclui-se do reino de Deus, i.e., não terá salvação (5.21; ver 1Co 6.9 nota).

O FRUTO DO ESPÍRITO.

Em contraste com as obras da carne, temos o modo de viver íntegro e honesto que a Bíblia chama “o fruto do Espírito”. Esta maneira de viver se realiza no crente à medida que ele permite que o Espírito dirija e influencie sua vida de tal

maneira que ele (o crente) subjugue o poder do pecado, especialmente as obras da carne, e ande em comunhão com Deus (ver Rm 8.5-14 nota; 8.14 nota; cf. 2Co 6.6; Ef 4.2,3; 5.9; Cl 3.12-15; 2Pe 1.4-9). O fruto do Espírito inclui:

(1) “Caridade” (gr. agape), i.e., o interesse e a busca do bem maior de outra pessoa sem nada querer em troca (Rm 5.5; 1Co 13; Ef 5.2; Cl 3.14).

(2) “Gozo” (gr. chara), i.e., a sensação de alegria baseada no amor, na graça, nas bênçãos, nas promessas e na presença de Deus, bênçãos estas que pertencem àqueles que crêem em Cristo (Sl 119.16; 2Co 6.10; 12.9; 1Pe 1.8; ver Fp 1.14 nota).

(3) “Paz” (gr. eirene), i.e., a quietude de coração e mente, baseada na convicção de que tudo vai bem entre o crente e seu Pai celestial (Rm 15.33; Fp 4.7; 1Ts 5.23; Hb 13.20).

(4) “Longanimidade” (gr. makrothumia), i.e., perseverança, paciência, ser tardio para irar-se ou para o desespero (Ef 4.2; 2Tm 3.10; Hb 12.1).

(5) “Benignidade” (gr. chrestotes), i.e., não querer magoar ninguém, nem lhe provocar dor (Ef 4.32; Cl 3.12; 1Pe 2.3).

(6) “Bondade” (gr. agathosune), i.e., zelo pela verdade e pela retidão, e repulsa ao mal; pode ser expressa em atos de bondade (Lc 7.37-50) ou na repreensão e na correção do mal (Mt 21.12,13).

(7) “Fé” (gr. pistis), i.e., lealdade constante e inabalável a alguém com quem estamos unidos por promessa, compromisso, fidedignidade e honestidade (Mt 23.23; Rm 3.3; 1Tm 6.12; 2Tm 2.2; 4.7; Tt 2.10).

(8) “Mansidão” (gr. prautes), i.e., moderação, associada à força e à coragem; descreve alguém que pode irar-se com equidade quando for necessário, e também humildemente submeter-se quando for preciso (2Tm 2.25; 1Pe 3.15; para a mansidão de Jesus, cf. Mt 11.29 com 23; Mc 3.5; a de Paulo, cf. 2Co 10.1 com 10.4-6; Gl 1.9; a de Moisés, cf. Nm 12.3 com Êx 32.19,20).

(9) “Temperança” (gr. egkrateia), i.e., o controle ou domínio sobre nossos próprios desejos e paixões, inclusive a fidelidade aos votos conjugais; também a pureza (1Co 7.9; Tt 1.8; 2.5). O ensino final de Paulo sobre o fruto do Espírito é que não há qualquer restrição quanto ao modo de viver aqui indicado. O crente pode —e realmente deve— praticar essas virtudes continuamente. Nunca haverá uma lei que lhes impeça de viver segundo os princípios aqui descritos.

ELEIÇÃO E PREDESTINAÇÃO

Ef 1.4,5 “Como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em caridade, e nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade.”

ELEIÇÃO.

A escolha por Deus daqueles que creem em Cristo é uma doutrina importante (ver Rm 8.29-33; 9.6-26; 11.5, 7, 28; Cl 3.12; 1Ts 1.4; 2Ts 2.13; Tt 1.1). A eleição (gr. *eklegoe*) refere-se à escolha feita por Deus, em Cristo, de um povo para si mesmo, a fim de que sejam santos e inculpáveis diante dEle (cf. 2Ts 2.13). Essa eleição é uma expressão do amor de Deus, que recebe como seus todos os que recebem seu Filho Jesus (Jo 1.12).

A doutrina da eleição abarca as seguintes verdades:

(1) A eleição é cristocêntrica, i.e., a eleição de pessoas ocorre somente em união com Jesus Cristo. Deus nos elegeu em Cristo para a salvação (1.4; ver v. 1, nota). O próprio Cristo é o primeiro de todos os eleitos de Deus. A respeito de Jesus, Deus declara: “Eis aqui o meu servo, que escolhi” (Mt 12.18; cf. Is 42.1,6; 1Pe 2.4). Ninguém é eleito sem estar unido a Cristo pela fé.

(2) A eleição é feita em Cristo, pelo seu sangue; “em quem [Cristo]... pelo seu sangue” (1.7). O propósito de Deus, já antes da criação (1.4), era ter um povo para si mediante a morte redentora de Cristo na cruz. Sendo assim, a eleição é fundamentada na morte sacrificial de Cristo, no Calvário, para nos salvar dos nossos pecados (At 20.28; Rm 3.24-26).

(3) A eleição em Cristo é em primeiro lugar coletiva, i.e., a eleição de um povo (1.4,5, 7, 9; 1Pe 1.1; 2.9). Os eleitos são chamados “o seu [Cristo] corpo” (1.23; 4.12), “minha igreja” (Mt 16.18), o “povo adquirido” por Deus (1Pe 2.9) e a “noiva” de Cristo (Ap 21.9). Logo, a eleição é coletiva e abrange o ser humano como indivíduo, somente à medida que este se identifica e se une ao corpo de Cristo, a igreja verdadeira (1.22,23; ver Robert Shank, *Elect in the Son* (Eleitos no Filho). É uma eleição como a de Israel no AT (ver Dt 29.18-21 nota; 2Rs 21.14 nota; ver o estudo O CONCERTO DE DEUS COM OS ISRAELITAS).

(4) A eleição para a salvação e a santidade do corpo de Cristo são inalteráveis. Mas individualmente a certeza dessa eleição depende da condição da fé pessoal e viva em Jesus Cristo, e da perseverança na união com Ele. O apóstolo Paulo demonstra esse fato da seguinte maneira:

(a) O propósito eterno de Deus para a igreja é que sejamos “santos e irrepreensíveis diante dele” (1.4). Isso se refere tanto ao perdão dos pecados (1.7) como à santificação e santidade. O povo eleito de Deus está sendo conduzido pelo Espírito Santo em direção à santificação e à santidade (ver Rm 8.14; Gl 5.16-25). O apóstolo enfatiza repetidas vezes o propósito supremo de Deus (ver 2.10; 3.14-19; 4.1-3, 13,14; 5.1-18).

(b) O cumprimento desse propósito para a igreja como corpo não falhará: Cristo a apresentará “a si mesmo igreja gloriosa.... santa e irrepreensível” (5.27).

(c) O cumprimento desse propósito para o crente como indivíduo dentro da igreja é condicional. Cristo nos apresentará “santos e irrepreensíveis diante dele” (1.4), somente se continuarmos na fé. A Bíblia mostra isso claramente: Cristo irá “vos apresentar santos, e irrepreensíveis, e inculpáveis, se, na verdade, permanecerdes fundados e firmes na fé e não vos moverdes da esperança do evangelho” (Cl 1.22,23).

(5) A eleição para a salvação em Cristo é oferecida a todos (Jo 3.16,17; 1Tm 2.4-6; Tt 2.11; Hb 2.9), e torna-se uma realidade para cada pessoa consoante seu prévio arrependimento e fé, ao aceitar o dom da salvação em Cristo (2.8; 3.17; cf. At 20.21; Rm 1.16; 4.16). Mediante a fé, o Espírito Santo admite o crente ao corpo eleito de Cristo (a igreja) (1 Co 12.13), e assim ele torna-se um dos eleitos. Daí, tanto Deus quanto o homem têm responsabilidade na eleição (ver Rm 8.29 nota; 2Pe 1.1-11).

A PREDESTINAÇÃO.

A predestinação (gr. *proorizo*) significa “decidir de antemão” e se aplica aos propósitos de Deus inclusos na eleição. A eleição é a escolha feita por Deus, “em Cristo”, de um povo para si mesmo (a igreja verdadeira). A predestinação abrange o que acontecerá ao povo de Deus (todos os crentes genuínos em Cristo).

(1) Deus predestina seus eleitos a serem:

(a) chamados (Rm 8.30);

(b) justificados (Rm 3.24; 8.30);

(c) glorificados (Rm 8.30);

(d) conformados à imagem do Filho (Rm8.29);

- (e) santos e inculpáveis (1.4);
- (f) adotados como filhos (1.5);
- (g) redimidos (1.7);
- (h) participantes de uma herança (1.14);
- (i) para o louvor da sua glória (1.12; 1Pe 2.9);
- (j) participantes do Espírito Santo (1.13; Gl 3.14); e
- (l) criados em Cristo Jesus para boas obras (2.10).

(2) A predestinação, assim como a eleição, refere-se ao corpo coletivo de Cristo (i.e., a verdadeira igreja), e abrange indivíduos somente quando inclusos neste corpo mediante a fé viva em Jesus Cristo (1.5, 7, 13; cf. At 2.38-41; 16.31).

RESUMO.

No tocante à eleição e predestinação, podemos aplicar a analogia de um grande navio viajando para o céu. Deus escolhe o navio (a igreja) para ser sua própria nau. Cristo é o Capitão e Piloto desse navio. Todos os que desejam estar nesse navio eleito, podem fazê-lo mediante a fé viva em Cristo. Enquanto permanecerem no navio, acompanhando seu Capitão, estarão entre os eleitos. Caso alguém abandone o navio e o seu Capitão, deixará de ser um dos eleitos. A predestinação concerne ao destino do navio e ao que Deus preparou para quem nele permanece. Deus convida todos a entrar a bordo do navio eleito mediante Jesus Cristo.

DONS MINISTERIAIS PARA A IGREJA

Ef 4.11 “E ele mesmo deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores.”

O DOADOR.

Este versículo alista os dons de ministério (i.e., líderes espirituais dotados de dons) que Cristo deu à igreja. Paulo declara que Ele deu esses dons

(1) para preparar o povo de Deus ao trabalho cristão (4.12) e

(2) para o crescimento e desenvolvimento espirituais do corpo de Cristo, segundo o plano de Deus (4.13-16; ver o estudo DONS ESPIRITUAIS PARA O CRENTE).

APÓSTOLOS.

O título “apóstolo” se aplica a certos líderes cristãos no NT. O verbo apostello significa enviar alguém em missão especial como mensageiro e representante pessoal de quem o envia. O título é usado para Cristo (Hb 3.1), os doze discípulos escolhidos por Jesus (Mt 10.2), o apóstolo Paulo (Rm 1.1; 2Co 1.1; Gl 1.1) e outros (At 14.4,14; Rm 16.7; Gl 1.19; 2.8,9; 1Ts 2.6,7).

(1) O termo “apóstolo” era usado no NT em sentido geral, para um representante designado por uma igreja, como, por exemplo, os primeiros missionários cristãos. Logo, no NT o termo se refere a um mensageiro nomeado e enviado como missionário ou para alguma outra responsabilidade especial (ver At 14.4,14; Rm 16.7; cf. 2Co 8.23; Fp 2.25). Eram homens de reconhecida e destacada liderança espiritual, ungidos com poder para defrontar-se com os poderes das trevas e confirmar o Evangelho com milagres. Cuidavam do estabelecimento de igrejas segundo a verdade e pureza apostólicas. Eram servos itinerantes que arriscavam suas vidas em favor do nome de nosso Senhor Jesus Cristo e da propagação do evangelho (At 11.21-26; 13.50; 14.19-22; 15.25,26). Eram homens de fé e de oração, cheios do Espírito (ver At 11.23-25; 13.2-5,46-52; 14.1-7,21-23).

(2) Apóstolos, no sentido geral, continuam sendo essenciais para o propósito de Deus na igreja. Se as igrejas cessarem de enviar pessoas assim, cheias do Espírito Santo, a propagação do evangelho em todo o mundo ficará estagnada. Por outro lado, enquanto a igreja produzir e enviar tais pessoas, cumprirá a sua tarefa missionária e permanecerá fiel à grande comissão do Senhor (Mt 28.18-20).

(3) O termo “apóstolo” também é usado no NT em sentido especial, em referência àqueles que viram Jesus após a sua ressurreição e que foram pessoalmente comissionados por Ele a pregar o evangelho e estabelecer a igreja (e.g., os doze discípulos e Paulo). Tinham autoridade ímpar na igreja, no tocante à revelação divina e à mensagem original do evangelho, como ninguém mais até hoje (ver 2.20 nota). O ministério de apóstolo nesse sentido restrito é exclusivo, e dele não há repetição. Os apóstolos originais do NT não têm sucessores (ver 1Co 15.8 nota).

PROFETAS.

Os profetas eram homens que falavam sob o impulso direto do Espírito Santo, e cuja motivação e interesse principais eram a vida espiritual e pureza da igreja. Sob o novo concerto, foram levantados pelo Espírito Santo e revestidos pelo seu poder para trazerem uma mensagem da parte de Deus ao seu povo (At 2.17; 4.8; 21.4).

(1) O ministério profético do AT ajuda-nos a compreender o do NT. A missão principal dos profetas do AT era transmitir a mensagem divina através do Espírito, para encorajar o povo de Deus a permanecer fiel, conforme os preceitos da antiga aliança. Às vezes eles também prediziam o futuro conforme o Espírito lhes revelava (ver o estudo O PROFETA NO ANTIGO TESTAMENTO). Cristo e os apóstolos são um exemplo do ideal do AT (At 3.22,23; 13.1,2).

(2) A função do profeta na igreja incluía o seguinte:

(a) Proclamava e interpretava, cheio do Espírito Santo, a Palavra de Deus, por chamada divina. Sua mensagem visava admoestar, exortar, animar, consolar e edificar (At 2.14-36; 3.12-26; 1Co 12.10; 14.3).

(b) Devia exercer o dom de profecia (ver o estudo DONS ESPIRITUAIS PARA O CRENTE).

(c) Às vezes, ele era vidente (cf. 1Cr 29.29), predizendo o futuro (At 11.28; 21.10,11).

(d) Era dever do profeta do NT, assim como para o do AT, desmascarar o pecado, proclamar a justiça, advertir do juízo vindouro e combater o mundanismo e frieza espiritual entre o povo de Deus (Lc 1.14-17). Por causa da sua mensagem de justiça, o profeta pode esperar ser rejeitado por muitos nas igrejas, em tempos de mornidão e apostasia.

(3) O caráter, a solicitude espiritual, o desejo e a capacidade do profeta incluem:

(a) zelo pela pureza da igreja (Jo 17.15-17; 1Co 6.9-11; Gl 5.22-25);

(b) profunda sensibilidade diante do mal e a capacidade de identificar e detestar a iniquidade (Rm 12.9; Hb 1.9);

(c) profunda compreensão do perigo dos falsos ensinamentos (Mt 7.15; 24.11,24; Gl 1.9; 2Co 11.12-15);

(d) dependência contínua da Palavra de Deus para validar sua mensagem (Lc 4.17-19; 1Co 15.3,4; 2Tm 3.16; 1Pe 4.11);

(e) interesse pelo sucesso espiritual do reino de Deus e identificação com os sentimentos de Deus (cf. Mt 21.11-13; 23.37; Lc 13.34; Jo 2.14-17; At 20.27-31).

(4) A mensagem do profeta atual não deve ser considerada infalível. Ela está sujeita ao julgamento da igreja, doutros profetas e da Palavra de Deus. A congregação tem o dever de discernir e julgar o conteúdo da mensagem profética, se ela é de Deus (1Co 14.29-33; 1Jo 4.1).

(5) Os profetas continuam sendo imprescindíveis ao propósito de Deus para a igreja. A igreja que rejeitar os profetas de Deus caminhará para a decadência, desviando-se para o mundanismo e o liberalismo quanto aos ensinamentos da Bíblia (1Co 14.3; cf. Mt 23.31-38; Lc 11.49; At 7.51,52). Se ao profeta não for permitido trazer a mensagem de repreensão e de advertência denunciando o pecado e a injustiça (Jo 16.8-11), então a igreja já não será o lugar onde se possa ouvir a voz do Espírito. A política eclesial e a direção humana tomarão o lugar do Espírito (2Tm 3.1-9; 4.3-5; 2Pe 2.1-3,12-22). Por outro lado, a igreja com os seus dirigentes, tendo a mensagem dos profetas de Deus, será impulsionada à renovação espiritual. O pecado será abandonado, a presença e a santidade do Espírito serão evidentes entre os fiéis (1Co 14.3; 1Ts 5.19-21; Ap 3.20-22).

EVANGELISTAS.

No NT, evangelistas eram homens de Deus, capacitados e comissionados por Deus para anunciar o evangelho, i.e., as boas novas da salvação aos perdidos e ajudar a estabelecer uma nova obra numa localidade. A proclamação do evangelho reúne em si a oferta e o poder da salvação (Rm 1.16).

(1) Filipe, o “evangelista” (At 21.8), claramente retrata a obra deste ministério, segundo o padrão do NT.

(a) Filipe pregou o evangelho de Cristo (At 8.4,5,35).

(b) Muitos foram salvos e batizados em água (At 8.6,12).

(c) Sinais, milagres, curas e libertação de espíritos malignos acompanhavam as suas pregações (At 8.6,7,13).

(d) Os novos convertidos recebiam a plenitude do Espírito Santo (At 8.14-17).

(2) O evangelista é essencial no propósito de Deus para a igreja. A igreja que deixar de apoiar e promover o ministério de evangelista cessará de ganhar convertidos segundo o desejo de Deus. Tornar-se-á uma igreja estática, sem crescimento e indiferente à obra missionária. A igreja que reconhece o dom espiritual de evangelista e tem amor intenso pelos perdidos, proclamará a mensagem da salvação com poder convincente e redentor (At 2.14-41).

PASTORES.

Os pastores são aqueles que dirigem a congregação local e cuidam das suas necessidades espirituais. Também são chamados “presbíteros” (At 20.17; Tt 1.5) e “bispos” ou supervisores (1Tm 3.1; Tt 1.7).

(1) A tarefa do pastor é cuidar da sã doutrina, refutar a heresia (Tt 1.9-11), ensinar a Palavra de Deus e exercer a direção da igreja local (1Ts 5.12; 1Tm 3.1-5), ser um exemplo da pureza e da sã doutrina (Tt 2.7,8), e esforçar-se no sentido de que todos os crentes permaneçam na graça divina (Hb 12.15; 13.17; 1Pe 5.2). Sua tarefa é assim descrita em At 20.28-31: salvaguardar a verdade apostólica e o rebanho de Deus contra as falsas doutrinas e os falsos mestres que surgem dentro da igreja (ver o estudo OS PASTORES E SEUS DEVERES). Pastores são ministros que cuidam do rebanho, tendo como modelo Jesus, o Bom Pastor (Jo 10.11-16; 1Pe 2.25; 5.2-4).

(2) Segundo o NT, uma igreja local era dirigida por um grupo de pastores (At 20.28; Fp 1.1). Os pastores eram escolhidos, não por política, mas segundo a sabedoria do Espírito concedida à igreja enquanto eram examinadas as qualificações espirituais do candidato (ver o estudo QUALIFICAÇÕES MORAIS DO PASTOR).

(3) O pastor é essencial ao propósito de Deus para sua igreja. A igreja que deixar de selecionar pastores piedosos e fiéis não será pastoreada segundo a mente do Espírito (ver 1Tm 3.1-7). Será uma igreja vulnerável às forças destrutivas de Satanás e do mundo (ver At 20.28-31). Haverá distorção da Palavra de Deus, e os padrões do evangelho serão abandonados (2Tm 1.13,14). Membros da igreja e seus familiares não serão doutrinados conforme o propósito de Deus (1Tm 4.6,14-16; 6.20,21). Muitos se desviarão da verdade e se voltarão às fábulas (2Tm 4.4). Se, por outro lado, os pastores forem piedosos, os crentes serão nutridos com as

palavras da fé e da sã doutrina, e também disciplinados segundo o propósito da piedade (1Tm 4.6,7).

DOUTORES OU MESTRES.

Os mestres são aqueles que têm de Deus um dom especial para esclarecer, expor e proclamar a Palavra de Deus, a fim de edificar o corpo de Cristo (4.12).

(1) A missão dos mestres bíblicos é defender e preservar, mediante a ajuda do Espírito Santo, o evangelho que lhes foi confiado (2Tm 1.11-14). Têm o dever de fielmente conduzir a igreja à revelação bíblica e à mensagem original de Cristo e dos apóstolos, e nisto perseverar.

(2) O propósito principal do ensino bíblico é preservar a verdade e produzir santidade, levando o corpo de Cristo a um compromisso inarredável com o modo piedoso de vida segundo a Palavra de Deus. As Escrituras declaram em 1 Tm 1.5 que o alvo da instrução cristã (literalmente “mandamento”) é a “caridade de um coração puro, e de uma boa consciência, e de uma fé não fingida” (1Tm 1.5). Logo, a evidência da aprendizagem cristã não é simplesmente aquilo que a pessoa sabe, mas como ela vive, i.e., a manifestação, na sua vida, do amor, da pureza, da fé e da piedade sincera.

(3) Os mestres são essenciais ao propósito de Deus para a igreja. A igreja que rejeita, ou se descuida do ensino dos mestres e teólogos consagrados e fiéis à revelação bíblica, não se preocupará pela autenticidade e qualidade da mensagem bíblica nem pela interpretação correta dos ensinamentos bíblicos. A igreja onde mestres e teólogos estão calados não terá firmeza na verdade. Tal igreja aceitará inovações doutrinárias sem objeção; e nela, as práticas religiosas e ideias humanas serão de fato o guia no que tange à doutrina, padrões e práticas dessa igreja, quando deveria ser a verdade bíblica. Por outro lado, a igreja que acata os mestres e teólogos piedosos e aprovados terá seus ensinamentos, trabalhos e práticas regidos pelos princípios originais e fundamentais do evangelho. Princípios e práticas falsos serão desmascarados, e a pureza da mensagem original de Cristo será conhecida de seus membros. A inspirada Palavra de Deus deve ser o teste de todo ensino, ideia e prática da igreja. Assim sendo, a igreja verá que a Palavra inspirada de Deus é a suprema autoridade, e, por isso, está acima das igrejas e suas instituições.

PAIS E FILHOS

Cl 3.21 “Vós, pais, não irriteis a vossos filhos, para que não percam o ânimo.”

É obrigação solene dos pais (gr. pateres) dar aos filhos a instrução e a disciplina condizente com a formação cristã. Os pais devem ser exemplos de vida e conduta cristãs, e se importar mais com a salvação dos filhos do que com seu emprego, profissão, trabalho na igreja ou posição social (cf. Sl 127.3).

(1) Segundo a palavra de Paulo em Ef 6.4 e Cl 3.21, bem como as instruções de Deus em muitos trechos do AT (ver Gn 18.19 nota; Dt 6.7 nota; Sl 78.5 nota; Pv 4.1-4 nota; 6.20 nota), é responsabilidade dos pais dar aos filhos criação que os prepare para uma vida do agrado do Senhor. É a família, e não a igreja ou a Escola Dominical, que tem a principal responsabilidade do ensino bíblico e espiritual dos filhos. A igreja e a Escola Dominical apenas ajudam os pais no ensino dos filhos.

(2) A essência da educação cristã dos filhos consiste nisto: o pai voltar-se para o coração dos filhos, a fim de levar o coração dos filhos ao coração do Salvador (ver Lc 1.17 nota).

(3) Na criação dos filhos, os pais não devem ter favoritismo; devem ajudar, como também corrigir e castigar somente faltas intencionais, e dedicar sua vida aos filhos, com amor compassivo, bondade, humildade, mansidão e paciência (3.12-14, 21).

(4) Seguem-se quinze passos que os pais devem dar para levar os filhos a uma vida devotada a Cristo:

(a) Dediquem seus filhos a Deus no começo da vida deles (1Sm 1.28; Lc 2.22).

(b) Ensinem seus filhos a temer o Senhor e desviar-se do mal, a amar a justiça e a odiar a iniquidade. Incutam neles a consciência da atitude de Deus para com o pecado e do seu julgamento contra ele (ver Hb 1.9 nota).

(c) Ensinem seus filhos a obedecer aos pais, mediante a disciplina bíblica com amor (Dt 8.5; Pv 3.11,12; 13.24; 23.13,14; 29.15, 17; Hb 12.7).

(d) Protejam seus filhos da influência pecaminosa, sabendo que Satanás procurará destruí-los espiritualmente mediante a atração ao mundo ou através de companheiros imorais (Pv 13.20; 28.7; 2.15-17).

(e) Façam saber a seus filhos que Deus está sempre observando e avaliando aquilo que fazem, pensam e dizem (Sl 139.1-12).

(f) Levem seus filhos bem cedo na vida à fé pessoal em Cristo, ao arrependimento e ao batismo em água (Mt 19.14).

(g) Habituem seus filhos numa igreja espiritual, onde se fala a Palavra de Deus, se mantém os padrões de retidão e o Espírito Santo se manifesta. Ensinem seus filhos a observar o princípio: “Companheiro sou de todos os que te temem” (Sl 119.63; ver At 12.5 nota).

(h) Motivem seus filhos a permanecerem separados do mundo, a testemunhar e trabalhar para Deus (2Co 6.14—7.1; Tg 4.4). Ensinem-lhes que são forasteiros e peregrinos neste mundo (Hb 11.13-16), que seu verdadeiro lar e cidadania estão no céu com Cristo (Fp 3.20; Cl 3.1-3).

(i) Instruam-nos sobre a importância do batismo no Espírito Santo (At 1.4,5, 8; 2.4, 39).

(j) Ensinem a seus filhos que Deus os ama e tem um propósito específico para suas vidas (Lc 1.13-17; Rm 8.29,30; 1Pe 1.3-9).

(l) Instruam seus filhos diariamente nas Sagradas Escrituras, na conversação e no culto doméstico (Dt 4.9; 6.5, 7; 1Tm 4.6; 2Tm 3.15).

(m) Mediante o exemplo e conselhos, encorajem seus filhos a uma vida de oração (At 6.4; Rm 12.12; Ef 6.18; Tg 5.16).

(n) Previnam seus filhos sobre suportar perseguições por amor à justiça (Mt 5.10-12). Eles devem saber que “todos os que piamente querem viver em Cristo Jesus padecerão perseguições” (2Tm 3.12).

(o) Levem seus filhos diante de Deus em intercessão constante e fervorosa (Ef 6.18; Tg 5.16-18; ver Jo 17.1, nota sobre a oração de Jesus por seus discípulos, como modelo da oração dos pais por seus filhos).

(p) Tenham tanto amor e desvelo pelos filhos, que estejam dispostos a consumir suas vidas como sacrifício ao Senhor, para que se aprofundem na fé e se cumpra nas suas vidas a vontade do Senhor (ver Fp 2.17 nota).

O ARREBATAMENTO DA IGREJA

1Ts 4.16,17 “Porque o mesmo Senhor descerá do céu com alarido, e com voz de arcanjo, e com a trombeta de Deus; e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro; depois, nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles nas nuvens, a encontrar o Senhor nos ares, e assim estaremos sempre com o Senhor.”

O termo “arrebatamento” deriva da palavra *raptus* em latim, que significa “arrebatado rapidamente e com força”. O termo latino *raptus* equivale a *harpazo* em grego, traduzido por “arrebatado” em 4.17. Esse evento, descrito aqui e em 1Co 15, refere-se à ocasião em que a igreja do Senhor será arrebatada da terra para encontrar-se com Ele nos ares. O arrebatamento abrange apenas os salvos em Cristo.

(1) Instantes antes do arrebatamento, ao descer Cristo do céu para buscar a sua igreja, ocorrerá a ressurreição dos “que morreram em Cristo” (4.16). Não se trata da mesma ressurreição referida em Ap 20.4, a qual somente ocorrerá depois de Cristo voltar à terra, julgar os ímpios e prender Satanás (Ap 19.11—20.3). A ressurreição de Ap 20.4 tem a ver com os mártires da tribulação e possivelmente com os santos do AT (ver Ap 20.6 nota).

(2) Ao mesmo tempo que ocorre a ressurreição dos mortos em Cristo, os crentes vivos serão transformados; seus corpos se revestirão de imortalidade (1Co 15.51,53). Isso acontecerá num instante, “num abrir e fechar de olhos” (1Co 15.52).

(3) Tanto os crentes ressurretos como os que acabaram de ser transformados serão “arrebatados juntamente” (4.17) para encontrar-se com Cristo nos ares, ou seja: na atmosfera entre a terra e o céu.

(4) Estarão literalmente unidos com Cristo (4.16,17), levados à casa do Pai, no céu (ver Jo 14.2,3 notas), e reunidos aos queridos que tinham morrido (4.13-18).

(5) Estarão livres de todas as aflições (2Co 5.2,4; Fp 3.21), de toda perseguição e opressão (ver Ap 3.10 nota), de todo domínio do pecado e da morte (1Co 15.51-56); o arrebatamento os livra da “ira futura” (ver 1.10 nota; 5.9), ou seja: da grande tribulação.

(6) A esperança de que nosso Salvador logo voltará para nos tirar do mundo, a fim de estarmos “sempre com o Senhor” (4.17), é a bem-aventurada esperança de todos os redimidos (Tt 2.13). É fonte principal de consolo para os crentes que sofrem (4.17,18; 5.10).

(7) Paulo emprega o pronome “nós” em 4.17 por saber que a volta do Senhor poderia acontecer naquele período, e comunica aos tessalonicenses essa mesma esperança. A Bíblia insiste que aneemos e esperemos contínua e confiadamente a volta do nosso Senhor (cf. Rm 13.11; 1Co 15.51,52; Ap 22.12,20).

(8) Quem está na igreja mas não abandona o pecado e o mal, sendo assim infiel a Cristo, será deixado aqui, no arrebatamento (ver Mt 25.1 nota; Lc 12.45 nota). Os tais ficarão neste mundo e farão parte da igreja apóstata (ver Ap 17.1 nota; ver o estudo O PERÍODO DO ANTICRISTO), sujeitos à ira de Deus.

(9) Depois do arrebatamento, virá o Dia do Senhor, um tempo de sofrimento eira sobre os ímpios (5.2-10; ver 5.2 nota). Seguir-se-á a segunda fase da vinda de Cristo, quando, então, Ele virá para julgar os ímpios e reinar sobre a terra (ver Mt 24.42,44 notas).

O PERÍODO DO ANTICRISTO

2Ts 2.3,4 “Ninguém, de maneira alguma, vos engane, porque não será assim sem que antes venha a apostasia e se manifeste o homem do pecado, o filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra tudo o que se chama Deus ou se adora; de sorte que se assentará, como Deus, no templo de Deus, querendo parecer Deus.”

Segundo a Bíblia, está para vir o Anticristo (cf. 1Jo 2.18); aquele que trama o derradeiro ataque furioso de Satanás contra Cristo e os santos, pouco antes do tempo em que nosso Senhor Jesus Cristo estabelecerá o seu reino na terra. As expressões que a Bíblia usa para o Anticristo são “o homem de pecado” e “o filho da perdição” (2.3). Outras expressões usadas na Bíblia são “a besta que sobe do mar” (Ap 13.1-10), a “besta de cor escarlate” (Ap 17.3) e “a besta” (Ap 17.8, 16; 19.19,20; 20.10).

SINAIS DA VINDA DO ANTICRISTO.

Diferente do arrebatamento da igreja (ver o estudo O ARREBATAMENTO DA IGREJA), a vinda do Anticristo não ocorrerá sem sinais precursores. Pelo menos três eventos deverão ocorrer antes dele surgir na terra:

(1) o “mistério da injustiça” que já opera no mundo, deverá intensificar-se (2.7);

(2) virá a “apostasia” (2.3);

(3) “um que, agora, resiste”, deve ser afastado (2.7).

(1) O “mistério da injustiça”, i.e., a atividade secreta dos poderes do mal, ora evidente no mundo inteiro (ver 2.7 nota), aumentará até alcançar seu ponto máximo na total zombaria e desprezo a qualquer padrão ou preceito bíblicos. Por causa do predomínio da iniquidade, o amor de muitos esfriará (Mt 24.10-12; Lc 18.8). Mesmo assim, um remanescente fiel permanecerá leal à fé apostólica conforme revelada no NT (Mt 24.13; 25.10; Lc 18.7; ver Ap 2.7 nota). Por meio desses fiéis, a igreja permanecerá batalhando e manejando a espada do Espírito até ser arrebatada (ver Ef 6.11 nota).

(2) Ocorrerá a “apostasia” (gr. apostasia), que literalmente significa “desvio”, “afastamento”, “abandono” (2.3). Nos últimos dias, um grande número de pessoas da igreja apartar-se-á da verdade bíblica.

(a) Tanto o apóstolo Paulo quanto Cristo revelam um quadro difícil da condição de grande parte da igreja —moral, espiritual e doutrinariamente —à

medida que a era presente chega ao seu fim (cf. Mt 24.5, 10-13, 24; 1Tm 4.1; 2Tm 4.3,4). Paulo, principalmente, ressalta que nos últimos dias elementos ímpios ingressarão nas igrejas em geral.

(b) Essa “apostasia” dentro da igreja terá duas dimensões.

(i) A apostasia teológica, que é o desvio de parte ou totalidade dos ensinamentos de Cristo e dos apóstolos, ou a rejeição deles (1Tm 4.1; 2Tm 4.3). Os falsos dirigentes apresentarão uma salvação fácil e uma graça divina sem valor, desprezando as exigências de Cristo quanto ao arrependimento, à separação da imoralidade, e à lealdade a Deus e seus padrões (2Pe 2.1-3,12-19). Os falsos evangelhos, voltados a interesses humanos, necessidades e alvos egoístas, gozarão de popularidade (nota).

(ii) A apostasia moral, que é o abandono da comunhão salvífica com Cristo e o envolvimento com o pecado e a imoralidade. Esses apóstatas poderão até anunciar a sã doutrina bíblica, e mesmo assim nada terem com os padrões morais de Deus (Is 29.13; Mt 23.25-28; ver o estudo A APOSTASIA PESSOAL). Muitas igrejas permitirão quase tudo para terem muitos membros, dinheiro, sucesso e prestígio (ver 1Tm 4.1 nota). O evangelho da cruz, com o desafio de sofrer por Cristo (Fp 1.29), de renunciar todo pecado (Rm 8.13), de sacrificar-se pelo reino de Deus e de renunciar a si mesmo será algo raro (Mt 24.12; 2Tm 3.1-5; 4.3).

(c) Tanto a história da igreja, como a apostasia predita para os últimos dias, advertem a todo crente a não pressupor que o progresso do reino de Deus é infalível na sua continuidade, no decurso de todas as épocas e até o fim. Em determinado momento da história da igreja, a rebelião contra Deus e sua Palavra assumirá proporções espantosas. No dia do Senhor, cairá a ira de Deus contra os que rejeitarem a sua verdade (1Ts 5.2-9).

(d) O triunfo final do reino de Deus e sua justiça no mundo, portanto, depende não do aumento gradual da igreja professa, mas da intervenção final de Deus, quando Ele se manifestará ao mundo com justo juízo (Ap 19—22; ver 2Ts 2.7,8; 1Tm 4.1 nota; 2Pe 3.10-13; Jd).

(3) Um evento determinante deverá ocorrer antes do aparecimento do “homem do pecado” e do Dia do Senhor começar (2.2,3), que é a saída de alguém (2.7) ou de algo, que “detém”, resiste, ou refreia o “mistério da injustiça” e o “homem do pecado” (2.3-7). Quando o restringidor do “homem do pecado” for retirado, então poderá começar o Dia do Senhor (2.6,7).

(a) O que agora o detém é, sem dúvida, uma referência ao Espírito Santo, pois somente Ele tem poder de deter a iniquidade, o homem do pecado e

Satanás (2.6). Esse que agora o detém ou resiste (2.7), leva no grego o artigo definido masculino e ao mesmo tempo o artigo definido neutro, em 2.6 (“o que o detém”). De modo semelhante, a palavra “Espírito” na língua grega pode levar pronome masculino ou neutro (ver Gn 6.3; Jo 16.8 nota; Rm 8.13; ver Gl 5.17, sobre a obra do Espírito Santo a restringir o pecado).

(b) No começo dos sete anos de tribulação, o Espírito Santo será “afastado” (v. 7). Isso não significa ser Ele tirado do mundo, mas que cessará sua influência restritiva à iniquidade e ao surgimento do Anticristo. Todas as restrições contra o pecado serão removidas, e começará a rebelião inspirada por Satanás. O Espírito Santo, todavia, agirá na terra durante a tribulação, convencendo pessoas dos seus pecados, convertendo-as a Cristo e dando-lhes poder (Ap 7.9, 14; 11.1-11; 14.6,7).

(c) Retirando-se o Espírito Santo, cessará a inibição à aparição do “homem do pecado”, no cenário terreno (2.3,4). Deus então liberará uma influência poderosa enganadora sobre todos os que se recusam a amar a verdade de Deus (ver 2.11 nota); os tais aceitarão as imposturas do homem do pecado, e a sociedade humana descerá a uma depravação jamais vista.

(d) A ação do Espírito Santo restringindo o pecado é levada a efeito em grande parte através da igreja, que é o templo do Espírito Santo (1Co 3.16; 6.19). Por isso, muitos expositores da Bíblia acreditam que a saída do Espírito Santo é uma clara indicação de que o arrebatamento dos santos ocorrerá nessa ocasião (1Ts 4.17). Noutras palavras, a volta de Cristo, para levar a igreja e livrá-la da ira vindoura (1Ts 1.10), ocorrerá antes do início do Dia do Senhor e da manifestação do “homem do pecado” (ver o estudo O ARREBATAMENTO DA IGREJA).

(e) Entende-se, nos meios eruditos da Bíblia, que o restringente em 2.6 (no gênero neutro) refere-se ao Espírito Santo e seu ministério de conter a iniquidade, ao passo que em 2.7, “um que, agora” (no gênero masculino) refere-se aos crentes reunidos a Cristo e tirados daqui, i.e., arrebatados ao encontro do Senhor nos ares, a fim de estarem sempre com Ele (1Ts 4.17).

AS ATIVIDADES DO ANTICRISTO.

Ao começar o Dia do Senhor, “o iníquo” aparecerá neste mundo. Trata-se, nos meios eruditos da Bíblia, de um governante mundial que fará aliança com Israel por sete anos, antes do fim da presente era (ver Dn 9.27).

(1) A verdadeira identificação do Anticristo será conhecida três anos e meio mais tarde, quando ele romper sua aliança com Israel, tornar-se governante

mundial, declarar ser Deus, profanar o templo de Jerusalém (ver o estudo A GRANDE TRIBULAÇÃO), proibir a adoração a Deus (ver 2.4, 8,9) e assolar a terra de Israel (ver Dn 9.27 nota; 11.36-45 nota).

(2) O Anticristo declarará ser Deus, e perseguirá severamente quem permanecer leal a Cristo (Ap 11.6,7; 13.7, 15-18; ver Dn 7.8, 24,25 notas). Exigirá adoração, certamente sediada num grande templo que será usado como centro de seus pronunciamentos (cf. Dn 7.8, 25; 8.4; 11.31, 36). O homem aspira tornar-se divino desde a criação (ver 2.8 nota; Ap 13.8,12 notas; ver também o estudo A GRANDE TRIBULAÇÃO).

(3) O “homem do pecado” fará mediante poder satânico, grandes sinais, maravilhas e milagres a fim de propagar o engano (2.9). “Prodígios de mentira” significa que seus milagres são sobrenaturais, parecendo autênticos, para enganar as pessoas e levá-los a crer na mentira.

(a) Tais demonstrações possivelmente serão vistas no mundo inteiro, pela televisão. Milhões de pessoas ficarão impressionadas, enganadas por esse líder altamente convincente, por não darem a devida importância à Palavra de Deus nem ter amor às suas verdades (2.9-12).

(b) Tanto as palavras de Paulo (2.9), quanto as de Jesus (Mt 24.24) devem despertar os crentes para o fato de que nem todo milagre provém de Deus. Aparentes “manifestações do Espírito” (1Co 12.7-10) ou fenômenos supostamente vindos da parte de Deus devem ser provados à base da obediência a Cristo e às Escrituras, por parte da pessoa atuante.

A DERROTA DO ANTICRISTO.

No fim da tribulação, Satanás congregará muitas nações no Armagedom, sob o comando do Anticristo, e guerrearão contra Deus e o seu povo numa batalha que envolverá o mundo inteiro (ver Dn 11.45 nota; Ap 16.16 nota). Quando isso ocorrer, Cristo voltará e intervirá de modo sobrenatural, destruindo o Anticristo, seus exércitos e todos os que não obedecem ao evangelho (ver Ap 19.15-21 notas). A seguir, Cristo prenderá Satanás e estabelecerá seu reino na terra (20.1-6).

QUALIFICAÇÕES MORAIS DO PASTOR

1Tm 3.1,2 “Esta é uma palavra fiel: Se alguém deseja o episcopado, excelente obra deseja. Convém, pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, honesto, hospitaleiro, apto para ensinar.”

Se algum homem deseja ser “bispo” (gr. episkopos, i.e., aquele que tem sobre si a responsabilidade pastoral, o pastor), deseja um encargo nobre e importante (3.1). É necessário, porém, que essa aspiração seja confirmada pela Palavra de Deus (3.1-10; 4.12) e pela igreja (3.10), porque Deus estabeleceu para a igreja certos requisitos específicos. Quem se disser chamado por Deus para o trabalho pastoral deve ser aprovado pela igreja segundo os padrões bíblicos de 3.1-13; 4.12; Tt 1.5-9 (ver o estudo DONS MINISTERIAIS PARA A IGREJA). Isso significa que a igreja não deve aceitar pessoa alguma para a obra ministerial tendo por base apenas seu desejo, sua escolaridade, sua espiritualidade, ou porque essa pessoa acha que tem visão ou chamada. A igreja da atualidade não tem o direito de reduzir esses preceitos que Deus estabeleceu mediante o Espírito Santo. Eles estão plenamente em vigor e devem ser observados por amor ao nome de Deus, ao seu reino e da honra e credibilidade da elevada posição de ministro.

(1) Os padrões bíblicos do pastor, como vemos aqui, são principalmente morais e espirituais. O caráter íntegro de quem aspira ser pastor de uma igreja é mais importante do que personalidade influente, dotes de pregação, capacidade administrativa ou graus acadêmicos. O enfoque das qualificações ministeriais concentra-se no comportamento daquele que persevera na sabedoria divina, nas decisões acertadas e na santidade devida. Os que aspiram ao pastorado sejam primeiro provados quanto à sua trajetória espiritual (cf. 3.10). Partindo daí, o Espírito Santo estabelece o elevado padrão para o candidato, i.e., que ele precisa ser um crente que se tenha mantido firme e fiel a Jesus Cristo e aos seus princípios de retidão, e que por isso pode servir como exemplo de fidelidade, veracidade, honestidade e pureza. Noutras palavras, seu caráter deve demonstrar o ensino de Cristo em Mt 25.21 de que ser “fiel sobre o pouco” conduz à posição de governar “sobre o muito”.

(2) O líder cristão deve ser, antes de mais nada, “exemplo dos fiéis” (4.12; cf. 1Pe 5.3). Isto é: sua vida cristã e sua perseverança na fé podem ser mencionadas perante a congregação como dignas de imitação.

(a) Os dirigentes devem manifestar o mais digno exemplo de perseverança na piedade, fidelidade, pureza em face à tentação, lealdade e amor a Cristo e ao evangelho (4.12,15).

(b) O povo de Deus deve aprender a ética cristã e a verdadeira piedade, não somente pela Palavra de Deus, mas também pelo exemplo dos pastores que vivem conforme os padrões bíblicos. O pastor deve ser alguém cuja fidelidade a Cristo pode ser tomada como padrão ou exemplo (cf. 1Co 11.1; Fp 3.17; 1Ts 1.6; 2Ts 3.7,9; 2Tm 1.13).

(3) O Espírito Santo acentua grandemente a liderança do crente no lar, no casamento e na família (3.2,4,5; Tt 1.6). Isto é: o obreiro deve ser um exemplo para a família de Deus, especialmente na sua fidelidade à esposa e aos filhos. Se aqui ele falhar, como “terá cuidado da igreja de Deus?” (3.5). Ele deve ser “marido de uma [só] mulher” (3.2). Esta expressão denota que o candidato ao ministério pastoral deve ser um crente que foi sempre fiel à sua esposa. A tradução literal do grego em 3.2 (mias gunaikos, um genitivo atributivo) é “homem de uma única mulher”, i.e., um marido sempre fiel à sua esposa.

(4) Consequentemente, quem na igreja comete graves pecados morais, desqualifica-se para o exercício pastoral e para qualquer posição de liderança na igreja local (cf. 3.8-12). Tais pessoas podem ser plenamente perdoadas pela graça de Deus, mas perderam a condição de servir como exemplo de perseverança inabalável na fé, no amor e na pureza (4.11-16; Tt 1.9). Já no AT, Deus expressamente requereu que os dirigentes do seu povo fossem homens de elevados padrões morais e espirituais. Se falhassem, seriam substituídos (ver Gn 49.4 nota; Lv 10.2 nota; 21.7,17 notas; Nm 20.12 nota; 1Sm 2.23 nota; Jr 23.14 nota; 29.23 nota).

(5) A Palavra de Deus declara a respeito do crente que venha a adular que “o seu opróbrio nunca se apagará” (Pv 6.32,33). Isto é, sua vergonha não desaparecerá. Isso não significa que nem Deus nem a igreja perdoará tal pessoa. Deus realmente perdoa qualquer pecado enumerado em 3.1-13, se houver tristeza segundo Deus e arrependimento por parte da pessoa que cometeu tal pecado. O que o Espírito Santo está declarando, porém, é que há certos pecados que são tão graves que a vergonha e a ignomínia (i.e., o opróbrio) daquele pecado permanecerão com o indivíduo mesmo depois do perdão (cf. 2Sm 12.9-14).

(6) Mas o que dizer do rei Davi? Sua continuação como rei de Israel, a despeito do seu pecado de adultério e de homicídio (2Sm 11.1-21; 12.9-15) é vista por alguns como uma justificativa bíblica para a pessoa continuar à frente da igreja

de Deus, mesmo tendo violado os padrões já mencionados. Essa comparação, no entanto, é falha por vários motivos.

(a) O cargo de rei de Israel do AT, e o cargo de ministro espiritual da igreja de Jesus Cristo, segundo o NT, são duas coisas inteiramente diferentes. Deus não somente permitiu a Davi, mas, também a muitos outros reis que foram extremamente ímpios e perversos, permanecerem como reis da nação de Israel. A liderança espiritual da igreja do NT, sendo esta comprada com o sangue de Jesus Cristo, requer padrões espirituais muito mais altos.

(b) Segundo a revelação divina no NT e os padrões do ministério ali exigidos, Davi não teria as qualificações para o cargo de pastor de uma igreja do NT. Ele teve diversas esposas, praticou infidelidade conjugal, falhou grandemente no governo do seu próprio lar, tornou-se homicida e derramou muito sangue (1Cr 22.8; 28.3). Observe-se também que por ter Davi, devido ao seu pecado, dado lugar a que os inimigos de Deus blasfemassem, ele sofreu castigo divino pelo resto da sua vida (2Sm 12.9-14).

(7) As igrejas atuais não devem, pois, desprezar as qualificações justas exigidas por Deus para seus pastores e demais obreiros, conforme está escrito na revelação divina. É dever de toda igreja orar por seus pastores, assisti-los e sustentá-los na sua missão de servirem como “exemplo dos fiéis, na palavra, no trato, na caridade, no espírito, na fé, na pureza” (4.12).

ENSINO BÍBLICO PARA O CRENTE

2Tm 2.2 “E o que de mim, entre muitas testemunhas, ouviste, confia-o a homens fiéis, que sejam idôneos para também ensinarem os outros”.

A igreja tem a responsabilidade de salvaguardar a verdadeira e original doutrina bíblica que se acha nas Escrituras, e transmiti-la aos fiéis sem transigência nem corrupção. Fica subentendida, assim, a necessidade do ensino bíblico na igreja.

(1) A Bíblia menciona as seguintes razões para o ensino bíblico, ou teológico, quer no lar, na igreja ou na escola:

(a) transmitir o evangelho de Cristo a crentes fiéis, para que conheçam (2Tm 3.15; ver Jr 2.8 nota), guardem (2Tm 1.14 nota), e ensinem a verdadeira fé bíblica (1Tm 4.6,11; 2Tm 2.2) e a santidade de vida (ver Rm 6.17 nota; 1Tm 6.3);

(b) demonstrar aos estudantes a necessidade primacial de “batalhar pela fé que uma vez foi dada aos santos” (ver Jd 3 nota), e dar-lhes os meios pelos quais possam defendê-la contra todas as teologias falsas (ver At 20.31 nota; Gl 1.9 nota; 1Tm 4.1 nota; 6.3-4; Tt 1.9; ver o estudo FALSOS MESTRES);

(c) guiar os estudantes ao crescimento contínuo no caráter mediante “a doutrina que é segundo a piedade” (1Tm 6.3; cf. Js 1.8; Sl 1.2,3; 119.97-100; Mt 20.28; Jo 17.14-18; 1Ts 4.1; 1Tm 1.5 nota; 4.7,16; 2Tm 3.16);

(d) preparar os estudantes para fortalecer outros crentes e levá-los à maturidade espiritual de modo que juntos possam refletir a imagem de Cristo no lar, na igreja local e no corpo de Cristo em geral (Ef 4.11-16);

(e) levar os estudantes a uma compreensão e experiência mais profunda do reino de Deus na terra e seu conflito contra o poder de Satanás (Ef 6.10-18; ver o estudo O REINO DE DEUS);

(f) motivar os estudantes através das verdades eternas do evangelho, a dedicar-se sem reservas à evangelização dos perdidos e à pregação do evangelho a todas as nações no poder do Espírito Santo (Mt 28.18-20; Mc 16.15-20);

(g) aprofundar a experiência que os estudantes têm do amor de Cristo, da comunhão pessoal com Ele e do dom do Espírito Santo (Jo 17.3,21,26; Ef 3.18,19), exortando-os a seguir a orientação do Espírito Santo que neles habita (Rm 8.14), a levá-los ao batismo no Espírito Santo (ver At 2.4; ver o estudo O BATISMO NO ESPÍRITO SANTO), e ensinando-os a orar (Mt 6.9 nota), a jejuar (Mt 6.16 nota) e a

adorar, enquanto aguardam o bendito aparecimento de Jesus Cristo com o fervor espiritual dos santos do NT (2Tm 4.8; Tt 2.13).

(2) Esses propósitos do ensino bíblico deixam claro que ele deve ser administrado somente por aqueles que em tudo são leais às Escrituras como a Palavra de Deus plenamente inspirada (2Tm 1.13,14; ver Ed 7.10 nota; ver o estudo A INSPIRAÇÃO E A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS), bem como ao Espírito Santo e seu ministério de verdade, de justiça e de poder (1.14).

(3) Note-se que o autêntico ensino bíblico enfatiza um viver santo (i.e., conhecer a santidade, ser santo e proceder santamente), e não apenas ter uma mera compreensão das verdades ou fatos bíblicos. As grandes verdades reveladas nas Escrituras são verdades redentoras e não acadêmicas; são questões que envolvem a vida ou a morte, exigem uma resposta e decisão pessoal, tanto do mestre quanto do discípulo (Tg 2.17; ver Fp 1.9 nota).

A INSPIRAÇÃO E A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS

2Tm 3.16,17 “Toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça, para que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente instruído para toda boa obra.”

O termo “Escritura”, conforme se encontra em 2Tm 3.16, refere-se principalmente aos escritos do AT (3.15). Há evidências, porém, de que escritos do NT já eram considerados Escritura divinamente inspirada por volta do período em que Paulo escreveu 2Tm (1Tm 5.18, cita Lc 10.7; 2Pe 3.15,16). Para nós, hoje, a Escritura refere-se aos escritos divinamente inspirados tanto do AT quanto do NT, i.e., a Bíblia. São (os escritos) a mensagem original de Deus para a humanidade, e o único testemunho infalível da graça salvífica de Deus para todas as pessoas.

(1) Paulo afirma que toda a Escritura é inspirada por Deus. A palavra “inspirada” (gr. theopneustos) provém de duas palavras gregas: Theos, que significa “Deus”, e pneuo, que significa “respirar”. Sendo assim, “inspirado” significa “respirado por Deus”. Toda a Escritura, portanto, é respirada por Deus; é a própria vida e Palavra de Deus. A Bíblia, nas palavras dos seus manuscritos originais, não contém erro; sendo absolutamente verdadeira, fidedigna e infalível. Esta verdade permanece inabalável, não somente quando a Bíblia trata da salvação, dos valores éticos e da moral, como também está isenta de erro em tudo aquilo que ela trata, inclusive a história e o cosmos (cf. 2Pe 1.20,21; note também a atitude do salmista para com as Escrituras no Sl 119).

(2) Os escritores do AT estavam conscientes de que o que disseram ao povo e o que escreveram é a Palavra de Deus (ver Dt 18.18; 2Sm 23.2; ver os estudos O PROFETA NO ANTIGO TESTAMENTO, e A PALAVRA DE DEUS). Repetidamente os profetas iniciavam suas mensagens com a expressão: “Assim diz o Senhor”.

(3) Jesus também ensinou que a Escritura é a inspirada Palavra de Deus até em seus mínimos detalhes (Mt 5.18). Afirmou, também, que tudo quanto Ele disse foi recebido da parte do Pai e é verdadeiro (Jo 5.19, 30,31; 7.16; 8.26). Ele falou da revelação divina ainda futura (i.e., a verdade revelada do restante do NT), da parte do Espírito Santo através dos apóstolos (Jo 16.13; cf. 14.16,17; 15.26,27).

(4) Negar a inspiração plenária das Sagradas Escrituras, portanto, é desprezar o testemunho fundamental de Jesus Cristo (Mt 5.18; 15.3-6; Lc 16.17; 24.25-27, 44,45; Jo 10.35), do Espírito Santo (Jo 15.26; 16.13; 1Co 2.12-13; 1Tm 4.1) e dos apóstolos (3.16; 2Pe 1.20,21). Além disso, limitar ou descartar a sua inerrância é depreciar sua autoridade divina.

(5) Na sua ação de inspirar os escritores pelo seu Espírito, Deus, sem violar a personalidade deles, agiu neles de tal maneira que escreveram sem erro (3.16; 2Pe 1.20,21; ver 1Co 2.12,13 notas).

(6) A inspirada Palavra de Deus é a expressão da sabedoria e do caráter de Deus e pode, portanto, transmitir sabedoria e vida espiritual através da fé em Cristo (Mt 4.4; Jo 6.63; 2Tm 3.15; 1Pe 2.2).

(7) As Sagradas Escrituras são o testemunho infalível e verdadeiro de Deus, na sua atividade salvífica a favor da humanidade, em Cristo Jesus. Por isso, as Escrituras são incomparáveis, eternamente completas e incomparavelmente obrigatórias. Nenhuma palavra de homens ou declarações de instituições religiosas igualam-se à autoridade delas.

(8) Qualquer doutrina, comentário, interpretação, explicação e tradição deve ser julgado e validado pelas palavras e mensagem das Sagradas Escrituras (ver Dt 13.3 nota; ver o estudo FALSOS MESTRES).

(9) As Sagradas Escrituras como a Palavra de Deus devem ser recebidas, cridas e obedecidas como a autoridade suprema em todas as coisas pertencentes à vida e à piedade (Mt 5.17-19; Jo 14.21; 15.10; 2Tm 3.15,16; ver Êx 20.3 nota). Na igreja, a Bíblia deve ser a autoridade final em todas as questões de ensino, de repreensão, de correção, de doutrina e de instrução na justiça (2Tm 3.16,17). Ninguém pode submeter-se ao senhorio de Cristo sem estar submisso a Deus e à sua Palavra como a autoridade máxima (Jo 8.31,32, 37).

(10) Só podemos entender devidamente a Bíblia se estivermos em harmonia com o Espírito Santo. É Ele quem abre as nossas mentes para compreendermos o seu sentido, e quem dá testemunho em nosso interior da sua autoridade (ver 1Co 2.12 nota; ver o estudo TRÊS CLASSES DE PESSOAS).

(11) Devemos nos firmar na inspirada Palavra de Deus para vencer o poder do pecado, de Satanás e do mundo em nossas vidas (Mt 4.4; Ef 6.12,17; Tg 1.21).

(12) Todos na igreja devem amar, estimar e proteger as Escrituras como um tesouro, tendo-as como a única verdade de Deus para um mundo perdido e moribundo. Devemos manter puras as suas doutrinas, observando

fielmente os seus ensinamentos, proclamando a sua mensagem salvífica, confiando-as a homens fiéis, e defendendo-as contra todos que procuram destruir ou distorcer suas verdades eternas (ver Fp 1.16; 2Tm 1.13,14 notas; 2.2; Jd 3). Ninguém tem autoridade de acrescentar ou subtrair qualquer coisa da Escritura (ver Dt 4.2 nota; Ap 22.19 nota).

(13) Um fato final a ser observado aqui. A Bíblia é infalível na sua inspiração somente no texto original dos livros que lhe são inerentes. Logo, sempre que acharmos nas Escrituras alguma coisa que parece errada, ao invés de pressupor que o escritor daquele texto bíblico cometeu um engano, devemos ter em mente três possibilidades no tocante a um tal suposto problema:

(a) as cópias existentes do manuscrito bíblico original podem conter inexatidão;

(b) as traduções atualmente existentes do texto bíblico grego ou hebraico podem conter falhas; ou

(c) a nossa própria compreensão do texto bíblico pode ser incompleta ou incorreta.

A APOSTASIA PESSOAL

Hb 3.12 “Vede, irmãos, que nunca haja em qualquer de vós um coração mau e infiel, para se apartar do Deus vivo”.

A apostasia (gr. apostasia) aparece duas vezes no NT como substantivo (At 21.21; 2Ts 2.3) e, aqui em Hb 3.12, como verbo (gr. ahistemi, traduzido “apartar”). O termo grego é definido como decaída, deserção, rebelião, abandono, retirada ou afastar-se daquilo a que antes se estava ligado.

(1) Apostatar significa cortar o relacionamento salvífico com Cristo, ou apartar-se da união vital com Ele e da verdadeira fé nEle (ver o estudo FÉ E GRAÇA). Sendo assim, a apostasia individual é possível somente para quem já experimentou a salvação, a regeneração e a renovação pelo Espírito Santo (cf. Lc 8.13; Hb 6.4,5); não é simples negação das doutrinas do NT pelos inconversos dentro da igreja visível. A apostasia pode envolver dois aspectos distintos, embora relacionados entre si:

(a) a apostasia teológica, i.e., a rejeição de todos os ensinamentos originais de Cristo e dos apóstolos ou de alguns deles (1Tm 4.1; 2Tm 4.3); e

(b) a apostasia moral, i.e., aquele que era crente deixa de permanecer em Cristo e volta a ser escravo do pecado e da imoralidade (Is 29.13; Mt 23.25-28; Rm 6.15-23; 8.6-13).

(2) A Bíblia adverte fortemente quanto à possibilidade da apostasia, visando tanto nos alertar do perigo fatal de abandonar nossa união com Cristo, como para nos motivar a perseverar na fé e na obediência. O propósito divino desses trechos bíblicos de advertência não deve ser enfraquecido pela ideia que afirma: “as advertências sobre a apostasia são reais, mas a sua possibilidade, não”. Antes, devemos entender que essas advertências são como uma realidade possível durante o nosso viver aqui, e devemos considerá-las um alerta, se quisermos alcançar a salvação final. Alguns dos muitos trechos do NT que contêm advertências são: Mt 24.4,5,11-13; Jo 15.1-6; At 11.21-23; 14.21,22; 1Co 15.1,2; Cl 1.21-23; 1Tm 4.1,16; 6.10-12; 2Tm 4.2-5; Hb 2.1-3; 3.6-8,12-14; 6.4-6; Tg 5.19,20; 2Pe 1.8-11; 1Jo 2.23-25.

(3) Exemplos da apostasia propriamente dita acham-se em Êx 32; 2Rs 17.7-23; Sl 106; Is 1.2-4; Jr 2.1-9; At 1.25; Gl 5.4; 1Tm 1.18-20; 2Pe 2.1,15,20-22; Jd 4,11-13; ver o estudo O PERÍODO DO ANTICRISTO, para comentários sobre a apostasia que, segundo a Bíblia, ocorrerá dentro da igreja professa nos últimos dias desta era.

(4) Os passos que levam à apostasia são:

(a) O crente, por sua falta de fé, deixa de levar plenamente a sério as verdades, exortações, advertências, promessas e ensinamentos da Palavra de Deus (Mc 1.15; Lc 8.13; Jo 5.44,47; 8.46).

(b) Quando as realidades do mundo chegam a ser maiores do que as do reino celestial de Deus, o crente deixa paulatinamente de aproximar-se de Deus através de Cristo (4.16; 7.19,25; 11.6).

(c) Por causa da aparência enganosa do pecado, a pessoa se torna cada vez mais tolerante do pecado na sua própria vida (1Co 6.9,10; Ef 5.5; Hb 3.13). Já não ama a retidão nem odeia a iniquidade (ver 1.9 nota).

(d) Por causa da dureza do seu coração (3.8,13) e da sua rejeição dos caminhos de Deus (v. 10), não faz caso da repetida voz e repreensão do Espírito Santo (Ef 4.30; 1Ts 5.19-22; Hb 3.7-11).

(e) O Espírito Santo se entristece (Ef 4.30; cf. Hb 3.7,8); seu fogo se extingue (1Ts 5.19) e seu templo é profanado (1Co 3.16). Finalmente, Ele afasta-se daquele que antes era crente (Jz 16.20; Sl 51.11; Rm 8.13; 1Co 3.16,17; Hb 3.14).

(5) Se a apostasia continua sem refreio, o indivíduo pode, finalmente, chegar ao ponto em que não seja possível um recomeço.

(a) Isto é, a pessoa que no passado teve uma experiência de salvação com Cristo, mas que deliberada e continuamente endurece seu coração para não atender à voz do Espírito Santo (3.7-19), continua a pecar intencionalmente (10.26) e se recusa a arrepender-se e voltar para Deus, pode chegar a um ponto sem retorno em que não há mais possibilidade de arrependimento e de salvação (6.4-6; Dt 29.18-21 nota; 1 Sm 2.25 nota; Pv 29.1 nota). Há um limite para a paciência de Deus (ver 1 Sm 3.11-14; Mt 12.31,32; 2 Ts 2.9-11; Hb 10.26-29,31; 1 Jo 5.16).

(b) Esse ponto de onde não há retorno, não se pode definir de antemão. Logo, a única salvaguarda contra o perigo de apostasia extrema está na admoestação do Espírito: Hoje, se ouvirdes a sua voz, não endureçais os vossos corações (3.7,8,15; 4.7).

(6) É próprio salientar que, embora a apostasia seja um perigo para todos os que vão se desviando da fé (2.1-3) e que se apartam de Deus (6.6), ela não se consuma sem o constante e deliberado pecar contra a voz do Espírito Santo (ver Mt 12.31, nota sobre o pecado contra o Espírito Santo).

(7) Aqueles que, por terem um coração incrédulo, se afastam de Deus (3.12), podem pensar que ainda são verdadeiros crentes, mas sua indiferença para

com as exigências de Cristo e do Espírito Santo e para com as advertências das Escrituras indicam o contrário. Uma vez que alguém pode enganar-se a si mesmo, Paulo exorta todos aqueles que afirmam ser salvos: "Examinai-vos a vós mesmos se permaneceis na fé; provai-vos a vós mesmos" (ver 2 Co 13.5 nota).

(8) Quem, sinceramente, preocupa-se com sua condição espiritual e sente no seu coração o desejo de voltar-se arrependido para Deus, tem nisso uma clara evidência de que não cometeu a apostasia imperdoável. As Escrituras afirmam com clareza que Deus não quer que ninguém pereça (2 Pe 3.9; cf. Is 1.18,19; 55.6,7) e declaram que Deus receberá todos que já desfrutaram da graça salvadora, se arrependidos, voltarem a Ele (cf. Gl 5.4 com 4.19; 1 Co 5.1-5 com 2 Co 2.5-11; Lc 15.11-24; Rm 11.20-23; Tg 5.19,20; Ap 3.14-20; note o exemplo de Pedro, Mt 16.16; 26.74,75; Jo 21.15-22).

O ANTIGO E O NOVO CONCERTO

Hb 8.6 “Mas agora alcançou ele ministério tanto mais excelente, quanto é mediador de um melhor concerto, que está confirmado em melhores promessas”.

Os capítulos 8-10 descrevem numerosos aspectos do antigo concerto tais como o culto, as leis e o ritual dos sacrifícios no tabernáculo; descrevem os vários cômodos e móveis desse centro de adoração do AT. É duplo o propósito do autor:

(1) contrastar o serviço do sumo sacerdote no santuário terrestre, segundo o antigo concerto, com o ministério de Cristo como sumo sacerdote no santuário celestial segundo o novo concerto; e

(2) demonstrar como esses vários aspectos do antigo concerto prenunciam ou tipificam o ministério de Cristo que estabeleceu o novo concerto. O presente estudo sintetiza o relacionamento entre esses dois concertos.

(1) Segundo o antigo concerto, a salvação e o relacionamento correto com Deus provinham de um relacionamento com Ele à base da fé expressa pela obediência à sua lei e ao sistema sacrificial desta (ver o estudo O CONCERTO DE DEUS COM OS ISRAELITAS). Os sacrifícios do AT tinham três propósitos principais.

(a) Ensinar ao povo de Deus a gravidade do pecado. O pecado separava os pecadores de um Deus santo, e somente através do derramamento de sangue poderiam reconciliar-se com Deus e encontrar perdão (Êx 12.3-14; Lv 16; 17.11; Hb 9.22; ver Lv 1.2,3 notas; 4.3 nota; 9.8 nota).

(b) Prover um meio para Israel chegar-se a Deus mediante a fé, a obediência e o amor (cf. 4.16; 7.25; 10.1).

(c) Indicar de antemão ou prenunciar (8.5; 10.1) o sacrifício perfeito de Cristo pelos pecados da raça humana (cf. Jo 1.29; 1Pe 1.18,19; Êx 12.3-14; Lv 16; Gl 3.19 nota; ver o estudo O DIA DA EXPIAÇÃO).

(2) Jeremias profetizou que, num tempo futuro, Deus faria um novo concerto, um melhor concerto, com o seu povo (ver Jr 31.31-34 notas; cf. Hb 8.8-12). É melhor concerto do que o antigo (cf. Rm 7) porque perdoa totalmente os pecados dos que se arrependem (8.12), transforma-os em filhos de Deus (Rm 8.15,16), dá-lhes novo coração e nova natureza para que possam, espontaneamente, amar e obedecer a Deus (8.10; cf. Ez 11.19,20), os conduz a um estreito relacionamento pessoal com Jesus Cristo e o Pai (8.11) e provê uma experiência maior em relação ao Espírito Santo (Jl 2.28; At 1.5,8; 2.16,17, 33, 38,39; Rm 8.14,15,26).

(3) Jesus é quem instituiu o novo concerto ou o novo testamento (ambas as ideias estão contidas na palavra grega *diatheke* —testamento), e seu ministério celestial é incomparavelmente superior ao dos sacerdotes terrenos do AT. O novo concerto é um acordo, promessa, última vontade e testamento, e uma declaração do propósito divino em outorgar graça e bênção àqueles que se chegam a Deus mediante a fé obediente. De modo específico, trata-se de um concerto de promessa para aqueles que, por fé, aceitam a Cristo como o Filho de Deus, recebem suas promessas e se dedicam pessoalmente a Ele e aos preceitos do novo concerto.

(a) O ofício de Jesus Cristo como mediador do novo concerto (8.6; 9.15; 12.24) baseia-se na sua morte expiatória (Mt 26.28; Mc 14.24; Hb 9.14,15; 10.29; 12.24). As promessas e os preceitos desse novo concerto são expressos em todo o NT. Seu propósito é:

(i) salvar da culpa e da condenação da lei todos que crêem em Jesus Cristo e dedicam suas vidas às verdades e deveres do seu concerto (9.16,17; cf. Mc 14.24; 1Co 11.25); e

(ii) fazê-lo um povo que seja a possessão de Deus (8.10; cf. Ez 11.19,20; 1Pe 2.9).

(b) O sacrifício de Jesus é melhor que os do antigo concerto por ser um sacrifício voluntário e obediente de uma pessoa justa (Jesus Cristo), e não um sacrifício involuntário de um animal. O sacrifício de Jesus e o seu cumprimento da vontade de Deus foram perfeitos, e, portanto, proveu um caminho para o pleno perdão, reconciliação com Deus e santificação (10.10, 15-17; ver Lv 9.8 nota).

(c) O novo concerto pode ser chamado o novo concerto do Espírito, porque é o Espírito Santo quem outorga a vida e o poder àqueles que aceitam o concerto de Deus (2Co 3.1-6; ver Jo 17.3 nota; ver os estudos TERMOS BÍBLICOS PARA SALVAÇÃO e FÉ E GRAÇA).

(4) Todos os que pertencem ao novo concerto por Jesus Cristo recebem as bênçãos e a salvação oriundas desse concerto mediante sua perseverança na fé e na obediência (ver 3.6 nota). Os infiéis são excluídos dessas bênçãos (ver 3.18,19 nota; ver o estudo A APOSTASIA PESSOAL).

(5) Estabelecido o novo concerto em Cristo, o antigo concerto se tornou obsoleto (8.13). Não obstante, o novo concerto não invalida a totalidade das Escrituras do AT, mas apenas as do pacto mosaico, pelo qual a salvação era obtida mediante a obediência à Lei e ao seu sistema de sacrifícios. O AT não está abolido; boa parte da sua revelação aponta para Cristo (ver o estudo CRISTO

NO ANTIGO TESTAMENTO), e por ser a inspirada Palavra de Deus, é útil para ensinar, repreender, corrigir e instruir na retidão (ver o estudo A INSPIRAÇÃO E A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS).

PADRÕES DE MORALIDADE SEXUAL

Hb 13.4 “Venerado seja entre todos o matrimônio e o leito sem mácula; porém aos que se dão à prostituição e aos adúlteros Deus os julgará”.

O crente, antes de mais nada, precisa ser moral e sexualmente puro (cf. 2Co 11.2; Tt 2.5; 1Pe 3.2). A palavra “puro” (gr. hagnos ou amiantos) significa livre de toda mácula da lascívia. O termo refere-se a abstenção de todos os atos e pensamentos que incitam desejos incompatíveis com a virgindade e a castidade ou com os votos matrimoniais da pessoa. Refere-se, também, ao domínio próprio e a abstenção de qualquer atividade sexual que contamina a pureza da pessoa diante de Deus. Isso abrange o controle do corpo “em santificação e honra” (1Ts 4.4) e não em “concupiscência” (4.5). Este ensino das Escrituras é tanto para os solteiros, como para os casados. No tocante ao ensino bíblico sobre a moral sexual, vejamos o seguinte:

(1) A intimidade sexual é limitada ao matrimônio. Somente nesta condição ela é aceita e abençoada por Deus (ver Gn 2.24 nota; Ct 2.7 nota; 4.12 nota). Mediante o casamento, marido e mulher tornam-se uma só carne, segundo a vontade de Deus. Os prazeres físicos e emocionais normais, decorrentes do relacionamento conjugal fiel, são ordenados por Deus e por Ele honrados.

(2) O adultério, a fornicação, o homossexualismo, os desejos impuros e as paixões degradantes são pecados graves aos olhos de Deus por serem transgressões da lei do amor (Êx 20.14 nota) e profanação do relacionamento conjugal. Tais pecados são severamente condenados nas Escrituras (ver Pv 5.3 nota) e colocam o culpado fora do reino de Deus (Rm 1.24-32; 1Co 6.9,10; Gl 5.19-21).

(3) A imoralidade e a impureza sexual não somente incluem o ato sexual ilícito, mas também qualquer prática sexual com outra pessoa que não seja seu cônjuge. Há quem ensine, em nossos dias, que qualquer intimidade sexual entre jovens e adultos solteiros, tendo eles mútuo “compromisso”, é aceitável, uma vez que não haja ato sexual completo. Tal ensino peca contra a santidade de Deus e o padrão bíblico da pureza. Deus proíbe, explicitamente, “descobrir a nudez” ou “ver a nudez” de qualquer pessoa a não ser entre marido e mulher legalmente casados (Lv 18.6-30; 20.11, 17, 19-21; ver 18.6 nota).

(4) O crente deve ter autocontrole e abster-se de toda e qualquer prática sexual antes do casamento. Justificar intimidade pré-marital em nome de Cristo, simplesmente com base num “compromisso” real ou imaginário, é transigir abertamente com os padrões santos de Deus. É igualar-se aos modos

impuros do mundo e querer deste modo justificar a imoralidade. Depois do casamento, a vida íntima deve limitar-se ao cônjuge. A Bíblia cita a temperança como um aspecto do fruto do Espírito, no crente, i.e., a conduta positiva e pura, contrastando com tudo que representa prazer sexual imoral como libidinagem, fornicção, adultério e impureza. Nossa dedicação à vontade de Deus, pela fé, abre o caminho para recebermos a bênção do domínio próprio: “temperança” (Gl 5.22-24).

(5) Termos bíblicos descritivos da imoralidade e que revelam a extensão desse mal.

(a) Fornicação (gr. porneia). Descreve uma ampla variedade de práticas sexuais, pré ou extramaritais. Tudo que significa intimidade e carícia fora do casamento é claramente transgressão dos padrões morais de Deus para seu povo (Lv 18.6-30; 20.11,12, 17, 19-21; 1Co 6.18; 1Ts 4.3).

(b) A lascívia (gr. aselgeia) denota a ausência de princípios morais, principalmente o relaxamento pelo domínio próprio que leva à conduta virtuosa (ver 1Tm 2.9 nota, sobre a modéstia). Isso inclui a inclinação à tolerância quanto a paixões pecaminosas ou ao seu estímulo, e deste modo a pessoa torna-se partícipe de uma conduta antibíblica (Gl 5.19; Ef 4.19; 1Pe 2.2,18).

(c) Enganar, i.e., aproveitar-se de uma pessoa, ou explorá-la (gr. pleonekteo, e.g., 1Ts 4.6), significa privá-la da pureza moral que Deus pretendeu para essa pessoa, para a satisfação de desejos egoístas. Despertar noutra pessoa estímulos sexuais que não possam ser corretos e legitimamente satisfeitos, significa explorá-la ou aproveitar-se dela (1Ts 4.6; Ef 4.19).

(d) A lascívia ou cobiça carnal (gr. epithumia) é um desejo carnal imoral que a pessoa daria vazão se tivesse oportunidade (Ef 4.22; 1Pe 4.3; 2Pe 2.18; ver Mt 5.28 nota).

A SANTIFICAÇÃO

1Pe 1.2 “Eleitos segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e aspersão do sangue de Jesus Cristo: graça e paz vos sejam multiplicadas”.

Santificação (gr. *hagiasmos*) significa “tornar santo”, “consagrar”, “separar do mundo” e “apartar-se do pecado”, a fim de termos ampla comunhão com Deus e servi-lo com alegria (ver também o estudo A SEPARAÇÃO ESPIRITUAL DO CRENTE).

(1) Além do termo “santificar” (cf. 1Ts 5.23), o padrão bíblico da santificação é expresso em termos tais como “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento” (Mt 22.37), “irrepreensíveis em santidade” (1Ts 3.13), “aperfeiçoando a santificação” (2Co 7.1), “a caridade de um coração puro, e de uma boa consciência, e de uma fé não fingida” (1Tm 1.5), “sinceros e sem escândalo algum” (Fp 1.10), “libertados do pecado” (Rm 6.18), “mortos para o pecado” (Rm 6.2), “para servirem à justiça para santificação” (Rm 6.19), “guardamos os seus mandamentos” (1Jo 3.22) e “vence o mundo” (1Jo 5.4). Tais termos descrevem a operação do Espírito Santo mediante a salvação em Cristo, pela qual Ele nos liberta da escravidão e do poder do pecado (Rm 6.1-14), nos separa das práticas pecaminosas deste mundo atual, renova a nossa natureza segundo a imagem de Cristo, produz em nós o fruto do Espírito e nos capacita a viver uma vida santa e vitoriosa de dedicação a Deus (Jo 17.15-19,23; Rm 6.5, 13, 16, 19; 12.1; Gl 5.16, 22,23; ver 2Co 5.17 nota).

(2) Esses termos não subentendem uma perfeição absoluta, mas a retidão moral de um caráter imaculado, demonstrada na pureza do crente diante de Deus, na obediência à sua lei e na inculpabilidade desse crente diante do mundo (Fp 2.14,15; Cl 1.22; 1Ts 2.10; cf. Lc 1.6). O cristão, pela graça que Deus lhe deu, morreu com Cristo e foi liberto do poder e domínio do pecado (Rm 6.18); por isso, não precisa nem deve pecar, e sim obter a necessária vitória no seu Salvador, Jesus Cristo. Mediante o Espírito Santo, temos a capacidade para não pecar (1Jo 3.6), embora nunca cheguemos à condição de estarmos livres da tentação e da possibilidade do pecado.

(3) A santificação no AT foi a vontade manifesta de Deus para os israelitas; eles tinham o dever de levar uma vida santificada, separada da maneira de viver dos povos à sua volta (ver Êx 19.6 nota; Lv 11.44 nota; 19.2 nota; 2Cr 29.5 nota). De igual modo a santificação é um requisito para todo crente em Cristo. As Escrituras declaram que sem santificação ninguém verá o Senhor (Hb 12.14).

(4) Os filhos de Deus são santificados mediante a fé (At 26.18), pela união com Cristo na sua morte e ressurreição (Jo 15.4-10; Rm 6.1-11; 1 Co 130), pelo sangue de Cristo (1Jo 1.7-9), pela Palavra (Jo 17.17) e pelo poder regenerador e santificador do Espírito Santo no seu coração (Jr 31.31-34; Rm 8.13; 1Co 6.11; 1Pe 1.2; 2Ts 2.13).

(5) A santificação é uma obra de Deus, com a cooperação do seu povo (Fp 2.12,13; 2Co 7.1). Para cumprir a vontade de Deus quanto à santificação, o crente deve participar da obra santificadora do Espírito Santo, ao cessar de praticar o mal (Is 1.16), ao se purificar “de toda imundícia da carne e do espírito” (2Co 7.1; cf. Rm 6.12; Gl 5.16-25) e ao se guardar da corrupção do mundo (Tg 1.27; cf. Rm 6.13,19; 8.13; Ef 4.31; 5.18; Tg 4.8).

(6) A verdadeira santificação requer que o crente mantenha profunda comunhão com Cristo (ver Jo 15.4 nota), mantenha comunhão com os crentes (Ef 4.15,16), dedique-se à oração (Mt 6.5-13; Cl 4.2), obedeça à Palavra de Deus (Jo 17.17), tenha consciência da presença e dos cuidados de Deus (Mt 6.25-34), ame a justiça e odeie a iniquidade (Hb 1.9), mortifique o pecado (Rm 6), submeta-se à disciplina de Deus (Hb 12.5-11), continue em obediência e seja cheio do Espírito Santo (Rm 8.14; Ef 5.18).

(7) Segundo o NT, a santificação não é descrita como um processo lento, de abandonar o pecado pouco a pouco. Pelo contrário, é apresentada como um ato definitivo mediante o qual, o crente, pela graça, é liberto da escravidão de Satanás e rompe totalmente com o pecado a fim de viver para Deus (Rm 6.18; 2Co 5.17; Ef 2.4,6; Cl 3.1-3). Ao mesmo tempo, no entanto, a santificação é descrita como um processo vitalício mediante o qual continuamos a mortificar os desejos pecaminosos da carne (Rm 8.1-17), somos progressivamente transformados pelo Espírito à semelhança de Cristo (2Co 3.18) crescemos na graça (2Pe 3.18), e devotamos maior amor a Deus e ao próximo (Mt 22.37-39; 1Jo 4.10-12, 17-21).

(8) A santificação pode significar uma outra experiência específica e decisiva, à parte da salvação inicial. O crente pode receber de Deus uma clara revelação da sua santidade, bem como a convicção de que Deus o está chamando para separar-se ainda mais do pecado e do mundo e a andar ainda mais perto dEle (2Co 6.16-18). Com essa certeza, o crente se apresenta a Deus como sacrifício vivo e santo e recebe da parte do Espírito Santo graça, pureza, poder e vitória para viver uma vida santa e agradável a Deus (Rm 12.1,2; 6.19-22).

O RELACIONAMENTO ENTRE O CRENTE E O MUNDO

1Jo 2.15,16 “Não ameis o mundo, nem o que no mundo há. Se alguém ama o mundo, o amor do Pai não está nele. Porque tudo o que há no mundo, a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida, não é do Pai, mas do mundo. ”

A palavra “mundo” (gr. kosmos) frequentemente se refere ao vasto sistema de vida desta era, fomentado por Satanás e existente à parte de Deus. Consiste não somente nos prazeres obviamente malignos, imorais e pecaminosos do mundo, mas também se refere ao espírito de rebelião que nele age contra Deus, e de resistência ou indiferença a Ele e à sua revelação. Isso ocorre em todos os empreendimentos humanos que não estão sob o senhorio de Cristo. Na presente era, Satanás emprega as ideias mundanas de moralidade, das filosofias, psicologia, desejos, governos, cultura, educação, ciência, arte, medicina, música, sistemas econômicos, diversões, comunicação de massa, esporte, agricultura, etc, para opor-se a Deus, ao seu povo, à sua Palavra e aos seus padrões de retidão (Mt 16.26; 1Co 2.12; 3.19; Tt 2.12; 1Jo 2.15,16; Tg 4.4; Jo 7.7; 15.18,19; 17.14). Por exemplo, Satanás usa a profissão médica, para defender e promover a matança de seres humanos nascituros; a agricultura para produzir drogas destruidoras da vida, tais como o álcool e os narcóticos; a educação, para promover a filosofia ímpia humanista; e os meios de comunicação em massa, para destruir os padrões divinos de conduta. Os crentes devem estar conscientes de que, por trás de todos os empreendimentos meramente humanos, há um espírito, força ou poder maligno que atua contra Deus e a sua Palavra. Nalguns casos, essa ação maligna é menos intensa; noutros casos, é mais. Finalmente, o “mundo” também inclui todos os sistemas religiosos originados pelo homem, bem como todas as organizações e igrejas mundanas, ou mornas.

(1) Satanás (ver Mt 4.10, nota sobre Satanás) é o deus do presente sistema mundano (ver Jo 12.31 nota; 14.30; 16.11; 2Co 4.4; 5.19). Ele o controla juntamente com uma hoste de espíritos malignos, seus subordinados (Dn 10.13; Lc 4.5-7; Ef 6.12,13; ver o estudo PODER SOBRE SATANÁS E OS DEMÔNIOS).

(2) Satanás tem o mundo organizado em sistemas políticos, culturais, econômicos e religiosos que são inatamente hostis a Deus e ao seu povo (Jo 7.7; 15.18,19; 17.14; Tg 4.4; 2.16) e que se recusam a submeter-se à sua verdade, a qual revela a iniquidade do mundo (Jo 7.7).

(3) O mundo e a igreja verdadeira são dois grupos distintos de povo. O mundo está sob o domínio de Satanás (ver Jo 12.31 nota); a igreja pertence exclusivamente a Deus (Ef 5.23,24; Ap 21.2; ver o estudo TRÊS CLASSES DE PESSOAS). Por isso, o crente deve separar-se do mundo (ver o estudo A SEPARAÇÃO ESPIRITUAL DO CRENTE e A SANTIFICAÇÃO).

(4) No mundo, os crentes são forasteiros e peregrinos (Hb 11.13; 1Pe 2.11).

(a) Não devem pertencer ao mundo (Jo 15.19), não se conformar com o mundo (ver Rm 12.2 nota), não amar o mundo (2.15), vencer o mundo (5.4), odiar a iniquidade do mundo (ver Hb 1.9nota), morrer para o mundo (Gl 6.14) e ser libertos do mundo (Cl 1.13; Gl 1.4).

(b) Amar o mundo (cf. 2.15) corrompe nossa comunhão com Deus e leva à destruição espiritual. É impossível amar o mundo e ao Pai ao mesmo tempo (Mt 6.24; Lc 16.13; ver Tg 4.4 nota). Amar o mundo significa estar em estreita comunhão com ele e dedicar-se aos seus valores, interesses, caminhos e prazeres. Significa ter prazer e satisfação naquilo que ofende a Deus e que se opõe a Ele (ver Lc 23.35 nota). Note, é claro, que os termos “mundo” e “terra” não são sinônimos; Deus não proíbe o amor à terra criada, i.e., à natureza, às montanhas, às florestas, etc.

(5) De acordo com 2.16, três aspectos do mundo pecaminoso são abertamente hostis a Deus:

(a) “A concupiscência da carne”, que inclui os desejos impuros e a busca de prazeres pecaminosos e a gratificação sensual (1Co 6.18; Fp 3.19; Tg 1.14).

(b) “A concupiscência dos olhos”, que se refere à cobiça ou desejo descontrolado por coisas atraentes aos olhos, mas proibidas por Deus, inclusive o desejo de olhar para o que dá prazer pecaminoso (Êx 20.17; Rm 7.7). Nesta era moderna, isso inclui o desejo de divertir-se contemplando pornografia, violência, impiedade e imoralidade no teatro, na televisão, no cinema, ou em periódicos (Gn 3.6; Js 7.21; 2 Sm 11.2; Mt 5.28).

(c) “A soberba da vida”, que significa o espírito de arrogância, orgulho e independência autossuficiente, que não reconhece Deus como Senhor, nem a sua Palavra como autoridade suprema. Tal pessoa procura exaltar, glorificar e promover a si mesma, julgando não depender de ninguém (Tg 4.16).

(6) O crente não deve ter comunhão espiritual com aqueles que vivem o sistema iníquo do mundo (ver Mt 9.11 nota; 2Co 6.14 nota) deve reprovar abertamente o pecado deles (Jo 7.7; Ef 5.11 nota), deve ser sal e luz do

mundo para eles (Mt 5.13,14), deve amá-los (Jo 3.16), e deve procurar ganhá-los para Cristo (Mc 16.15; Jd 22,23).

(7) Da parte do mundo, o verdadeiro cristão terá tribulação (Jo 16.33), ódio (Jo 15.19), perseguição (Mt 5.10-12) e sofrimento em geral (Rm 8.22,23; 1Pe 2.19-21). Satanás, usando as atrações do mundo, faz um esforço incessante para destruir a vida de Deus dentro do cristão (2Co 11.3; 1Pe 5.8).

(8) O sistema deste mundo é temporário e será destruído por Deus (Dn 2.34,35, 44; 2Ts 1.7-10; 1Co 7.31; 2Pe 3.10 nota; Ap 18.2).

A SEGURANÇA DA SALVAÇÃO

1Jo 5.13 “Estas coisas vos escrevi, para que saibais que tendes a vida eterna e para que creais no nome do Filho de Deus.”

Todo cristão deseja ter a certeza da salvação, ou seja: a certeza de que, quando Cristo voltar ou a morte chegar, esse cristão estará com o Senhor, no céu (Fp 1.23; 2Co 5.8). O propósito de João ao escrever esta primeira epístola é que o povo de Deus tenha esta certeza (5.13). Note que João não declara em parte alguma da carta que uma experiência de conversão vivida apenas no passado proporciona certeza ou garantia da salvação hoje. Supor que possuímos a vida eterna, tendo por base única uma experiência passada, ou uma fé morta, é um erro grave. Esta epístola expõe nove maneiras de sabermos que estamos salvos como crentes em Jesus Cristo.

(1) Temos a certeza da vida eterna quando cremos “no nome do Filho de Deus” (5.13; cf. 4.15; 5.1, 5). Não há vida eterna, nem certeza da salvação, sem uma fé inabalável em Jesus Cristo; fé esta que o confessa como o Filho de Deus, enviado como Senhor e Salvador nosso (ver o estudo FÉ E GRAÇA).

(2) Temos a certeza da vida eterna quando temos Cristo como Senhor da nossa vida e procuramos sinceramente guardar os seus mandamentos. “E nisto sabemos que o conhecemos: se guardarmos os seus mandamentos. Aquele que diz: Eu conheço-o e não guarda os seus mandamentos é mentiroso, e nele não está a verdade. Mas qualquer que guarda a sua palavra, o amor de Deus está nele verdadeiramente aperfeiçoado; nisto conhecemos que estamos nele” (2.3-5; ver também 3.24; 5.2; Jo 8.31, 51; 14.23; Hb 5.9).

(3) Temos a certeza da vida eterna quando amamos o Pai e o Filho, e não o mundo (2.15; cf. 5.4; ver o estudo O RELACIONAMENTO ENTRE O CRENTE E O MUNDO).

(4) Temos a certeza da vida eterna quando habitual e continuamente praticamos a justiça, e não o pecado (2.29). Por outro lado, quem vive na prática do pecado é do diabo (3.7-10; ver 3.9 nota).

(5) Temos a certeza da vida eterna quando amamos os irmãos (3.14; ver também 2.9-11; 4.7, 12, 20; 5.1; Jo 13.34,35).

(6) Temos a certeza da vida eterna quando temos consciência da habitação do Espírito Santo em nós. “E nisto conhecemos que ele está em nós: pelo Espírito que nos tem dado” (3.24). Ver também 4.13: “Nisto conhecemos que estamos nele, e ele em nós, pois que nos deu do seu Espírito”.

(7) Temos a certeza da vida eterna quando nos esforçamos para seguir o exemplo de Jesus e viver como ele viveu (2.6; cf. Jo 13.15).

(8) Temos a vida eterna quando cremos, aceitamos e permanecemos na “Palavra da vida”, i.e., o Cristo vivo (1.1), e de igual modo procedemos com a mensagem de Cristo e dos apóstolos, conforme o NT (2.24; cf. 1.1-5; 4.6).

(9) Temos a certeza da vida eterna quando temos um intenso anelo e uma inabalável esperança pela volta de Jesus Cristo, para nos levar para si mesmo. “Amados, agora somos filhos de Deus, e ainda não é manifesto o que havemos de ser. Mas sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele; porque assim como é o veremos. E qualquer que nele tem esta esperança purifica-se a si mesmo, como também ele é puro” (3.2,3; cf. Jo 14.1-3).

A MENSAGEM DE CRISTO ÀS SETE IGREJAS

Ap 1.19,20 “Escreve as coisas que tens visto, e as que são, e as que depois destas hão de acontecer: O mistério das sete estrelas, que viste na minha destra, e dos sete castiçais de ouro. As sete estrelas são os anjos das sete igrejas, e os sete castiçais, que viste, são as sete igrejas.”

A mensagem de Cristo a sete igrejas locais existentes no oeste da Ásia Menor (ver 1.4 nota) é também para instrução, advertência e edificação dos crentes e igrejas da presente era (cf. 2.7,11,17,19; 3.6,13,22). O valor dessas mensagens para as igrejas de hoje vê-se nos pontos a seguir:

(1) é uma revelação do que Jesus ama e anela ver nas igrejas locais, mas também aquilo que Ele repele e condena;

(2) uma declaração clara da parte de Cristo, no tocante

(a) às consequências da desobediência e descuido espiritual, e

(b) a recompensa da vigilância espiritual e fidelidade a Cristo;

(3) um padrão pelo qual toda igreja ou indivíduo pode julgar sua verdadeira condição espiritual diante de Deus; e

(4) um exemplo dos métodos de Satanás para atacar a igreja ou o cristão individualmente (ver também Jz 3.7 nota).

Este estudo aborda cada um desses aspectos sob a forma de perguntas e respostas.

(1) O que é que Cristo aprova? Cristo aprova a igreja que não tolera o ímpio no seu meio, como parte dela (2.3); que averigua a vida, doutrina e declarações dos líderes cristãos (2.2); que persevera na fé, no amor, no testemunho, no serviço e no sofrimento da causa de Cristo (2.3, 10, 13, 19, 26); que abomina aquilo que Deus abomina (2.6); que vence o pecado, Satanás e o mundo (2.7, 11, 17, 26; 3.5, 12, 21); que não aceita conformar-se com a imoralidade do mundo nem com o mundanismo na igreja (2.24; 3.4); e que guarda a Palavra de Deus (3.8, 10).

(2) Como Cristo recompensa as igrejas que perseveraram e permanecem leais a Ele e à sua Palavra? Ele recompensa tais igrejas

(a) livrando-as do período da tribulação que virá sobre o mundo inteiro (3.10),

(b) concedendo-lhes seu amor, presença e estreita comunhão (3.4, 21), e

(c) abençoando-as com a vida eterna (2.10b).

(3) O que é que Cristo reprova? Cristo reprova a igreja que diminui sua profunda devoção pessoal a Deus (2.4); que se desvia da fé bíblica; que tolera dirigentes, mestres ou leigos imorais (2.14,15, 20); que se torna espiritualmente morta (3.1) ou morna (3.15,16); e que substitui a verdadeira espiritualidade, i.e., a pureza, a retidão e a sabedoria espiritual (3.18) por sucesso e recursos materiais (3.17).

(4) Como Cristo castiga as igrejas (cf. 3.19) que entram em declínio espiritual e que toleram a imoralidade no seu meio? Ele as castiga mediante

(a) a não renovação do seu lugar no reino de Deus (2.5; 3.16),

(b) a perda da presença de Deus, do poder genuíno do Espírito Santo, da verdadeira mensagem bíblica de salvação e da proteção dos seus membros contra a destruição por Satanás (2.5,16; 3.15-19; ver Mt 13, notas a respeito do bem e do mal dentro do reino dos céus durante esta era) e

(c) seus líderes postos sob juízo divino (2.20-23).

(5) O que a mensagem de Cristo revela concernente à tendência natural das igrejas à estagnação espiritual, declínio e apostasia?

(a) As sete cartas sugerem que a tendência das igrejas é acomodar-se no erro, aceitar falsos ensinamentos e adaptar-se aos princípios anticristãos prevalentes no mundo (ver Gl 5.17 nota).

(b) Além disso, observa-se que frequentemente homens e mulheres apóstatas, vis e infiéis estragam as igrejas (2.2,14,15,20). Por essa razão, o progresso espiritual de uma igreja nunca deve ser evocado como prova de que ela está dentro da vontade de Deus, nem para se afirmar que anda na verdade e na doutrina do Senhor. O evangelho, i.e., a mensagem original de Cristo e dos apóstolos, é a autoridade suprema para avaliar o certo ou o errado nesse campo.

(6) Como podem as igrejas evitar a decadência espiritual e o consequente julgamento por Cristo? Estas cartas revelam várias maneiras.

(a) Primeira e mais importante: todas as igrejas devem estar dispostas a “ouvir o que o Espírito diz às igrejas” (2.7). A Palavra de Jesus Cristo sempre deve ser o guia da igreja (1.1-3, 11), pois esta Palavra, conforme revelada aos apóstolos do NT mediante o Espírito Santo, é o padrão segundo o qual as igrejas devem verificar suas crenças e atividades e renovar a sua vida espiritual (2.7, 11, 17, 29; 3.6,13, 22).

(b) As igrejas devem continuamente examinar seu estado espiritual diante de Deus e, se for o caso, corrigir seu erro de tolerância ao mundanismo e imoralidade entre os crentes (2.4, 14, 15, 20; 3.1,2,14-18).

(c) A frieza espiritual poderá ser extinguida em qualquer igreja ou grupo de crentes, quando houver arrependimento sincero do pecado e um retorno decidido ao primeiro amor, à verdade, pureza e poder da revelação bíblica de Jesus Cristo (2.5-7,16,17; 3.1-3,15-22)